

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**DIMENSÕES NÃO-INSTITUCIONAIS DA AÇÃO
POLÍTICA**

**A RELAÇÃO ENTRE FUMICULTORES E ORGANIZAÇÕES EM
SANTA CRUZ DO SUL/RS**

FABRICIO TELÓ

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA

**Dimensões não-institucionais da ação política: a relação entre
fumicultores e organizações em Santa Cruz do Sul/RS**

FABRICIO TELÓ

Sob a orientação da Professora:
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação de mestrado apresentada
como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Ciências no
Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Maio de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

FABRICIO TELÓ

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa de Movimentos Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/05/2014

Leonilde Servolo de Medeiros (Dra.) CPDA/UFRRJ
(Orientador)

John Cunha Comerford (Dr.) PPGAS/MN/UFRJ

Claudia Job Schmitt (Dra.) CPDA/UFRRJ

Rio de Janeiro
Maio/2014

AGRADECIMENTOS

Para realizar esta dissertação contei com a ajuda de muitas pessoas. Sem elas, certamente não teria sido possível viabilizar a pesquisa, especialmente o trabalho de campo e as reflexões a partir dele.

Quem mais contribuiu desde o início certamente foi minha orientadora, professora Leonilde Servolo de Medeiros. Considero-me um privilegiado por ter contado com a orientação dela, pela sua compreensão, sua responsabilidade, seu carinho, sua competência e, sobretudo, pela preocupação de mãe que ela tem tido não apenas comigo, mas com todos os seus orientandos. Só do texto final foram quatro versões lidas e revisadas com comentários riquíssimos, que me instigavam à reflexão e me faziam buscar mais bibliografias e me abriam para novas perspectivas. As inúmeras e longuíssimas conversas e reuniões de orientação foram decisivas não apenas para a realização da pesquisa, mas também para a minha formação acadêmica. Durante o trabalho de campo, as conversas por *skype* foram essenciais para eu saber que caminhos seguir em situações difíceis. Na fase final, sua compreensão pelo atraso na data da defesa também demonstrou o caráter extremamente admirável da pessoa da professora Leonilde. A ela agradeço ainda pela oportunidade de estar participando de um projeto de pesquisa sobre a repressão no campo durante a ditadura militar no estado do Rio de Janeiro, um tema de muita relevância e que está me fazendo aprender muito. Muitíssimo obrigado, Leo, por tudo, de coração!

Agradeço também de coração a todos os agricultores que me receberam, da maneira mais hospitalar possível, em suas casas e permitiram que eu pudesse fazer a pesquisa sobre a participação deles nas diversas associações de representação política de Santa Cruz do Sul. Agradeço especialmente àqueles que me apresentaram para amigos e se preocuparam em me ajudar a estabelecer contatos para poder fazer um bom trabalho. Vou ser eternamente grato a eles. Estendo meu agradecimento também a todos que me concederam entrevistas, desde as lideranças das organizações, até professores, religiosos e militantes em geral.

O apoio dos meus familiares também foi de extrema importância. Agradeço aos meus pais pelo apoio financeiro dos primeiros meses do mestrado, quando a bolsa não bastava para pagar todas as despesas, pela preocupação com meu bem estar durante todo o tempo e, especialmente, pelo amor que eles têm por mim. Meus irmãos e respectivos familiares também sempre me apoiaram desde a graduação em todos os momentos de dificuldade. Não poderia deixar de lembrar meus padrinhos de batismo, que têm me apoiado desde quando eu era seminarista. Obrigadíssimo a todos!

Meus colegas do CPDA contribuíram muito com a minha formação durante o mestrado. Nas diversas discussões durante as aulas e extraclasse, nos passeios, na convivência em geral, pude aprender muito com todos. Destacaria os colegas que participaram comigo da comissão editorial da Revista IDeAS, pela experiência adquirida nesse trabalho coletivo; os colegas com quem participei da Greve Estudantil de 2012, que me proporcionou um aprendizado político importante; os colegas do Laboratório de Pesquisa, pelas questões que me colocaram a respeito do projeto de pesquisa e, por fim, os colegas da república onde moro. São meus verdadeiros irmãos! O Jef é o morador mais antigo. Mora no meu coração!!! A Lívia é a segunda mais antiga. Lembra muito minha irmã mais nova. A Luna e o José são os mais recentes, mas já conquistaram a todos. Antes deles, moraram na república também Hebert e Ana, Eric, Miguel, Luan, Ismael e Vitor. Foi um grande presente que recebi a abertura de uma vaga nessa república. A todos, agradeço pela partilha da vida e por serem minha segunda família!

Na fase final da dissertação conheci uma pessoa por quem me apaixonei, o Paulo.

Ele foi super compreensivo comigo quando eu não podia sair para ficar escrevendo e sempre me dava ânimo quando eu ficava cansado. Isso só fez crescer minha admiração pela pessoa maravilhosa que ele é. Obrigado, meu amor!

Registro meu agradecimento também a todo o corpo docente do CPDA, sobretudo àqueles com quem cursei disciplinas, Claudia Schmitt, Maria José Carneiro, Jorge Romano, John Wilkinson, Leonilde Medeiros, Sergio Leite e Andrey Cordeiro. Agradeço ainda a todos os funcionários do CPDA por todos os serviços prestados.

Na elaboração do pré-projeto de pesquisa, antes de ser aprovado na seleção do CPDA, contei com as contribuições de diversas pessoas que leram o texto e deram importantes sugestões para o aprimoramento da problematização da pesquisa. Agradeço de coração ao Anderson Santos, Everton Picolotto, Alex Mengel, Cesar De David, Juliano Almeida e Daniel Mocelin. Ao Alex devo um agradecimento especial pela acolhida que me deu na sua casa no Rio de Janeiro no momento da entrevista da seleção e nos primeiros dias do ano letivo, até encontrar a vaga na república. Nesse período fiquei um tempo na casa da Simone Borniatti e do Tedesco, que também me acolheram da melhor forma possível. Toda minha gratidão a vocês.

Tenho que fazer um registro de um fato que nunca vou esquecer. Ao precisar de uma referência bibliográfica que só estava disponível na biblioteca da UFRGS, pedi ao meu amigo do peito, Juliano Almeida, meu colega da graduação na UFSM. Na precariedade financeira típica dos estudantes de mestrado, o Juliano tirou foto de página por página do livro e me enviou por e-mail. Imagino que o trabalho que ele teve não foi pequeno. Isso demonstrou o quanto ele valoriza a nossa amizade. Fica este registro como uma forma de manifestação do meu profundo reconhecimento e afeto ao Juliano.

Na fase inicial do trabalho de campo, antes de chegar aos agricultores, contei com a ajuda de dois grandes amigos cujas famílias moram em Santa Cruz do Sul e me acolheram em suas casas da forma mais hospitalar e por isso sou muito grato: a Carolina Correa e o João Henrique Quoos. Nas passagens curtas por Porto Alegre, várias vezes pernoitei na casa da Josi Wedig, outras vezes na casa do Charles Almeida, irmão do Juliano. Registro meu agradecimento ainda ao Anderson Santos e ao Sérgio Barcelos por terem lido partes do texto prévio da dissertação e terem dado importantes sugestões.

Agradeço à equipe da pesquisa sobre repressão no campo que compreendeu meu momento de escrita final da dissertação e me liberou de algumas atividades para que eu pudesse me concentrar melhor. Obrigado especialmente à Iby, ao Marco e à Leo.

No decorrer da escrita, procurei dialogar com diversas pessoas que trabalham com temas paralelos ao desta dissertação, o que também foi muito importante para o aprimoramento das questões trabalhadas. Agradeço então a Regina Bruno, Silvia Zimmermann, Jorge Romano, Claudia Schmitt, John Comerford, Breno Bringel, Ivaldo Ghelen, Marcelo Kunrath, Anita Brumer, Alessandra Gasparotto, Carlise Rudnicki, Virginia Etges, Olgário Vogt e Cidônea Deponti, que, de diversas formas, disponibilizaram um tempo de suas atarefadas agendas para me sugerir bibliografia e me ajudar a pensar sobre a problemática da minha pesquisa.

Minha gratidão aos professores John Comerford e Claudia Schmitt por terem aceitado o convite para participarem da banca de defesa deste trabalho.

Por fim, agradeço ao CNPq e à Faperj pelo financiamento concedido através das bolsas de mestrado que me disponibilizaram através da intermediação da UFRRJ e do CPDA.

RESUMO

TELÓ, Fabricio. Dimensões não-institucionais da ação política: a relação entre fumicultores e organizações em Santa Cruz do Sul/RS. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O tema da dissertação são as relações entre agricultores produtores de tabaco e entidades de representação política. O objetivo é analisar como os processos de construção de problemas públicos conformam a vinculação dos agricultores às entidades que se propõem como suas representantes. Para tanto, foi escolhido o município de Santa Cruz do Sul, onde a fumicultura é a principal atividade agrícola e onde estão presentes diversas organizações que se colocam na cena política como representantes dos fumicultores: a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Sindicato Rural (SR) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O pano de fundo é a relação de disputa pelo capital político gerado pelo reconhecimento que os fumicultores dão a cada entidade a partir da sua atuação. Buscou-se fazer um resgate histórico das experiências associativas dos fumicultores, criadas no início do Século XX sob a liderança da Igreja da Imigração. Nos anos 1940, a legislação favoreceu a criação das Associações Rurais, hoje Sindicatos Rurais. Nos anos 1950, as Semanas Ruralistas deram espaço para a criação da primeira associação específica de fumicultores: a Afubra. Nos anos 1960, a FAG promoveu a criação de diversos STRs. O de Santa Cruz do Sul foi criado em 1962. Nos anos 1980, a Comissão Pastoral da Terra foi central para a mobilização de duas greves importantes de fumicultores, que resultaram na criação de um sindicato específico para a categoria: o Sintrafumo. Nos anos 2000 os fumicultores encontraram no MPA uma forma de reivindicar acesso ao Pronaf e deram a esta organização o estatuto de um ator relevante para o campo político em questão. Nesta diversidade de entidades representativas, a despeito das disputas entre elas, os produtores de tabaco estabelecem vinculações com mais de uma ao mesmo tempo e isto não configura uma contradição. Levando-se em consideração a importância da influência das dimensões não-institucionais da ação política, os principais elementos destacados na tentativa de explicação da relação entre fumicultores e suas organizações foram o reconhecimento pelo empenho de cada entidade na busca por soluções de problemas públicos; a prestação de serviços assistenciais; a mediação de políticas públicas e as relações de proximidade entre colonos e lideranças, sempre baseadas em avaliações morais a respeito de sua reputação no âmbito do princípio da reciprocidade.

Palavras-chave: Fumicultores; Organizações Políticas; Problemas públicos; Ação Política.

ABSTRACT

TELÓ, Fabricio. **Non-institutional Dimensions of Political Action: the relation between tobacco producers and organizations in Santa Cruz do Sul/RS.** Dissertation (Masters in Social Sciences - Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The theme of this dissertation is the relation between tobacco producers and their political representation organizations. The aim is to analyze how the processes of public problem construction conform the getting part of the farmers in the entities that put themselves as representatives. By this way, it was chosen the Santa Cruz do Sul city, where the tobacco production is the main agricultural activity and where it is present many organizations that put itself in the political scene as producers representatives. The *Associação dos Fumicultores do Brasil* (Association of Tobacco Producers) - Afubra, the *Sindicato dos Trabalhadores Rurais* (Rural Workers Union) - STR, the *Sindicato Rural* (Rural Union) - SR and the *Movimento dos Pequenos Agricultores* (Little Farmers Movement) - MPA. The context is a relation of dispute for the political capital created by the recognition that farmers give to each entity depending on its actuation. Trying to analyze the associative experiences of tobacco producers in the history, we have identified that the first associations of the German "colonos" (immigrant peasants) were created at the beginning of the XX century guided by the Immigration Church. Weaken by the nationalisms that has intensified with the two World Wars, these associations were destroyed by the "New State". At the 1940's, the union legislation has created better conditions to the Rural Associations, nowadays Rural Unions. At 1950's, the Ruralists Weeks has given space to the creation of the first association specifically of tobacco producers: the Afubra. During the 1960's, the FAG has promoted the creation of many STRs. The one of Santa Cruz do Sul was created in 1962. At the 1980's the Land Pastoral Commission was central to the mobilization of two important strikes of tobacco producers, what had resulted in the creation of a specific union to this category: the Sintrafumo. During the 2000's the producers had found in the MPA a way to claim access to Pronaf and had given to this organization the statute of a relevant political actor to the political camp in question. In this diversity of representatives entities, although the disputes between them, the farmers set "getting parts" with more than one at the same time and it does not configure a contradiction. Considering the importance of the influence of non-institutional dimensions of political action, the aim elements showed trying to explain the relation between producers and their organizations were the recognition for the efforts of each entity in the search of solve of public problems; the offering of social assistance services; the mediation of public policies and the relations of proximity among *colonos* and leaders , always based in moral evaluations respecting their reputation in the reciprocity principle.

Key-words: Tobacco producers; political organizations; public problems; political action.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Distribuição Fundiária dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em Santa Cruz do Sul em 2006.....	37
Tabela 2 - Distribuição Fundiária dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não-familiar em Santa Cruz do Sul em 2006.....	37
Tabela 3 – Distribuição Fundiária das propriedades dos fumicultores do sul do país na Safra 2011/2012.....	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização do complexo agroindustrial fumageiro.....	45
Figura 2 – Troféu de produtor exemplar ao lado de imagem sacra.....	47
Figura 3 – Principais tipos de folha de tabaco e sua classificação.....	50
Figura 4 – <i>Outdoor</i> da empresa Souza Cruz na RST 287 entre Santa Cruz do Sul e Venâncio Airtes.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Calendário Produtivo do fumo no Rio Grande do Sul.....39

LISTA DE SIGLAS

Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil
Ascar - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPC – Cooperativa de Produção Camponesa
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Conicq – Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro
Cooperfumos – Cooperativa Mista de Fumicultores do Brasil
Corede – Conselho Regional de Desenvolvimento
CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CQCT – Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DNTR-CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
Emater - Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG - Frente Agrária Gaúcha
Faesc – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
Faep – Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Farsul- Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina
Fetag-PR – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná
Fetag-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
Fetraf-Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Funrural - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Periódico editado pelo corpo discente do CPDA)
Master - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
Sindifumo – Sindicato das Indústrias do Fumo
Sinditabaco - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
Sintrafumo - Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SR - Sindicato Rural
UDR - União Democrática Ruralista
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Ultab - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
Unisc - Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.OS FUMICULTORES E A FUMICULTURA	16
 1.1Os fumicultores	16
1.1.1 A figura do colono.....	16
1.1.2 A etnicidade teuto-brasileira.....	21
1.1.3 A importância da propriedade da terra	22
1.1.4 A dinâmica da produção de fumo	25
 1.2 A fumicultura em Santa Cruz do Sul	27
1.2.1 Aspectos históricos da fumicultura em Santa Cruz do Sul.....	27
1.2.2 O sistema de integração produtiva	30
2.EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DOS FUMICULTORES AO LONGO DA HISTÓRIA.....	39
 2.1 O associativismo cristão do início do século XX	39
2.1.1 A Associação Riograndense de Agricultores - Bauerverein	41
2.1.2 A intervenção estatal liderada por Borges de Medeiros	43
2.1.3 A retomada do associativismo cristão: a Sociedade União Popular - Volksverein.....	45
2.1.4 A Liga das Uniões Coloniais e a sindicalização forçada dos anos 1930	46
 2.2 O associativismo rural na Era Vargas.....	48
2.2.1 A fragilização do associativismo cristão	49
2.2.2. A influência da SNA na legislação sindical para o campo	51
2.2.3 A Associação Rural de Santa Cruz do Sul – hoje Sindicato Rural	52
 2.3 A primeira associação específica de fumicultores	53
2.3.1 As Semanas Ruralistas	54
2.3.2 A Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra.....	55
 2.4 Anos 60: um novo associativismo cristão	57
2.4.1 A Frente Agrária Gaúcha (FAG)	57
2.4.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul e a Fetag-RS	59
 2.5 Anos 80: novos atores e novas perspectivas	63
2.5.1 A Comissão Pastoral da Terra – CPT	64
2.5.2 A greve de 1986	67
2.5.3 A greve de 1989	72
2.5.4 Os “Rurais” da CUT e o Sintrafumo	75
2.5.5 Memórias dos colonos sobre as greves e sobre o Sintrafumo	80
 2.6 Anos 90/2000: a construção do MPA	82
3. OS FUMICULTORES NA RELAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES	88

3.1 A mediação da construção de problemas públicos.....	88
3.1.1. O preço do fumo	88
3.1.2. O granizo.....	94
3.1.3. A aposentadoria.....	95
3.1.4. Os financiamentos.....	99
3.1.5. As casas.....	103
3.1.6. “Querem acabar com o fumo”	106
3.1.7 As questões trabalhistas	113
3.2. As redes de sociabilidade.....	119
3.2.1 A vizinhança e o parentesco	120
3.2.2 As amizades	122
3.3 O atendimento	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE.....	141

INTRODUÇÃO

O objetivo da dissertação é analisar como os processos de constituição de problemas públicos conformam a vinculação dos agricultores às entidades que se propõem como suas representantes políticas. O objeto empírico são as relações entre produtores de tabaco e suas organizações no município de Santa Cruz do Sul, onde estão presentes diversas organizações que se colocam na cena política como representantes dos fumicultores: a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Sindicato Rural (SR) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).¹ O pano de fundo é uma relação de disputa pelo capital político gerado pelo reconhecimento que os fumicultores dão a cada entidade a partir da sua atuação.

O foco é a visão dos agricultores sobre essas entidades. Para desenvolver esse tema emerge um conjunto de outras questões tais como: através de quais interações os atores identificam determinados problemas como coletivos e os transformam em questões públicas? Como se dão essas interações sociais que conduzem os agricultores a se vincularem ou desvincularem às organizações? Quais são as redes de sociabilidade que promovem tais decisões? Que significados são atribuídos pelos agricultores para cada entidade? Em que situações eles ouvem a voz de uma ou de outra? Que tipo de relação é estabelecida entre os agricultores e essas entidades? Em que medida as condições econômicas influenciam nas decisões relacionadas às diversas formas de adesão às entidades em questão?

É frequente se ouvir dizer, em seminários e rodas de conversa, em que se trata do tema da agricultura, que a participação dos agricultores na vida política é pequena e que não há interesse por parte deles em se envolver nas organizações. A partir dessa concepção presente no senso comum, procurei analisar as lógicas que dão sentido ao comportamento dos agricultores no que se refere à participação em organizações de representação política².

Boa parte das reflexões desenvolvidas nesta dissertação foram baseadas nas contribuições teóricas de Benford e Snow (1986 e 2000), Snow (2001) e Cefai (2001, 2007 e 2009), autores que, cada um a seu modo, trouxeram para os estudos da ação coletiva a perspectiva microssociológica goffmaniana, especialmente a partir da obra *Frame Analysis* (GOFFMAN, 1974/2012). Nela, Goffman parte das discussões introduzidas por William James no século XIX a respeito da percepção da realidade e por Alfred Schultz, já no século XX, sobre as múltiplas realidades. O pressuposto é que o que constitui a realidade não é a estrutura ontológica dos objetos, mas o sentido que as pessoas atribuem à sua experiência. Assim, o objetivo de Goffman era identificar alguns dos esquemas de compreensão da realidade disponíveis na sociedade, isto é, entender como as pessoas, em seu cotidiano, definem o que está acontecendo nas diversas situações em

¹ Há, no Rio Grande do Sul e no Brasil, diversas outras entidades que também se propõem como representantes dos agricultores, mas não estão presentes em Santa Cruz do Sul. Serão mencionadas no trabalho, apenas quando necessário, mas não estão sendo consideradas como um ator importante nesta pesquisa.

²Parto do pressuposto de que participação política é um termo amplo, que engloba diversas formas de envolvimento em processos sociais relacionados a questões públicas. A pressão sobre autoridades políticas locais, especialmente vereadores e deputados e a participação em associações comunitárias são exemplos das diversas formas possíveis de participação política. Nesta dissertação, no entanto, darei atenção a uma forma específica de participação política, qual seja a participação em organizações corporativas, tais como sindicatos, associações e movimentos sociais.

que se encontram envolvidas:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles. Quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro (*frame*³). Minha expressão “análise de quadros” (*frame analysis*) é um slogan para referir-me ao exame, nestes termos, da organização da experiência (GOFFMAN, 1974/2012, p. 34).

Tais princípios de organização a que o autor se refere são os pressupostos que orientam as pessoas a definirem do que se trata a situação em que se encontram e, a partir disso, decidirem qual deverá ser o melhor comportamento a ser adotado. Para desenvolver sua reflexão, o autor propõe os conceitos de esquemas primários e tonalizações. Os primeiros permitiriam aos que interpretam os acontecimentos “localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas (...)” (GOFFMAN, 1974/2012, p. 45). Quando estes esquemas primários são substituídos por outros, que passam a orientar a atribuição de sentidos para os objetos e acontecimentos, temos um processo que o autor chama de tonalização. Para ilustrar seu raciocínio, Goffman recorre a um exemplo citado por Gregory Bateson, que analisou as brincadeiras entre os animais e identificou que eles sabem diferenciar quando um ato é uma briga e quando este mesmo ato é uma brincadeira. Analisando-se uma cena dessas a partir dos esquemas primários, concluiríamos que seria uma briga. Analisando-se, porém, a partir de uma tonalização, percebe-se que se trata de uma brincadeira.

Snow e seus colaboradores utilizam esta perspectiva desenvolvida por Goffman para analisar as interações em geral e a adaptam para os estudos das ações coletivas. Eles promoveram uma reflexão a respeito de como os movimentos sociais, enquanto processo de ação coletiva, e as organizações de movimentos sociais, enquanto entidades, promovem processos de tonalização ou mudanças de quadros e, por consequência, de comportamentos. Quando bem sucedidos nesse processo, ocorre o que Snow [et al.] (1986) chamaram de *frame alignment*, ou alinhamento interpretativo, isto é, a

ligação entre as orientações interpretativas das organizações dos movimentos sociais e dos indivíduos, de tal forma que o conjunto de interesses, valores e crenças dos indivíduos e as atividades, objetivos e ideologia das organizações dos movimentos sociais estejam congruentes (SNOW [et al], 1986, p. 464).

Para Benford e Snow (2000), as significações atribuídas pelos membros dos movimentos sociais a seus antagonistas, a eles mesmos e aos que os rodeiam, não são algo dado, ao contrário, são produzidas de maneira processual pelos atores. O *framing*, portanto, é uma construção de significados, um “fenômeno ativo e processual que implica agência e contestação no nível da construção da realidade” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614). Os autores propõem, então, o conceito de “frames da ação coletiva”, isto é, os produtos resultantes do *frame alignment*. Através deles,

os adeptos dos movimentos negociam um entendimento compartilhado de alguma condição problemática ou situação que eles definem como tendo que

³ Optamos por manter o termo no idioma original devido à dificuldade de se manter o mesmo sentido na tradução. No inglês, *frame* refere-se tanto a estado ou disposição de espírito, quanto a ossatura, moldura, tabela, sistema de referências, dentre outros. Da mesma forma, o verbo *to frame* significa ajustar alguma coisa, compor um texto, projetar um desenho, conceber uma ideia. No artesanato, significa colocar as bordas, definir as margens, etc. No contexto cinematográfico, significa colocar em cena, colocar no lugar (CEFAÍ, 2001).

mudar, fazem atribuições demarcando de quem é a culpa ou qual é a causa dos problemas, articulam um conjunto de alternativas combinadas, incitam outros para agir com vistas a contribuir para a mudança (BENFORD; SNOW, 2000, p. 615).

As características até aqui apresentadas sobre os *frames* da ação coletiva são apontadas pelos autores como predicados constantes, invariáveis, mas haveria também um conjunto significativo de características variáveis que constituiriam os *frames* da ação coletiva, dentre as quais destaca-se o grau de ressonância, ou seja, a capacidade de mobilização. O grau de ressonância varia conforme a credibilidade do *frame* que o movimento social está promovendo, o qual depende de três fatores: consistência, credibilidade empírica e a credibilidade dos articuladores do *frame* e das lideranças dos movimentos (*claimsmakers*). No conjunto dessas características variáveis, esta última é a que mais está relacionada com o contexto dos agricultores de Santa Cruz do Sul. Como veremos no decorrer desta dissertação, pelo que se pôde apreender do trabalho de campo, a confiabilidade das lideranças é um elemento crucial para o sucesso das organizações políticas.

Ainda no que se refere à ressonância, Snow (2001, p. 40) complementa: “o potencial de mobilização dos quadros de ação coletiva depende de seu grau de ressonância com as narrativas culturais de maior amplitude”. O pressuposto dessa afirmação é que o sentido que as pessoas conferem às experiências que vivenciam é externalizado através das narrativas, estritamente ligadas à construção dos códigos culturais que influenciam a forma mais comum de enquadramento interpretativo de um determinado contexto cultural.

Benford e Snow (2000) insistem ainda na ideia de que não basta saber se o *frame* é elaborado ou não, nem qual *frame* foi elaborado. É necessário conhecer também a maneira como ele foi construído e decompor o processo envolvido por detrás dessa construção. Há um conjunto amplo de interações e de micromobilizações que precisam ser conhecidas para entender melhor a atuação dos movimentos.

Os quadros da ação coletiva são definidos por Snow (2001, p. 28) como um “conjunto de crenças e significações orientadas para a ação, que inspiram e legitimam as atividades e campanhas dos segmentos organizativos de um movimento social”. Eles são o produto do enquadramento que os atores sociais realizam, ou seja, o trabalho de significação – de atribuição de sentido aos fatos e objetos – que os participantes e os dirigentes dos movimentos realizam constantemente. Nesse sentido, os códigos culturais de um determinado grupo, no caso, os traços germânicos característicos dos colonos⁴ produtores de fumo, exercem significativa influência no processo de construção dos quadros da ação coletiva, porém o que determina, em última instância, a sua construção, segundo o autor, é o alinhamento interpretativo que os movimentos sociais procuram promover⁵ (SNOW, 2001).

⁴ Colono é o termo usado na região para se referir aos agricultores. Seyferth (1993) chamou atenção para a dimensão étnica da identidade camponesa do sul do Brasil expressa por essa categoria. Ao mesmo tempo em que possui uma conotação de campesinidade, representa também uma “origem” europeia. No caso de Santa Cruz, a origem é germânica, característica que será melhor discutida no capítulo 1. A autora identificou um conjunto de elementos que caracterizam o *ethos* do colono: possuir uma fração de terras, produzir alimentos para o próprio consumo e ter um pertencimento tradicional à comunidade rural. Voltaremos a este ponto no decorrer do trabalho

⁵ Ao analisar sua perspectiva no contexto da teoria sociológica, Snow (2001) considera que a teoria dos *framings* possui elementos construtivistas (porque dá lugar à iniciativa dos atores para se organizarem em movimentos sociais e promoverem o alinhamento interpretativo) e elementos estruturalistas (porque não esquece que os quadros da ação coletiva fazem parte e estão inseridos dentro de um contexto cultural que exerce influência na forma de os indivíduos enquadram sua realidade).

Através desse alinhamento, quando bem sucedido, o movimento social promove uma adaptação dos quadros de significados das pessoas mudando sua tradicional forma de ver o mundo para uma visão baseada nos valores do movimento. Inicialmente, os movimentos sociais apenas ampliam ou abrem o quadro interpretativo das pessoas para novos valores. Depois procuram transformá-los de fato, o que constitui a fase mais desafiadora, pois é justamente a transformação dos valores dos atores que condiciona o sucesso do movimento. Isto seria o ideal. Na prática, porém, estas tentativas de alinhamento são sempre muito limitadas.

Embora em alguns trechos o autor mencione um processo de negociação entre organizações de movimentos sociais e seus adeptos na construção do *frame*, essas ideias demonstram que o conjunto de textos de Snow e coautores dá mais ênfase para um processo marcado por uma verticalização de cima para baixo das organizações de movimentos sociais em relação aos seus adeptos do que a um processo negociado de construção do *frame*. Nesse sentido, adotarei nesta dissertação o conceito de alinhamento proposto, porém chamando a atenção para o fato de que o *frame alignment* não é um processo no qual apenas as organizações impõem um determinado entendimento e os seguidores aceitam, mas um processo de constantes negociações em que os estes também impõem às lideranças seus próprios enquadramentos a respeito das situações, tal como veremos em alguns exemplos ao longo do trabalho.

De todo modo, o que nos interessa em Snow é sua argumentação central: a de que há uma associação direta entre a adesão a um movimento social e um processo de “mudança de quadro”, nos termos de Goffman, ou reenquadramento/reinterpretação da realidade, nos termos do autor. É essa mudança, essa quebra de valores, que condiciona a possibilidade de mobilização. Por si só, ela não mobiliza, mas é condição para os atores se mobilizarem.

Daniel Cefaï se apropria de boa parte das reflexões de Snow, mas procura levar Goffman às últimas consequências. Considera insuficiente a abordagem snowiana, que estaria restrita aos aspectos explícitos e instrumentais do enquadramento, ao passo que Goffman trabalharia também com questões como a legalidade de uma ordem de interação, com as controvérsias e de como diferentes atores cooperam em diferentes lugares e momentos para coproduzirem um evento. Trazendo as noções de “experiência comum” e “inteligibilidade mútua” a serem utilizadas como base para as ações coletivas, Cefaï dá atenção aos processos interativos entre os atores que, a partir de vivências de situações (experiências) semelhantes, criam e compartilham novos entendimentos e interpretações (*frames*) a respeito daquilo que estão experienciando e transformam problemas até então considerados particulares em problemas públicos.

Em síntese, enquanto os *framings* da ação coletiva teorizados por Snow são sempre promovidos por organizações de movimentos sociais, que procuram tornar alinhados os quadros de todos os seus membros, Cefaï, por sua vez, através do conceito de arenas públicas, chama atenção para a criação dos novos *framings* – os *framings* da ação coletiva – a partir das próprias interações entre os atores, sem a necessidade da existência de uma organização prévia. Nesse sentido, procurei, durante a pesquisa, analisar a maneira como os agricultores veem a atuação destas entidades na construção de problemas públicos, como se veem representados e que critérios utilizam para definir sua participação em uma ou outra, bem como observar os processos de reenquadramento interpretativo (ou de transformação de *framing*) (BENFORD; SNOW, 2000, SNOW, 2001, CEFAÏ, 2001, 2009) promovidos tanto pelas entidades em questão, quanto pelos próprios agricultores, através de suas interações cotidianas.

Boa parte dos processos de engajamento dos atores sociais nas entidades de representação política se dá em torno da construção de problemas públicos. Embora este conceito tenha sido formulado anteriormente por outros autores, especialmente Gusfield (1981), utilizarei nesta análise a definição feita por Daniel Cefaï, que, nos seus diversos escritos, procurou aprofundá-lo de forma a dar conta de diversos contextos de ação coletiva. Baseado em uma abordagem pragmatista, o autor chama atenção para a dimensão pública da ação coletiva. Sua questão de fundo é a centralidade atribuída à noção de público. Para isso, o autor evidencia a dimensão dramatúrgica e retórica da atuação dos atores políticos e a relação disso com a questão da definição das identidades coletivas. Ele propõe englobar a interação estratégica (aquele da micromobilização) em uma concepção de “arena pública” a fim de superar o entendimento de ação coletiva como atividades decorrentes de uma junção de interesses individuais com um objetivo em comum, típica da Teoria da Mobilização de Recursos.⁶

O autor considera as redes e organizações como contextos de experiência e de ação se realizando, de modo que ganha importância a análise das experiências que os atores vivenciam no cotidiano e como elas promovem um processo de transformação do *framing* dos atores. Nesse sentido, a política se faz nos locais onde as pessoas se encontram pelos motivos mais triviais na sua vivência cotidiana: “as vias de acesso à arena pública passam por regimes de engajamento não-públicos” (CEFAÏ, 2011, p. 74). Assim, se considerarmos o político como algo ligado apenas às organizações e instituições políticas, dotadas de formalidade, tudo o que está fora disso é considerado não-político. Para Cefaï, no entanto, a fronteira que delimita o político e o não-político é constantemente deslocada, uma vez que as redes de sociabilidade, que fazem parte do cotidiano informal das pessoas (o “não-político”), têm uma importância decisiva para o mundo da política (no sentido das organizações e instituições). A preocupação do autor, em última instância, é identificar o que provoca interesse em uma ação coletiva: “o que mantém juntas as pessoas, a que elas se prendem e o que as faz se prenderem” (CEFAÏ, 2009, p. 25). No caso dos agricultores de Santa Cruz, esses espaços são as visitas entre os vizinhos, a convivência nas bodegas, as celebrações religiosas dominicais, a convivência no âmbito do centro comunitário⁷, dentre outros, espaços estes que procurei observar atentamente como uma forma de entender o que organiza a vida dos fumicultores, com ênfase para a sua dimensão política.

Cefaï considera que o desafio dos movimentos sociais é converter mal-estares pessoais em causas coletivas, no contexto de uma arena pública, para onde apontam os atores coletivos e onde emergem novos universos de sentido. Dessa forma, ganha importância em sua teoria a dimensão afetiva da ação coletiva, pois é ela, segundo o autor, que faz com que haja a experiência: “é ela que garante nosso contato com os outros e com as coisas e o que mantém unidas as situações nos situando nelas. A ação coletiva não está

⁶ Tendo por base as proposições teóricas de Mancur Olson, no âmbito da teoria da escolha racional, os proponentes da Teoria da Mobilização de Recursos (McCARTHY; ZALD, 1977), acrescentaram a essa discussão a dimensão política da mobilização. Ou seja, chamaram atenção para o fato de que, diferentemente do que propunha Olson, as pessoas não se mobilizam apenas por interesses econômicos, mas também políticos. Tais autores consideravam a agregação de recursos, como dinheiro e trabalho, um elemento central para compreender as atividades dos movimentos sociais, os quais eram concebidos como empreendimentos em meio a uma lógica mercantil de minimização dos custos e maximização dos resultados.

⁷ Nas regiões coloniais, as localidades geralmente possuem um salão comunitário, onde as pessoas se reúnem aos domingos e dias festivos para praticar jogos e outras atividades de lazer. As bodegas são estabelecimentos comerciais nos quais alguns colonos se encontram, especialmente no fim do dia, para beber cachaça ou cerveja. Em outras regiões do país, usa-se mais o termo “bar” ou “venda”. Geralmente as bodegas ocupam o papel de um minimercado onde as pessoas podem encontrar alguns itens de primeira necessidade.

toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar” (CEFAÍ, 2009, p. 31). É também na percepção de que o próximo está sentindo as mesmas emoções que, aos poucos, vai se criando a identidade coletiva que leva ao agir também coletivo.

Cefaï (2001) chama a atenção ainda para a necessidade de ir além das narrativas dos líderes, ideólogos ou jornalistas em relação aos movimentos sociais e levar em conta também as narrativas produzidas pelos participantes que constituem a base de tais organizações, suas redes conceituais e suas tramas narrativas. É isto que busca esta dissertação: evidenciar as narrativas dos “homens comuns” das organizações, identificar quais os conceitos e interpretações estão orientando suas ações, que interesses os estão conduzindo à adesão aos movimentos e quais interações estratégicas estão constituindo as arenas públicas em que ocorre a ação coletiva.

Outra contribuição de Cefaï (2001) é a constatação de que os graus de adesão e conversão aos movimentos sociais, bem como os níveis de engajamento e participação são extremamente variáveis, da mesma forma que há variações também no uso que os atores fazem das diversas identidades que podem ser acionadas, dependendo das circunstâncias. Há contradições, sincretismos, paradoxos e ambivalências. Isso nos ajuda a problematizar a participação política dos agricultores, especialmente no que se refere à vinculação às organizações e à ativação de diferentes identidades.

A discussão a respeito do enquadramento interpretativo, para Cefaï, precisa estar vinculada ao conceito de arenas públicas, espaço da disputa em torno da resolução de problemas públicos. De acordo com a definição do autor, elas possuem três elementos caracterizadores. O primeiro é a importância das organizações, entendidas como mobilizações coletivas e dinâmicas de institucionalização inseridas em um contexto de atuação dramatúrgica⁸. Cefaï [et al] (2011) apontam para a necessidade de descrever as performances públicas, sejam as participações dos indivíduos em reuniões ou manifestações, sejam as tomadas de posições dos porta-vozes das organizações. Mas, para além disso, enfatizam que “é preciso descrever, se possível etnograficamente, as atividades fora de cena (que vão dos simples laços de sociabilidade entre vizinhos ou amigos às preparações em segredo das estratégias políticas adotadas)” (CEFAÍ [et al], 2011, p. 41). Nesse sentido, as teorias até então elaboradas sobre a ação coletiva (tais como a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria das Organizações, das Redes, dentre outras) não são suficientes.⁹ É necessário levar em conta também

outras fontes de análise até então negligenciadas por essa literatura, como a antropologia das relações de parentesco, o estudo das comunidades locais, a análise dos simbolismos religiosos, a etnografia da comunicação comum e a microssociologia dos espaços públicos (CEFAÍ [et al], 2011, p. 42).

A segunda característica das arenas públicas são as associações como formadoras de problemas públicos através dos temas que estabelecem como pauta. A forma com que elas chegam a esse resultado foi denominada pelos autores como “teatros do sentimento e da opinião”, uma vez que a associação unifica os sentimentos e opiniões de seus membros e os externaliza ao público (ou à arena pública) de um modo dramatúrgico, interferindo, assim, na opinião pública e nas agendas midiáticas. A emergência de um problema público “(...) envolve afetividades, sensibilidades e moralidades; envolve

⁸ Chamando atenção para a dimensão da dramaturgia no comportamento cotidiano, evidenciada por Goffman, Cefaï (2001) considera o mundo social como uma cena pública em que os atores realizam atuações performáticas.

⁹ Na Antropologia, esta dimensão já havia sido destacada por Wolf (1966/2003) quando chamou a atenção para a importância de “estruturas informais” do poder político, que lhes são justapostas de maneira intersticial, paralela e suplementar: as relações de parentesco, amizade e relações patrono-clientes.

experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça (...)" (CEFAI [et al], 2011, p. 42).

A terceira característica está relacionada à importância das associações como atores constituintes das "redes de políticas públicas"¹⁰, em que o Estado incentiva a institucionalização das organizações políticas a fim de servirem como mediadoras de políticas públicas. Para Neves (2008), os mediadores são importantes para o reconhecimento social de certos grupos. São agentes dotados de capitais específicos que podem contribuir para a promoção de transformações na vida dos grupos com os quais estabelece as mediações. Aqui daremos atenção à mediação que as entidades fazem das políticas públicas entre o Estado e os agricultores, especialmente no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Destacamos ainda a contribuição de Thompson (1998) quando chama atenção para o fato de que as mobilizações políticas não buscam sempre a transformação de elementos da sociedade, mas em alguns casos, lutam pela manutenção da ordem estabelecida, especialmente em momentos em que surgem ameaças aos costumes e aos direitos anteriormente conquistados. No decorrer do trabalho trabalharemos com exemplos que ilustram ambos os processos.

Inicialmente, o projeto desta pesquisa estava voltado para a análise da visão dos agricultores que se vinculavam ao mesmo tempo ao MPA e ao STR, por sugestão de Cadoná (2004), que apontou esta dupla vinculação como um objeto interessante para ser estudado. Ao iniciar o trabalho etnográfico, porém, percebi que há outras duas entidades que também se constituem como atores importantes no campo político¹¹ em questão: o Sindicato Rural (SR) e a Afubra.

No projeto de qualificação, o SR não estava sendo considerado como um ator central porque, por ser patronal, deduzi, *a priori*, que tivesse pouca força em uma região onde predominava a agricultura familiar. Conforme o presidente desta entidade, o sindicato tem cerca de dois mil associados e possui extensão de base, para além de Santa Cruz do Sul, em Vale Verde, Passo do Sobrado, Vera Cruz, Vale do Sol, Sinimbu, Herveiras e Gramado Xavier, um conjunto de municípios relativamente maior do que a extensão de base do STR, o que nos fez inferir que o número de agricultores de Santa Cruz era pequeno. O que me fez, portanto, dar ao SR o mesmo peso que as demais entidades foi o fato de que há um conjunto significativo de agricultores que, pela legislação que rege o enquadramento sindical, deveriam se vincular ao STR, mas preferem se associar ao SR.

¹⁰ Redes de políticas públicas podem ser definidas, grosso modo, como articulações entre atores estatais e não-estatais no intuito de formular e/ou implementar uma política pública. Para aprofundar, ver Hassenteufel (1995) e Rhodes (2006).

¹¹ Bourdieu (2011) define campo político como o lugar em que se geram produtos políticos em um contexto de concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos. No interior deste campo quem tem mais poder é quem tem mais capital político acumulado, ou seja, a atribuição de representar um conjunto considerável de indivíduos, o que garante legitimidade e reconhecimento e permite alcançar os objetivos com maior facilidade. Quanto maior for a capacidade de mobilização de uma organização, maior será a base política que ela representa, consequentemente, maior será seu capital político e maior será seu poder no interior do campo político. Este tipo de capital "é uma forma de capital simbólico, crédito formado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem" (BOURDIEU, 2011, pp. 187-8), uma vez que a força de um discurso é medida pelo grau de reconhecimento que provoca nos indivíduos.

Com a Afubra ocorreu um processo semelhante na construção do objeto. Nas conversas com os fumicultores, fui percebendo que a Afubra era uma entidade muito presente no seu cotidiano e que, em função da atuação desta entidade no contexto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco¹², muitos deles passaram a se sentir mais representados por ela em função da identificação de objetivos em comum. A forma como essa entidade se faz presente na vida dos colonos será discutida no decorrer do trabalho.

Embora também participe da disputa pela representação política dos produtores, a Afubra o faz em outro plano. O primeiro motivo é o fato de que sua finalidade é a representação específica dos fumicultores e não dos agricultores em geral, tal como as demais. O segundo fator é que o principal serviço oferecido pela associação, o seguro mútuo¹³, não é oferecido por nenhuma das demais entidades em disputa e, portanto, não há possibilidade de escolha por parte do produtor.

Além dessas entidades, existem outras como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Fetraf¹⁴. Assim como o MPA e a Contag, a Fetraf se propõe a representar os trabalhadores na agricultura de pequena escala, especificamente aqueles que se enquadram na categoria de agricultores familiares, dentre eles os fumicultores. Ela, porém, não tem presença organizativa na região de Santa Cruz em função de um acordo com o MPA. Sendo, na região, entidades com projetos políticos semelhantes, optaram por não disputar a mesma base nos mesmos territórios (Liderança da Fetraf, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

As empresas processadoras do fumo também fazem parte do campo político em questão, mas não são organizações de representação política. Conhecidas como fumageiras, são representadas pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). Compram o fumo dos produtores a elas integrados e desenvolvem uma série de atividades junto aos agricultores. Este conjunto de atividades acaba influenciando o modo de pensar dos fumicultores e organizando, de certa forma, a dinâmica de vida destes sujeitos. Por serem responsáveis pela movimentação da quase totalidade da economia da região, as empresas do fumo gozam de um poder político nada desprezível. Isto significa, portanto, que os *framings* elaborados pelos fumicultores, no que se refere à sua participação política, sofrem forte influência de um determinado modo de conceber o mundo, o qual é construído também pelas empresas.

O principal elemento que justifica a escolha da região de Santa Cruz do Sul para a realização desta pesquisa é o fato de que ela constitui um espaço em que a disputa por representação política dos agricultores se expressa de forma mais explícita. Mas, para além deste fator, a escolha ainda se justifica pela centralidade que esta região assume para o complexo agroindustrial do tabaco.

A região de Santa Cruz do Sul se constituiu, ao longo do tempo, no principal polo

¹² Tratado internacional liderado pela Organização Mundial da Saúde que objetiva a redução do consumo de cigarros e interfere negativamente para os agentes econômicos ligados ao complexo agroindustrial do tabaco, dentre eles os fumicultores. Aprofundaremos esse ponto no último capítulo.

¹³ Para as lavouras de fumo, o seguro é quase uma obrigatoriedade, por causa dos altos índices de granizo no sul do país.

¹⁴ A Fetraf tem origens muito próximas às do MPA. Foi construída por agricultores que participavam do antigo Departamento Rural da CUT e que, por diferentes razões que não cabe explorar aqui, decidiram criar uma entidade à parte. Assim, em 1997, em Santa Catarina, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (Fetrafesc), em alternativa à Fetaesc. Em 2001, a experiência se expandiu para os três estados do Sul, surgindo a Fetraf-Sul e em 2004 a Fetraf-Brasil. Picolotto (2011) reconstrói de maneira aprofundada os meandros desse processo.

nacional da cadeia produtiva do tabaco. Foi na Colônia¹⁵ Santa Cruz, fundada em 1849, que esta cultura se intensificou e se consolidou. Hoje, esta região concentra o maior complexo agroindustrial de fumo do mundo (SILVA, 2002). Toda sua dinâmica econômica gira em torno desta cadeia, desde a industrialização de equipamentos e insumos para a produção, passando pela plantação e pelo beneficiamento. Ela é, portanto, canalizadora das principais reivindicações dos fumicultores e das disputas entre as suas entidades representativas. A fundação da Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra, conforme será relatado no decorrer do trabalho, ocorreu neste município, onde mantém sua sede até hoje. As principais mobilizações dos fumicultores, como as “greves” de 1986 e 1989, tiveram como palco as ruas de Santa Cruz do Sul (VOGT, 1997). Também é de lá o coordenador da Comissão da Pequena Propriedade da Farsul¹⁶, o presidente do SR, justamente por ser líder de um sindicato cuja base é majoritariamente composta por pequenos proprietários. Igualmente, a sede da Cooperativa de Habitação, Produção e Serviços Rurais (Cohaps-RS), criada em 2013 por aquela comissão da Farsul, para mediar o PNHR, está localizada no SR de Santa Cruz e é presidida por este mesmo líder.

É neste município também que estão instaladas as sedes de duas cooperativas importantes do MPA: a Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (Cooperfumos) e a Cooperativa de Habitação Camponesa (Cooperhab). A primeira é destinada à organização da produção dos agricultores vinculados ao movimento, através de projetos de assistência técnica e a segunda constitui a entidade jurídica do MPA para o encaminhamento das demandas ligadas ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). No município vizinho, Vera Cruz, está sediada a Cooperativa de Produção Camponesa (CPC), entidade cuja função é semelhante à Cooperhab, mas destinada a mediar outra política pública, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Tendo em vista a perspectiva pragmatista,¹⁷ o método que elegi para a realização da pesquisa foi o etnográfico, pois é o que permite observar aquilo que só é perceptível na vivência conjunta das situações e experiências concretas do cotidiano dos atores:

A pragmática dos regimes de ação é uma incitação a desenvolver o esforço de descrever e analisar em situação, a grande confusão de lógicas de racionalidade e de legitimidade que se imbricam em seus [dos grupos de ação coletiva] curso de ação e de decifrar os modos de organização da experiência de seus atores e expectadores (CEFAÍ, 2009, p. 23).

Embora não filiado ao pragmatismo sociológico, um estudo que nos forneceu indicações metodológicas de fundamental importância foi o de Comerford (2003). Ele adotou fortemente a perspectiva geertziana da descrição densa da cultura da sociedade em estudo. Seu trabalho é um exemplo de estranhamento do familiar e de familiarização do estranho, tendo em vista sua capacidade de desnaturalizar elementos considerados

¹⁵ O termo colônia possui diversos usos: pode ser usado para se referir ao conjunto de lotes de terra onde foram assentados os imigrantes – daí o nome colonos; como sinônimo de zona rural (“Eu moro na colônia” significa dizer que mora no campo); e como unidade de medida de terras – 25ha, que era a dimensão dos lotes recebidos pelos colonos assentados nas Colônias Novas, na região do Planalto Gaúcho já no início do século XX (SEYFERTH, 1999; VOGT, 2006).

¹⁶ Em consonância com a estratégia desta entidade de aproximar os agricultores enquadrados na categoria de agricultura familiar e disputar a sua representação.

¹⁷ De acordo com a perspectiva pragmatista, o pesquisador não deve basear seu estudo partindo dos atores já constituídos, mas do processo de constituição dos próprios atores (CEFAÍ, 2011).

como óbvios e relatá-los como se não o fossem, por exemplo, as visitas entre os vizinhos, os jogos de futebol, as brincadeiras (chacotas), as idas à escola, as relações entre famílias, dentre outros. Isso porque, em diversos casos, o fato de considerar algo como óbvio nos impede de refletir sobre ele e pode ser um obstáculo para a percepção de determinados processos que são determinantes para a compreensão de uma determinada situação.

O autor realizou uma análise etnográfica dos espaços não-institucionalizados em que ocorre a ação política no âmbito dos sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira. Ele estudou os espaços de sociabilidade para além da dimensão institucional e constatou que eles exercem influência decisiva sobre os espaços institucionais, tendo em vista a carga de valores morais e de reputação que é avaliada pelos que compõem a base das organizações em relação às lideranças. Conforme apontado no prefácio escrito por Moacir Palmeira, o autor pensa as ocupações de terra e reuniões sindicais não pelo viés da sua eficácia política, mas focando a sociabilidade, oferecendo uma nova visão dos sindicatos e do sindicalismo. Ao invés de disputas programáticas, lutas de famílias; no lugar da autenticidade, a reputação ou a respeitabilidade; ao invés da solidariedade de classes aprioristicamente suposta, a união fabricada nas pequenas disputas, internas e externas de todos os dias. Esta perspectiva possibilitou a conclusão de que o sucesso dos sindicatos dos trabalhadores rurais dependia muito mais da reputação moral dos dirigentes do que do desempenho do sindicato em si (PALMEIRA, 2003), de modo que a relação dos agricultores com os sindicatos era pautada mais pela dimensão da respeitabilidade das lideranças do que pela dimensão da representação política. É importante destacar, todavia, que o autor só pôde chegar a essas conclusões em função da confiança que ele adquiriu de seus informantes, o que permitia que os elementos referentes à conflitualidade do cotidiano lhe fossem mais facilmente narrados, uma vez que no plano das conversas formais, apenas os elementos da harmonia e da boa convivência eram externalizados. Esta confiança só é conquistada com um tempo mínimo de convivência (COMERFORD, 2003).

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado em três etapas: uma primeira sondagem para ter uma visão panorâmica do contexto¹⁸, durante os meses de abril e maio de 2013; uma segunda etapa, da metade de agosto ao início de outubro, momento em que foi realizada a etnografia propriamente dita e, por fim, uma terceira, mais curta de apenas dez dias entre o final de dezembro e o início de janeiro de 2014.

Na primeira etapa, entrevistei lideranças das principais entidades relacionadas à organização política dos agricultores de Santa Cruz do Sul e lideranças das greves de fumicultores de 1986 e 1989. Ainda nesta ocasião, procurei participar dos eventos sociais que envolveram agricultores ou representantes deles. Dentre os mais importantes, destacam-se o Encontro de Famílias Rurais¹⁹, na comunidade da Linha Araçá, também

¹⁸ Antes disso, eu já havia feito diversas visitas a Santa Cruz, iniciado algumas conversas e entrevistado algumas lideranças, o que foi crucial para a elaboração inicial do projeto, porém sempre de forma assistemática.

¹⁹ O Encontro de Famílias Rurais é um evento que ocorre anualmente e é organizado pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Santa Cruz do Sul. O objetivo é promover um espaço de integração, lazer, exposição e venda de artesanatos, alimentos e objetos antigos e discussão sobre temas de interesse dos colonos. Em 2013, o evento estava na sua oitava edição. Dadas as diversas situações em que o termo colono assume conotações pejorativas, percebi um esforço significativo da Emater em promover, através de diversas atividades recreativas, uma valorização da identidade de colono. Fizeram parte da mesa de abertura as seguintes autoridades: o representante do escritório municipal da Emater, a representante do Grupo de Mulheres Rurais Lírios do Campo, de Linha Araçá, a representante do escritório regional da Emater, de Soledade/RS, o secretário municipal de agricultura de Santa Cruz, o presidente do STR, um representante da Afubra e um representante do Sicredi. Essa presença na mesa de abertura do evento pode ser um indicativo do rol das principais entidades que a Emater considera relevantes para os agricultores e com as quais estabelece mais parcerias. Para explicar a

no distrito de Monte Alverne, em Santa Cruz do Sul e a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. A participação nesta reunião do conselho me abriu uma porta para chegar aos agricultores sem precisar passar pela mediação de nenhuma das quatro entidades em disputa²⁰. O conselho, conforme lei municipal nº 2.307, de 25 de maio de 1990, que o regulamenta, é constituído por representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), do STR, da Emater e das associações de produtores²¹.

Um dos representantes dessas associações comentou, durante a reunião, que no dia seguinte iria ocorrer um encontro de todos os presidentes de associações de produtores do distrito de Monte Alverne. Vendo nisso uma oportunidade de aproximação com os agricultores, conversei com este produtor e expliquei a ele um pouco da minha pesquisa sugerindo que a participação no evento iria me ajudar bastante. De maneira muito gentil, ele me convidou para ir até a sua casa para, de lá, irmos juntos até a casa onde iria ser realizada a reunião. Ao chegar, ele me apresentou para os que já estavam presentes e abriu um espaço para que eu também pudesse explicar do que se tratava a minha pesquisa, por que eu estava lá, quem eu era, onde eu estudava etc.²² Na minha fala, que durou cerca de dois minutos, expliquei que estava no início da pesquisa, fazendo os primeiros contatos e que, em um momento posterior, tinha a intenção de ficar morando um tempo em alguma comunidade para conhecer de perto o cotidiano e a dinâmica organizativa dos agricultores. Ao final, um dos presentes, Juvêncio, falou: “Se quiser, pode ir lá em casa. Eu tenho experiência com isso, porque lá em casa já foram vários estagiários do Capa²³.

ausência de representantes do SR é mais difícil de aventar alguma hipótese, porque há também diversas parcerias entre Emater e SR, mas a ausência de representantes do MPA é fácil de ser entendida, dada a disputa que existe entre Emater e MPA no que se refere a projetos de assistência técnica, como será discutido no decorrer do trabalho.

²⁰ Se eu chegassem à casa dos agricultores sendo apresentado por lideranças de qualquer uma das entidades em questão, imediatamente minha identidade iria ser enquadrada como a de um membro daquela entidade e isto modificaria o discurso dos agricultores a respeito das entidades. Eu precisava encontrar uma forma de me aproximar deles sem ser associado a nenhuma entidade.

²¹ Esta lei é de autoria do então vereador Benno Bernardo Kist, filho de colonos, que justificou a criação do projeto da seguinte forma: “O presente Projeto de lei visa criar e regulamentar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, previsto no artigo 189 da nova Lei Orgânica do Município, promulgada no último dia 03 de abril. Com as normas estabelecidas no Projeto pretende-se oportunizar o efetivo e imediato funcionamento desse Conselho, que é de fundamental importância para assegurar uma ampla discussão e uma profunda análise dos melhores caminhos para o desenvolvimento do setor básico de economia do Município, que é a agropecuária”. Em conversa informal com o ex-vereador, ele relatou que a iniciativa foi tomada em conjunto com o Secretário Municipal da Agricultura da época e com um funcionário da Emater, que consideravam importante a existência de um canal democrático a partir do qual os produtores pudessem trazer suas demandas. Logo após a criação do Conselho, foi criado ainda pela Prefeitura, por sugestão deste mesmo grupo, um programa de financiamento agrícola chamado de Fundo Rotativo com recursos exclusivamente municipais. Ao Conselho caberia a avaliação dos pedidos dos produtores para participarem do programa. A criação deste Conselho fez parte de um processo maior estimulado pela Constituição Federal de 1988, que permitia e incentivava a criação de Conselhos Municipais, vistos como possíveis formas de viabilizar a participação democrática. Ver mais em: <http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/gestaoprojetos.asp>. A participação dos colonos neste tipo de organização poderia ter sido também objeto de análise desta pesquisa, porém, em função da limitação temporal, optei por me restringir às entidades mencionadas.

²² Durante todo o trabalho de campo, era muito frequente os agricultores me perguntarem sobre a minha origem, onde eu estudava, por que eu tinha decidido estudar no Rio de Janeiro, como eu me sustentava, o que meus pais faziam etc. Era uma forma de eles juntarem elementos que lhes dessem condições de poder definir um *frame* para a situação provocada por mim durante a pesquisa.

²³O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA é uma entidade que exerce atividades junto a alguns agricultores em Santa Cruz, incentivando a produção agroecológica. Vinculada à Igreja Luterana, esta organização possui uma cooperativa de produção e comercialização de produtos orgânicos, chamada EcoVale. Os associados vendem seus produtos à cooperativa, que revende para os consumidores em uma

Pode ir lá conhecer a nossa propriedade". Fiquei muito feliz com o convite e anotei o telefone dele e de outros dois agricultores que também disseram que aceitariam uma visita minha.

Alguns dias depois, liguei para o Senhor Juvêncio e agendei uma visita. Ele me deu todas as instruções de como eu deveria fazer para chegar de ônibus até sua casa, na Linha Bonita²⁴, também distrito de Monte Alverne. Naquele momento eu estava morando em um quarto de pensão no centro da cidade. Fui em uma quinta-feira ao meio-dia e fiquei até o dia seguinte. Nesta visita tive a oportunidade de explicar com mais detalhes quais eram os objetivos e como eu planejava proceder. Assim, ao saber que eu tinha interesse em estudar a participação política deles, seu Juvêncio, na sexta-feira, me levou até a casa do Seu Miguel, também da Linha Bonita, por ser um dos primeiros beneficiários do atual Plano Nacional de Habitação Rural – PNHR, através do MPA.

Ali passei a manhã conversando com Seu Miguel, sua esposa e suas duas irmãs que moram próximo. Foi uma conversa muito produtiva porque pude ter uma primeira impressão do que eu iria encontrar na etnografia em si. Falei que tinha a intenção de ficar um tempo morando junto com eles na comunidade, ficando alguns dias na casa de cada família, participando de seu cotidiano, inclusive nos trabalhos da lavoura. Anotei também o número do telefone deles para contatá-los na segunda etapa da pesquisa.

Para a segunda ida a campo, procurei novamente o Seu Juvêncio para perguntar se eu poderia ficar alguns dias na sua casa. Gentilmente sua família me recebeu. Apesar de eu ter falado que estudava Ciências Sociais, um curso pouco conhecido para eles, havia seguidamente uma associação entre a minha figura e a de um estudante de agronomia ou técnico agrícola em fase de estágio curricular. Por isso, seguidamente as conversas caiam em questões de doenças do tabaco, técnicas de manejo, herbicidas etc., assuntos sobre os quais eu tenho poucos conhecimentos²⁵. Provavelmente se eu tivesse uma inserção maior nesse tipo de conhecimento técnico, eu teria tido uma aceitação maior. Mas isto não constituiu um grande problema para a pesquisa.

Fiquei três dias na casa do Seu Juvêncio e depois ele me levou para a casa do Seu Miguel, onde também eu já havia estado. Lá fiquei por oito dias, com a diferença de que eu dormia na casa dele, mas durante vários dos dias eu ficava na casa de vizinhos, a fim de diminuir o incômodo para Seu Miguel e Dona Gertrudes. As famílias nunca disseram estar incomodadas com a minha presença, porém, eu sentia que ela exigia uma mudança de rotina na vida da família e, quando prolongada no tempo, provavelmente gerava algum tipo de incômodo. Depois de quase quinze dias no campo, fui passar o final de semana na casa dos meus pais e depois fiquei na casa do Seu Deoclides e da Dona Maria, uma família que já não produz mais tabaco.

sede no centro da cidade. Como se trata de uma entidade mais direcionada à organização da produção e não à representação política dos agricultores, o CAPA não faz parte dos atores centrais desta pesquisa, mas é importante mencionar a sua existência, por se tratar de uma iniciativa que corrobora com as tentativas de contestação ao modelo convencional de agricultura e, nesse sentido, se aproxima do projeto político do MPA. Para maiores informações, ver www.capa.org.br.

²⁴ Da mesma forma que os nomes que utilizei para me referir aos meus interlocutores (inclusive das lideranças das organizações) são pseudônimos, Linha Bonita também é um nome fictício que criei para me referir à comunidade onde fiz a pesquisa, no distrito de Monte Alverne. Trata-se de um cuidado que procurei tomar para evitar constrangimentos às pessoas cujas trajetórias e ideias estão expostas neste trabalho. Destaco que não me restringi a interagir com fumicultores apenas desta comunidade. Como as localidades são muito próximas umas às outras, não deixei de interagir com os agricultores das comunidades vizinhas, que mantinham relações muito próximas com os moradores da Linha Bonita.

²⁵ Apesar de ser filho de agricultores, eu não tinha domínio sobre essas questões porque meus pais trabalham com criações de aves e suínos e, para além disso, saí da casa dos meus pais com 14 anos de idade, há 11 anos, portanto.

Ao final de três semanas de etnografia concluí que a estratégia de ficar um período com cada família não era a mais adequada. Procurei, então, o Seu Alcides, um dos vizinhos do Seu Miguel. Ele tinha uma casa a mais em sua propriedade, que era utilizada, quando necessário, pelos “peões”²⁶, e perguntei se haveria a possibilidade de ele me alugar um quarto neste espaço. A casa estava na sua propriedade, porém, havia sido construída por seu pai, que mora ao lado. Seu Alcides precisava primeiro conversar com o pai para confirmar. No dia seguinte telefonei novamente e consegui fechar o acordo. Assim, lá passei o resto do tempo da pesquisa, visitando as famílias da localidade e algumas de localidades vizinhas.

De manhã cedo, tomava o café generosamente preparado pela Dona Nilse e ia para a casa da família que eu visitaria, onde geralmente eu ficava até o fim do dia. Algumas vezes jantava na casa da família; outras vezes voltava para jantar com Seu Alcides e sua família. Seu Alcides planta fumo, mas também hortigranjeiros. Sua especialidade é o cultivo de repolho, brócolis e couve, vendidos para a Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz Ltda., antiga Associação de Produtores do Horto Atacado²⁷. Ele faz parte da diretoria desta cooperativa, é membro do Conselho Fiscal do STR e do Conselho Administrativo do Sicredi.

Ao final desta segunda etapa, entreguei para algumas famílias algumas perguntas por escrito para que os agricultores pudessem escrever (sem necessariamente se identificar) ideias que gostariam que constassem na dissertação. Poucas famílias escreveram, mas foi um instrumento válido para dar a oportunidade de as pessoas externalizarem possíveis reflexões sobre as quais não se sentiam à vontade para falar. Essas questões estão no apêndice.

Na terceira etapa, tive a oportunidade de vivenciar outra fase da produção do fumo: a colheita e a secagem. É a época mais sofrida para os colonos, especialmente quando colhem as primeiras folhas do pé de tabaco, que estão na parte inferior do pé, o que obriga as pessoas a trabalharem o tempo todo abaixadas. Além disso, há a dificuldade de “cuidar o forno”, ou seja, manter o fogo sempre aceso por três ou quatro dias até que o fumo da “fornada” seque completamente e seja guardado em um galpão para ser “manilhado” ou “manocado” posteriormente²⁸.

Os colonos²⁹ ficavam surpresos com o fato de eu me dispor a ajudar nos trabalhos, dada a concepção de que colher fumo é um “serviço pesado” e dado o pressuposto deles de que eu não estaria acostumado com esse tipo de atividade. Havia uma preocupação se eu aguentaria, de fato, o sol forte e todas as adversidades da colheita, especialmente os possíveis efeitos do contato da umidade da planta com a pele, já que, pela manhã, está molhada pelo efeito do orvalho e esta água, que é carregada de nicotina, quando entra em contato com a pele, pode provocar consequências negativas para a saúde, como a doença

²⁶ Na região de Santa Cruz, os peões são trabalhadores assalariados ou diaristas que geralmente não possuem vínculo formal e trabalham de forma fixa ou esporádica nas propriedades dos colonos, especialmente nos momentos de colheita. Este foi o principal tema discutido na terceira etapa da pesquisa e será retomado no último capítulo.

²⁷ Mora (2012) fez um estudo sobre esta cooperativa, seus limites e possibilidades.

²⁸ Manilhas ou manocas são os nomes dados para um conjunto de folhas de fumo amarradas, de acordo com sua tipologia.

²⁹ A figura do “colono” no Sul do Brasil tem características significativamente distintas do colono do sudeste, que trabalhava nas lavouras de café, sob o regime do colonato. Este trabalhava na terra do fazendeiro e tinha a permissão de produzir alimentos para a subsistência em uma parte da fazenda. Dentre os vários estudos realizados sobre esta forma de organização do trabalho, destaca-se o de Martins (1979). No Sul, os colonos tinham desde o início a sua própria terra, na qual residiam e cultivavam suas lavouras, conforme veremos no decorrer do capítulo.

do tabaco-verde³⁰. No entanto, embora eu nunca tivesse executado esse tipo de trabalho, a exposição ao sol e ao trabalho forçado não eram algo tão distante de mim, já que sou também filho de colonos e, ainda quando criança, fui ensinado também a “não fugir do serviço”.

Durante toda a etnografia procurei acompanhar os colonos nas suas mais diversas atividades, que não se restringiam à fumicultura. Essas atividades, dependendo da família, iam desde ajudar a fazer uma cerca em um potreiro, fazer lenha, roçar capoeira e capinar até ajudar a transferir peixes de um açude para outro. “Ele vai na roça junto” era uma frase recorrentemente dita pelos colonos uns aos outros a respeito de mim. O tom era sempre de surpresa e estranhamento porque era difícil para eles compreender o que eu ganhava indo trabalhar com eles sem ter nenhuma remuneração. “Mas, o que o senhor ganha com isso?”, perguntavam. Para mim, o cotidiano da roça era extremamente importante, pois era o espaço da informalidade, em que os colonos se sentiam mais à vontade para expor suas ideias, me fazer perguntas, contar histórias etc. O último dia do trabalho de campo foi particularmente especial, porque tive a oportunidade de acompanhar a colheita de uma “fornada” de fumo com a presença do casal de produtores e os peões que foram contratados para auxiliar na colheita. Participei ainda de atividades de lazer, como jogos (bocha, futebol, bolão), bailes da comunidade, comemorações de aniversários, festas de Primeira Eucaristia, atividades religiosas (missas, velórios³¹) e acompanhei visitas entre vizinhos.

A escala inicial de análise foi a localidade da Linha Bonita. Porém, ao adotar a perspectiva de Geertz (1973/2008) de não estudar “a aldeia”, mas “na aldeia”, não me restringi a analisar apenas os fatos lá ocorridos. A intenção foi partir desta localidade para pensar questões de uma maneira mais ampla. Por isso é que no decorrer da dissertação, tratarei de acontecimentos em outras comunidades de Santa Cruz, bem como de municípios do entorno, de modo a promover reflexões sobre determinados processos sociais, tendo como base o contexto empírico da referida localidade.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro apresento os fumicultores, suas características culturais, a dinâmica da produção do tabaco, o que é ser um colono alemão em Santa Cruz, a importância da atividade para a região, enfim uma contextualização inicial. No segundo, resgato as principais experiências associativas vivenciadas pelos colonos desde o início do século XX, chamando a atenção para a construção dos *framings* dos colonos e a forma como isso interfere nos processos de publicização de problemas, ou seja, na construção de determinados problemas como públicos. No terceiro capítulo procuro discutir elementos que ajudam a entender a vinculação e a participação dos fumicultores nas quatro entidades. Destacarei o

³⁰ Intoxicação aguda causada pela absorção de nicotina das folhas de tabaco através da pele. Provoca dores de cabeça, náuseas, vômitos e mudanças na pressão arterial.

³¹ Os velórios são espaços particularmente especiais para se perceber a importância da reputação das pessoas. No plano dos discursos formais, eram evidenciadas apenas as qualidades do falecido: boa convivência, vontade de trabalhar, gentileza, doação etc. Já no plano das conversas informais, evidenciavam-se os pontos menos positivos da personalidade do falecido: gostava de beber, ficava muito tempo fora de casa, rezava pouco etc. A família enlutada também se torna objeto de avaliação moral na medida em que se comenta se houve uma preocupação em cuidar bem do falecido, como estão se comportando seus membros e assim por diante. Velórios são ainda oportunidades para que a comunidade passe a conhecer membros da família que moram longe e que vieram para o enterro. O nível de interconhecimento das pessoas de uma comunidade é tão alto, que não basta se conhecerem apenas entre os membros da localidade. É preciso também conhecer os parentes que vivem mais longe e suas reputações.

reconhecimento da luta de cada entidade na tentativa de encontrar soluções para os problemas públicos que foram sendo construídos ao longo do tempo através das interações entre fumicultores e suas organizações; o acesso aos serviços que tais entidades oferecem a seus associados, especialmente a assistência médica, odontológica, jurídica e veterinária e o seguro mútuo; a mediação de políticas públicas como o Pronaf e o PNHR; e, por fim, as redes de sociabilidade, tecidas por relações de parentesco, amizade e vizinhança, sempre balizadas por avaliações morais que constroem reputações e legitimidades.

1. OS FUMICULTORES E A FUMICULTURA

Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira tem por objetivo apresentar os sujeitos sociais que estão sendo analisados nesta pesquisa, seus traços culturais, a organização de sua vida social, o que significa ser um colono no contexto em questão, de que modo a origem étnica influencia na construção de sua identidade, a importância da propriedade da terra e como funciona a dinâmica da produção de fumo nas propriedades. A segunda seção traz um breve resgate histórico do crescimento da fumicultura em Santa Cruz do Sul e de sua importância para a economia local, bem como discute as principais características do sistema de integração produtiva, no qual estão inseridos os fumicultores.

1.1 Os fumicultores

A grande maioria dos fumicultores de Santa Cruz do Sul são colonos descendentes dos imigrantes alemães instalados nas Colônias Santa Cruz e Monte Alverne, no então município de Rio Pardo. Desde o início da formação da colônia o fumo esteve presente nas propriedades, de tal forma que a identidade de colono nesta região é praticamente sinônimo de “produtor de fumo”, embora tradicionalmente os colonos, em sua grande maioria, produzissem, além do fumo, hortaliças, frutas e alimentos. Com a valorização do fumo e um incentivo de algumas empresas para que deixassem de plantar essas variedades de alimentos e tivessem mais tempo de se dedicar ao fumo, uma parcela significativa passou a priorizar o tabaco. À época, o argumento era que plantando mais fumo, o agricultor iria ter mais dinheiro para poder comprar tudo pronto e não iria perder tempo e espaço na lavoura. Há casos, dependendo da região, em que a família produz exclusivamente tabaco, mas essa não é uma regra³².

1.1.1 A figura do colono

Esse processo de especialização colocou em questão a própria identidade de colonos, já que um dos elementos constituintes do *ethos* de colono, conforme Seyferth (1993) é ter uma propriedade com produção diversificada. Durante o trabalho de campo, era frequente ouvir frases do tipo: “O cara que não tem uma horta, uma vaquinha, uns porcos e umas galinhas, para mim não é colono”. No caso de Santa Cruz do Sul, no geral, os colonos mantêm, mesmo que em pequena quantidade, plantio de milho, criação de animais domésticos e uma pequena horta. Vogt (2006) destaca a importância do cultivo do milho como alimento para os animais domésticos e sua importância como símbolo de campesinidade:

“O milho cria tudo” é uma expressão típica das regiões coloniais do Sul do Brasil. Esse cereal servia de alimento para as pessoas, principalmente na forma de farinha, e como forraginoso para os animais domésticos como porcos, vacas e os animais de tração. Conjugado com a suinocultura, o cultivo do milho resultava na obtenção de carne, de toicinho e de banha (VOGT, 2006, p. 144).

Hörmeyer (1854/1986), ao descrever as características do Rio Grande do Sul em 1850, indiretamente acabou por elaborar como que uma espécie de orientação aos alemães que estavam para vir ao Brasil. Em seu livro, assinala a importância do cultivo do milho como um elemento básico para um colono à época. O milho, portanto, é a cultura

³² Não é objetivo deste trabalho aprofundar os fatores que levam os agricultores a adotar práticas de monocultura ou de diversificação produtiva. Em Deponti e Schneider (2013) e Rudnick (2012) encontram-se algumas discussões sobre o assunto.

primordial e ainda hoje a maioria dos colonos o plantam na resteva do fumo para, ao mesmo tempo, consumir e utilizar como alimento para os animais³³. Nos últimos anos, porém, alguns fumicultores têm abandonado esse costume para que a terra fique mais descansada e conserve mais nutrientes para o tabaco da safra seguinte. Percebi, ao longo da pesquisa, que a decisão de continuar plantando milho ou parar constitui uma questão que faz os agricultores refletirem sobre a pertinência de seguir os valores que definem a sua identidade de colono, ou seguir a lógica da especialização produtiva para obter uma renda mais elevada com a fumicultura.

Além da obrigação de ter uma produção diversificada, há um conjunto de elementos destacados por Seyferth (1993) que caracterizam o *ethos* do colono do sul do Brasil: possuir uma fração de terras, produzir alimentos para o próprio consumo e ter um pertencimento tradicional à comunidade rural. O apego às tradições se explica em boa parte porque são elas que, de certa forma, dão vida à identidade étnica.

A dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (que se opõe à mobilidade atribuída aos caboclos), a liberdade, entre outras virtudes, constitui, tanto quanto a propriedade da terra, elementos de distinção do colono enquanto categoria social (SEYFERTH, 1993, p. 41)³⁴.

A dimensão cultural da produção de tabaco na região é central para entendermos a identificação dos colonos como fumicultores. No Rio Grande do Sul, cada região possui uma especialidade em termos de produção agropecuária³⁵ e, embora geralmente cultivem mais de um produto, os agricultores que nelas vivem se reconhecem como especialistas em determinada atividade. No caso da Região do Vale do Rio Pardo, onde está localizado o município de Santa Cruz, a especialidade é a fumicultura. Desde crianças os filhos dos colonos começam a trabalhar com fumo e passam boa parte da vida investindo nele, com a construção de fornos, galpões, equipamentos etc. Daí deriva a dificuldade de se promoverem mudanças.

Para ser um colono considerado bem sucedido em Santa Cruz é preciso ter capacidade de acompanhar as inovações tecnológicas, especialmente aquelas relacionadas à agricultura. Um colono “forte” é aquele que tem um ou até mesmo dois tratores, de preferência tracionados, que permitem subir morros em dias de chuva; uma máquina tecedeira ou grampeadeira³⁶ em boas condições; um galpão com piso cimentado; fornos bem estruturados para a secagem do fumo. Além disso, geralmente tem uma moto para viagens curtas, um automóvel para passeio e uma boa casa.

³³ Resteva é a terra que fica disponível depois de colhido o fumo.

³⁴ Embora os estudos da autora sejam sobre a região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, minhas observações do trabalho de campo permitem dizer que as características citadas valem também para os colonos de Santa Cruz.

³⁵ Se fôssemos estabelecer uma espécie de “divisão regional do trabalho” para o estado do Rio Grande do Sul, em que cada região teria uma especialidade em termos de agropecuária teríamos o seguinte cenário: na região da Serra Gaúcha, temos a vitivinicultura; no Planalto e na região Norte, cereais; na Região Sul, a pecuária e assim por diante.

³⁶ A tecedeira é uma espécie de esteira sobre a qual são colocadas as folhas de fumo para serem amarradas em um pedaço taquara de pouco mais de um metro, que será pendurada nos estaleiros do forno para a secagem do produto. Ao final da esteira, há uma espécie de agulha com uma linha que costura o fumo na taquara. É uma máquina considerada moderna em comparação às ferramentas antigas que não usavam eletricidade e exigiam que a costura fosse feita manualmente. A grampeadeira é uma máquina que faz um serviço semelhante à tecedeira, mas para um tipo diferente de forno, em que o fumo não é colocado em taquaras, mas em grampos. Há ainda outros tipos de fornos com sistemas mais recentes em que as folhas ficam soltas dentro do forno. Os fumicultores que visitei, no entanto, trabalhavam com o sistema de tecedeiras, taquaras e forno com estaleiro.

Embora em Santa Cruz a definição do colono típico possua a especificidade da fumicultura, isso não significa que quem não plante fumo, não seja considerado um colono também. O que ocorre é que ele é considerado como “diferente”, fora do padrão. Ele tem outra dinâmica de organização de trabalho e, portanto, destoa do conjunto que está ao seu redor³⁷. Na comunidade em que pesquisei, Seu Deoclides, um dos poucos agricultores que não era fumicultor, apresentou uma maneira de pensar muito diferente da dos demais. Ele produziu tabaco até os anos 1990 quando começou a participar das reuniões da CPT da paróquia local. Com o tempo, convenceu-se dos malefícios que a atividade gerava para a saúde e para a sociedade e decidiu modificar a produção, passando a trabalhar com horticultura agroecológica em parceria com uma cooperativa ligada ao CAPA.

Em conversas com os fumicultores a respeito dessa alternativa de produção, muitos disseram preferir a produção de fumo, porque, embora “mais puxada” na época da colheita, o resto do ano é mais flexível em termos de obrigações a serem cumpridas. O verdureiro precisa colher com uma determinada regularidade os seus produtos. Assim, no inverno, mesmo sob chuva e frio, ele precisa ir à horta. Seria, então, no entendimento desses colonos, um serviço “mais sofrido”. Em relação aos verdureiros convencionais – que não trabalham na perspectiva agroecológica – os colonos assinalaram também a intensa utilização de agrotóxicos na produção das verduras. “Usam até mais que nós no fumo”. A mesma crítica quanto ao uso de venenos é constantemente direcionada à produção de arroz, presente em várias terras de várzea nas redondezas da comunidade.

As casas são também um critério de diferenciação social. Há colonos que conseguiram construir casas de alvenaria, bem pintadas, com mais de dois quartos, garagem, sala, cozinha grande, dispensa e área de serviço. Há outros que não conseguem acumular capital suficiente para poder construir uma boa casa. Algumas famílias moram em construções destinadas inicialmente para guardar o fumo, mas que foram reformadas e transformadas em moradia. Outras, menos capitalizadas, moram em casas de madeira, e cobertura de telha, já bem velhas, com algumas tábuas apodrecendo. No geral as casas estão em um meio-termo entre esses dois extremos apresentados. A maioria de alvenaria, com um tamanho mínimo para uma família habitar dignamente. Não há, portanto, muitos problemas habitacionais, inclusive porque as famílias, cujas casas estão com problemas estruturais, estão, em sua maioria, acessando o Programa Nacional de Habitação Rural, como veremos no último capítulo.

Ao assinalar o trabalho como um valor central para os colonos de Santa Cruz do Sul, Silva (2007) destaca que, entre vizinhos, é comum ocorrer uma avaliação informal de um a respeito do trabalho do outro, no sentido de conferir se a roça está bem cuidada, sem ervas daninhas, se o fumo está viçoso ou com alguma doença, se os galpões estão asseados e bem estruturados etc. Na Linha Bonita, onde fiz a pesquisa, Seu Antenor, um senhor aposentado que foi apelidado pelos vizinhos de “fiscal das roças”, ficava caminhando todos os dias pelas roças dos vizinhos para avaliar a plantação e as condições das propriedades. Logicamente, este é um caso fora do comum. As pessoas da comunidade ridicularizavam essa postura de Seu Antenor, mas sua prática constitui apenas um exagero de algo que é comum a todos: a avaliação da propriedade dos vizinhos e de seu capricho com a lavoura. Isto serve para mostrar como a reputação das pessoas é muito construída em função de sua relação com o trabalho. Dessa forma de interpretar a realidade decorrem consequências importantes: quando um colono não é bem sucedido em uma safra de fumo, por exemplo, geralmente a culpa é atribuída ao próprio fumicultor

³⁷ A Linha João Alves é uma exceção à regra. Nela os agricultores são majoritariamente “verdureiros”. Deixaram de plantar fumo e investiram no ramo da horticultura, especialmente em função de ser uma localidade próxima à sede do município, o que facilita a comercialização dos produtos.

que “não soube cuidar direito do fumo”, “não soube trabalhar direito”, “não tinha vontade de trabalhar”, “não fez as coisas na hora certa³⁸” ou “foi relaxado”.

Durante a pesquisa, pude identificar ainda outros elementos que são considerados pelos colonos de Santa Cruz como constituintes do *ethos* de colono: construir uma relativa autonomia financeira diante dos parentes e de empresas ou bancos, não possuir dívidas, ou “cuidar para não se endividar”, possuir uma propriedade, mesmo que de dois ou três hectares, cultivar verduras e legumes, ou “ter a sua hortinha”, criar animais para “carnear³⁹”, alimentar-se com fartura⁴⁰ e fazer as atividades do cotidiano, como acordar, almoçar e dormir, sempre cedo.

A preocupação em evitar dívidas é muito marcante para os colonos e está muito relacionada à ideia de honra, tal como argumenta Silva:

ao contrair uma dívida para poder exercer atividades na lavoura segundo os patamares tecnológicos modernos, a preocupação do produtor em pagá-la é evidente, pois além de determinar a continuação do trabalho desenvolvido, a noção de honra também está aqui incrustada e é um balizador das relações sociais na própria comunidade, que também classifica os sujeitos conforme o seu desempenho no cumprimento dos deveres assumidos (SILVA, 2007, p. 116).

Relações de reciprocidade são um traço cultural que os colonos procuram preservar como uma forma de manter viva a identidade teuto-brasileira. É costume, especialmente entre vizinhos ou parentes, realizarem-se trocas de dias de serviço, produtos, favores etc. Na época da colheita do fumo, principalmente, são comuns os mutirões em que se juntam duas ou três famílias na propriedade de uma, depois em outra, e assim sucessivamente. Essa é uma prática que se mantém, mesmo que com menos força, desde a chegada dos primeiros imigrantes que dependiam dos mutirões para destocar o mato, construir suas casas, enfim, instalar uma infraestrutura mínima para se estabelecer (VOGT, 2006). Os mutirões hoje acontecem mais para ajudar alguma família quando há casos de doença ou para executar algum serviço de manutenção das instalações da capela ou do centro comunitário. Durante o trabalho de campo não tive oportunidade de participar de nenhum mutirão comunitário para observar se havia a realização de alguma festa ao final do dia e como se materializava o princípio da reciprocidade, mas meus interlocutores seguidamente se referiam a trocas de dias de serviço entre vizinhos.

Sabourin (2011), em suas reflexões sobre o campesinato, estabelece uma diferenciação entre trocas simétricas e reciprocidade. As primeiras consistiriam em trocas que privilegiariam apenas a satisfação de interesses materiais, implicando na noção de cálculo racional e seguindo a lógica da acumulação e privilegiando o objeto doado em relação ao ato de doar. Estabeleceria uma relação, no limite, impessoal. Em uma situação de necessidade de mão-de-obra extra, por exemplo, o pagamento baseado no princípio das trocas simétricas seria um salário, que seria pago imediatamente após a realização da atividade, passando a inexistir dívida da pessoa ajudada para com o ajudante. Já a reciprocidade consistiria em um princípio organizativo muito baseado na lógica da honra

³⁸ Silva (2007) também destaca a questão do tempo como um imperativo importante para os trabalhadores da cultura do fumo. “Saber aproveitar o tempo – de segunda a sábado” é um valor importante para os colonos, especialmente em função do fato que diversas atividades na fumicultura exigem sua realização em um determinado período. Podar o broto e passar o veneno, por exemplo, não pode ser feito nem antes e nem depois da época certa. Se fizer atrasado, pode haver prejuízos.

³⁹ Ato de matar um animal para utilizar a carne para alimentação.

⁴⁰ Os principais alimentos consumidos pelos colonos de Santa Cruz são arroz, feijão, mandioca, cuca, galinhada, maionese caseira, sopa com ovo, beterraba, repolho, ovo com beterraba e conservas em geral.

e do prestígio, em que aquele que doa fica na expectativa de receber algo em troca, sem necessidade de ser imediatamente. É um princípio que privilegia o ato de doar em relação ao objeto doado. Quanto mais dons, mais prestígio. Este princípio caracteriza-se pela construção de laços de amizade, confiança e reputação entre as pessoas, o que é fundamental para compreender boa parte das ações dos campões.

A respeito das transformações provocadas pelas modificações das condições de produção e do contexto socioeconômico, sobretudo a partir dos anos 1970, o autor menciona as transformações nas formas de ajuda mútua baseadas no princípio da reciprocidade e praticadas nas comunidades campões. Em determinados casos, as relações baseadas no princípio da reciprocidade têm dado lugar ao predomínio das trocas simétricas, mas em boa parte dos casos, o autor destaca que há um imbricamento entre trocas, que possuem caráter mais mercantil e impessoal, com reciprocidade, que valoriza mais as relações pessoais, já que não necessariamente a existência de trocas simétricas baseadas nos parâmetros monetários/mercantis implica no desaparecimento das práticas baseadas na reciprocidade.

A religião para os colonos é também algo central e, de certa forma, organiza a sua vida social. A sede das comunidades geralmente é onde está localizada a igreja, também chamada de capela, onde as pessoas se reúnem para fazer as celebrações e, posteriormente, partilhar experiências, trocar ideias etc. Na Linha Bonita a maioria dos colonos são católicos. Os luteranos, em função de não haver uma capela de sua Igreja na localidade, vão até outra comunidade para poderem participar das celebrações da sua religião. Como veremos no capítulo dois, a ação da Igreja tem sido central na organização política dos agricultores especialmente no início do século XX, com a ação dos padres jesuítas e dos pastores luteranos de origem alemã incentivando a criação de associações comunitárias, nos anos 1960 no incentivo à criação dos sindicatos através da Frente Agrária Gaúcha e nos anos 1980 com a Comissão Pastoral da Terra auxiliando na construção de novas organizações. Esses elementos demonstram a força e a legitimidade que as Igrejas Católica e Luterana possuem entre os colonos e a influência que elas exercem em seu cotidiano e na forma como eles constroem seus entendimentos de mundo e seus *frames* de ação coletiva.

Em relação a quem reside no meio urbano, ser colono ou plantar fumo é uma condição social considerada inferior. Há o estigma da visão do colono como atrasado retrógrado, rude, incapaz.⁴¹ Em função disso, nos últimos anos tem havido um esforço de positivação da identidade de colono por parte de entidades como a Emater, a Afubra, os sindicatos, o MPA, a Secretaria Municipal de Agricultura, dentre outras, que procuram criar espaços de valorização da categoria, evidenciando seus aspectos positivos como produtor de alimentos, como detentor de saberes, como caprichoso, etc. Um exemplo desse tipo de espaço são as festas do Dia do Colono, comemorado em 25 de julho⁴². O

⁴¹ Um estudo sobre a construção deste estigma foge ao escopo desta dissertação, porém pode ser um tema para outras pesquisas, pois nos ajudaria a entender como foi esse processo, que fatores levaram a essa construção, como isso interfere na autoestima dos agricultores, como esse estigma se mantém etc. Job (2003) e Silva (2007) discutem um pouco esse tema em suas respectivas dissertações.

⁴² A data foi criada em homenagem ao dia da chegada dos primeiros colonos alemães, que fundaram a primeira colônia de imigrantes, em 1824, em São Leopoldo, próximo a Porto Alegre. Foi uma iniciativa do Deputado Norberto Schmidt, do antigo Partido Liberal (PL/RS), que apresentou em 1964 um projeto de lei com este objetivo. A aprovação do projeto se deu em 1968 e sua transformação em lei no dia cinco de setembro daquele ano. Ver mais em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5496-5-setembro-1968-359282-publicacaooriginal-1-pl.html>. Interessante notar que, neste período, estava em curso o regime civil-militar que se estendeu de 1964 a 1985. Contrariamente à ditadura do Estado Novo, ao invés de combater a identidade teuto-brasileira, fez o processo inverso, valorizando-a. Entender os motivos que levaram a essa mudança é um objetivo que foge ao escopo deste trabalho. No entanto, um elemento que pode ajudar a compreender é o fato de que durante o Estado Novo, Vargas se alinhou ao grupo

objetivo é, ao mesmo tempo, aumentar a autoestima dos colonos e transformar a visão preconceituosa que está presente em boa parte dos moradores do meio urbano.

Observando os costumes alimentares dos colonos alemães, percebi uma mistura entre as tradições germânicas e brasileiras: as primeiras, especialmente representadas por alimentos como a cuca (espécie de pão com uma cobertura que pode ser de vários sabores – frutas, açúcar, chocolate etc.), a sopa com ovo, a galinhada (prato semelhante ao risoto, porém preparado com galinha caipira) e a beterraba com ovo. O feijão, o arroz e a mandioca entram como ingredientes típicos da culinária brasileira. Geralmente esses alimentos são produzidos pelos próprios colonos em suas propriedades, especialmente pelos mais tradicionais. Isto explica um pouco a importância que eles atribuem a ela, tal como veremos na seção seguinte.

1.1.2 A etnicidade teuto-brasileira

Job (2003) destaca o enaltecimento da identidade étnica germânica como uma das principais maneiras de se promover a valorização do colono. As características desta identidade são a existência de um *ethos* de trabalho diferenciado, realizado com capricho, uma resistência maior às dificuldades e um heroísmo desbravador (em referência ao enfrentamento dos desafios impostos pela mata fechada quando da chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil). Nesse sentido, Seyferth (1999a) chama a atenção também para o fato de a ideia de pioneirismo ser acionada pelos descendentes de imigrantes alemães para enaltecer a identidade étnica teuto-brasileira. Job (2003) descreve a construção da figura do imigrante alemão como “quase lendária”.

A etnicidade teuto-brasileira (assim como as demais europeias) coloca a figura dos brasileiros como “os outros” e, a partir disso, marca as diferenças e estabelece as fronteiras étnicas. Ela não renega a cidadania brasileira, mas, em função da própria dinâmica interétnica, considera-se superior, uma vez que, conforme Barth (1969), uma identidade só pode ser étnica na medida em que se sobrepõe a outra. Seyferth (1993) exemplifica esse processo assinalando a preocupação de alguns intelectuais alemães (Emilio Willems e Leo Waibel) com o processo de caboclização dos colonos que estariam sofrendo um processo de “decadência” por estarem, em função da necessidade, aderindo a práticas da cultura cabocla, como uma proximidade maior com as florestas, o andar descalço, morar em casas sem vidraças, tomar chimarrão e cachaça, andar a cavalo etc. Em Santa Cruz, o termo usado para se referir aos caboclos é “bugre”. Processos semelhantes ocorrem em outros contextos com outras etnicidades como, por exemplo, a dos descendentes de imigrantes italianos ou poloneses.

Durante o trabalho de campo, a etnicidade germânica era constantemente acionada. O fato de eu não ser um descendente de alemães (sou de origem italiana) foi um obstáculo grande para a inserção na comunidade. Uma das primeiras perguntas que me faziam quanto eu chegava nas casas era: “Fala o alemão?” E eu dizia: “Não, só italiano (o dialeto *vêneto*)”. A reação era imediata: “Xii...” E faziam uma cara como que dizendo: “Você terá dificuldades...” E tive mesmo. Quando se juntavam em grupo, o idioma utilizado era o alemão (refiro-me ao *Hunsrück*, um dos diversos dialetos falados pelos imigrantes de origem germânica) e eu ficava alheio à conversa. Não faziam isso propositalmente para que eu não os compreendesse, mas por uma questão de hábito.

dos Aliados (Inglaterra, Estados Unidos, URSS e França) contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Por isso a necessidade de se combater a presença de alemães no Brasil. No contexto dos anos 1960, essa necessidade já não existia mais e a iniciativa da criação da data comemorativa (25 de julho) pode ter sido uma forma de reavivar as tradições germânicas tão fortemente combatidas desde o início do século. Vogt (2006) aprofunda essas questões com muito mais propriedade.

Inclusive sempre que alguém percebia que eu não estava entendendo, procurava chamar a atenção dos demais para que falassem em português “para o rapaz entender”.

Havia, portanto, uma barreira epistemológica no fato de eu ser alguém estranho, de fora e de outra etnia. Havia, no entanto, um elemento que me aproximava deles e diminuía um pouco os efeitos desta barreira: o fato de eu ser filho de colonos. Se eu não era alemão, pelo menos eu me aproximava deles em função da minha origem camponesa/colonial. Por mais que existam diversas diferenças culturais entre italianos e alemães⁴³, ambos os grupos étnicos passaram por um processo de colonização semelhante, com dificuldades e privilégios também similares. Ao mesmo tempo, se, por um lado, a dimensão étnica me dificultava a pesquisa por causa do idioma, por outro, o fato de eu não ser um descendente de alemães facilitou o processo de estranhamento, necessário para melhor observar a realidade em estudo.

Os fumicultores de Santa Cruz e região são fortemente marcados pelos traços culturais da identidade étnica germânica. O “ser alemão” é central para a identidade colona no município. Um não alemão até pode ser considerado colono por ser um camponês, mas é um colono “menos autêntico” ou de segunda categoria. Ser um típico colono em Santa Cruz exige ainda preencher um conjunto de requisitos, sendo, talvez o principal deles, plantar fumo. Mas não apenas fumo. Há que se ter um mínimo de diversificação na propriedade, participar minimamente das atividades comunitárias, respeitar a religião, seja católica ou evangélica, e, por fim, reconhecer-se como colono e como “alemão”.

1.1.3 A importância da propriedade da terra

A propriedade da terra é tida pelos colonos como um valor inquestionável. Uma das maiores humilhações que um colono pode sofrer é perder a terra da qual tira seu sustento. No limite, perder a terra não tira a identidade de colono, mas o coloca em uma condição de inferioridade em relação aos demais, que são proprietários, pois terá que trabalhar como diarista ou como agregado na propriedade de outrem. Um colono sem propriedade é visto como alguém que não trabalhou o suficiente para conseguir comprar seu próprio pedaço de terra ou, em última instância, para conquistar sua “autonomia”. Por isso, mesmo com pequenas extensões, quando possível, os colonos priorizam serem proprietários. A propriedade da terra, portanto, é um dos principais fatores de diferenciação interna entre os colonos. A maior parte deles é proprietário, mesmo que de um lote de dois hectares ou menos, mas há uma quantidade significativa de colonos não-proprietários de terra e que, portanto, arrendam terra para plantar ou trabalham como meeiros ou diaristas etc.

As relações de compra, venda e herança de terras são sempre regidas pelo direito consuetudinário e balizadas pela necessidade de manter a honra e uma boa reputação. O comércio de terras é realizado praticamente todo internamente à comunidade, ou seja, quando alguém quer vender um pedaço de terra, geralmente vende para um vizinho, que seja de confiança e não gere nenhum risco de problemas futuros.

A extensão de uma colônia para os primeiros imigrantes era de 48,4ha e depois de 25 ha⁴⁴. Até meados do século XX as famílias tinham uma média de 10 filhos. A lógica

⁴³ Santos (2008) assinala um processo de disputa entre descendentes de imigrantes italianos e alemães para ver qual dos dois é mais pioneiro e foi mais próspero no processo de desenvolvimento das colônias. Alemães argumentam que chegaram primeiro e enfrentaram mais dificuldades, enquanto italianos dizem que receberam as piores terras e, mesmo assim, conseguiram gerar desenvolvimento. Diferenças à parte, quando convém, as duas etnias se juntam e se colocam como iguais em alteridade aos índios, negros e caboclos, considerados inferiores.

⁴⁴Em geral, as áreas rurais das regiões coloniais são organizadas por linhas, ou seja, estradas vicinais através das quais se formam comunidades rurais, que são chamadas, por exemplo, de Linha Bonita, Linha Augusta,

era quanto mais filhos, mais mão-de-obra para o trabalho na lavoura (VOGT, 2006). Por isso, em função da divisão das terras entre os herdeiros, a média do tamanho das propriedades rurais diminuiu de 48,4 ou de 25, conforme a época e o lugar, para 15,5 ha. E a média de área dos estabelecimentos rurais é atualmente de 14,8 ha (IBGE, 2006).

Com o passar do tempo a média de filhos por família foi diminuindo. Atualmente a tendência é pensar que quanto mais filhos, mais despesas, de modo que é muito difícil encontrar hoje uma família com mais de três filhos. Além disso, o fato de as fronteiras agrícolas estarem cada vez mais distantes faz com que o acesso a novas terras se torne cada vez mais difícil, o que também interfere indiretamente no planejamento das famílias. Isso facilita a manutenção de certo padrão de tamanho das propriedades porque a divisão das terras tende a deixar de ser uma necessidade tão forte. As tabelas a seguir demonstram como os estabelecimentos agropecuários hoje estão menores do que no início da colonização, em função das repartições entre os herdeiros.

Tabela 1: Distribuição fundiária dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em Santa Cruz do Sul em 2006⁴⁵

Hectares	Número	%
Menos de 2	1.132	4,5
De 2 a 5	4.758	18,91
De 5 a 10	6.609	26,26
De 10 a 20	7.379	29,32
De 20 a 50	4.601	18,28
De 50 a 100	526	2,09
Mais de 100	162	0,64
Total	25.167	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 03/12/2013.

Tabela 2: Distribuição fundiária dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não-familiar em Santa Cruz do Sul em 2006

Hectares	Número	%
Menos de 2	76	7,15
De 2 a 5	169	15,9
De 5 a 10	196	18,44

Linha São João, etc. Cada comunidade possui entre 80 e 120 famílias. A maior parte dos lotes foram criados em formato retangular, de modo que o lado mais curto da propriedade fica voltado à estrada, próxima da qual é construída a casa (VOGT, 2006).

⁴⁵ A definição técnica de agricultura familiar utilizada pelo IBGE é aquela proposta pela Lei da Agricultura Familiar – N° 11.326/2006, Ver mais em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf

De 10 a 20	269	25,31
De 20 a 50	178	16,75
De 50 a 100	59	5,55
Mais de 100	116	10,91
Total	1.063	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 03/12/2013.

A fumicultura é caracterizada, de modo geral, por uma agricultura de base familiar com extensões de terra caracterizadas como pequenas em comparação à média de regiões como o Norte e o Centro-Oeste do Brasil. Estas extensões, contudo, são consideradas suficientes, visto que se trata de uma atividade que não exige grandes extensões de terra. Conforme dados coletados pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade de Santa Cruz do Sul – Nupes/Unisc, a pedido da Afubra, a área média das propriedades dos produtores de fumo da região Sul do Brasil, no ano de 2012, era de 16,8 ha. Dessa área, a produção de tabaco ocupava em média 2,5 ha (15,8%). Pastagens ocupavam outros 20,2%, matas nativas 16,7%, matas reflorestadas, 12,2% e o restante da propriedade era ocupado com culturas diversas (NUPES/UNISC, 2013).⁴⁶

Tabela 3: Distribuição fundiária das propriedades dos fumicultores do sul do país. Safra 2011/2012

Hectares	Famílias	%
0	41.270	25
De 1 a 10	57.990	35,2
De 11 a 20	41.710	25,3
De 21 a 30	16.330	9,9
De 31 a 50	6.180	3,7
Mais de 50	1.690	1
Total	165.170	100

Fonte: Afubra.

Disponível em www.afubra.com.br. Acesso em 10/06/2013.

A primeira linha (0 ha) corresponde à parcela dos fumicultores não proprietários de terra, que precisam arrendar terras de outrem para poder produzir, trabalham à meia com algum proprietário, ou estabelecem outras formas de ocupação da terra. Esta forma de utilização da terra seria enquadrada pelo Censo Agropecuário do IBGE na categoria “estabelecimento agropecuário⁴⁷”. Este índice de 25% é relativo à totalidade de produtores dos três estados do Sul do Brasil. Em Santa Cruz, porém, este índice é bem

⁴⁶ Disponível em www.afubra.com.br. Acesso em 01/05/2014.

⁴⁷ O IBGE considera um estabelecimento agropecuário “todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais” (IBGE, 2014). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>>.

menor: 12,02%. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, no município de Santa Cruz do Sul, 87,98% dos estabelecimentos agropecuários eram propriedades de base familiar.

A qualidade da terra também é um elemento de diferenciação entre os colonos. Ter uma propriedade com terras “de baixada”, ou seja, terras planas que facilitam o trabalho e permitem a entrada de maquinários, representa um status superior em relação a quem tem terras “no cerro”, terrenos muito acidentados onde o trator não sobe quando tem barro e é mais difícil o manejo das lavouras. Para eles, é melhor ter uma propriedade menor, mesmo que seja de apenas quatro ou cinco hectares, mas que seja com terras aproveitáveis para a lavoura do fumo (planas, sem muita várzea e com pouco mato) do que ter uma propriedade maior, mas que dificulte o trabalho. Seguidamente me perguntavam se as terras onde meus pais moram eram de baixada ou de cerro. Para os colonos da comunidade em que pesquisei, a valorização deste elemento era muito explorada, pois a maior parte das terras dessa localidade é de baixada, o que a coloca num status superior em relação a outras localidades do município. Isto, de certa forma, interfere na própria autoestima desses colonos.

1.1.4 A dinâmica da produção de fumo

A produção de fumo possui um calendário de atividades que ocupa os doze meses do ano. Inicia-se por volta do mês de abril, com a semeadura, e termina por volta de março quando se conclui a classificação das folhas. A semente leva de 15 a 20 dias para germinar e mais 45 dias para poder ser replantada. Depois, é necessário esperar de 60 a 80 dias para iniciar o processo de colheita. Enquanto isso, é necessário fazer uma série de procedimentos, que incluem a aplicação de insumos e inseticidas, o processo de “capação”, ou poda, para evitar o desperdício de energia da planta no processo de reprodução, de modo que as folhas possam se desenvolver com mais vigor (VOGT, 1997).

A colheita é realizada em etapas, uma vez que as folhas não amadurecem todas de uma vez e precisam ser colhidas no período certo de maturação. Colher antes ou depois do tempo ideal interfere negativamente na qualidade do fumo e, consequentemente, no processo de classificação e pagamento do produto pelas fumageiras. As primeiras folhas a serem colhidas são as mais baixas, chamadas de “baixeiras”. Este processo ocorre simultaneamente à capação. Depois de realizada esta etapa, “as colheitas sucedem-se semanalmente. Ao todo, o número de colheitas por roça fica entre sete e 12. Em cada apanhada são retiradas de uma a quatro folhas de cada pé” (VOGT, 1997, p. 145).

Depois de colhidas, as folhas vão para a etapa da cura, na qual elas são fixadas em varas de bambu e colocadas para secar na estufa. Para que este processo de secagem fique completamente concluído, é necessário manter o fogo aceso, sem interrupções, por cerca de cinco dias. “Este processo é uma rotina que o fumicultor repete semanalmente de oito a dez vezes por safra, durante os meses de verão” (VOGT, 1997, p. 146). Por fim, antes de serem vendidas, as folhas de fumo precisam ser classificadas de acordo com a sua tipologia, sendo que cada tipo terá um preço específico⁴⁸. O quadro a seguir mostra as diversas fases da produção associadas à época do ano.

Quadro 1: Calendário produtivo do fumo no Rio Grande do Sul

Operação/Mês	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Viveiro de mudas		X										
Preparo do solo		X	X	X								

⁴⁸ Para maiores informações a respeito das tipologias das folhas de fumo, ver Instrução Normativa Nº 10 de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/instrucao-normativa-n10-classificacao-do-tabaco/>

Adubação				X	X	X				
Transplante				X	X	X				
Tratos culturais					X	X	X	X		
Combate a pragas		X				X	X	X		
Colheita						X	X	X	X	
Cura						X	X	X	X	
Classificação e armazenamento	X							X	X	X
Transporte	X							X	X	X

Fonte: VOGT (1997, p.152).

Este calendário é importante porque é a partir dele que os fumicultores se organizam para realizar as demais atividades, tais como reformar algum galpão ou alguma cerca, participar de algum mutirão, enfim, qualquer outra tarefa que não pode ser realizada nos períodos em que o fumo exige maior esforço (no transplante das mudas e na colheita, principalmente). Um exemplo disto é a fala de um fumicultor em uma reunião entre uma liderança do MPA e os beneficiários do PNHR, realizada no mês de maio de 2013, na qual estavam sendo repassadas informações sobre os procedimentos para as construções das casas: “Seria importante que o recurso fosse liberado logo, porque daí podemos ajudar o pedreiro na construção. Se não, daqui a alguns meses vem o fumo (referindo-se à necessidade de iniciar o transplante das mudas) e aí estamos empenhados”. A possibilidade de participar da construção da sua casa dependia, portanto, da época em que o recurso fosse liberado. Se fosse na época da semeadura e/ou da colheita, isto já não seria possível, a menos que esperasse o início do ano seguinte, quando a safra já estivesse concluída, para então dar início à construção.

A pouca disponibilidade de terras agricultáveis faz com que as possibilidades de mudança de ramo de produção sejam raras. Além disso, a falta de mercado consumidor e infraestrutura logística também dificulta o cultivo de outros produtos agrícolas. Nesse sentido, embora haja estímulos à diversificação da produção, a fumicultura aparece como uma alternativa econômica para a maioria dos agricultores, pois é uma das atividades que mais gera renda proporcionalmente à área plantada. Em geral, as propriedades possuem pequenas extensões de terras agricultáveis. Desse modo, outros tipos de cultivos, como soja e milho, por exemplo, se tornam praticamente inviáveis do ponto de vista econômico, pois, em comparação com a fumicultura, exigiriam extensões muito maiores para se chegar à mesma rentabilidade. Há ainda a questão da viabilidade para a comercialização. O tabaco tem liquidez garantida, ao passo que os demais cultivos não possuem um mercado consumidor com a mesma possibilidade (ETGES, 1991). A ideia que predomina na região, portanto, é a de que não existe atividade agrícola que, proporcionalmente à área plantada, gere mais renda do que a fumicultura.

Há na colônia uma clara divisão sexual e geracional do trabalho, em que homens, mulheres, crianças e idosos têm funções e tarefas culturalmente definidas. O homem é o responsável principal pela lavoura. Ele é quem faz os serviços mais pesados e quem geralmente dirige o trator, passa veneno e carrega os fardos de fumo. A mulher também ajuda na lavoura, porém é a responsável pelos serviços da casa. Geralmente sai da roça mais cedo para fazer o almoço e o homem fica até o meio-dia. No caso de haver uma filha

adolescente, ela cozinha e a mãe pode ficar até mais tarde na roça. O filho, apesar das campanhas da Afubra e do Sinditabaco para evitar o trabalho infantil, em consonância com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁹, geralmente vai também para a roça e ajuda os pais. Filhas e idosos geralmente ajudam nos serviços de galpão (costura, secagem e classificação do fumo), considerados mais leves, especialmente por serem realizados à sombra.

Essa divisão no âmbito do trabalho, de certa forma, se estende para o âmbito do convívio comunitário, de modo que as questões políticas e públicas que a família precisa resolver geralmente ficam sob a responsabilidade do homem. Na maior parte das vezes, quando eu conversava com um casal, quem respondia às minhas perguntas era o homem, não porque a mulher não soubesse, mas porque ela entendia que o responsável por responder era o marido. A esposa, quando participava, geralmente complementava as respostas.

Comparando-se os anos iniciais da colonização aos dias atuais, dentre as várias transformações que ocorreram, percebe-se uma mudança na forma como os pais tendem a pensar o futuro dos filhos. Inicialmente, dada a inexistência de possibilidades de investir nos estudos, procuravam reunir recursos para a compra de um novo lote de terras para que os filhos pudessem construir sua própria vida (VOGT, 2006). Hoje, dadas as possibilidades de estudo em instituições públicas ou em privadas com bolsa, ou ainda o aumento do número de instituições de ensino mais próximas, muitos colonos passaram a investir recursos nos estudos dos filhos para que eles possam ter condições de construir suas vidas fora da agricultura⁵⁰.

Essas são, em linhas gerais, as características socioculturais dos fumicultores, cuja participação política estamos buscando analisar neste trabalho, um grupo social com uma mesma origem étnica, com um forte apego à propriedade da terra e uma identificação muito forte com a produção de tabaco.

1.2 A fumicultura em Santa Cruz do Sul

A produção de tabaco é a principal atividade agrícola da região. Cultivar fumo é algo enraizado na cultura desses agricultores, uma tradição que vem de gerações. Desde cedo as crianças desenvolvem o saber-fazer da fumicultura. Nas palavras do presidente da Afubra, a fumicultura é tão forte na região, que chega a ser uma “cultura dentro da cultura da região”. Isto porque ela está presente na história do município, constituindo o principal elemento impulsionador do seu desenvolvimento econômico, tal como veremos a seguir.

1.2.1 Aspectos históricos da fumicultura em Santa Cruz do Sul

Desde o início da formação da colônia de Santa Cruz, na metade do século XIX, o fumo já era cultivado pelos colonos alemães, mesmo que apenas para consumo próprio. A fumicultura foi adotada como uma atividade estratégica em termos econômicos, em função da baixa qualidade do solo que caracterizava o entorno de Santa Cruz, o que

⁴⁹ Voltarei a este assunto no último capítulo.

⁵⁰Tendo em vista o grande número de jovens que deixa o campo no Rio Grande do Sul, a falta de mão-de-obra no campo se transformou em uma questão pública. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 havia 378.546 estabelecimentos rurais de base familiar no estado e um total de apenas 259.664 jovens entre 15 e 24 anos, ou seja, mais de 30% das famílias rurais do Rio Grande do Sul já não têm sucessão, um dado que vem trazendo preocupação a autoridades e intelectuais que pensam no futuro do campo. Isso demonstra que boa parte dos pais está projetando o futuro dos filhos pensando na emigração, o que coloca em xeque a própria reprodução deste tipo de agricultura no futuro. Alguns estudos sobre o tema foram realizados no Rio Grande do Sul, dentre os quais destacam-se Siqueira (2004) e Brumer (2007).

dificultava que outros cultivos como milho fossem adotados como carro-chefe da economia (ETGES, 1991; VOGT, 2006).

Com o tempo, esta produção passou a ganhar mais importância comercial, especialmente a partir da década de 1860, quando o Rio Grande do Sul passou a atuar como o principal provedor de produtos agrícolas para os principais centros industriais do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Estes estados tinham como motor da economia a produção de café para exportação e, com os recursos adquiridos a partir da venda deste produto, tinham condições de comprar do Rio Grande do Sul os demais produtos agrícolas de que necessitavam (milho, feijão, mandioca, banha, carne, erva-mate e fumo). Nesse estado, havia uma divisão regional do trabalho em que a região das colônias (Vales do Caí, Taquari, Rio Pardo e Serra – constituídas por imigrantes de diferentes origens étnicas) era responsável pelos produtos agrícolas e a região da campanha pelos produtos de origem animal, especialmente carne bovina (MONTALI, 1979).

No início do século XX, porém, o comércio destes gêneros alimentícios passou a contar com a concorrência de Minas Gerais, que tinha a vantagem de estar mais próximo dos centros consumidores. Deste modo, aos poucos, a venda de produtos alimentícios passou a ser liderada por esse estado. Como consequência, os agricultores gaúchos foram obrigados a investir mais em produtos que Minas Gerais não produzia. Assim, a fumicultura passou a assumir um papel estratégico em termos de formação de divisas para a economia gaúcha e especialmente para a região da colônia de Santa Cruz.

Já em 1881, o fumo representava 59% do total de produtos “exportados” por Santa Cruz⁵¹. De acordo com Montali (1979, p. 39), durante a segunda metade do século XIX, houve uma transição de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado, o que gerou uma perda da relativa autossuficiência dos colonos, que passaram a depender das condições econômicas externas, isto é, da conjuntura do mercado nacional e, indiretamente, do internacional. Embora, desde o início da colonização, os agricultores sempre tiveram relação com o mercado, com o aumento da importância estratégica do fumo para a economia local, o mercado passou a ter cada vez mais importância para a organização produtiva das famílias na região.

Montali (1979) e Vogt (1997) chamam atenção ainda para o fato de que antes de os agricultores serem dependentes das indústrias, eles já o eram dos comerciantes locais, que ocupavam a função de intermediação entre os colonos e os consumidores, comprando e revendendo seus produtos (fumo, milho, feijão, banha, etc.). Como pagamento pelo que era vendido, recebiam produtos de que necessitavam tais como sal, tecidos, pólvora, ferramentas, dentre outros. A relação de dependência entre os colonos e os comerciantes se constituía em função do fato de que eles eram os únicos que possuíam estes bens de que o colono necessitava. Era também o comerciante que desempenhava o papel de “banqueiro”: fazia os empréstimos, quando houvesse alguma necessidade. Era também na “venda” (casa comercial local) que se tinha acesso às novidades em termos de notícias e informações sobre novas técnicas de produção etc.

Havia, portanto, um processo de acúmulo de capital comercial nas mãos deste grupo que, com o tempo, passou a investir recursos na ampliação de seus empreendimentos comerciais e na construção de pequenas indústrias processadoras de fumo. Como descreve Montali (1979, pp. 49-50):

⁵¹ As aspas servem para ressaltar que o termo exportação está sendo utilizado para se referir não apenas à venda de produtos para fora do país, mas também para os estados e municípios brasileiros. Embora não esteja em consonância com a terminologia contemporânea, optei por manter o termo, já que é a expressão utilizada pela autora (MONTALI, 1979).

As atividades industriais de Santa Cruz do Sul desenvolveram-se basicamente, a partir do artesanato de beneficiamento de produtos agrícolas sediado em sua maior parte na área urbana. No entanto, as alterações no processo produtivo dessas unidades de produção verificam-se com maior intensidade a partir do instante em que o capital comercial investe na produção industrial.

A partir do início do século XX, o processo de industrialização do fumo em Santa Cruz se intensificou. Em 1918, foi instalada a Companhia de Fumos Santa Cruz⁵², ainda de capital nacional, e, um ano depois, a Souza Cruz,⁵³ já controlada por capital estrangeiro. Além destas, várias outras foram se instalando ao longo do tempo. A partir deste período, intensificou-se também a subordinação do colono em relação à indústria:

define-se assim a necessidade de uso de fertilizantes para as áreas de fumo, prática esta desde o seu início financiada pela indústria. Ainda no decorrer do tempo, as empresas beneficiadoras passaram a distribuir sementes de fumo para o plantio. Dessa maneira, detinham certo controle da qualidade do produto, na medida em que distribuíam as sementes que mais lhes interessavam (MONTALI, 1979, p. 92).

A autora divide este processo de industrialização em dois períodos. O primeiro vai de 1918 até 1965 e o segundo, de 1966 até 1977 (ano em que a autora fez a pesquisa para a sua dissertação). O primeiro período, “embora recubra etapas diversas da economia brasileira, caracteriza a economia do município de Santa Cruz do Sul pela dinâmica extensiva do desenvolvimento do capitalismo (...)” (MONTALI, 1979, p. 64). No final deste período houve uma crise nas indústrias nacionais do fumo em decorrência da política federal de retração do crédito a fim de diminuir a inflação.

A política de restrição ao crédito industrial, que durou de 1962 a 1967 (por isso a marca do ano 1966 – auge desta política), diminuía a disponibilidade de recursos para as empresas financiarem a lavoura dos colonos e investirem na prestação de assistência técnica, tal como o faziam até então. Com muitos estoques, as fumageiras passaram a diminuir o preço pago pelo fumo e a delimitar para os produtores a quantidade de mudas que poderia ser plantada. À época, a exportação para outros países ainda não era possível tendo em vista a escassez de tecnologia de ponta, tanto na produção do fumo, quanto na sua industrialização, o que fazia com que a qualidade do tabaco produzido não fosse suficientemente adequada para competir no mercado internacional.

Esta crise, que reduziu a capacidade de consumo da população em nível geral e a capacidade de investimentos das pequenas indústrias, fez com que essas empresas se enfraquecessem e falissem, sendo compradas por empresas maiores, de capital internacional, em função de um conjunto de medidas do governo federal que favorecia a entrada de capitais estrangeiros no país, especialmente provindos dos Estados Unidos e

⁵²Conforme Liedke (1977), a Companhia de Fumos Santa Cruz foi criada em 1918, a partir da fusão de seis pequenas agroindústrias processadoras de tabaco, criadas a partir do capital comercial local: Irmãos Schuetz, Adolfo Iserhard, Lindolpho Grawunder, Schillin& Cia., João Nicolau Kliemann e José Etges Filho & Cia. Pelos nomes é possível concluir que eram todas firmas pertencentes a descendentes de imigrantes alemães que, com o tempo, foram deixando a agricultura e investindo nas atividades comerciais, acumulando capital e, posteriormente, reinvestindo-o na industrialização do tabaco.

⁵³ A Souza Cruz foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1903, por um imigrante português chamado Albino Souza Cruz. Em 1914, com o objetivo de arrecadar recursos para ampliar os investimentos, o fundador da empresa transformou em sociedade anônima e o controle acionário passou para a multinacional *British-American Tobacco* (BAT). Com isso, a Souza Cruz assumiu a liderança mundial no mercado de tabaco. A instalação de uma filial da empresa, em 1919, marcou o início do processo de desnacionalização da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul. Para maiores informações ver: http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocument&SKN=1.

da Alemanha. Iniciou-se um processo, portanto, de desnacionalização e concentração industrial⁵⁴. A *Philip Morris*, por exemplo, de capital americano, se instalou em Santa Cruz em 1975 no bojo desta abertura econômica (MONTALI, 1979).

Este processo de desnacionalização promoveu uma retomada do crescimento industrial porque passou a haver maiores investimentos em tecnologia, recursos humanos, etc. e, consequentemente, uma retomada do crescimento das lavouras de fumo. Aquela delimitação da quantidade de mudas permitidas por colono foi extinta e passou-se a estimular a produção em quantidades cada vez maiores. Nas safras de 1972/1973 e 1973/1974, por exemplo, o crescimento foi de 48% (MONTALI, 1979).

Ao estimular o aumento da produção do fumo, o “instrutor” desempenha, da perspectiva da dominação capitalista, a importante tarefa de transmitir aos pequenos proprietários não-capitalistas⁵⁵ a ideia da necessidade de crescente produção e produtividade como fontes de “lucro” (MONTALI, 1979, p. 121).

O estímulo a quantidades sempre maiores de fumo, por parte das empresas, fez com que diversos colonos aos poucos deixassem de produzir alimentos para subsistência e passassem a investir praticamente todos os seus recursos, tanto a força de trabalho quanto as terras disponíveis, na produção de fumo, o que intensificou ainda mais sua dependência em relação às agroindústrias.

1.2.2 O sistema de integração produtiva

Praticamente a totalidade da produção de tabaco na região é organizada em torno do sistema de integração, caracterizado pela existência de um contrato de produção entre a agroindústria e o produtor. Este sistema é geralmente utilizado na avicultura, na suinocultura e na fumicultura, mas o é também na sericultura, viticultura, na produção de leite e outras. Neste tipo de relação, a agroindústria fica responsável pelo fornecimento de um conjunto de elementos necessários à produção e o integrado se responsabiliza pela mão-de-obra e demais meios de produção e condicionantes da produção, passando a estar desautorizado a vender seus produtos para outrem que não seja a empresa com a qual estabeleceu contrato. Da mesma forma, a agroindústria se responsabiliza pela compra da totalidade da produção contratada com o agricultor⁵⁶.

⁵⁴ Uma questão que surge a partir destas informações é saber se neste período não houve alguma iniciativa de organização política dos fumicultores no sentido de reivindicar a solução dos problemas causados pela crise. Trata-se de um tema que merece atenção, já que se trata de um período de regime político ainda democrático e marcado por um contexto de constantes mobilizações dos trabalhadores rurais, especialmente por reforma agrária. Um elemento que pode ajudar a entender este período é a substituição de Leonel Brizola (do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) do governo estadual por Ildo Meneghetti (do Partido Social Democrático – PSD), caracterizando uma guinada à direita no governo do Rio Grande do Sul, o que gerava uma série de obstáculos à organização política das classes populares. Enfim, pode ser um objeto de pesquisa para futuros estudos historiográficos.

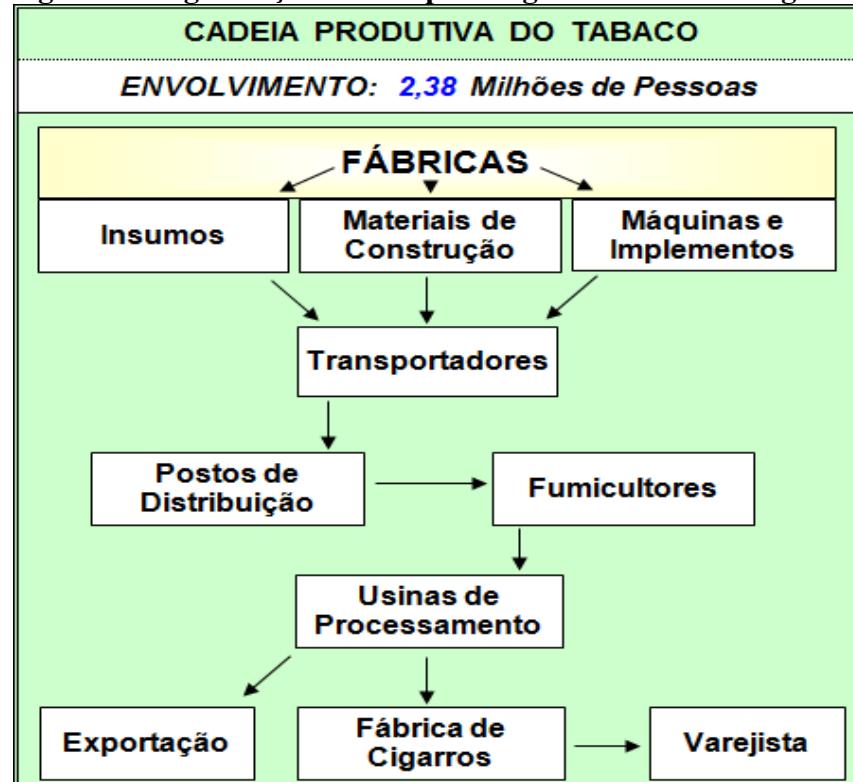
⁵⁵ À luz de Martins (1979), a autora considera os fumicultores como produtores simples de mercadorias que constituem unidades de produção agrícola não-capitalistas. Há outras interpretações, porém, como a de Wanderley (1985), que consideram o camponês não como um produtor não-capitalista, mas como um trabalhador para o capital. Ambos os autores concordam que há uma relação de subordinação, mas constroem caminhos teóricos distintos.

⁵⁶ A entidade que representa as empresas do complexo agroindustrial do fumo, conhecidas como fumageiras, é o Sinditabaco. Atualmente, de acordo com as informações coletadas na página do sindicato, existem 15 empresas a ele associadas, sendo oito delas sediadas em Santa Cruz do Sul, quais sejam: ATC – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda, JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda, JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda, Premium Tabacos do Brasil Ltda, Souza Cruz S.A., Universal Leaf Tabacos Ltda. e Valesul Brasil Tabacos Ltda. As demais, com exceção da Unifumo Brasil Ltda, cuja sede está localizada no município de Pouso Redondo/SC, estão localizadas todas nos municípios da região de Santa Cruz. Em Venâncio Aires estão Alliance One Brasil

Há alguns autores (GUIMARÃES, 1979; SORJ, 1986, *apud*, VOGT, 1997) que não consideram o sistema no qual a fumicultura está organizada como integrado de fato. Eles chamam-no, então, de sistema de semi-integração, ou quase-integração, tendo em vista que a fumicultura se diferencia um pouco de outras cadeias como a avicultura e a suinocultura, em que a dependência em relação à agroindústria é ainda mais forte. O fumicultor, por exemplo, tem a possibilidade de vender o fumo para outra empresa que não aquela com a qual estabeleceu o contrato ou “fez o pedido”, conforme a linguagem dos colonos. Basta que ele pague os insumos e materiais que foram fornecidos por ela para a realização da safra. Os fumicultores geralmente procuram honrar o compromisso para manter uma boa relação com a empresa, mas a possibilidade de vender para outra existe. Há produtores que têm “pedido” em quatro ou cinco empresas diferentes. Todavia, ainda assim, os atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco utilizam o termo sistema de integração, a despeito desta diferenciação estabelecida pelos autores. Neste trabalho, portanto, adotaremos também este termo levando em consideração esta ressalva.

A cadeia produtiva do tabaco constitui um complexo agroindustrial (SILVA, 1998), constituído pelo tripé “indústria para a agricultura” – “agricultura propriamente dita” – “agroindústria”. A figura abaixo ilustra a organização do complexo do fumo:

Figura 1: Organização do complexo agroindustrial fumageiro



Fonte: Afubra.

Disponível em www.afubra.com.br. Acesso em 10/06/2013.

Xavier Medeiros⁵⁷, em discurso proferido na audiência pública em que se discutiu o processo de regulamentação dos sistemas de integração, ocorrida em Brasília no dia

Exportadora de Tabacos Ltda, Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A, CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A e Tabacos Marasca Ltda. Em Sinimbu, está a Industrial Boettcher de Tabacos Ltda e em Vale do Sol, antigo distrito de Santa Cruz, está a Intab – Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.

26/05/2010, chamou atenção para a assimetria de informações que caracteriza esses sistemas. Segundo ele, as empresas sabem tudo a respeito dos seus integrados, mas o contrário não acontece. As informações referentes ao orçamento das empresas, seus lucros e despesas verdadeiros não são conhecidos pelos criadores, o que torna desigual a negociação de valores de remuneração, visto que o colono terá menos argumentos para defender uma remuneração mais alta.

Na visão de Wanderley (1985), o sistema de integração é uma estratégia forjada pelo capital industrial a fim de diminuir suas despesas e aumentar sua lucratividade:

Esta forma de articulação tem como principal elemento característico o fato de que o capital industrial evita o investimento na aquisição da propriedade da terra e controla “do exterior” a produção da matéria-prima agrícola que necessita para a transformação industrial. (...) Isso não quer dizer que ele (o camponês) não realize seu próprio cálculo econômico, nem desenvolva uma estratégia específica, mas é necessário não superestimar sua capacidade de iniciativa e situá-la em sua verdadeira dimensão. (...) suas iniciativas são limitadas e restritas ao estreito espaço estabelecido pelo capital (1985, pp. 68-9).

No caso da fumicultura, esse tipo de relação de trabalho caracteriza-se por um baixo ou inexistente poder de barganha do integrado no momento da negociação dos preços pagos pelo quilograma de tabaco. Prieb (2005) chama atenção ainda para

a existência de uma correlação de forças – que não são de forma alguma igualitárias, dado que o modo de obtenção da maior parte das “vantagens” alcançadas a partir do processo de integração agroindustrial é o das empresas fumageiras (2005, p. 50).

Os principais trabalhos sobre a fumicultura a que tivemos acesso até o momento, desde os mais antigos (LIEDKE, 1977; MONTALI, 1979), passando por estudos dos anos 1990 (ETGES, 1991; VOGT, 1997), até os mais recentes (SILVA, 2002; SILVA, 2007; MENGEL, 2010) apontam para uma relação de dependência e subordinação dos agricultores em relação às agroindústrias compradoras do tabaco. A fim de manter este tipo de relação, as empresas desenvolvem diversas estratégias. Uma delas é pagar mais pelo tabaco produzido por produtores que exerçam influência sobre os demais, por exemplo, o líder de uma determinada comunidade, de forma que, através de sua legitimidade, influencie os demais produtores a também aderirem à atividade e a entregarem preferencialmente para uma determinada empresa.

Do mesmo modo, um produtor que está ingressando na atividade recebe pagamentos mais elevados nos primeiros anos a fim de incentivá-lo a perseverar (ETGES, 1991). Durante o trabalho de campo, em duas casas vi, na estante da sala, troféus do tipo “produtor modelo” como uma espécie de trabalhador exemplar, no qual os demais deveriam se espelhar para também terem bons resultados ao final de cada safra⁵⁷. A foto abaixo demonstra um desses troféus, ao lado de uma imagem da Sagrada Família, o que evidencia o peso da religiosidade na vida dos colonos.

⁵⁷Agrônomo, professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade de Brasília (UnB). O discurso deste professor, bem como dos demais participantes da audiência, está disponível para download em formato .mp3 no site do Deputado Federal Assis do Couto, um dos líderes que deram início à discussão da regulamentação dos sistemas de integração: <http://www.assisdocouto.com.br>. Acesso em 25 out. 2011.

⁵⁸ Esta estratégia não é exclusiva do setor fumageiro. Padrão (1997), por exemplo, retrata esse processo no setor canavieiro.

Figura 2: Troféu de produtor exemplar ao lado de imagem sacra



Fonte: Trabalho de campo, setembro/2013.

Outra estratégia é o investimento na figura do “instrutor do fumo” como um elo entre o produtor e a empresa. Em boa parte das situações, o instrutor é filho dos próprios colonos de Santa Cruz. Em outros casos são filhos de colonos de outras regiões. Em ambos os casos, no entanto, ele se torna uma figura conhecida por todos e geralmente goza de certa respeitabilidade entre os colonos, de modo que seu discurso é ouvido e levado em consideração. Isto não significa que os agricultores não filtrem suas recomendações, mas eles as consideram importantes. É através deste orientador técnico que as agroindústrias informam os agricultores sobre as formas de manejo, estabelecem os pactos, recebem os pedidos dos insumos para cada safra etc. Nesse sentido, Etges (1991) chama atenção para a existência de um “manual do instrutor”, cuja regra básica é

exercer atividades de relações públicas, com participação em festividades, auxílio aos produtores e seus familiares em caso de emergência ou no

relacionamento com autoridades, etc. com a finalidade de manter uma posição de liderança na comunidade e especificamente, junto aos produtores, visando um bom nível de cooperação com a empresa (*apud* ETGES, 1991, p. 122).

O fato de as empresas incentivarem os instrutores a exercerem um papel de liderança junto aos produtores demonstra nitidamente a sua intenção de controlar não apenas a dimensão do trabalho dos agricultores, mas também as demais dimensões, como a organização social, ideológica e (por que não?) política, uma vez que o exercício da liderança implica em ter legitimidade para ser ouvido e ter um discurso respeitado. Assim, a organização política desses agricultores em oposição às empresas é dificultada, tendo em vista o fato de estas terem seu discurso mais facilmente aceito através da inserção do instrutor, que possui uma aceitação maior entre os colonos e atua como um porta-voz das empresas no cotidiano desses trabalhadores.

Fato que exemplifica esse processo é a Lei nº 8.526 de 1988, assinada pelo então governador do estado, Pedro Simon, de autoria do então deputado estadual Mário Limberger⁵⁹ (PMDB-RS), que propunha mudanças na forma de classificação do fumo, a fim de aumentar o poder de barganha dos fumicultores no momento da definição dos preços do produto. Até essa lei, o fumo era classificado nas dependências da empresa, por seus próprios técnicos, de forma unilateral, uma vez que, em função das distâncias era inviável para todos os produtores irem até Santa Cruz para acompanhar a classificação. Com a nova lei, o processo de classificação deveria ser feito em postos de recolhimento do produto, a serem instalados um em cada município, com o objetivo de facilitar o acesso dos produtores ao processo de classificação. Na nota fiscal de cada venda⁶⁰, deveria constar a assinatura do produtor concordando com a classificação realizada, ou seja, a lei tornava obrigatória a participação do agricultor no processo de classificação. Essa lei aumentava demasiadamente os custos das empresas, porque caberia a elas a maior parte dos investimentos financeiros necessários à construção dos postos de recolhimento e classificação do tabaco e a reação dos diversos atores envolvidos na cadeia do fumo, inclusive a dos STRs, foi negativa (ETGES, 1991). O setor dos transportes manifestou-se contrariamente ao projeto, pois eles também iriam sofrer prejuízos com a implementação destes novos postos de recolhimento (Mario Limberger, entrevista por telefone, 12/03/2014).

Diante desta situação, ao chamar a atenção para o desequilíbrio de forças entre o oligopsônio⁶¹ das empresas e os produtores, Etges (1991) faz a seguinte reflexão:

Dentro desse quadro é muito difícil entender como esta lei, cheia de “boas intenções”, pudesse vir a ser praticada, na medida em que as próprias entidades representativas dos produtores se posicionam contrários à mesma. Na medida, principalmente, em que os produtores estão desinformados sobre os benefícios que poderiam obter uma vez que *o conhecimento a respeito restringe-se a conversas com os instrutores de fumo que os visitam periodicamente, enquanto que no seu Sindicato sequer se reúnem, muito menos discutem a lei*. Isto não significa dizer que a lei era perfeita. Mas ela poderia ter sido reestudada nos sindicatos e, a partir daí, reformulada. No entanto, o resultado obedeceu

⁵⁹ Limberger era um técnico agrícola filho de um colono sindicalista. Seu pai havia sido presidente do STR de Arroio do Tigre, município pertencente à região do Vale do Rio Pardo.

⁶⁰ Os agricultores não usam o termo “vender” o fumo, mas “entregar”, tendo em vista que não se trata de uma relação de compra e venda entre atores independentes, tal como acontece no mercado comum, mas uma relação de trocas pautada por um conjunto específico de acordos, que constitui o sistema de integração.

⁶¹ Assim como um oligopólio é o controle de um grupo de empresas na venda de um determinado produto, um oligopsônio é a existência de um determinado grupo de empresas que controla a compra de um determinado produto, no caso em questão, do tabaco.

rigidamente à correlação de forças em questão (ETGES, 1991, p. 143, grifo nosso).

Este fato demonstra como, em diversas ocasiões, a referência dos fumicultores para se debater questões políticas é a figura do instrutor, que atua a mando das empresas, e não lideranças políticas oriundas do próprio conjunto de trabalhadores, embora muitas vezes os instrutores sejam filhos dos próprios produtores, o que cria certo paradoxo. A diferença, nesse caso, é que, como instrutor, o filho do fumicultor estará colocado em uma posição de representante da agroindústria e não dos trabalhadores. Essas estratégias demonstram como se dá, no plano das ideias, a dominação das empresas em relação aos produtores, ou seja, elas também disputam com outras forças a construção dos *framings* e, com relativo sucesso, conseguem influenciar em boa medida a forma como os agricultores definem as situações que vivenciam.

A questão, no entanto, é mais complexa. O instrutor, assim como o agricultor, obedecem ordens, mas há uma diversidade, mesmo que limitada, de formas com que eles pode segui-las. A dicotomia “empresas X agricultores” existe, mas há um vasto campo de relações entre estes atores que pode não ser apenas de oposição e, neste caso, a figura do instrutor e as relações de confiança em torno dele, tal como trabalhadas por Rudnicki (2012), aparecem como peças-chave para se compreender estas imbricações:

Observou-se que a governança corporativa se apresenta como uma rede de relações contratuais complexas mediadas e ancoradas por relações de proximidade (amizade e parentesco) encontradas na figura do orientador técnico. A partir das relações de amizade e confiança que mantêm ainda conectados os agricultores às empresas detectou-se que, no imbricamento entre os contratos formais e informais, permeados por mecanismos de controle, baseados em sanções, vem sendo gerenciado e mantido o Sistema Integrado de Produção das empresas de tabaco no Rio Grande do Sul (RUDNICKI, 2012, p. 7).

Em visita a uma das famílias de fumicultores de Santa Cruz, esta dimensão da confiança apareceu de forma mais destacada, especialmente quando se perguntou ao agricultor sobre a opinião dele a respeito do crescimento do MPA no município e de o que teria levado os agricultores a se vincularem a este movimento. A resposta dele foi curta e imediata, o que demonstra clareza e segurança no que está dizendo: “Confiança! Se o cara (liderança do movimento) não te dá confiança, não vai” (fumicultor, entrevista ao autor, Distrito Alto Paredão - Santa Cruz do Sul, 02/05/2013). Esta fala é um indicativo inicial que corrobora com a perspectiva dos autores citados no capítulo anterior, que chamam a atenção para a importância que as relações pessoalizadas assumem para a construção de um problema público e de um movimento social, ou seja, as ações coletivas não se formam apenas a partir da impessoalidade e da argumentação de ideias, mas envolve um conjunto maior de relações, que são balizadas pelas histórias de vida dos indivíduos e suas interações pessoais.

Silva (2007) aponta ainda para o fato de que o valor moral atribuído ao trabalho de acordo com o *ethos* dos colonos gera um processo de desresponsabilização das empresas pelo fato de pagarem pouco. Não que em algumas situações os colonos não pensem que elas devessem pagar mais. Ao contrário, esse discurso é muito presente nas falas deles. Mas há muitos casos em que a culpa pelo fracasso econômico de uma família é jogada toda na “falta de capricho” da família e não se considera a responsabilidade das empresas nesse processo (SILVA, 2007).

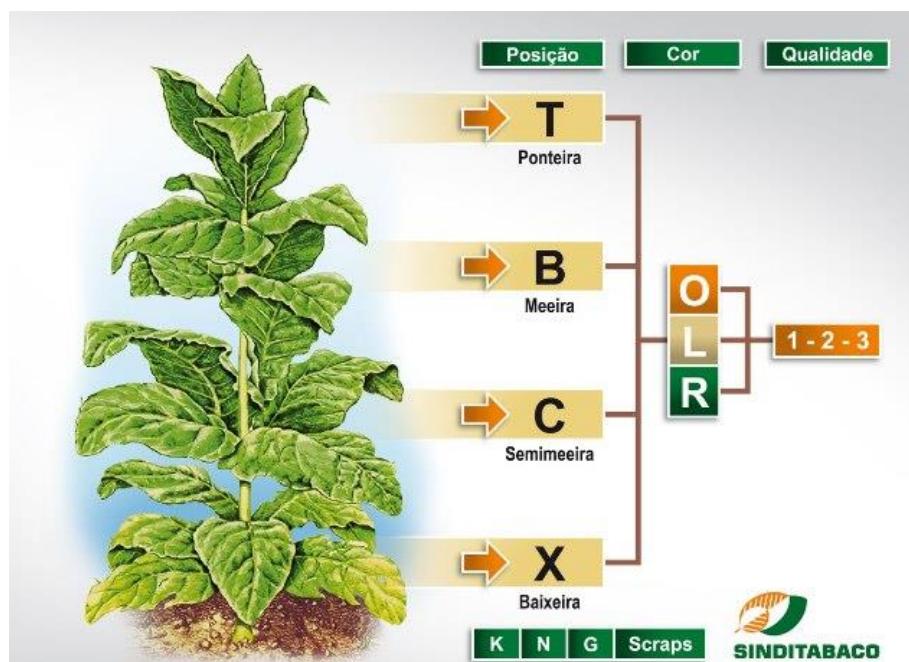
Um elemento muito importante para se entender o preço pago pelo fumo é a classificação das folhas, questão que tem sido pauta de diversas arenas de disputa entre agricultores e fumageiras. Atualmente o processo é regulamentado pela Instrução

Normativa nº 10 de 16/04/2007, que estabelece os critérios de classificação. Destaco abaixo os mais importantes⁶².

- 1) **Grupos:** Diferencia se é Tabaco de estufa - TE (curado à lenha em um forno) ou Tabaco de galpão - TG (curado naturalmente pendurado ao ar livre sob o telhado de um galpão);
- 2) **Subgrupos:** Diferencia as folhas manocadas - FM (amarradas em manocas) das folhas soltas - FS;
- 3) **Classes:** Diferencia a posição das folhas no pé por Baixeiras (X), Semimeiras (C), Meeiras (B) e Ponteiras (T);
- 4) **Subclasses:** Diferencia a cor das folhas. As de cor laranja, admitindo-se manchas acastanhadas que ocupem até 50% de sua superfície (O), folhas em que a cor castanho claro a castanho escuro ocupem mais de 50% da superfície da folha, podendo chegar ao predomínio total sobre as cores laranja e limão (R), folhas de cor limão, admitindo-se manchas acastanhadas que ocupem até 50% de sua superfície e folhas de cor castanho claro, separando-as daquelas que possuem a coloração castanho escuro (L).
- 5) **Tipos:** Diferencia conforme a qualidade (textura). Folhas maduras, com boa granulosidade e elasticidade, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de forte intensidade (1), folhas maduras, de granulosidade e elasticidade moderada, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de intensidade moderada (2), folhas não maduras a passadas de maduras, de granulosidade e elasticidade mínimas, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de fraca intensidade (3).

A figura a seguir elaborada pelo Sinditabaco sintetiza a classificação acima exposta.

Figura 3: Principais tipos de folhas de tabaco e sua classificação



Fonte: Sinditabaco

⁶² Os detalhes dos critérios podem ser consultados em <http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/instrucoes-normativa-n10-classificacao-do-tabaco/>. Acesso em 12/02/2014.

Com uma quantidade tão grande de classificações (89 no total) torna-se fácil os classificadores terem flexibilidade no que se refere à rotulação de uma folha como da classe B ou C e da subclasse O ou R. A classificação final é composta pela junção desses diversos critérios. Cada classificação possui um preço específico. A mais valorizada é a BO1, composta pelas folhas meeiras, de cor alaranjada e maduras. Nesse sentido, a “subjetividade”⁶³ do classificador, que é um funcionário da empresa, é decisiva para o fumicultor no que se refere à renda que ele vai obter com a venda do seu produto. Por isso o momento da venda do fumo é decisivo para os fumicultores. É nele que se define qual será a rentabilidade que vai auferir em função de um ano inteiro de trabalho.

Essa flexibilidade no momento da classificação permite às empresas pagar melhor ou pior conforme as necessidades, que variam de acordo com a lei da oferta e da procura. Certo dia, indo de ônibus para Santa Cruz por conta do trabalho de campo, tive a sorte de sentar ao lado de uma mulher que trabalhou durante anos no processo de classificação do tabaco. Conversando ao longo do trajeto, ela foi categórica em dizer: “Em vários dias, o chefe chegava e dizia: ‘Hoje estamos precisando de bastante fumo. Pode comprar bem’ ou ‘Hoje estamos com sobra de fumo, dá uma endurecida na classificação’”. Assim, dependendo da conjuntura, um fumo que teoricamente deveria ser comprado de acordo com determinada classificação é comprado por outra, mais cara ou mais barata. No fim das contas, portanto, aqueles critérios estabelecidos pela normativa do Ministério da Agricultura pouco contam na prática. O que conta é o preço do mercado, que varia conforme a demanda das empresas e a oferta do produto.

A visão das diferentes entidades sobre o sistema integrado é um elemento que marca claramente as diferenças políticas entre elas. A Afubra, a Fetag, a Farsul e o Sinditabaco avaliam muito positivamente este sistema por acreditarem que ele garante estabilidade tanto para o agricultor, quanto para as empresas. A fala de Carlos Otávio, dirigente do Sindicato Rural é ilustrativa:

Nós temos hoje um sistema que funciona bem que é o sistema integrado, com suínos, frangos, fumo, leite, que hoje é o que mais caracteriza a nossa região, porque tem assistência técnica, preço definido de produto, tem para quem vender, uma série de coisas que, no conjunto, dão garantia ao produtor rural, enquanto que aquele que fica autônomo, ele não tem garantia nenhuma, a não ser a do mercado. E esse mercado hoje globalizado faz com que nós tenhamos renda entre custo de produção e a produtividade. Os que não estão integrados têm mais dificuldade de renda (Carlos Otávio, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

Já o Sintrafumo⁶⁴, enquanto atuou (de 1989 a 1996), e o MPA possuem uma visão mais crítica. A fala de João Jeferson, presidente do Sintrafumo⁶⁵ à época, ilustra a interpretação a partir desta perspectiva:

Inicialmente achávamos que tinha que melhorar o sistema de integração, no sentido de ele ser mais transparente, de o agricultor conhecer mais os contratos... O fato de o orientador fazer todo o serviço burocrático para o agricultor era uma grande facilidade, porque a grande maioria era analfabeto, semianalfabeto, ou pouco alfabetizada. Então isso era a porta de entrada. O

⁶³As aspas servem para relativizar o termo já que a subjetividade do classificador é, em boa parte, controlada pela empresa.

⁶⁴Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul. No capítulo dois há uma descrição mais detalhada sobre a entidade.

⁶⁵O sindicato teve um único presidente durante todo o tempo em que atuou.

orientador era o cara da comunidade. Era o cara que sabia fazer isso, então ele era de confiança (...) Então as empresas foram melhorando o sistema integrado para elas e não para os agricultores. Os agricultores se tornaram cada vez mais dependentes. Eles, com isso, prendiam o agricultor por cinco, dez anos com dívida, etc. E os caras corriam atrás. Tu sabes que o nosso povo italiano e alemão, a maioria quer honrar as dívidas. Tem gente que suicidou, se matou porque não conseguia pagar uma dívida de estufa, de grampos, etc. E usaram muito bem essa estratégia. O alemão e o italiano, tu amarras porque ele realmente vem atrás da dívida e o luso-brasileiro tu tens que entrar com ação na justiça, tem que entrar com arresto para cobrar e tal. Eu não faço uma crítica a um ou a outro, mas é uma constatação de realidade. Acabou ficando claro, então, que os sistemas de integração, para nós, são uma estratégia das multinacionais para ter produtor de matéria-prima barato e sem muito vínculo de obrigações trabalhistas. Já na metade do Sintrafumo para cá, começa-se um movimento para nos libertarmos disso. (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Esta liderança é também descendente de imigrantes alemães, o que explica um pouco o destaque dado à dimensão étnica que perpassa o sistema de integração. Esta visão crítica a respeito do sistema de integração, no entanto, não é muito divulgada pelo MPA porque os agricultores, embora reclamem da exploração das empresas, reconhecem a importância da garantia de liquidez que o sistema de integração proporciona e, nesse sentido, não é estratégico construir um discurso tão crítico. No entanto, há momentos em que a crítica é feita e isso interfere significativamente nos processos de identificação ou não dos fumicultores com o MPA.

De todo modo, em que pesem todos os fatores negativos a respeito do sistema de integração, o colono, se quer proporcionar oportunidades de educação aos filhos, se manter informado, se locomover, participar de atividades culturais, enfim, consumir bens e serviços básicos que lhe permitam viver com dignidade, ele precisa necessariamente estar inserido de alguma forma em algum tipo de mercado, por mais que seja de forma subordinada. Nesse sentido, embora subordine o agricultor, “a produção integrada representa para o colono um horizonte importante na concepção e no agir em relação a uma forma moderna de se inserir no âmbito econômico” (TEDESCO, 2001, p. 138). A visão de cada entidade sobre o sistema de integração, portanto, é um elemento que interfere na aproximação ou distanciamento dos agricultores a elas.

Este é, em linhas gerais, o contexto onde se situam os fumicultores, cuja participação política está sendo objeto de atenção deste trabalho.

2. EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DOS FUMICULTORES AO LONGO DA HISTÓRIA

Este capítulo tem por objetivo resgatar experiências de construção de associações entre os fumicultores ao longo da história, a fim de evidenciar como eles, em conjunto com as diversas organizações políticas que foram sendo criadas ao longo do tempo, foram construindo problemas públicos. A ideia é chamar atenção para a historicidade das questões que estão sendo trabalhadas e destacar que o que estamos observando hoje em termos de participação política dos fumicultores é, em boa parte, decorrente das experiências associativas das gerações anteriores. Partindo do pressuposto de que o atual repertório de definição de situações (*framings*) é, de certa maneira, formado por um histórico de padrões de interação e por certos rompimentos com estes padrões, o capítulo busca fazer uma espécie de historicização dos *frames* dos colonos contemporâneos no que se refere às situações de associativismo.

Daremos ênfase para os seguintes processos associativos: a criação da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais no início do Século XX; a criação das Associações Rurais, que vieram, posteriormente, a criar a Farsul, na segunda metade do século; a organização das “Semanas Ruralistas” nos anos 50, a partir da qual foi construída a Afubra; o trabalho da Frente Agrária Gaúcha (FAG), nos anos 60, a partir do qual foi construído o STR, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos anos 1980; para as mobilizações de 86 e de 89; e para a criação do Sintrafumo, no fim dos anos 80, e do MPA, no fim dos 90.

2.1 O associativismo cristão do início do século XX

De acordo com Vogt (2006), os primeiros imigrantes, ao chegarem, tiveram a ajuda do Estado apenas no início, com o custeio da viagem e, em alguns casos, com um empréstimo de dinheiro para as despesas iniciais de instalação. Depois da chegada à colônia, no entanto, o Estado esteve praticamente ausente da vida dos migrantes no que se refere à garantia de direitos e ao fornecimento de uma infraestrutura mínima. Dessa forma, tiveram que se acostumar a solucionar seus problemas – tanto privados, quanto públicos – sem contar, ou contando pouco, com a ajuda do Estado. A abertura de estradas, por exemplo, era feita em forma de mutirão, da mesma forma que a construção de obras, como pontes, pinguelas, igrejas e cemitérios. A alfabetização dos filhos também era feita através das escolas comunitárias, construídas e financiadas com recursos dos próprios colonos de cada comunidade. O professor era geralmente algum colono já idoso, ou com alguma impossibilidade de trabalhar na roça, que era pago da mesma forma. Vogt (2006) chama a atenção para a existência do que chamou de “espírito público” que fazia com que todos os membros da comunidade se sentissem obrigados a contribuir com os “trabalhos em grupo”, ou seja, com as iniciativas coletivas a que me referi anteriormente. Havia inclusive sanções para quem não colaborasse. Ao negar-se a contribuir com a escola, a família ficava impedida de receber determinados sacramentos religiosos, como a 1ª Eucaristia, no caso dos católicos, ou a Confirmação, no caso dos luteranos.

Essas iniciativas eram maneiras de equacionar problemas, que, para eles, eram construídos como públicos. A busca de saídas passava mais por iniciativas baseadas no mutualismo, do que por reivindicações ao Estado. Isso não significa que ignorassem a sua existência. Há vários relatos de reuniões em que colonos reivindicavam a diretores de colônias abertura e melhorias de estradas e construção de pontes. Havia também casos em que a responsabilidade pela construção de algumas capelas era assumida pelo governo provincial (VOGT, 2006). Seyferth (1988) relatou que na Colônia Itajahy, atual município

de Brusque/SC, os colonos se revoltaram contra a administração da colônia em função da falta de organização e da precariedade de condições. O Estado, portanto, não era totalmente ausente. A diferença é que o peso que ele tinha na vida dos primeiros colonos era significativamente menor do que hoje.

Schmidt (2002; 2004) analisou as influências da cultura política alemã nos processos de participação política dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Conforme sua análise, esta cultura política foi fortemente carregada por um autoritarismo secular, que fez com que os camponeses alemães fossem obrigados a vivenciar experiências não democráticas ao longo da história. Isto teria dificultado seu envolvimento nos processos políticos no âmbito de regimes democráticos, especialmente aqueles relacionados à política institucional (disputa por cargos nas eleições).⁶⁶ Esta herança de uma cultura política marcada pelo autoritarismo, todavia, não impediu que se criassem, nas regiões de colonização alemã, formas específicas de organização política.

A despeito desse fato, Vogt (2006) destaca o desenvolvimento de uma vasta rede de associativismo comunitário entre os colonos alemães. Dentre os fatores que poderiam explicar esse processo, o autor destaca que a distribuição espacial era feita em picadas, como descrevemos no capítulo um. Ou seja, os colonos viviam a uma certa distância espacial uns dos outros, diferentemente dos *Dorfer*, aldeias em que os camponeses alemães⁶⁷ viviam com suas casas muito próximas (SEYFERTH, 1999b). A proximidade das casas nos *Dorfer* facilitava as relações de sociabilidade e não gerava a necessidade de se criarem espaços de encontro. A função que as associações existentes na Alemanha assumiam talvez fosse menos importante, do ponto de vista organizativo, do que a função assumida no Brasil. Nas colônias, dada a distância entre as casas e o fato de estarem fora do país de origem, com suas tradições ameaçadas, em um mundo pouco conhecido, havia a necessidade de se criarem espaços de sociabilidade e era para isso, especialmente, que foram fundadas associações culturais e recreativo-desportivas, tal como a Sociedade dos Lanceiros, Atiradores, Cavalarianos, Damas, Bolão, etc. O importante para nossa análise é que, para além dessa função integradora, esses espaços eram importantes também para a organização política dos colonos:

O papel de uma sociedade de lanceiros, por exemplo, não era o de simplesmente congregar e distrair os seus associados em um torneio que se realizava a cada 30 ou 60 dias. Por ocasião desses encontros, (...) a vida pública da comunidade podia ser objeto de discussão. Era, portanto, uma oportunidade não somente para reunir grande parte dos membros da comunidade, mas também para resolver problemas comuns (VOGT, 2006, p. 172, grifos meus).

Chamadas pelos colonos de *Vereine*, as primeiras sociedades (associações formalmente constituídas) foram criadas apenas depois que as primeiras dificuldades foram superadas e quando as condições materiais mínimas de existência foram garantidas. “Foi no período compreendido entre o último decênio do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial que elas (as *vereines*) proliferaram” (VOGT, 2006, p. 180). Ao relacionar a criação desse tipo de associações à existência de um capital social, o autor chama atenção também para o fato de que a participação neste tipo de associações geraria relações de confiança entre os participantes, o que contribuiria para processos de cooperação, engajamento político e desenvolvimento local.

⁶⁶ Embora a participação dos teuto-brasileiros na política institucional fosse pequena, havia alguns que conseguiam ocupar cargos políticos relativamente importantes. Em Seyferth (1999^a) encontram-se alguns exemplos disso para o caso de Santa Catarina.

⁶⁷ Embora o Estado Nacional Alemão tenha sido criado apenas em 1870, utilizei o termo “alemães” para me referir aos habitantes dos reinados que, posteriormente, vieram a constituir a nação germânica.

Ao descrever essas redes de sociabilidade e associativismo, o autor dá força ao entendimento cefaiano de que a linha que separa o “político” do “não-político” é muito fluida e que o fazer política não se dá apenas em espaços formais de decisão, mas também em outros espaços formais ou informais de sociabilidade que não necessariamente sejam voltados especificamente à organização política. Para o autor, essas associações são “iniciativas coletivas situadas a meio caminho entre o mundo privado e o mundo público e contribuíram decisivamente para o surgimento daquilo que muitos denominam atualmente de sociedade civil” (VOGT, 2006, p. 236, grifo meu).

Nesse contexto, ao contrário do Estado, que estava, em regra, distante do cotidiano dos colonos, as Igrejas Católica e Luterana estavam muito próximas⁶⁸. Como dito no primeiro capítulo, a religião ocupa um lugar central na organização da vida dos colonos. As capelas comunitárias serviam e ainda servem não apenas como templos religiosos, mas também como pontos de encontro, locais de referência e identificação de cada comunidade. Durante o final do século XIX e início do XX houve um processo de reação dessas Igrejas ao avanço das ideias liberais e positivistas que estavam fazendo a religião perder espaço na vida das pessoas. Um dos caminhos para recuperar esse espaço foi incentivar o associativismo cristão a fim de poder estabelecer maior controle sobre expansão das novas ideias em curso. Em 1890, por exemplo, foi criada na Alemanha a União Popular para a Alemanha Católica, uma associação que visava promover o catolicismo através de diversas atividades ligadas à educação popular (VOGT, 2006).

De acordo com Schalleberger (2001), um elemento que ajuda a compreender esta atuação da Igreja Católica nas questões sociais é a publicação da encíclica *Rerum Novarum* pelo papa Leão XIII, em 1891, que teve como objetivo disputar ideologicamente com as doutrinas socialistas em crescimento naquele contexto. A esse respeito, o bispo emérito da diocese de Santa Cruz do Sul⁶⁹, relata:

A partir de 1892, quando o Papa Leão XIII, sob a influência do Bispo Ketler, da Alemanha, (...) e um grupo de líderes da Alemanha, eles elaboraram uma doutrina social. De um lado começou a apertar o comunismo e de outro lado o capitalismo muito selvagem. Eles elaboraram, então, uma doutrina social da Igreja, que depois o Papa Leão XIII assumiu na Encíclica *Rerum Novarum* – das coisas novas – e diz o seguinte: que a sociedade moderna, dividida em classes, não deve entrar em luta – se matar uns aos outros – mas tem que se organizar em sindicatos e associações e dialogar e negociar. Então, não se matar, mas também não simplesmente deixar-se oprimir: organizar-se, dialogar (entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 02/05/2013).

A intenção do então líder da Igreja era interferir nos processos de organização política em curso nos diversos ambientes de presença católica a fim de evitar que as organizações dos católicos incorporassem a perspectiva da luta de classes: “tanto na sua vertente católica quanto na evangélica, o associativismo cristão postulava uma transformação social não acometida de uma ruptura institucional, mas sedimentada na ordem da solidariedade cristã” (SCHALLEMBERGER, 2001, p. 19).

2.1.1 A Associação Rio-grandense de Agricultores - Bauerverein

Boa parte da ação eclesial da época nas áreas de colonização germânica foi

⁶⁸ Isso não significa que não houvesse nenhum tipo de relação entre o Estado e as colônias alemãs. Veremos na sequência que havia interlocuções. O que gostaria de enfatizar é que a Igreja estava muito mais presente do que o Estado no cotidiano dos colonos.

⁶⁹ Assim como estou preservando os nomes dos colonos com quem convivi e de suas lideranças, preservarei também os nomes dos padres e bispos com quem conversei a fim de evitar constrangimentos.

inspirada na ação católica alemã. Uma das primeiras iniciativas da Igreja da Imigração⁷⁰, foi liderar a construção da Associação Rio-grandense de Agricultores, a *Bauerverein*, fundada no ano de 1900, durante o III Congresso Católico (*Katholikentage*) no atual município de Feliz, no Vale do Caí. Embora criada por católicos, a associação tinha caráter ecumônico e congregava as diversas associações locais de agricultores.

Tais congressos foram inspirados em experiências semelhantes na Alemanha e na Áustria. Schallenberger (2001) destaca quatro temas principais desses encontros: a) formação espiritual e intelectual; b) conduta moral; c) organização social; d) problemas cotidianos dos imigrantes. O primeiro *Katholikentage* ocorreu em 1898 no atual município de Harmonia, à época ainda pertencente ao município de Montenegro, no Vale do Caí, próximo a Porto Alegre. O segundo foi na localidade de Santa Clara, à época pertencente a Lajeado, no Vale do Taquari; o terceiro, no então distrito (hoje emancipado com o nome de Feliz) de Santa Catarina da Feliz, município de São Sebastião do Caí; e o quarto foi em Santa Cruz.

Um dos principais mentores desta organização foi o Padre jesuíta Theodor Amstad, que, de acordo com Schallenberger (2001), teria se sensibilizado com as dificuldades financeiras dos colonos em função do desequilíbrio entre poder de compra e poder de venda de seus produtos e teria proposto como solução a montagem de uma rede de proteção social e a criação de uma grande associação de auxílio mútuo, no caso, a *Bauerverein*. Com o tempo, cada picada (localidade/comunidade de colonos, também chamada de “linha”) ou cada conjunto de duas ou três picadas tinha a sua associação, que se juntavam na Associação Distrital⁷¹, depois Municipal e, por fim, na Associação Rio-grandense de Agricultores. O quarto congresso foi em Santa Cruz do Sul e nele decidiu-se que os congressos passariam a ser realizados a cada dois anos. Para Schallenberger (2001) e Vogt (2006), o que estava por trás da criação da *Bauerverein* era um processo marcado por uma intenção dos padres jesuítas de garantir que os teuto-brasileiros mantivessem viva a sua identidade étnica, já que era iminente o risco de os colonos se “acaboclarem”, tal como comentado no primeiro capítulo. Eram especialmente dois os problemas públicos em questão naquele contexto: o baixo valor dos produtos vendidos pelos colonos, o que os impedia de se estabilizarem financeiramente, e a ameaça à sobrevivência das tradições germânicas em um contexto externo à terra de origem. Havia a necessidade de se unirem enquanto descendentes de imigrantes alemães, com uma cultura e identidade próprias, para garantir que sua língua, sua moral e seus costumes fossem preservados. A proposta de criação da *Bauerverein* foi vista pelos colonos, portanto, como uma maneira de encontrar soluções para esses problemas de cunho econômico e étnico-identitário.

Schallenberger (2001) aponta como principais resultados da Associação a organização de mais duas colônias para os filhos dos imigrantes, num processo de expansão da fronteira agrícola e a fundação das Caixas Econômicas Rurais. As duas colônias fundadas constituem hoje os municípios de Cerro Largo e Santo Cristo. As Caixas Rurais foram se modificando ao longo do tempo e deram origem ao Sistema de

⁷⁰ Igreja da Imigração é o termo que o autor utiliza para se referir tanto aos padres missionários católicos que vieram para o Brasil para trabalhar com os colonos, quanto aos pastores luteranos que também vieram prestar assistência religiosa aos colonos protestantes. No interior da Igreja Católica havia algumas divergências entre os padres da Igreja da Imigração com a estrutura tradicional da Igreja. Ver mais em Schallenberger (2001).

⁷¹ Um bom objeto de pesquisa para futuras pesquisas poderia ser investigar se existe relação entre as associações de produtores a que me referi na introdução e essas associações que faziam parte do *Bauerverein*. Embora tivesse tentado abranger essa dimensão da participação política dos colonos, a limitação temporal da pesquisa direcionou o foco para a análise específica da vinculação dos colonos aos dois sindicatos, ao MPA e à Afubra.

Crédito Cooperativo (Sicredi), uma instituição financeira muito importante para muitos agricultores, com presença em vários estados do país. A primeira experiência de crédito cooperativo foi em 1902, em Nova Petrópolis, na Serra Gaúcha, colônia de alemães fundada em 1858. De acordo com Vogt (2006), esta teria sido a primeira cooperativa do gênero da América Latina, elemento explorado pelo Sicredi como um ponto importante de sua história.

O *Bauerverein* cresceu rapidamente e em 1906 já contava com dois mil associados. Nas palavras de Vogt (2006), estes eram os agricultores “mais dinâmicos e esclarecidos”, já que havia ainda muitos colonos em condições muito precárias, que tinham outras questões mais urgentes com que se preocupar e ainda não estavam organizados em associações.

2.1.2 A intervenção estatal liderada por Borges de Medeiros

Dentre os anos 1898 e 1901, em função da superprodução e da queda dos preços no mercado internacional, ocorreu uma forte crise na agricultura brasileira, especialmente nas produções de café e açúcar no centro e nordeste do país. Isso fez com que a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)⁷², organização recém criada, se mobilizasse e organizasse o I Congresso Nacional de Agricultura, no Rio de Janeiro em 1901. Nesse congresso, ela propôs a criação de sindicatos agrícolas que representassem a classe dos produtores rurais como um todo, independentemente do tamanho e de sua condição, se proprietário ou assalariado. Além da função representativa, os sindicatos seriam responsáveis ainda por estabelecer o comércio dos produtos dos agricultores diretamente com os consumidores a fim de evitar perda de rendimentos com intermediários (HERTOZOGUE, 1992).

Aprovada a proposta no congresso, a SNA tratou de pressionar o governo federal e o Congresso Nacional a aprovarem uma lei que regulamentasse a construção desse tipo de sindicatos, os quais, ao representarem ao mesmo tempo, trabalhadores e proprietários, acabariam por servir aos interesses destes últimos. Desse modo, em 1903 foi aprovada a Lei 979 que facultava aos profissionais da agricultura a organização em sindicatos e cooperativas e, em 1907, foi promulgada a Lei 1637, que regulamentava com maiores detalhes como deveriam funcionar tais organizações. Nesta última é explícita a influência exercida pela SNA no sentido de impedir a possibilidade de haver organizações específicas de trabalhadores, tal como se percebe no seguinte trecho:

Os sindicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho e, como tais, poderão ser consultados em todos os assuntos da profissão (Lei 1637/1907, art. 8º, Cap. I, p. 2).

No Rio Grande do Sul, logo após a realização do Congresso promovido pela SNA, o então governador Borges de Medeiros, positivista do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), apropriou-se do discurso da elite agrária cafeeira e iniciou um processo de incentivo à criação de sindicatos agrícolas com um objetivo específico: criar condições aos agricultores de aumentar sua produtividade e competir com a produção agrícola do centro do país, em franca expansão em função da crise do café. Com os baixos rendimentos obtidos com a cafeicultura, iniciou-se um processo de aumento da diversificação produtiva, especialmente com a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento interno, já que boa parte dos cereais e mantimentos era importada de fora

⁷² Entidade fundada em 1897, no Rio de Janeiro, por lideranças da elite agrária para defenderem seus interesses. Ver mais em Mendonça (1997).

do país. Até a crise do café, o Rio Grande do Sul era uma das principais fontes do abastecimento dos aglomerados urbanos do sudeste brasileiro. Com o aumento da produção de alimentos nessas regiões, os agricultores gaúchos foram prejudicados em função da distância que encarecia os produtos até chegarem ao centro do país. A intenção de Borges, portanto, era encontrar mecanismos de driblar essa crise, estimulando o crescimento da produção (especialmente de trigo e arroz) a fim de manter aquecida a economia gaúcha e fortalecer as exportações (HERTOZOGUE, 1992).

Os sindicatos agrícolas foram vistos por Borges, portanto, como o mecanismo através do qual ele poderia convencer os agricultores (tanto os colonos, quanto os pecuaristas) a adotarem novas técnicas produtivas para diminuírem os custos de produção e aumentarem a produtividade a fim de terem condições de competir com os produtores do centro do país. Dessa forma, o governo estadual começou a pressionar as associações do *Bauerverein* para que elas se transformassem em sindicatos agrícolas sobre os quais o governo iria exercer controle.

Em 1909, portanto, durante seu IX Congresso, os agricultores da *Bauerverein*, sob o medo de terem sua entidade penalizada com a cobrança de impostos, se viram obrigados a aprovar a transformação das associações em sindicatos agrícolas. Como uma forma de retaliação à imposição do governo, os líderes religiosos da associação abandonaram a organização, praticamente sucumbida por essa mudança. De acordo com Hertzogue (1992), a maior parte dos sindicatos agrícolas durou muito pouco tempo. Geralmente um ano ou dois depois de sua fundação, eles já não tinham mais força. Segundo Picolotto (2011), os colonos não percebiam esses sindicatos como organizações deles mesmos, mas como entidades do Estado, o que teria significado para eles uma perda grande de autonomia. Os pecuaristas, por sua vez, também não se reconheciam nesta entidade, uma vez que eles também já estavam organizados em entidades próprias. Eles tinham a Sociedade Agrícola Pastoril, que congregava os pecuaristas e defendia suas pautas⁷³.

De modo geral, o insucesso destes sindicatos é apontado por Hertzogue (1992) como consequência da falta de incentivos governamentais na forma de crédito agrícola para que os agricultores pudessem comprar as ferramentas propagandeadas e adotar as práticas ensinadas. Sem recursos, era impossível adquirir tais implementos. Segundo a autora, vários pedidos teriam sido feitos pelos sindicatos ao Ministério de Agricultura, solicitando auxílios, mas nenhum teria sido atendido. Dessa forma, depois de sua dissolução, boa parte dos sindicatos agrícolas foi incorporada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), que havia sido fundada pelos pecuaristas em 1909⁷⁴ e expandiu a criação de associações rurais em áreas de colonização europeia especialmente durante os anos 1930 e 1940. Por mais que houvesse uma relação de proximidade entre o governo e os pecuaristas, no âmbito da Farsul, os sindicatos tinham relativa autonomia em relação ao Estado. Voltaremos a esse ponto na sessão 2.2.3.

No caso específico das colônias alemãs, havia um componente a mais que dificultava uma boa relação entre o governo estadual e os colonos. Era a chamada “Questão de Terras”. Em 1897, a fim de iniciar um controle sobre a estrutura fundiária nas colônias, o governo criou Comissões de Verificação, que seriam responsáveis por investigar irregularidades nas demarcações dos lotes coloniais. Com isso, muitos colonos

⁷³Fundada em 1898, em Pelotas, a entidade foi uma forma de organização dos pecuaristas para reagirem à ameaça de perderem sua hegemonia no estado em função da expansão da agricultura no final do século XIX, especialmente nas regiões coloniais. Em 1909 a Sociedade Agrícola Pastoril organizou o I Congresso Agrícola do Estado, em Pelotas, no qual foi apresentada a proposta de criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, que foi concretizada durante uma assembleia em Porto Alegre no feriado do Dia do Gaúcho em 20 de setembro de 1909 (HERTZOGUE, 1992).

⁷⁴A entidade considera como a data oficial de sua fundação o ano de 1927, porém os primeiros passos no sentido de sua construção remontam ao final do século XIX (FARSUL, 1997).

foram obrigados a pagar duas vezes pelo mesmo lote, o que foi motivo de descontentamento geral nas colônias alemãs (HERTZOGUE, 1992).

Quando da criação do sindicato agrícola em Santa Cruz, uma das lideranças teutas que havia sido escolhida pelo governo para ser dirigente da entidade, escreveu uma carta ao governador Borges de Medeiros dizendo o seguinte:

Para a minha maior surpresa leio no *Kolonie*, nº 16, de 4 desse mês, o meu nome entre os membros da diretoria do sindicato fundado pelo Sr. Euclides de Moura. Vejo-me, por isso, obrigado a declarar quem nem sequer sou membro deste sindicato, consequentemente não posso fazer parte de sua diretoria (...) Tomando ainda a liberdade de ponderar que, enquanto o governo não tiver efetuado o prometido feito aos colonos nesse município que foram atingidos pela verificação das terras, eu nunca poderia tomar parte de um sindicato formado por um seu empregado. Primeiramente efetue o governo as autorizadas aspirações da colônia, que pretendem, entre outros, a reforma dos inventários, e então terá também toda a colônia por amiga (Correspondência pessoal do Governador Borges de Medeiros. Remetente Ernesto Wild. Santa Cruz, 11 out. 1906, apud Hertzogue, 1992).

Este trecho demonstra que, para além do fato de os sindicatos agrícolas serem uma criação do Estado, também os dirigentes eram nomeados por ele. Evidencia ainda que, embora o Estado estivesse distante dos colonos no que se refere à prestação de serviços e à garantia de direitos, ele não estava tão distante no que se refere à cobrança de taxas e à imposição de formas organizativas. O trecho nos faz inferir que a posição dos colonos não era de simples passividade.

De todo modo, conforme Hertzogue (1992), não obstante essa relação tortuosa entre o governo estadual e os colonos alemães, em Santa Cruz o sindicato agrícola permaneceu em atividade até a década de 1920, quando foi incorporado pela Farsul. Schallenberger (2001), no entanto, aponta para outro direcionamento dos sindicatos agrícolas, dentre eles o de Santa Cruz, qual seja, a sua incorporação pela Liga das Uniões Coloniais, uma nova organização de colonos, fundada nesta mesma década e apresentada no item 2.1.4. Provavelmente, depois do Estado Novo, estas organizações tenham sido, de fato, incorporadas pela Farsul. Antes disso, porém, é importante levar em consideração a retomada do associativismo cristão através de duas organizações principais: a Sociedade União Popular e a Liga das Uniões Coloniais.

2.1.3 A retomada do associativismo cristão: a Sociedade União Popular - *Volksverein*

Tendo em vista a inviabilidade da *Bauerverein* e a falta de legitimidade dos sindicatos agrícolas, os colonos católicos, em 1912, durante o IX *Katholikentage*, em Venâncio Aires⁷⁵, local também de colonização germânica, fundaram outra associação que denominaram *Volksverein* ou Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul, de caráter notadamente étnico e confessional. Com a repressão à língua e à cultura alemãs durante a Primeira Guerra Mundial pelo governo brasileiro, os *Katholikentage* foram interrompidos, de modo que o número de sócios chegou a baixar de nove mil em 1914 para apenas mil e novecentos associados em 1926. Schallenberger (2001) chega a mencionar a projeção de uma espécie de aversão aos alemães pelo governo brasileiro em função da guerra e do espírito nacionalista a ela inerente. Com a retomada

⁷⁵ Município vizinho a Santa Cruz, (próximo à Linha Bonita, onde fiz a pesquisa) com uma população de 65.946 habitantes, Venâncio Aires chegou, na safra 2011/2012, conforme dados da Afubra publicados no Jornal Gazeta do Sul de 01/02/2013, ao topo do ranking dos municípios brasileiros produtores de tabaco, com uma produção anual de cerca de 24 mil toneladas do produto (Disponível em: http://www.gaz.com.br/gazetadosul/noticia/390426-venancio_aires_e_o_maior_produtor_de_tabaco/edicao:2013-02-01.html – Acesso em 24/05/2013).

dos congressos, a União Popular voltou a aumentar o número de associados, chegando aos anos 1930 com cerca de dez mil agricultores. O associativismo dos colonos alemães da época, portanto, se dava fundamentalmente através da religião e da identificação étnica (VOGT, 2006). Foi através desta entidade, por exemplo, que os colonos puderam se manifestar contrariamente à proibição do uso da língua alemã e contra a nacionalização das escolas comunitárias organizadas pela própria União, no contexto da Primeira Guerra. Conforme Schallenberger (2001), a União Popular considerava que a boa ação política não se faria com rebeliões, mas a partir do voto consciente e da ocupação institucional de espaços nos poderes constituídos.

O autor destaca a importância desta entidade para a preservação da língua alemã e da visão de mundo e dos valores típicos da cultura germânica, o que era de suma importância para os descendentes dos imigrantes que, embora nascidos no Brasil, sentiam-se como que no estrangeiro. Talvez um dos principais problemas públicos construído pelos colonos da época tenha sido justamente a necessidade de manter vivas as suas tradições e seus valores culturais em um contexto em que as pressões para o processo de abrasileiramento eram constantes.

Dentre os principais focos de ação da União Popular, Shallenberger (2001) destaca as crianças, os idosos e os desamparados. Para as primeiras, o principal investimento foi a construção de escolas, instituição escolhida pela entidade como o lugar privilegiado para o cultivo dos valores da germanidade e dos valores católicos. Foi com elas que a União Popular conseguiu efetivamente plantar raízes suficientemente profundas que lhe garantiram a sobrevivência mesmo durante a Segunda Guerra. A figura do professor era central no que se refere à liderança dos colonos. Práticas de assistencialismo, típicas do sindicalismo dos anos 1970 em diante, já eram características da União, na medida em que esta promovia a criação de caixas comuns para fins de auxílio funerário, assistência aos idosos e órfãos em espaços de acolhimento, dentre outras.

Uma das principais contribuições da entidade foi o prosseguimento da organização das cooperativas de créditos, que denominavam Caixas Rurais, iniciadas pelo Padre Amstad junto à *Bauerverein*, sempre com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da agricultura. Em Santa Cruz do Sul, uma das principais heranças do *Volksverein* foi o desenvolvimento do cooperativismo. Goes e Schmidt (2002) fizeram um estudo sobre as diversas experiências de cooperativas fundadas na região e, de todas elas, a única que se mantém em funcionamento é a Cooperativa de Crédito Vale do Rio Pardo (Sicredi-VRP), fundada em 1919, com o nome de Caixa Rural União Popular. Aqui é interessante notar que diversas lideranças desta cooperativa mantiveram uma relação de proximidade, pelo menos até os anos 1960, com a Igreja Católica. Veja-se, por exemplo, que o então presidente da Caixa Rural União Popular, Leopoldo Morsch, foi representante da Frente Agrária Gaúcha na região de Santa Cruz e, portanto, figura central no processo de criação de diversos sindicatos que viriam a constituir a Fetag-RS⁷⁶.

2.1.4 A Liga das Uniões Coloniais e a sindicalização forçada dos anos 1930

Na mesma linha da Sociedade União Popular, mas pelo lado dos colonos evangélicos, foi criada, em 1929, em Santa Maria, região central do estado, outra organização, chamada de Liga das Uniões Coloniais, uma congregação das várias Uniões Coloniais locais nos vários municípios do estado, especialmente aqueles que compunham a região das colônias novas do Planalto Gaúcho, Alto Uruguai e Serra, onde a Sociedade União Popular não estava muito presente. Várias dessas Uniões foram criadas como uma espécie de organização frente ao contexto de violência que estavam vivendo, em função

⁷⁶Ainda hoje diversas lideranças do Sicredi-VRP são muito próximas do STR de Santa Cruz. O vice-presidente do Sicredi-VRP, por exemplo, ocupa, ao mesmo tempo, o cargo tesoureiro do STR.

das ocorrências relativas à Revolução de 1923 à Coluna Prestes, (SCHALLENBERGER, 2001).⁷⁷

Medeiros (1995) chama atenção para a importância dos anos 1920 no que se refere ao ganho de espaço das questões rurais na agenda política do país. Embora tido como inimigo pelo associativismo cristão, o Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922, constituiu-se em ator político importante, a nível nacional, na tentativa de dar peso político às pautas dos trabalhadores. No campo, embora não fosse nesse momento sua prioridade, havia certa atenção à pauta da reforma agrária.

As Uniões Coloniais davam mais centralidade a questões econômicas, com especial ênfase na valorização da produção agrícola e na defesa contra a exploração dos atravessadores e dos grandes trustes. Uma de suas principais pautas (ou problemas públicos, na acepção de Cefai) quando da criação da organização foi a crítica à cobrança de impostos relativos à venda da banha, o que prejudicava especialmente os agricultores das colônias novas, que estavam mais distantes de Porto Alegre, principal centro consumidor. Embora liderada por evangélicos, era uma entidade aberta aos agricultores de qualquer religião (SCHALLENBERGER, 2001).

Ainda de acordo com Schallenberger (2001), o primeiro Congresso da Liga, após sua fundação em Santa Maria, ocorreu em Teutônia, entre os dias 17 a 20 de janeiro de 1930. Foram debatidos temas relacionados a técnicas agrícolas de plantio e manejo de plantações, controle de pragas e condições das estradas e transportes. Embora não fosse uma entidade específica de fumicultores, o manejo e o comércio do tabaco constaram como um tema debatido no encontro, o que demonstra que desde os anos 30 os produtores de fumo já vinham se organizando politicamente de alguma forma.

No que se refere à fumicultura, a Liga das Uniões Coloniais, tendo por base a bibliografia consultada, aparece como a primeira organização que tornou público um problema que se referia especificamente aos produtores de tabaco, questão que se mantém até hoje como central: a definição do preço do fumo. Como proposta, a Liga apresentou ao Estado a ideia da criação de um órgão governamental – a ser denominado de Instituto Nacional do Fumo – que seria responsável por acompanhar o manejo do tabaco e por orientar os produtores na criação de cooperativas de produção de fumo, a fim de diminuir o controle, identificado pela Liga, do capital norte-americano sobre o comércio do tabaco, controle este que à época estaria em crescimento. A ideia era que o Estado fomentasse as cooperativas e as fábricas de fumo, liberando-as dos impostos, e fiscalizando o comércio do tabaco, com o objetivo de viabilizar um maior rendimento aos produtores de fumo. As Uniões Coloniais foram importantes inclusive na difusão da fumicultura, na medida em que incentivavam a produção, através da distribuição de sementes de tabaco.

A entidade promovia ainda o incentivo à apicultura e à avicultura através de espaços de difusão de novas técnicas e novos equipamentos de produção, como, por exemplo, exposições de produtos industriais, palestras, dentre outros, tal como Borges de

⁷⁷ A Revolução de 1923 foi um movimento liderado por Assis Brasil em oposição ao Governo Borges de Medeiros, que estava disputando a reeleição e conseguiu a vitória. Durante a campanha eleitoral o governo reprimiu violentemente os oposicionistas. O estado estava dividido entre borgistas e assisistas. Os primeiros eram chamados de “chimangos” e se distinguiam pelo uso do lenço branco. Os segundos eram chamados de “maragatos” e usavam lenço vermelho (Ver mais detalhes em Antonacci, 1981). Pouco tempo depois, o levante tenentista, que ficou conhecido como Coluna Prestes, acrescentou elementos para o clima de insegurança em que viviam os colonos. Liderados por Luiz Carlos Prestes, os tenentes saíram de Santo Ângelo, passando por São Luiz Gonzaga e outros municípios da região norte do estado em direção ao norte do país. Os objetivos eram fundamentalmente a defesa do voto secreto e a crítica ao poder dos coronéis latifundiários (Ver mais detalhes em Prestes, 1995).

Medeiros, quando era governador, desejava que os sindicatos agrícolas o fizessem⁷⁸. Esta postura das Ligas demonstra uma estratégia de aproximação com os interesses do Estado a fim de evitar possíveis retaliações que inviabilizassem a sobrevivência da entidade, tal como acontecera duas décadas antes com a *Bauerverein*. Esta era uma postura divergente da adotada pela União Popular e por setores das Igrejas Católica e Luterana, que defendiam uma autonomia maior em relação ao Estado.

O segundo congresso da entidade, que se realizou em Santa Cruz, em 1931, mostrou a força da Liga ao juntar cerca de 17.000 associados, o que a tornava a maior entidade representativa dos agricultores no estado do Rio Grande do Sul. A Liga promovia também atividades em conjunto com outras entidades de representação como a Farsul e a Sociedade União Popular e com o próprio Estado, mas percebeu que os interesses destes outros atores nem sempre convergiam com os dos colonos a ela associados, de modo que em seu III Congresso, que ocorreu em 1932, em Ijuí/RS, tratou de demarcar sua autonomia em relação às demais entidades, especialmente em relação à Farsul e ao Estado. Porém em relação a este último, esta autonomia era muito relativa em função da escolha feita de se adequar à legislação vigente, como será visto na sequência (SCHALLENBERGER, 2001).

Outra deliberação importante deste encontro foi a aprovação de um estatuto interno que ajustava a existência da entidade, enquanto pessoa jurídica, de acordo com a Lei 1.637 de 1907 e com o Decreto 19.170 de 1931, que regulamentavam a organização dos sindicatos e cooperativas ligados à agricultura. Desse modo, cada União Colonial local passou a se denominar oficialmente Sindicato Agrícola, tal como no período do final da primeira década do século, porém desta vez sob um controle menor do Estado, e maior dos colonos e suas lideranças religiosas. A Liga das Uniões Coloniais passou a ser uma espécie de central sindical dos sindicatos agrícolas e assumiu a feição da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Rio Grande do Sul, tal como o fazia o Centro Econômico do Rio Grande do Sul (Cergs) durante a primeira fase do governo Borges de Medeiros. Ela se reivindicou, portanto, como a entidade de representação do segmento social ligado à agricultura, embora tivesse como foco principal a representação específica dos colonos, já que os pecuaristas já estavam organizados em torno da Farsul.

Para legitimar esse processo, no entanto, ela teve que constituir uma espécie de coalizão com lideranças de outras duas entidades de representação de agricultores, uma vez que o Decreto 19.170 de 1931, assinado por Getúlio Vargas, dentre outras normas, proibia a existência de mais de uma entidade de classe em um mesmo território. Assim, algumas lideranças da Liga propuseram a criação de uma comissão mista, a ser composta por integrantes da Liga, da União Popular e da Cooperativa Vinícola de Caxias do Sul, região de colonização italiana, que iria compor uma entidade oficial única, a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Rio Grande do sul (SCHALLENBERGER, 2001). Dessa forma, foi possível a adequação, mesmo que por pouco tempo, do associativismo cristão às imposições normativas do governo Vargas. Esta configuração, no entanto, não durou muito, pois no ano seguinte um decreto presidencial mudaria novamente a legislação, como veremos no item seguinte.

2.2 O associativismo rural na Era Vargas

⁷⁸ Borges foi governador do Rio Grande do Sul por diversos mandatos, totalizando 25 anos no poder (de 1898 a 1908 e depois de 1913 a 1928). Mesmo no período entre os dois mandatos, exerceu influência no governo, já que era o presidente do PRR, partido do então governador de 1908 a 1913, Carlos Barbosa. Não sendo mais permitida a reeleição, Borges ainda conseguiu fazer seu sucessor, Getúlio Vargas, que à época também era do PRR.

A gestão de Getúlio Vargas na presidência da República foi fortemente marcada por um enaltecimento do sentimento nacionalista, por um retorno do Estado centralizado e por fortes crises políticas, além de uma política desenvolvimentista de incentivo à industrialização do país. No âmbito da legislação trabalhista, sob significativa influência do cristianismo social sintetizado na Encíclica *Rerum Novarum*, uma das principais contribuições do governo Vargas foi a promulgação, em 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garantia diversos direitos trabalhistas aos operários urbanos. Para os trabalhadores do campo, embora tivesse tido a intenção de estender-lhes os mesmos direitos, encontrou várias resistências, como veremos a seguir.

2.2.1 A fragilização do associativismo cristão

Ainda que, nos anos 1940, o governo Vargas, especialmente através do Ministério do Trabalho, tenha tomado diversas iniciativas no sentido de garantir direitos mínimos aos trabalhadores rurais, começando pela própria tentativa de reconhecimento da categoria no âmbito jurídico, antes disso, ele havia promulgado diversas outras leis que visavam dotar o governo de um amplo controle sobre as organizações políticas que estavam se formando naquele momento. Uma delas foi o decreto 19.170 de 1931, comentado no item anterior. Outra foi o Decreto Federal n.º 23.611, de 20 de dezembro de 1933, o qual revogou o decreto 979 de 1903, que facultava aos trabalhadores a organização em sindicatos. O novo decreto facultava, então, a organização em consórcios profissionais-cooperativos, sobre os quais o governo exerceria total controle. Dentre os mecanismos adotados, destacam-se: os consórcios só poderiam adquirir personalidade jurídica após se registrarem na Diretoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministério da Agricultura – DODP a fim de assegurar um controle fiscal sobre eles; foi proibido às lideranças dos consórcios o envolvimento em qualquer atividade de ordem político-social ou religiosa; limitava o exercício dos cargos diretivos dos consórcios a brasileiros natos ou naturalizados, com residência de no mínimo três anos no país e no pleno gozo dos direitos civis (SCHALLENBERGER, 2001).

Provavelmente, para a Liga e para a União Popular, a principal limitação tenha sido a proibição de envolvimento em questões políticas e religiosas, dimensões centrais na ação destas entidades. Para a Sociedade União Popular, especificamente, estas limitações representaram praticamente a inviabilização de suas atividades, dada a sua própria natureza confessional – uma associação composta especificamente por alemães católicos. O contexto político internacional do entreguerras contribuía para o acirramento dos nacionalismos e para a intensificação da preocupação do Governo Vargas em evitar o fortalecimento de quistos étnicos alemães no Brasil.

Todavia, não obstante estes fatores limitadores, a Liga das Uniões Coloniais, para quem a religião tinha menos centralidade do que para a Sociedade União Popular, solicitou a todas as Uniões Coloniais que dela faziam parte que se transformassem em Consórcios Cooperativos, conforme o estabelecido pela lei em vigor, e forneceu um modelo de estatuto, no qual todas teriam que se enquadrar. Com isso, passou a adotar a denominação “Liga das Uniões Coloniais Rio-grandenses – Federação Estadual dos Consórcios Profissionais-Cooperativos de Agricultores”. Embora tivessem ocorrido questionamentos a essa decisão, pois isto colocaria em xeque a legitimidade da entidade enquanto representante dos agricultores, a conclusão a que as lideranças da Liga chegaram foi que seria mais viável a adequação à lei a fim de, novamente, viabilizar a sobrevivência da entidade (SCHALLENBERGER, 2001). Estas disputas internas no interior da Liga evidenciam o que Cefaï [et. al.] (2011, p. 35) postulam a respeito das associações:

são menos sistemas de funções bem integradas do que produtos instáveis,

sempre em transformação, de nexos de ações e de interações em contato com uma “ordem local”. Elas são arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções de problemas, de negociação de convenções coletivas e de composições de rationalidades múltiplas.

O XVI Congresso Católico, nesse sentido, representou uma resistência a um processo de pressão governamental pela desestabilização do associativismo cristão, tal como ele estava organizado. Realizado em fevereiro de 1934, em Porto Novo, o congresso destacou a importância da unidade étnica e confessional, o cooperativismo e ressaltou a importância das escolas comunitárias para o cultivo dos valores, para a difusão da língua e para a organização da vivência comunitária (SCHALLENBERGER, 2001).

Ao invés do enfrentamento direto, portanto, a estratégia da Liga-Federação foi manter uma relação de proximidade com o governo, especialmente levando-se em consideração a vulnerabilidade em que se encontrava, dado o contexto de cada vez mais dificuldades para as associações de agricultores. Fato que exemplifica isso é a carta/telegrama enviada por Luiz Kling, dirigente da organização, ao presidente Getúlio Vargas, por ocasião do golpe, que deu origem ao Estado Novo, em 1937:

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas – Rio

Liga Uniões Coloniais Rio-grandenses entidade congrega 20.000 sócios tem honra saudar Vossa Exceléncia e congratular-se enérgicas medidas repressão comunismo. Por índole e tradição contrária qualquer movimento esquerdistas nesta luta pela ordem e tranquilidade nossa pátria apresentamo-vos sinceros votos felicidade.

Saudações atenciosas – Luiz Kling

Além da postura de aproximação ao governo, a carta evidencia ainda a força da Igreja da Imigração na difusão de um discurso anticomunista junto aos colonos a fim de evitar a perda de seguidores. Entender de que maneira a Igreja foi tão bem sucedida na difusão deste *framing* junto aos colonos alemães é muito importante para a compreensão de sua atuação política, sobretudo no que se refere ao caráter conservador frequentemente atribuído a este segmento, que é, em boa parte, decorrente desta influência da religião. A referida carta, todavia, pouco adiantou para a Liga, pois no ano seguinte, um novo decreto (nº 581 de 01/08/1938) dificultou ainda mais as atividades dos consórcios/cooperativas, enrijecendo as disposições sobre o funcionamento dessas entidades.

Para além disso, com o Estado Novo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra contra a Alemanha, iniciou-se um período de forte repressão contra os descendentes dos imigrantes alemães no Brasil. O principal mecanismo foi a proibição do uso do idioma alemão, mesmo que em âmbito privado. Vogt (2006) relata que houve casos em que agentes policiais fiscalizavam os alemães em suas próprias casas. Muitos espaços de sociabilidade e de partilha de problemas públicos foram suspensos, como as atividades religiosas, bailes, quermesses, sociedades desportivo-recreativas. Os aparelhos receptores de sinal de rádios da Alemanha foram também proibidos, jornais do cristianismo social, até então editados em alemão, tiveram que mudar de idioma, líderes religiosos alemães tiveram sua estadia no Brasil dificultada, viagens internas dos alemães também passaram a ser controladas pela polícia. Construiu-se, portanto, nas palavras do autor, um clima de muito medo, insegurança e passividade entre os teuto-brasileiros, especialmente entre os colonos.

Tendo em vista este contexto, ficou praticamente inviável para a Liga-Federação a realização de atividades de ordem político-social e religiosa, o que acabou gerando sua falência. A literatura consultada não estabelece um marco temporal que sinalize o desaparecimento tanto da Liga, quanto da União Popular, mas oferece fortes indícios para

concluirmos que os anos de 1937 e 1938 foram decisivos para o seu desmantelamento.

As experiências associativas dos primeiros colonos alemães, portanto, foram profundamente marcadas pela influência das Igrejas Católica e Luterana que buscavam reforçar seu controle sobre uma população que poderia vir a ser influenciada por ideias divergentes das cristãs e colocar em xeque a força da religião. Para além da dimensão espiritual, a religião é um critério que organiza boa parte da vida dos colonos, inclusive a dimensão político/associativa. Daí o respeito e a legitimidade atribuídos aos líderes religiosos dessas instituições. Isso ajuda a entender a força de mobilização de um padre, por exemplo, para liderar junto aos colonos a criação de um sindicato ou a deflagração de uma “greve”, tal como veremos no decorrer da dissertação.

2.2.2. A influência da SNA na legislação sindical para o campo

A Sociedade Nacional de Agricultura foi uma das principais entidades em termos de influência no que se refere à legislação que regulamenta as associações, sindicatos e cooperativas de agricultores e assalariados do campo no Brasil, desde o início do século, como vimos no item 2.1.2, na promoção dos sindicatos agrícolas e das associações rurais. De acordo com Medeiros (1995), no contexto do Estado Novo, enquanto Vargas defendia a criação de associações paralelas para empregadores e assalariados, a SNA defendia o modelo de associação mista que representasse tanto empregadores quanto trabalhadores rurais.

Em 1941 foi constituída uma comissão interministerial para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical. A questão era definir que tipo de modelo sindical era o mais adequado: um único sindicato misto congregando ambas as categorias e eliminando a contradição capital-trabalho; ou um sindicato para cada categoria. O Ministério da Agricultura, com forte influência da SNA, defendia o primeiro modelo, enquanto que o Ministério do Trabalho defendia o segundo (MEDEIROS, 1995).

Sem muitos avanços naquele momento, em 1944 o Ministério do Trabalho apresentou um novo anteprojeto reafirmando sua proposta de diferenciação das organizações entre empregadores e trabalhadores. Foi promulgado, então o decreto-lei 7.038/1944, que estabelecia o modelo de sindicalização por categorias em paralelo, definindo quem se enquadraria em uma ou outra. O reconhecimento das entidades, de acordo com este decreto, ficaria a cargo do Ministério do Trabalho. Se fosse apenas isso, seria um avanço significativo para os trabalhadores no sentido de terem uma organização própria para pautarem suas demandas específicas. Ocorreu, no entanto, que, na intenção do governo de evitar possíveis pressões por parte dos trabalhadores e possíveis avanços de ideias comunistas no meio rural, este mesmo decreto impunha uma série de condicionantes para que uma organização pudesse ser reconhecida oficialmente: seria necessário apresentar uma prova de boa conduta, firmada por autoridade policial competente; uma prova de que a organização não professava “ideologias incompatíveis com os interesses da nação” – que deveria ser expedida pela Delegacia Especial de Segurança Pública do Distrito Federal; e uma declaração dos empregadores afirmando que o sindicato a ser formado era composto por trabalhadores em atividade a pelo menos um ano. Com isso, ficava praticamente impossível para os trabalhadores a criação de sindicatos próprios (MEDEIROS, 1995).

Ademais, não bastassem as limitações acima expostas, a SNA pressionou de tal modo o governo, que no ano seguinte, foi promulgado um novo decreto-lei (DL 7.449 de 30/05/1945), que não revogava o anterior, mas modificava substancialmente suas definições, de forma que fosse implantado o modelo defendido pela SNA. O decreto definia, então, a criação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Além disso, a

tutela das organizações passaria para a responsabilidade do Ministério da Agricultura, sobre o qual a SNA tinha muito mais influência do que sobre o Ministério do Trabalho. Dessa forma, ao invés da construção da ideia de uma classe trabalhadora e de uma classe de empregadores, “institucionalizava-se, em forma de lei, uma concepção ampla de uma ‘classe rural’, ligada por interesses comuns, cujo espírito associativo deveria ser fortalecido (...)" (MEDEIROS, 1995, p. 73).

2.2.3 A Associação Rural de Santa Cruz do Sul- hoje Sindicato Rural

Em Santa Cruz do Sul, a adequação ao decreto anteriormente citado parece ter sido imediata, pois naquele mesmo ano de 1945 foi fundada a Associação Rural do município. Durante a pesquisa, não foi possível ter acesso a fontes que fornecessem informações a respeito da atuação dessa entidade, naquele período. O que se sabe é que as várias associações rurais fundadas no estado durante este período estavam inseridas no âmbito da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), organização cujas origens remontam, conforme Hertzogue (1992), à antiga Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, fundada em 1898, em Pelotas/RS, uma associação de pecuaristas ameaçados de perder a hegemonia político-econômica no estado em função da expansão da agricultura no final do século XIX. Sherer-Warren (1971) destaca que a maioria das associações rurais ligadas à Farsul foram criadas por comerciantes e intelectuais que conjugavam essa profissão com a criação de gado ou com a plantação de alguns produtos agrícolas.

No início dos anos 1900, diversas organizações de pecuaristas foram criadas na região da Campanha Gaúcha. Chamadas de Associações Rurais, estas entidades reuniram-se em 1909 e fundaram a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. As principais pautas tratadas eram o expurgo de marcas e sinais no gado, o contrabando de charque e de reses e a demanda por crédito rural. Três anos depois surgiu outra organização também de pecuaristas, denominada União dos Criadores do Rio Grande do Sul, passando a haver duas entidades que representavam os pecuaristas do estado. Em 1921 essas duas entidades se unificaram e fundaram a chamada Federação Rural, a qual, em função dos acontecimentos provocados pela Revolução de 1923 e pela morte de seu presidente, teve curta duração, extinguindo-se dois anos após sua criação. Em 1926, uma nova entidade foi fundada, a Associação dos Criadores que, no ano seguinte, com incentivo do então governador do estado, Borges de Medeiros, viria a se constituir na Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul – Farsul (FARSUL, 1997). Desde o início, de sua existência, portanto, esta entidade “revelou uma presença política dominante, sobretudo ao posicionar-se imediatamente próxima ao poder do Estado, constituindo-se na sua característica indissociável” (DA ROS, 2009, p. 144).

Embora a criação da Associação Rural não seja produto exclusivo do decreto-lei 7.449/1945, pois outras associações já existiam desde o início do século, a promulgação deste decreto, que definia como forma de organização o modelo das associações rurais, foi um fator decisivo para a criação desta e de outras associações ligadas à Farsul na metade do século. Isso nos sugere que, diferentemente das associações até agora apresentadas, a origem da Associação Rural de Santa Cruz, hoje Sindicato Rural, se explica mais através da pressão exercida pelas elites agrárias lideradas pela SNA sobre o governo Vargas do que necessariamente por iniciativas voluntárias dos próprios colonos. Eles já estavam organizados em associações próprias (as Uniões Coloniais e a Sociedade União Popular) e foram forçados a adotarem esse novo modelo associativo em função dos diversos decretos anteriormente mencionados e da política de repressão aos teuto-brasileiros que lhes impôs um clima de medo e desmobilização. À época, muitos colonos devem ter se associado a esta entidade por ser a única existente e possível naquele

contexto.

Conforme Carlos Otávio, atual dirigente do SR, em 1968 a associação recebeu a carta sindical do Ministério do Trabalho, passando a denominar-se Sindicato dos Empregadores Rurais, de acordo com o Estatuto do Trabalhador Rural.⁷⁹ Com o Decreto-lei nº 1.166, de 15/04/1971, ficou definido que os produtores de base familiar com até um módulo fiscal (20 ha no caso de Santa Cruz do Sul) seriam representados pelo STR e os demais pelo SR. A lei nº 9.701, de 17/11/1998 modificou de um para dois o número de módulos fiscais utilizado para definir em qual categoria o agricultor se enquadra. Em 2003 o deputado federal Assis do Couto (PT/PR) apresentou novo projeto de lei (751/2003) com vistas a aumentar este número de dois para quatro módulos fiscais a fim de expandir o rol de agricultores a ser enquadrado na base social da Contag. Percebe-se, portanto, uma disputa intensa entre as entidades no que se refere às diretrizes de reenquadramento sindical, em busca de se fortalecerem. Na prática, porém, estas disputas passam longe dos critérios utilizados pelos fumicultores, que se baseiam mais na qualidade dos serviços oferecidos, no reconhecimento pela luta na tentativa de solucionar problemas públicos e na presença das lideranças nas redes de relações pessoais baseadas no princípio da reciprocidade. A disputa, que se dá no plano das lideranças, não se estende para os agricultores, que podem, inclusive, estabelecer múltiplas vinculações com ambos os sindicatos.

Com a finalidade de expandir o rol de agricultores que poderiam ser representados pelo sindicato, a entidade, assim como as demais associações à época, reforçou a estratégia de se reivindicar como representante dos produtores em geral e não apenas dos empregadores, conforme demonstra o relato do dirigente Carlos Otávio:

quando passamos a ser sindicato, nós passamos a representar a classe de empregadores rurais e, mais tarde, em 1970, a gente passou a denominar produtores rurais – Sindicato dos Produtores Rurais – englobando a representatividade dos empregadores, mas também dos produtores, porque o perfil daquele produtor que hoje não contrata mão-de-obra, amanhã ele já pode contratar mão-de-obra e passa a ser um empregador rural (Carlos Otávio, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

Este discurso, reforçado com o lema “Produtor não tem tamanho” tem como objetivo a aproximação do segmento dos pequenos produtores, atualmente enquadrados na categoria da agricultura familiar, público alvo de um leque considerável de políticas públicas que, ao serem mediadas pela entidade, contribuem para a sua capitalização política.

Certamente este breve histórico do SR carece de aprofundamentos, mas parece-nos suficiente para situá-lo – a despeito de ter sido criado no âmbito de uma federação cujo foco não era a representação política dos colonos – como uma das diversas experiências associativas desenvolvidas pelos fumicultores de Santa Cruz.

2.3 A primeira associação específica de fumicultores

Os anos 50, a nível nacional, foram marcados por um contexto político que propiciou a eclosão de diversas organizações de trabalhadores rurais demandando reforma agrária e direitos sociais. Comparando-se com o período do Estado Novo, por

⁷⁹ Lei 4.214 de 02/03/1963. Reconheceu oficialmente a categoria de trabalhadores rurais, diferentemente dos empregadores rurais, questões que já vinham sendo discutidas desde a década de 1940, como vimos anteriormente. Pelo menos no âmbito jurídico, representou um avanço significativo no que se refere aos dispositivos legais dos trabalhadores do campo para a garantia de direitos.

exemplo, vivia-se uma época de maior abertura, que facilitava o associativismo. Nesse contexto é que surge a primeira experiência de organização dos fumicultores enquanto categoria específica. Este item da dissertação está subdividido em duas partes: a primeira resgata brevemente o contexto da época e a segunda apresenta a associação.

2.3.1 As Semanas Ruralistas

Se entre o final do século XIX e início do XX, a preocupação da Igreja Católica era com o avanço das ideias liberais e positivistas, nos anos 1950, pelo menos no Brasil, a preocupação era com o avanço das ideias marxistas e a ameaça que isso gerava em termos de controle da população, especialmente a rural. O arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer⁸⁰, era uma das principais vozes no combate a esse tipo de ideias. O contexto era marcado por um aceleramento da industrialização e do processo de urbanização do país, em que muitos agricultores migravam para as cidades para trabalhar nas indústrias, o que aumentava ainda mais a preocupação da Igreja. Além disso, havia ainda a ameaça de avanço de outras religiões e crenças como o protestantismo, o espiritismo e a umbanda (RODEGHERO, 1997).

No intuito de se fortalecer para combater essas forças, a Igreja Católica, em 1955, estabeleceu um convênio com o Ministério da Agricultura a fim de elaborar um plano de cooperação mútua que viria a favorecer ambas as partes: ela aumentaria sua presença entre os agricultores e o Estado teria uma aliada no processo de incentivo à modernização da agricultura⁸¹.

Entre as atividades acertadas no convênio estavam a realização do dia do algodão, dia do trigo, dia do café, nos quais o técnico do Ministério assumiria a parte prática e o vigário se responsabilizaria pelo convite do público, por meio do púlpito ou contato pessoal; a realização de atividades de formação de sacerdotes e seminaristas visando a um trabalho mais fecundo junto ao meio rural; a pregação em púlpito contra o êxodo rural; e a realização das Semanas Ruralistas (RODEGHERO, 1997, p. 162).

As Semanas Ruralistas eram eventos municipais, que duravam de três a quatro dias, para os quais eram convidados os agricultores e suas esposas para ouvirem palestras proferidas por agentes do Ministério da Agricultura e do clero. Dentre os temas tratados, Rodeghero (1997) destaca a conservação do solo, o incentivo ao associativismo rural, a cultura da soja, do milho, do trigo e o incentivo à policultura (produção de leite, horticultura, avicultura, suinocultura, fruticultura), tópicos que “revelam questões vitais da agricultura gaúcha à época como o esgotamento dos solos e o processo de integração da agricultura à indústria” (RODEGHERO, 1997, p. 163). Destaquei o tema do incentivo ao associativismo para evidenciar novamente a influência da Igreja na criação de associações de agricultores.

Geralmente, ao término do evento escreviam-se “Resoluções finais”, compostas, em sua maioria, por reivindicações ao Estado com pautas relacionadas à assistência técnica, política agrícola, educação rural e infraestrutura. Havia, desse modo, como que

⁸⁰ Descendente de imigrantes alemães, nascido em Bom Princípio/RS, Dom Vicente ocupou o cargo de 1947 a 1981. Tendo cursado Teologia em Roma, foi ordenado sacerdote em 1926 e assumiu o cargo de secretário do então arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker. Quando da Revolução de 1930 foi nomeado cônego dos militares que foram ao Rio de Janeiro e ali fez amizade com Getúlio Vargas. Não era à toa, portanto, sua atividade combatente contra o marxismo. Em 1969 recebeu do Papa Paulo VI o título de cardeal. Ver mais em: www.arquidiocesepoa.org.br.

⁸¹ Antes desse convênio, o Ministério da Agricultura já vinha promovendo eventos semelhantes às Semanas Ruralistas, mas não tinha a mesma abrangência (RODEGHERO, 1997), já que os padres ajudavam na divulgação e acabavam transferindo a legitimidade da Igreja ao evento.

uma via de mão dupla em que o Estado demandava aos agricultores que se modernizassem e os agricultores demandavam condições para tal.

A Semana Ruralista de Venâncio Aires, por exemplo, em 1955 (portanto, no mesmo ano do estabelecimento do convênio entre a Igreja e o Ministério da Agricultura), foi central para o processo de criação da Afubra, primeira entidade de representação política dos fumicultores e conseguiu se manter em plena atividade até os dias atuais.

2.3.2 A Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra

Conforme Seffrin (1995), a entidade foi fundada inicialmente com uma extensão apenas estadual, por isso, seu primeiro nome foi “Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul”. Foi apenas em 1963 que sua base foi estendida aos estados de Santa Catarina e Paraná, passando a se chamar “Associação dos Fumicultores do Brasil”. Os principais fatores apontados pelo autor como motivadores da criação da entidade são os baixos preços pagos pelo fumo aos produtores na década de 1950 e a falta de um seguro contra as perdas provocadas pelo granizo.⁸² Na ocasião da Semana Ruralista, os fumicultores aproveitaram para apresentar ao governador Ildo Meneghetti, que estava presente no encontro, as reivindicações referentes ao preço do fumo e este teria sugerido, então, a criação de uma entidade de classe que os representasse, para, através dela, levar até ele as reivindicações.

Assim, sob a liderança de Harry Antônio Werner, então vereador pelo Partido Democrático Social (PDS)⁸³, os fumicultores foram consolidando a criação da nova entidade, que culminou com a primeira assembleia, realizada no dia 21 de março de 1955, com a presença de cerca de mil fumicultores. Dentre as principais dificuldades apontadas pelo autor nos primeiros anos depois da fundação, destacam-se a desconfiança⁸⁴em relação à honestidade dos dirigentes e a contrapropaganda realizada pelas agroindústrias processadoras do tabaco que, à época, pensavam se tratar do surgimento de uma entidade inimiga e tachavam Werner de comunista (SEFFRIN, 1995). De fato, no contexto nacional, o crescimento das Ligas Camponesas e das ações do PCB junto aos trabalhadores do campo fazia com que qualquer iniciativa de construção de associações, especialmente de setores não pertencentes à elite, fosse considerada um “perigo vermelho”.

Com o tempo, porém, esta conjuntura foi se modificando. De acordo com o atual presidente da entidade, filho de Harry Antônio Werner, os dirigentes das empresas foram percebendo que a existência da associação acabava fortalecendo mais do que prejudicando a produção do tabaco e favorecendo indiretamente as próprias empresas, especialmente em função do seguro mútuo que a entidade passou a organizar desde o início de sua atuação, que passou a ser o carro-chefe da entidade até os dias de hoje (entrevista ao autor em 23/04/2013).

Esta forma de organização em torno do mutualismo tem influência das primeiras

⁸²Granizo é a ocorrência de precipitações pluviométricas com pedras de gelo, que, ao caírem na superfície, dependendo do tamanho e da intensidade do impacto, podem causar vários danos aos objetos atingidos. Geralmente, telhados de construções sem uma estrutura minimamente forte e lavouras são o que mais sofre danificações. O tabaco, por ser uma folha relativamente larga e comprida, sobretudo quando o pé já está pronto para a colheita, é um dos cultivos mais vulneráveis aos prejuízos causados por este fenômeno, que, dependendo da intensidade, pode gerar perda total da produção.

⁸³ A filiação partidária do principal líder, que até o fim da sua vida, participou da direção da entidade, pode ajudar a entender alguns dos posicionamentos adotados pela associação ao longo do tempo.

⁸⁴ A confiança em relação às lideranças sindicais será um elemento central de análise neste trabalho. Comerford (2003) explora esta dimensão em seu estudo sobre o sindicalismo rural na Zona da Mata mineira e no próprio trabalho de campo preliminar (visitas a algumas famílias de produtores) já foi possível perceber como a confiança em relação aos dirigentes é valorizada pelos agricultores.

associações mencionadas no início do capítulo e em boa parte dos sindicatos urbanos. Viscardi e Jesus (2007) refletem sobre a importância dessa forma de organização entre os operários brasileiros entre o final do século XIX e o início do XX. Petersen (2001) faz essa mesma reflexão focada no operariado gaúcho. Assim, embora tenha se constituído como um instrumento de interlocução com o Estado, a Afubra evidencia certa continuidade do *framing* dos primeiros colonos que, muito em função do contexto de um Estado pouco presente em termos de políticas sociais, buscavam a solução dos problemas no interior das próprias comunidades, com os recursos próprios.

O seguro mútuo funciona da seguinte forma: no momento em que é assinado o contrato que regulamenta o vínculo do produtor com a fumageira, o orientador técnico da empresa (também chamado de “instrutor do fumo”) aproveita a oportunidade e oferece o seguro da Afubra, cujo pagamento será realizado através do desconto no valor final da venda do fumo, ou seja, a empresa paga a taxa do seguro à associação e, posteriormente, no momento da compra do tabaco do produtor, ela desconta o valor referente à taxa do seguro. É principalmente por isto que a grande maioria⁸⁵ dos produtores de fumo é associado à entidade: caso ocorra granizo ou incêndio, a Afubra, através do seguro mútuo, reembolsa as perdas e evita um endividamento impagável e até mesmo a falência do produtor.⁸⁶

Ao perceber, portanto, que a nova associação, tal como estava organizada, não representava riscos à continuidade da fumicultura, a posição das agroindústrias em relação à Afubra passou de um extremo a outro: das tentativas de deslegitimização da entidade, as empresas passaram a apoiá-la, inclusive auxiliando-a a realizar as inscrições dos produtores no seu sistema de mutualismo, através do orientador técnico. De acordo com Vogt (1997, p. 218), “o seguro da Associação resolveu importantes problemas para o capital industrial e lhe foi francamente benéfico”.

Isso fez com que a entidade tivesse uma fonte de recursos garantida e permitisse ampliar sua estrutura e inclusive sua base social. A extensão de base para os demais estados do Sul do país está diretamente associada ao seu sistema de mutualismo, visto que os produtores desses estados também queriam ter uma segurança contra o granizo e não possuíam uma entidade semelhante em seus estados. Graças ao seu sistema de mutualismo, portanto, a Afubra se consolidou e se tornou uma das principais entidades do município de Santa Cruz em termos de importância institucional e de implementação de projetos sociais.

Embora represente o discurso oficial da organização – portanto deve ser relativizado – o trecho a seguir, retirado do livro editado em comemoração aos 50 anos da entidade, ilustra um pouco a força institucional da Afubra:

(...) A AFUBRA chega aos 50 anos como uma marca consagrada, identificada com valores fortes e positivos na vida de suas comunidades, sendo imediatamente relacionada (...) com o importante papel social, econômico, humano e de profissionalismo da fumicultura, no Brasil e no mundo. Graças à ação da AFUBRA o fumo deixou de ser apenas mais uma cultura agrícola: passou a ser reconhecido (no que sempre foi) como uma atividade estratégica, principalmente por seu efeito social, na distribuição de renda, beneficiando centenas de milhares de pequenas famílias, das quais muitas sequer são

⁸⁵ Ainda de acordo com o presidente, dos cerca de 160 mil produtores que existem na região Sul do Brasil, aproximadamente 103 mil são sócios da Afubra.

⁸⁶ Em 1973 foi criado pela Lei 5.969/1973, um programa de seguro agrícola chamado de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, porém ele previa apenas a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação fosse dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais. Ele não previa a indenização do valor do produto perdido. A vantagem do seguro da Afubra, nesse caso, é a indenização também referente ao valor das folhas de fumo perdidas.

proprietárias de terras (BELIN, 2006, p. 67).

Para além da organização do seguro mútuo, portanto, boa parte da legitimidade da Afubra é produzida na defesa da fumicultura, como destaca o trecho. Isto é central para entendermos a relação dos colonos com as entidades nos dias de hoje, o que será objeto de discussão do terceiro capítulo da dissertação. Em suma, embora a criação da Afubra tenha se baseado em um espaço promovido pela Igreja Católica, a Semana Ruralista de Venâncio Aires, o papel assumido por esta instituição religiosa na condução da associação dos fumicultores tem sido muito menor do que o que desempenhava nas associações dos colonos do início do século, o que nos permite inferir que a Afubra tem um grau de autonomia relativamente maior, se a compararmos com a *Bauerverein* ou com a *Volksverein*, por exemplo. Talvez um fator que explique isso seja o fato de ela ser uma associação específica de fumicultores e, portanto, não abranger a totalidade de agricultores, o que não era interessante para a Igreja, pois sua intenção seria influenciar não apenas uma categoria de produtores, mas todos que comungavam da fé católica. A criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), neste sentido, aparece como uma expressão da retomada de um projeto de associativismo cristão liderado pela Igreja, tal como veremos a seguir.

2.4 Anos 60: um novo associativismo cristão

Com as Semanas Ruralistas da segunda metade da década de 50, a Igreja tinha iniciado a retomada um trabalho de aproximação dos colonos a fim de reforçar o seu papel de referência no que se refere à construção e transformação dos *framings* dos colonos para fins de constituição de problemas públicos e de participação política. Isto, porém, não configurava a existência de uma associação/entidade tal como as associações do início do século. A estratégia adotada pela Igreja, então, no Rio Grande do Sul foi a criação da FAG.

2.4.1 A Frente Agrária Gaúcha (FAG)

Nos anos 1960 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu lugar a uma nova estratégia de ação passando a orientar os bispos e os padres para que eles incentivassem a criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classes. Nesse sentido, o contexto de disputas ideológicas característico da Guerra Fria, em auge naquele momento, ajuda a compreender o reforço dado pela CNBB às recomendações de Leão XIII na *Rerum Novarum*, e de João XXIII, na *Mater et Magistra*. No caso específico do Rio Grande do Sul, uma mobilização considerada ameaçadora para a Igreja Católica era o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master⁸⁷), seguidamente associado ao socialismo/comunismo.

Assim, no intuito de impedir o avanço do que consideravam o perigo comunista, os bispos gaúchos criaram a Frente Agrária Gaúcha(FAG), uma organização formada por bispos, padres e professores que objetivava oferecer a formação política necessária para que lideranças religiosas das comunidades do interior se tornassem também lideranças políticas e passassem a construir os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais (STRs). A diocese de Santa Cruz do Sul, que até 1956 pertencia à arquidiocese de Porto Alegre, teve como primeiro bispo o santa-cruzense Dom Alberto Etges, também descendente de

⁸⁷ O Master foi o primeiro movimento de trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul que lutou pela reforma agrária. Surgiu no final da década de 1950 e durou até 1964, desestruturado pela repressão do regime militar. Contou com o apoio do então governador do estado, Leonel Brizola, no momento, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, posteriormente também do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (CORONEL [et al.], 2009).

imigrantes alemães e grande incentivador do fortalecimento da FAG e da criação de sindicatos de trabalhadores rurais (HAMMES, 2002). O atual presidente do STR de Santa Cruz do Sul, de 83 anos de idade, relata:

A Igreja Católica, mais alguns bispos do Rio Grande do Sul, mais alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, viram que os colonos eram a única classe que não tinha ainda uma entidade que os representasse. Foram convocados, na época, líderes de comunidade de todas as paróquias do Rio Grande do Sul, onde os padres na época escolheram (as lideranças). Eu fui um deles, no ano de 1960, para participar do I Congresso de Agricultores⁸⁸ em Porto Alegre, em que o Dom Edmundo Kunz⁸⁹ foi o mestre de cerimônias. Ele falou da importância de nós nos organizarmos em sindicatos. Ninguém conhecia sindicato. Nem eu. Eu tinha 30 anos de idade na época. Então, todo mundo achou interessante a conversa do Dom Edmundo Kunz e de outros também. (...) No ano de 1961 chamaram mais lideranças ainda para o congresso, congresso de lideranças, do interior, das comunidades. Então, foi fundada a Frente Agrária Gaúcha⁹⁰, essa que deu o grande impulso da criação de sindicatos (...). Ela passou a trabalhar e a executar programas de rádio, instruindo e dando apoio. E os colonos foram acreditando (Paulo Henrique, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 15/04/2013).

Na região de Santa Cruz do Sul, a atuação da FAG foi coordenada pelo santacruzense Leopoldo Morsch, que atuava também na presidência da entidade. Em uma reportagem do informativo *O Imigrante*, em comemoração aos 30 anos de existência do STR de Santa Cruz, encontramos um trecho que relata as motivações para a criação da FAG:

No final da década de 1950, muitos boatos sobre reforma agrária assustavam os colonos quanto ao perigo de verem suas terras desapropriadas. Para orientar os colonos sobre o assunto e para promover melhorias nas propriedades rurais, os bispos aqui do nosso estado criaram a Frente Agrária Gaúcha. Na região de Santa Cruz, o representante da Frente era Leopoldo Morsch, que na época dirigia a Caixa Rural União Popular, hoje Cooperativa de Crédito Vale do Rio Pardo. De 1959 a 1962, Leopoldo Morsch e outros companheiros percorreram as propriedades rurais de toda a região promovendo reuniões com agricultores para falar sobre a temida reforma agrária e a necessidade de união dos colonos (*O Imigrante*, junho/1992, p. 5).

A Caixa Rural União Popular a que o jornal se refere era a cooperativa de crédito que a *Volksverein* organizou em Santa Cruz do Sul, ou seja, embora as associações (Sociedade União Popular e Liga das Uniões Coloniais) não tenham sobrevivido à repressão do Estado Novo, elas deixaram um legado de cooperativas, que foi decisivo para o ressurgimento do associativismo cristão através da FAG nos anos 60. Já não se trata mais do mesmo associativismo, em razão de uma nova conjuntura econômica e política (a aproximação com o Estado talvez seja o principal elemento diferenciador), mas os princípios básicos que orientaram a criação dos STRs são muito semelhantes aos da primeira metade do século.

Dom Edmundo Kunz, no livro que escreveu sobre a FAG, elenca os principais problemas que afligiam os colonos à época: “o pequeno proprietário rural era simples joguete nas mãos do poder econômico. (...) Sem preços compensadores, sem assistência técnica e creditícia, sem capacitação profissional (...)" (KUNZ, 1977, p. 6). Interessante

⁸⁸ Era o primeiro congresso organizado pela FAG, mas, como visto anteriormente, outros congressos já haviam ocorrido.

⁸⁹ À época bispo auxiliar da Arquidiocese de Porto Alegre, foi um dos principais mentores da FAG.

⁹⁰ Conforme Picolotto (2011), a data oficial da fundação da FAG é 26 de julho de 1961.

notar que a descrição do bispo ignora o fato de não haver terra suficiente para atender a todos os filhos dos colonos, que se obrigavam a emigrar ou trabalhar como diaristas ou meeiros. Nesse sentido, Picolotto (2011) chama a atenção para a semelhança do entendimento desta entidade com a perspectiva da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - Farsul a respeito da reforma agrária:

Mesmo com esse recorte ideológico que apontava tanto o desacordo com relação ao comunismo estatista, quanto ao liberalismo econômico, a concepção da FAG acaba se aproximando mais das concepções que propunham a “modernização técnica da agricultura sem reforma agrária” (defendidas por organizações patronais como a Farsul) como forma de superar a baixa produtividade e as imperfeições da estrutura agrária (2011, p. 86).

A FAG construiu uma estrutura sindical sólida e presente na quase totalidade dos municípios do estado e impediu o avanço dos “agitadores marxistas” do Master, como eram chamados. Certamente, se não houvesse ocorrido o golpe militar de 1964, os rumos teriam sido outros. Todavia, o fato é que a “ameaça comunista” foi praticamente apagada e o sindicalismo cristão se consolidou.

2.4.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul e a Fetag-RS

Da união dos sindicatos criados pela FAG nasceu a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Fetag-RS) que se filia à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura do Brasil – Contag, fundada em 1963. Com diferenças de intensidade dependendo do município, a FAG exerceu grande influência sobre a linha política adotada pelos sindicatos da Fetag. Conforme Picolotto (2011, p. 86), uma das recomendações de Dom Vicente Scherer, então arcebispo metropolitano de Porto Alegre, era que eles cumprissem as tarefas, “seguindo as leis estabelecidas pelo Estado, sem suscitar luta de classes que perturbe a ordem social”.

Embora houvesse essa preocupação por parte da Igreja em evitar a promoção de conflitos de classe, por um tempo alguns de seus sindicatos estavam organizados em uma estrutura que poderia vir a desenvolver esse tipo de conflito, já que evidenciava uma diferenciação entre os agricultores. Sob influência do trabalhismo característico do governo de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a portaria 209-A assinada pelo Ministério do Trabalho em 25/06/1962 contrariou o decreto-lei 7.449 de 1945, que obrigava os sindicatos rurais a unificarem, em uma mesma entidade, empregados e empregadores. Dessa forma, esta portaria previu a criação de duas confederações, que viriam a ser a CNA, como entidade patronal, e a Contag, como entidade laboral. Seis meses depois, uma nova portaria (355-A) determinava a diferenciação dos trabalhadores rurais em quatro categorias: os “trabalhadores na lavoura” (não-proprietários, meeiros, arrendadores de terra, assalariados etc.), os “trabalhadores na pecuária e similares”, os “trabalhadores na produção extrativa rural” e os “produtores autônomos” (pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos, que explorassem atividade rural, sem empregados e em regime de economia familiar ou coletiva) (MADURO, 1990).

Uma das principais vitórias do trabalhismo de Jango foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214 de 1963), que seguia os mesmos parâmetros da portaria 209-A. Elaborado pelo deputado federal Fernando Ferrari (PTB-RS), este projeto já havia sido apresentado à Câmara dos Deputados em 1957, mas não havia força suficiente do trabalhismo à época para promover a sua aprovação. A despeito de suas fragilidades, a aprovação do Estatuto à época representou um avanço significativo dos trabalhadores rurais no que se refere à sua luta pela garantia de direitos. (COSTA, 1996).

O STR de Santa Cruz do Sul começou a ser construído ainda em 1959, sob a liderança de Leopoldo Morsch, então presidente da FAG. Inicialmente, ele estava dividido em dois: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos em Lavoura e Pecuária de Santa Cruz Sul, para os proprietários, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Lavoura e Pecuária de Santa Cruz do Sul, para os agricultores sem propriedade de terra e/ou assalariados rurais, à semelhança do que previam as portarias acima mencionadas. Estes dois sindicatos foram oficialmente fundados em 08 de junho de 1962, mas sua duração, enquanto entidades independentes, foi pequena:

(...) a sentida necessidade de um fortalecimento das entidades levou, em 01 de julho de 1962, à fusão das duas entidades e à fundação do STR⁹¹. Essa criação teve amplo apoio e respaldo da Frente Agrária Gaúcha e da própria Igreja, incentivadoras da organização dos agricultores (*O Imigrante*, junho/1992, capa).

Este “amplo apoio” da FAG e da Igreja à fusão dos dois sindicatos é decorrência de sua política de procurar evitar o avanço das ideias comunistas que promoviam o fortalecimento dos conflitos de classe. Era uma perspectiva semelhante à da SNA, que procurava desde sua criação pressionar os governos e os políticos a definirem leis que impedissem a criação de organizações que suscitassem conflitos decorrentes da relação capital x trabalho. Esta tensão se torna ainda mais evidente quando os pequenos proprietários necessitam contratar mão-de-obra eventual, como é o caso dos fumicultores de Santa Cruz, durante a colheita do fumo. Nessa situação, portanto, temos uma mesma entidade que representa, ao mesmo tempo, o empregado e o empregador.

Apesar dessa fusão apoiada pela Igreja, a divisão da entidade por categorias (grosso modo proprietários e não-proprietários), pelo menos no papel, teve que ser mantida até 1965, quando, já sob o governo militar – o que não é uma informação menor –, a portaria 395 de 17 de julho determinou a fusão das diversas categorias em uma única, passando a existir apenas um sindicato, que passaria a ser chamado apenas de STR (MADURO, 1990).⁹² Esta contrariedade da FAG às portarias do governo Jango evidencia uma disputa entre perspectivas de organização sindical, decorrente de uma disputa por capital político entre a Igreja e o PTB através do controle sobre os rumos dos processos associativos dos agricultores. Da mesma forma, o fato de o governo Castelo Branco ter editado a portaria que atendia ao desejo da Igreja evidencia uma relação de reciprocidade entre os militares e a Igreja pelo apoio ao golpe de 1964.

A falência de boa parte das cooperativas fundadas pelas associações (*Bauerverein*, *Volksverein* e Uniões Coloniais) foi um obstáculo para a reconstrução do associativismo cristão através dos STRs. Em Santa Cruz, o informativo *O Imigrante* fornece informações que nos permitem identificar um pessimismo dos colonos a respeito do processo associativo (construção de cooperativas, sindicatos e associações), de modo que as lideranças tiveram que promover um processo de mudança nesse *framing* no sentido de reavivar as esperanças dos colonos na ação das associações para viabilizar o engajamento deles nessa nova iniciativa:

⁹¹Na assembleia de fundação, estavam presentes 305 agricultores proprietários de terra e 157 não-proprietários, o que significa praticamente um terço dos membros (*O Imigrante*, junho/1992). Este conjunto de colonos sem terra é fruto do processo de diferenciação interna aos imigrantes ao longo do final do século XIX e, mais acentuadamente, na primeira metade do XX e do crescimento vegetativo da população, que tornou insuficiente a quantidade de terras disponíveis para os colonos, tal como discutimos no primeiro capítulo.

⁹² Durante o período entre 1962 e 1965 várias outras portarias foram editadas, implicando em pequenas modificações nessa forma de organização sindical, mas sem mudanças estruturais. Ver mais em Maduro (1990).

A resistência da própria categoria foi um grande obstáculo, pois os agricultores estavam incrédulos, fato resultante de decepções anteriores onde haviam sido enganados por cooperativas “falidas”, mas aos poucos as barreiras foram sendo vencidas (...) (*O Imigrante*, junho/1992, capa).

À época, o crescimento do Master e do discurso em favor da reforma agrária trazia inquietude aos colonos em relação às suas propriedades. Havia um temor de que pudessem perder suas terras. As lideranças da FAG em Santa Cruz, portanto, foram conquistando legitimidade conforme foram transformando essa questão em um problema público, já que a solução para a pobreza rural apontada pela FAG não era a reforma agrária, mas a modernização das tecnologias e o aumento da produtividade. Maduro (1990) destaca que esse discurso não era exclusivo da FAG em Santa Cruz, mas era uma orientação geral para todo o estado:

(...) a característica comum (às várias iniciativas da FAG) era o estímulo à fundação de sindicatos de trabalhadores rurais cristãos, com ampla propaganda contra o comunismo e contra as organizações como as Ligas Camponesas e o Master. O tema da reforma agrária era tratado com cuidado, enfatizando-se a necessidade de respeito à propriedade privada (MADURO, 1990, pp. 60-1).

Outros temas, como as demandas por políticas agrícolas, também foram importantes nesse processo, mas o problema do medo de perder a terra por causa da reforma agrária foi decisivo para o engajamento dos colonos no STR (*O Imigrante*, junho/1992).

Inicialmente, a Fetag-RS tinha pouca autonomia em relação à FAG, pois contava apenas com a contribuição recolhida pelos sindicatos filiados, que ainda não estavam instalados na maioria dos municípios, tal como atualmente. Isso começou a mudar a partir de 1966, com o convênio entre a FAG e o Dexa – Departamento de Exatoria e Arrecadação, uma entidade privada que organizava a cobrança da contribuição sindical dos agricultores dos municípios onde ainda não havia sindicatos. Posteriormente a lei 1.166 de 1971 regulamentou o recolhimento da contribuição sindical e aumentou a independência financeira da Fetag em relação à FAG, pois permitiu aos STRs e à Federação ter recursos próprios e desenhar uma atuação política menos determinada pelos bispos.

Nem todos os sindicatos eram igualmente dependentes da FAG. Havia uma atuação nuançada dependendo das trajetórias de vida das lideranças e da própria história de fundação de cada sindicato, mesmo sob o regime militar. Maduro (1990), por exemplo, destaca que alguns sindicatos, especialmente os da Região da Campanha – São Gabriel, Arroio Grande, Itaqui, Uruguaiana, São Francisco de Assis – foram fundados por lideranças ligadas ao Master, que era composto tanto pelo PCB, quanto pelo PTB. Esses sindicatos, portanto, estavam fora da influência da FAG, o que mostra que, embora a Igreja tivesse hegemonia sobre a Fetag, o controle não era absoluto.

Para além da influência e determinações da Igreja, a Fetag tinha que lidar também com as imposições dos governos militares após o golpe civil-militar de 1964, que, legitimado pelo argumento da perseguição aos comunistas, reprimia de forma muito violenta qualquer iniciativa de contestação social. Desse modo, a atuação da Fetag ao longo dos anos 1960 e 1970 foi profundamente marcado por esse contexto ditatorial. Isso não quer dizer que não tenha havido iniciativas no sentido de pressionar o Estado por demandas dos agricultores.

Diversas mobilizações foram promovidas pela FAG/Fetag durante este período. Vogt (1997) destaca que, em 1965, Ruy Apollo Duarte, militante da antiga Frente Agrária

Gaúcha do núcleo de Sinimbu, chegou a organizar uma chapa de oposição à diretoria da Afubra. Vendo, porém, que seria derrotado, retirou a candidatura nos momentos anteriores à eleição. Hammes (2002) também destaca que, neste mesmo ano, a FAG incentivou os agricultores a não venderem o feijão a qualquer preço, no intuito de provocar um aumento da procura e uma consequente valorização do produto. Nos municípios da região também houve ações nesse sentido. O autor destaca que, ainda em 1965, a FAG e o STR de Arroio do Meio organizaram um boicote à entrega do leite e em Vera Cruz os trabalhadores rurais protestaram contra as alterações no Estatuto do Trabalhador Rural, no âmbito do projeto de lei nº 2.926/1965 do deputado da UDN de São Paulo, Herbert Levy.⁹³ Em 1972, a Fetag coordenou o que ficou conhecido como a “greve do porco”, uma espécie de operação tartaruga, em que os criadores retardavam a entrega dos suínos no intuito de forçar uma valorização do produto. Entre os anos 1974 a 1976, o STR de Santa Cruz fez diversos questionamentos quanto aos critérios de classificação do fumo e entrou em conflito inclusive com a Afubra, fato que a imprensa chamou de “guerra do fumo” (este ponto será melhor desenvolvido no item 3.1.1). Todas essas mobilizações, embora neguem a recorrente ideia de passividade dos agricultores durante a ditadura civil-militar, não podiam assumir uma postura de enfrentamento firme ao Estado, porque se o fizessem, colocariam em risco a própria existência da entidade que os organizava.

Nesse sentido, o principal foco de atuação dos sindicatos da Fetag, pelo menos no período do regime militar, era a prestação de serviços assistenciais e o encaminhamento do benefício previdenciário, no âmbito do Prorural. Maduro (1990) destaca que as lideranças da Fetag não apenas aceitavam o controle do governo em troca dos benefícios assistenciais, como “brigavam” por eles, ou seja, “assumia-se plenamente o papel do sindicato como prestador de serviços, na medida em que estes serviços eram extremamente valorizados pela população a ser atingida” (MADURO, 1990, p. 91). Em função disso, uma das principais críticas que a Fetag-RS tem recebido relaciona-se ao fato de que os STRs, atuavam mais como um braço do Estado na prestação de serviços, do que como representantes políticos, de fato, dos trabalhadores rurais. No entanto, se considerarmos que os agricultores consideravam a conquista dos benefícios como uma reivindicação atendida chegaríamos à conclusão de que os sindicatos assumiam, de fato, um papel de representação política. O que se pode questionar são as consequências que esse tipo de representação tem gerado no que se refere, sobretudo, à postura atual dos sindicatos diante do Estado. Este é um debate recorrente no que se refere ao sindicalismo e tem a ver com o que se entende por representação política, sobretudo em um contexto de forte influência do Estado e da Igreja tanto na organização social, quanto política dos cidadãos. Poderíamos refletir inclusive se o próprio conceito de representação é o mais adequado para analisar esses processos, já que para muitos colonos, conforme veremos no terceiro capítulo, os sindicatos são vistos mais como planos de saúde do que como instrumentos de representação política.

Picolotto (2011) chama atenção para o papel assumido pelo sindicalismo fetaguiano no processo de modernização da agricultura no país, que foi um projeto concebido por agências de cooperação internacionais, especialmente em função da

⁹³ Este projeto visava criar as condições necessárias para que a cobrança de 1% sobre o valor dos produtos vendidos pelos produtores para fins de junção de recursos para o Funrural fosse efetivamente realizada, já que o Estatuto do Trabalhador Rural determinava que a cobrança fosse feita pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, o qual, na prática não tinha condições e não recebia o pagamento da referida porcentagem. A alteração contestada pelos agricultores de Vera Cruz, portanto, foi a viabilização da cobrança que passaria a ser feita pela própria empresa compradora dos produtos, o que implicava no fato de eles terem que pagar em forma de imposto 1% do valor dos produtos que vendiam. Este projeto de lei está disponível para consulta no site da Câmara Federal em www.camara.gov.br. Acesso em 02/05/2014.

relação muito próxima estabelecida entre a Fetag-RS e a Associação Rio-grandense de Empreendimentos Técnicos e Extensão Rural (Emater), que tinha sua atuação baseada no difusionismo das técnicas e orientações determinadas pela Revolução Verde⁹⁴: “as ações de apoio à modernização tecnológica da agricultura estiveram entre as principais áreas de atuação da Fetag-RS nas décadas de 1960 e 1970” (PICOLOTTO, 2011, p. 98).

O processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, portanto, teve influência decisiva da Fetag-RS, mas é importante não considerar esse processo apenas como um processo vertical de cima para baixo, porque, se os agricultores aderiram, é porque perceberam que as novas tecnologias, para além dos fatores negativos a elas inerentes (maior dependência do sistema financeiro etc.), trariam também melhorias para a vida deles (maior facilidade para produzir, possibilidade de aumentar a escala de produção, uma inserção maior no mercado etc.). Nesse sentido, a postura da Fetag de adesão ao difusionismo das tecnologias da Revolução Verde, para além de uma pressão do Estado e de agências internacionais, foi também respaldada pelos próprios agricultores.

A Fetag-RS é a estrutura sindical mais antiga presente no Rio Grande do Sul. É também a organização com maior capilaridade no estado. São poucos os municípios em que ela não está presente. Um elemento que ajuda a entender essa predominância é o fato de que a legislação sindical não permite a existência de mais de um sindicato por categoria, portanto, a única entidade sindical de trabalhadores rurais oficialmente reconhecida pelo Estado é o sistema Contag, com suas federações e sindicatos⁹⁵. Para além deste fator legal, a garantia de um amplo serviço de assistência médica, odontológica, veterinária e jurídica também tem sido um elemento central para a consolidação da Fetag em praticamente todos os municípios do estado, especialmente considerando-se a precariedade da oferta destes serviços por parte do Estado naquele período. Nesse sentido, embora tenha mantido sua hegemonia na representação política dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, no final dos anos 1970, a mudança de conjuntura provocada pela abertura política, permitiu o surgimento de novos atores políticos, com os quais a Fetag passou a ter que disputar politicamente, tal como veremos no item a seguir.

2.5 Anos 80: novos atores e novas perspectivas

Pressionados pelas organizações da sociedade civil, pelos movimentos sociais em franca expansão e pela própria Igreja Católica, os militares começaram, na segunda metade da década de 70, um processo de abertura política, que se evidenciou, entre outros elementos, com a Lei da Anistia de 1979. Este contexto permitiu que se fortalecessem também no campo novos atores sociais e novas perspectivas políticas. A criação da Comissão Pastoral da Terra foi decisiva para a construção de novas associações de agricultores e de grupos que viriam a se constituir como oposições sindicais no interior dos STRs da Fetag-RS. Nesta seção do capítulo, abordaremos estas questões, bem como as duas greves dos fumicultores, que aconteceram em 1986 e em 1989 e a consequente criação de um novo ator político em Santa Cruz: o Sintrafumo.

⁹⁴ Grosso modo, a Revolução Verde foi o processo iniciado na segunda metade do século XX em que diversos países do terceiro mundo passaram a incorporar um novo modelo de produção agrícola baseado fundamentalmente na utilização de insumos químicos e na mecanização das lavouras, sob a justificativa e aumentar a produtividade dos cultivares e dar conta de diminuir a carência de alimentos no mundo, objetivo este ainda não alcançado. Ver mais em Goodman, Sorj e Wilkinson (1990).

⁹⁵ Na Constituinte de 1988, até houve uma tentativa por parte do setor Rural da CUT de reivindicar o fim da unicidade sindical, que reconhece apenas um sindicato por categoria, porém acabou dando prioridade para outras pautas como política agrícola e reforma agrária e esta pauta não foi aprovada (SCHMITT, 1996).

2.5.1 A Comissão Pastoral da Terra – CPT

A partir da década de 1970, passou a crescer no interior da Igreja a Teologia da Libertação, uma forma de interpretação bíblica que se voltava aos pobres e compreendia que a fé sem obras seria uma fé vazia. Simpáticos ao pensamento marxista, os religiosos dessa linha passaram a defender outro modelo de intervenção nas organizações políticas da sociedade. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nesse sentido, foram um importante instrumento de politização da população, pois promoviam espaços de reflexão e debate acerca dos problemas de cada comunidade e incentivavam a pensar em possíveis soluções. Isto favorecia a formação de novas lideranças e a construção de associações e movimentos sociais. Ter em mente a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, em 1968⁹⁶, também ajuda a entender o processo de fortalecimento da ala mais próxima da esquerda política no interior da Igreja, uma vez que estas reuniões eclesiásticas foram de suma importância para a definição dos pobres como o público prioritário da ação social eclesiástica.

No bojo destas redefinições, ganhou força também uma nova compreensão no interior da Igreja a respeito da propriedade da terra. Isto fez com que fossem desenvolvidas atividades de estímulo ao fortalecimento de atores críticos à ordem social estabelecida. Nesse sentido, foram criadas pela CNBB várias comissões para atingir estes objetivos: a Comissão Pastoral Operária (CPO), para o trabalho com os trabalhadores urbanos; o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para a defesa das populações indígenas; e, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de caráter ecumênico, para trabalhar com a população pobre do campo promovendo e apoiando a organização política destes sujeitos, já que uma das prioridades dessa “nova Igreja” continuou sendo o meio rural (PICOLOTTO, 2011).

Conforme relato de uma liderança da CPT da diocese de Santa Cruz do Sul, alguns dos agentes que criaram a CPT no Rio Grande do Sul atuavam na própria FAG. Mas decidiram criar a CPT porque não concordavam com a linha política da FAG: “naquela época tinha um grupo de padres que ajudaram a gestar esses sindicatos (ligados à Fetag-RS) e tinha outro grupo, que era aquele povo que vinha com aquela visão de um projeto ecológico⁹⁷, um projeto pé no chão, que cria a CPT” (entrevista ao autor, 2013).

No Rio Grande do Sul, a CPT passou a atuar apenas em 1977, dois anos depois da sua criação no estado de Goiás. Este processo forçou a FAG a promover uma reestruturação de sua organização interna, com trocas de lideranças e uma adequação à nova conjuntura que contava agora com outra organização católica de assessoria aos pequenos agricultores, que não podia ser ignorada. Assim, com sua vinculação à Regional Sul III da CNBB, a FAG passou a atuar na Pastoral Rural do Estado e houve uma mudança de foco nos cursos de formação de jovens rurais. Fecharam-se os institutos mantidos até então e criaram-se os Treinamentos de Ação Pastoral (Tapa), cursos promovidos por essa “nova FAG”, a partir de 1978, com alguns valores da Teologia da Libertação já incorporados, o que estimulava uma visão mais crítica da realidade e impulsionava os atores à ação social (GOES, 1997, *apud* PICOLOTTO, 2011). Esta adequação à nova

⁹⁶ O Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, representa um marco divisorio na história da Igreja Católica, pois foi a partir dele que se iniciou um processo de abertura da Igreja e uma renovação de boa parte de suas práticas, tanto litúrgicas, quanto sociais. Para maiores informações, ver Mainwaring (2004).

⁹⁷ Ao referir-se a projeto ecológico, a dirigente quer fazer referência a uma perspectiva de estímulo a um estilo de produção agroecológico, mas esta é uma pauta mais contemporânea, especialmente da CPT de Santa Cruz do Sul. A pauta principal da CPT, quando da sua criação, era a questão fundiária propriamente dita, as expulsões de posseiros, grilagem e a promoção de uma organização política autêntica dos agricultores, ou seja, protagonizada por eles mesmos, e não por pessoas alheias à sua realidade.

conjuntura, porém, foi apenas parcial:

Em um terreno em que passavam a atuar dois organismos católicos, a FAG teria atuado mais na assessoria do sindicalismo já estabelecido (mesmo que também tenha motivado a formação de novas lideranças, que passariam a questionar o sindicalismo existente), enquanto a CPT atuava mais centralmente na assessoria dos pobres e marginalizados, aqueles sobre os quais o sindicalismo não atuava ou que não conseguia sozinho dar conta das suas necessidades, tais como a luta dos atingidos por barragens e os agricultores sem-terra. A FAG, por sua vez, mesmo tendo se aberto parcialmente para as questões trazidas pela Teologia da Libertação, mantinha certo distanciamento das lutas políticas (PICOLOTTO, 2011, p. 122).

A CPT assessorou as primeiras ocupações de terra no norte do estado, que deram origem a movimentos sociais de luta pela terra com destaque para o MST. Desde 1978, a CPT do Rio Grande do Sul coordena as Romarias da Terra, caminhadas religiosas cujas temáticas são escolhidas a partir das principais demandas da população pobre do campo.

Na diocese de Santa Cruz do Sul, há também um grupo de religiosos e, principalmente, leigos que atuam na CPT. Este grupo viabiliza a sua atuação através de um projeto da diocese denominado Programa de Assessoria Agronômica, que recebe recursos de uma diocese parceira da Igreja Católica da Alemanha. Dentre as principais ações deste grupo, destacam-se a realização dos Seminários de Alternativa à Cultura de Fumo, espaços de discussão que visam a promover a diversificação da produção e diminuir a dependência dos agricultores em relação a esta cultura. Em 2014 o seminário estará na sua vigésima terceira edição⁹⁸. O grupo apoia também as comunidades quilombolas presentes na diocese no que se refere aos processos de reconhecimento de seus territórios e com assistência técnica para a produção agrícola. Na ocorrência de algum acampamento do MST, o grupo também dá apoio.

Através de seu informativo bimensal *Pé na Terra* e de diversos espaços de formação, o grupo procura difundir a perspectiva da produção agroecológica. A CPT coordena, portanto os Encontros Diocesanos das Sementes, cujo objetivo é promover espaços de troca de sementes crioulas, partilhar experiências de produção orgânica e, assim, sustentar um movimento de resistência ao atual modelo de produção agrícola vigente. Em 2014, ocorrerá o décimo terceiro encontro.

Uma das principais frentes de ação da CPT da diocese de Santa Cruz é a Escola de Jovens Rurais (EJR), criada em 1992, cujo objetivo é promover uma formação crítica para a juventude do campo a fim de viabilizar a sua organização comunitária, política e produtiva. O conteúdo trabalhado neste espaço formativo está estruturado em três eixos: pastoral (com um debate a respeito da religião e dos valores), agroecológico (que chama a atenção para a importância do respeito ao meio ambiente) e político (que tem por objetivo a formação de novas lideranças de associações comunitárias, cooperativas, movimentos sociais, pastorais sociais, etc.). Os cursos são constituídos de três etapas chamadas Tempo Integração (que ocorrem na sede da escola, na cidade de Rio Pardo, com duração de três dias cada) e mais duas etapas chamadas Tempo Comunidade (que acontecem em diferentes locais da diocese, com as turmas divididas por regionais, abordando as realidades locais e envolvendo as famílias dos participantes). A procura por esses cursos não é muito grande. Geralmente são os membros da CPT que procuram os filhos de dirigentes comunitários, ministros da Eucaristia, etc. para que se inscrevam. Sobre a EJR, a direção da CPT comenta:

⁹⁸ Estes seminários contaram inicialmente com a liderança dos bispos das dioceses de Santa Cruz do Sul e de Santa Maria, que percebiam os malefícios que a fumicultura causava, especialmente à saúde dos trabalhadores do campo, sobretudo em função da utilização intensa de agrotóxicos.

Viu-se a necessidade de a gente criar um espaço, que se chama a Escola de Jovens Rurais (...) Vários jovens que passam por essa formação tomam posição: ou vão nas suas bases e criam o MPA, ou conseguem concretizar um sindicato compatível, esse pessoal, assim, mais autêntico (...) Toda a formação serve para capacitar para realmente contrapor o que aconteceu naqueles anos (referindo-se à linha ideológica segundo a qual foi criada a Fetag-RS). Hoje a Fetag é um sindicato que é a favor do agronegócio, que votou a favor dos transgênicos, e nós, CPT, como diocese, junto com esse trabalho de capacitação de jovens e de resgate das sementes (crioulas) é um projeto que contrapõe o projeto neoliberal, e que é direto contra. Então não é fácil porque o outro lado vem com muito dinheiro (dirigente da CPT da diocese de Santa Cruz do Sul, entrevista ao autor, 22/05/2013).

Com relação à participação da CPT na criação do MPA, ganha destaque Frei Sérgio Görgen, uma liderança religiosa que compunha a CPT a nível estadual e nacional e que até hoje faz parte da coordenação nacional do Movimento e lidera a construção ideológica do seu projeto político, especialmente no que se refere à construção teórica do conceito de campesinato. Além dele, outros freis franciscanos estiveram presentes no acampamento que deu origem ao MPA (HAMMES, 2002).

Comparando-se a CPT da diocese de Santa Cruz com a de outras dioceses, pode-se dizer que o apoio que o prelado desta diocese dava a este grupo, quando estava na direção da diocese⁹⁹, influenciou decisivamente na viabilidade da existência da CPT local. O bispo apoiou também a criação do MPA na região¹⁰⁰.

Fazendo um resumo, a nossa atuação é com os movimentos, com os agricultores mais pobres, com essa questão das sementes, no resgate da biodiversidade (...), estar junto em eventos que promovem a agroecologia, com essa questão dos quilombos, dos índios ali de Lajeado e com os agricultores que perderam suas terras (liderança da CPT de Santa Cruz do Sul, entrevista ao autor, 22/05/2013).

A inserção social da CPT na diocese atualmente abrange poucos agricultores. A organização já esteve mais forte durante os anos 1990. Na Linha Bonita, Seu Deoclides, sobre quem comentei no primeiro capítulo, tinha uma participação mais intensa. Na visita à sua casa, ele me deu acesso a vários documentos de seu arquivo pessoal. Um deles era um relatório de um Encontro de Agricultores promovido pela CPT da Comarca de Venâncio Aires, em 1999. Embora o evento tenha sido realizado no dia 21 de julho, a motivação era a comemoração do Dia do Agricultor (25 de julho). De acordo com o relatório, no evento, estiveram presentes diversas lideranças ligadas ao governo estadual (à época o governador era Olívio Dutra) e de organizações como o Capa e o recém fundado MPA, que estava nascendo aos poucos na região. As palestras do evento partiam da perspectiva da crítica à Revolução Verde, apontando para a necessidade da Reforma Agrária e das práticas agroecológicas evitando os agrotóxicos.

Outro documento guardado por Seu Deoclides era uma espécie de cartilha de um Congresso de Jovens Rurais do qual ele havia participado no ano de 1975, no município de Santa Bárbara do Sul, região Noroeste do estado. O relatório não diz se foi uma promoção da FAG, mas indica os temas abordados e os respectivos responsáveis. No tema relativo a Família, Escola e Igreja, a indicação dos responsáveis é “Irmãos Maristas e

⁹⁹ Em 2010, este bispo passou a ser emérito, passando o cargo para outro prelado, natural de Arroio do Meio/RS, também descendente de imigrantes alemães.

¹⁰⁰Mesmo depois de ter se aposentado, ele tem continuado a participar de atividades promovidas pelo MPA, quando convidado. Na ocasião da II Festa e Feira da Agricultura Camponesa organizada pelo movimento, evento que tive a oportunidade de acompanhar, em 2012, foi ele quem fez a oração de abertura do evento.

auxiliares”. No tema sobre Juventude e Sindicalismo, a indicação é de José Luiz Zenini e Octávio Adriano Klafke, este último, presidente da Fetag-RS à época. Estas informações parecem ser pistas para interpretarmos de que se tratava de uma atividade de iniciativa da FAG em conjunto com a Fetag-RS. Ou seja, analisando-se a trajetória de Seu Deoclides, percebemos que ele é um exemplo das diversas lideranças que participavam da FAG (seja enquanto liderança, seja enquanto base) e depois se inseriram na CPT, o que evidencia um pouco do processo de enfraquecimento da FAG e do fortalecimento da CPT durante os anos 1980 e 1990.

A CPT foi decisiva também na construção de duas mobilizações importantes dos fumicultores: as “greves” realizadas nos anos de 1986 e 1989. Em suma, esta Comissão, que é ecumênica, pois engloba outras igrejas para além da Católica, tem um histórico de fundamental importância na mediação das lutas dos agricultores nas mais diversas situações de vulnerabilidade social, defendendo uma posição crítica e de resistência às formas de exploração a que os agricultores estão sujeitos.

2.5.2 A greve de 1986

A década de 1980 no Brasil foi marcada por uma intensa crise econômica, com altíssimos índices inflacionários e forte desemprego. Por outro lado, do ponto de vista político, foi uma década de muitos avanços no que se refere ao processo de redemocratização e às mobilizações de massa. Foi um período de intensa participação social na vida política do país, com grande destaque para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que, como veremos, terá forte influência na formação de quadros para liderar as principais mobilizações, dentre elas, as greves dos fumicultores¹⁰¹. Nesse contexto, os produtores de fumo da região de Santa Cruz do Sul, especificamente do município de Venâncio Aires (VA), insatisfeitos com os preços pagos pelo tabaco que estavam produzindo, deram início a um importante processo de mobilização social (ETGES, 1991).

As três principais lideranças da CPT nesse processo foram o pároco de VA à época, que era um padre diocesano; um frei franciscano, que atualmente trabalha na coordenação estadual do MPA, e um Irmão marista¹⁰², que, à época, trabalhava em Cortado, distrito do município de Novos Cabrais, região central do estado. As freiras da congregação das irmãs da Divina Providência também tiveram participação importante no apoio à organização de grupos e pastorais sociais que serviam de base para a mobilização política dos fumicultores. A realização das “missões populares” realizadas pelos freis franciscanos, que tinham uma preocupação com as questões sociais, também é apontada pelo então pároco de VA como um fator que contribuiu para incentivar o processo de mobilização e de organização política dos agricultores (pároco de VA em 1986, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 04/10/2013).¹⁰³

¹⁰¹ Da mesma forma, diversas lideranças da greve encontraram no PT um instrumento para desenvolver sua militância.

¹⁰² Os três são filhos de colonos imigrantes. O então pároco de Venâncio Aires, por exemplo, na entrevista que me concedeu, contou que nasceu no interior de VA, atual município de Mato Leitão. Seu pai era uma liderança comunitária. Conta que antes de ir para o seminário, ele conversava sempre com Otávio Klafke, que era de uma comunidade próxima e, mais tarde, tornou-se presidente do STR do município, da Fetag-RS e vice-presidente da Contag. No seminário teve aulas com um padre ligado à Teologia da Libertação e ao Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Depois de formado padre, passou a integrar a CPT quando assumiu a Paróquia de Venâncio Aires, em 1981.

¹⁰³ As missões populares são trabalhos de evangelização realizados por grupos de religiosos que ficam, de 20 a 30 dias em cada paróquia, promovendo celebrações eucarísticas, espaços de formação religiosa e de avaliação da vida comunitária. Dependendo da linha política de cada grupo religioso, estes espaços formativos podem caminhar para um ou outro sentido. No caso dos freis franciscanos a linha política

O uso do termo “greve” demonstra uma apropriação de uma linguagem típica do operariado urbano. Embora o problema do preço não fosse novo, foi apenas nesse período que as mobilizações assumiram a forma de “greve”, com a interrupção da entrada da matéria-prima (as folhas de tabaco) nas empresas. Inspirado em Goffman, Cefaï (2007) chama atenção para a dimensão dramatúrgica das ações sociais, que se estende para as ações coletivas, ou seja, há uma encenação e uma performance que necessariamente devem ser realizadas pelas organizações para “ganhar existência” e participar do “jogo”.

Uma das lideranças foi Mario Alberto, um fumicultor militante petista, que sintetiza o início da greve da seguinte forma:

Em 1986 havia uma inflação muito alta e a indústria ofereceu (um preço) muito abaixo do que era a expectativa dos produtores¹⁰⁴. Naquela época o prefeito de Venâncio Aires era o Almir, que era conhecido como o cara que resolvia os problemas dos agricultores. Então o pessoal procurou o prefeito para uma solução. Chegaram à sala do prefeito e um vereador disse: “vocês querem? Façam greve. Está todo mundo fazendo greve”. E os agricultores resolveram fazer. Era uma época em que o país estava em efervescência. Mas eles (o grupo que sugeriu a realização da greve) achavam que os agricultores não iriam fazer e o pessoal fez e o pessoal foi (Mario Alberto, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013).

A ideia inicial dos agricultores era atejar fogo nas instalações das fumageiras a fim de demonstrar a insatisfação e a indignação que estavam sentindo naquele momento. As lideranças, porém, preferiram conduzir a mobilização para um caminho menos radical:

No primeiro dia (12 de janeiro) não tinha organização nenhuma. Era um bando de loucos dispostos a botar fogo nas empresas. Essa era a lógica. Então a primeira pergunta que eu fiz, de manhã, quando nós começamos a conversar, foi: Para quem nós vamos vender o fumo se nós botarmos fogo nas fumageiras? Tu resolves o problema? Não. Tu crias um problema pior do que está. Porque hoje nós vamos vender por um preço ruim, mas se vocês botarem fogo na indústria, nós não vamos ter como vender para ninguém. Então este negócio não funciona. Nós podemos é não deixar – porque a indústria precisa do fumo – quem cumpre os contratos, nós temos que não deixar entrar o fumo. (...) E então organizamos: lideranças em todas as comunidades, pessoas responsáveis e aí nós tínhamos uma coordenação. (...) Tinha um grupo menor, de umas 15 pessoas, e tinha a coordenação ampliada, que era maior (Mario Alberto, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013).

A tática passou a ser, então, o bloqueio dos acessos aos pátios das empresas, impedindo que o fumo fosse recebido. A maioria dos participantes das atividades da greve eram jovens, que se revezavam. Quem ficasse mais tempo fora de casa, nos piquetes, recebia ajuda de outros envolvidos com o movimento, que iam nas propriedades dos que estavam nas mobilizações para fazer os serviços mais urgentes.

Já no segundo dia de mobilização, os grevistas tomaram outra decisão tática: a fim de chamar a atenção da imprensa e criar um fato político, decidiram enviar agricultores para Santa Cruz do Sul que, já naquela época, concentrava o maior número de agroindústrias processadoras de tabaco. Dessa forma, seria mais fácil dar visibilidade ao movimento e ter mais força para pressionar as empresas e negociar um preço melhor para o fumo. Nos dias subsequentes, agricultores de diversos municípios da região se somaram

adotada parece ter sido o incentivo à mobilização dos agricultores para a contestação à exploração que estavam sofrendo.

¹⁰⁴ Provavelmente devia haver outros fatores além deste que motivaram o movimento. Certamente o baixo preço do fumo era um dos elementos centrais na composição do clima de insatisfação que devia predominar.

à luta, repetindo a mesma tática de piquetes.

Uma das principais dificuldades apontadas pelo militante foi a forte oposição feita pelas entidades até então instituídas como representantes dos produtores, quais sejam, a Afubra e os sindicatos da Fetag-RS¹⁰⁵ e da Farsul, que se sentiram deslegitimados pelo movimento e viam nesta mobilização uma afronta à sua autoridade como entidades oficiais de representação política dos agricultores. Nas palavras de Bourdieu (2011), era o capital político dessas organizações que estava em jogo, já que o protagonismo das ações estava sendo assumido por outros atores que passaram a fazer parte da disputa no interior daquele campo político.

O pároco que estava apoiando o movimento também sofreu represálias de setores conservadores da paróquia. O próprio grupo de festeiros¹⁰⁶ se demitiu em protesto contra a atitude do padre, que foi considerada inadequada para o cargo que estava ocupando. Logo após a greve, o religioso pediu transferência para trabalhar nas missões populares junto aos franciscanos na região nordeste do país (pároco de VA em 1986, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 04/10/2013).

Embora os fumicultores tivessem se preparado para 60 dias de greve (por causa da intransigência das empresas para a negociação), a mobilização durou apenas 13 dias. O desfecho se deu quando a Afubra chamou os grevistas para uma reunião e propôs a realização de um encontro entre grevistas, Fetag-RS, Farsul e a própria Afubra com as empresas, a fim de negociarem um novo reajuste no preço do tabaco. Algumas lideranças da greve não concordaram com a proposta, porque desconfiavam de um acordo prévio entre a entidade e as empresas para dar fim ao movimento, tendo em vista o histórico de parcerias entre elas. A maioria dos grevistas, porém, concordou e decidiu-se, então, pelo envio de uma comissão de greve para a reunião. Ocorreu, no entanto, conforme o relato de Mario Alberto, que a Afubra informou aos grevistas que a reunião seria em um determinado horário, quando, na realidade, ela estava marcada para mais cedo. “Quando o nosso pessoal chegou para negociar, eles já tinham saído da negociação. Então o nosso pessoal não participou” (Mario Alberto, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013). De toda forma, nesta reunião com as empresas, em que participaram apenas as entidades oficiais, o acordo foi de um aumento de 15% no preço do tabaco para a safra daquele ano, com a promessa de que, para o ano seguinte, o preço iria ser definido mais cedo e seria feita a correção da inflação. Assim, mesmo que o percentual acordado para o reajuste não tenha sido o esperado pelos produtores, as dificuldades na manutenção da mobilização, tais como falta de alimentos e despesas diversas, fizeram com que os grevistas decidissem pelo fim do movimento.

A greve, no entanto, promoveu vários avanços para a organização política dos fumicultores. Gerou um grande aprendizado político e proporcionou que o conjunto dos agricultores fizesse uma avaliação a respeito do papel das entidades oficiais de representação política que, conforme Etges (1991), teriam se omitido diante da mobilização. E se os sindicatos não o faziam anteriormente, é porque havia uma escolha política, ou dito de outra forma, de acordo com os *frames* através dos quais as lideranças destes sindicatos orientavam suas ações, a conclusão a que elas chegavam era a de que a melhor solução para o problema do preço do fumo seria a negociação. A greve, portanto,

¹⁰⁵ No estudo de Iorio (1993), consta que o STR de Venâncio Aires teria sido uma das poucas entidades que teria apoiado o movimento. Todavia, de acordo com o relato do líder da greve, este sindicato foi uma das entidades que manifestou sua contrariedade de forma mais intensa. Foi apenas depois da greve, mas ainda no ano de 1986, que o sindicalismo cutista conseguiu ganhar as eleições neste sindicato, e ele passou a ter uma atuação mais contestatória, muito em função da participação de agricultores que tinham experienciado a greve. É uma questão ainda em aberto, a ser investigada em pesquisas futuras.

¹⁰⁶ Os festeiros são os representantes leigos na diretoria da paróquia. Geralmente as paróquias possuem uma diretoria que é composta pelo pároco e por representantes da comunidade leiga.

deixou mais claro para os agricultores as posições políticas que os sindicatos assumiam. Talvez o principal aprendizado político tenha sido esta percepção de que outras formas de atuação política, para além daquelas até então praticadas pelos sindicatos, eram possíveis de serem levadas a cabo. Houve uma quebra de valores (uma mudança de *framing*) de modo que a interrupção do acesso ao pátio das empresas – ato até então enquadrado como uma atitude inapropriada – passou a ser percebido como uma prática legítima tendo em vista o alcance de um objetivo maior. O engajamento, portanto, foi fruto de uma aproximação (ou *alignment*) entre os *frames* das lideranças (especialmente da CPT e da CUT) e os dos fumicultores.

O fato de a construção do problema público do preço do fumo ter sido mediado, entre outras lideranças, pelo padre da paróquia é um fator fundamental para entendermos esse processo de *frame alignment*. Sendo a religião um componente importante na vida dos colonos, especialmente no que se refere à construção de valores, o discurso do padre é digno de ser ouvido. O interessante deste contexto é que a própria quebra de valores é apoiada pelo padre. Isso foi decisivo para o engajamento dos colonos, uma vez que a transgressão da ordem estabelecida, em boa parte, pelas empresas e pela religião estava sendo legitimada por um representante de uma instituição fundamental na construção do que era entendido como ordem.

Um elemento interessante a ser analisado é a importância da imprensa no processo de legitimação e fortalecimento da mobilização. Conforme o relato de Mario Alberto, inicialmente a imprensa local não noticiava a greve e, portanto, havia uma dificuldade para que o movimento se tornasse um fato político relevante a nível regional e estadual. Em contato com Olívio Dutra, então deputado federal pelo PT, Mario Alberto recebeu dele a sugestão de buscar chamar a atenção de um repórter (conhecido de Olívio, que tinha certa sensibilidade para com as mobilizações populares) da Rádio Guaíba, de Porto Alegre. A ideia era que este repórter divulgasse o movimento dos fumicultores em seu programa (denominado *Guaíba Revista*), que tinha abrangência estadual. “Quando conseguimos abrir esse espaço e divulgar a mobilização na Rádio Guaíba, foi notícia em toda a região. Então as rádios locais abriram espaço” (Mario Alberto, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013).

Champagne (1998) chama a atenção para o papel da imprensa no jogo político e menciona a existência de um campo político-jornalístico, no qual boa parte do que se concebe como realidade é definido a partir do que a mídia designa como tal. “As manifestações passam a participar plenamente do jogo político quando a imprensa fala a seu respeito” (CHAMPAGNE, 1998, p. 209). Os fumicultores, portanto, ao se tornarem notícia em um nível mais amplo, obrigaram a imprensa local a dar mais visibilidade às suas demandas, marcaram posição na arena pública e se fortaleceram enquanto atores políticos. Os próprios fumicultores passaram a ter mais esperança em reação à mobilização.

Mario Alberto avalia a greve da seguinte forma:

Esta mobilização alavancou, aqui na região, dois processos que, para mim, foram muito importantes: um grande processo de amadurecimento político dos agricultores e um processo de desenvolvimento da agricultura. A partir daí a indústria começa a tratar o agricultor um pouco diferente, começa a considerar um cidadão¹⁰⁷, porque, para muita gente (...) o plantador de fumo não era cidadão. Então as empresas começaram a tratar diferente o agricultor: dando melhores condições e abrir mais o jogo. Porque muita gente usava veneno e não sabia nem que tipo de veneno estava usando (...). Conseguimos fazer com

¹⁰⁷ Honneth (2003) chama atenção para a luta dos movimentos sociais como uma luta por reconhecimento. Este trecho demonstra como, neste ponto de vista, a greve foi vitoriosa.

que a indústria reconhecesse a mulher e o filho do agricultor como trabalhadores (...) porque até então, isso não era contabilizado pelas empresas na hora de definir os custos de produção. Aí começa a vir esse debate que culmina hoje com esse debate de educação para menores, trabalho infantil, toda essa questão. Aquilo ali foi que começou a chamar... Porque era assim: tanto para o governo estadual, quanto federal, o fumo não tinha nenhum problema. (...). E conseguimos chamar atenção para dizer: “Não, tem problemas e tem problemas graves”. Muitos se resolveram. Outros não. Mas a partir daí o próprio agricultor começa a exigir dos prefeitos... Porque nós descobrimos quanto imposto nós gerávamos. Porque não se atendiam as estradas do interior, a educação no interior era muito ruim, porque se dizia que nós não produzíamos imposto e aí nós conseguimos descobrir que, na região aqui, quem sustentava os municípios era a produção de fumo. Até então a gente não sabia (Mario Alberto, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013).

Este trecho destaca diversas questões que, com a greve, constituíram-se (ou se fortaleceram, porque alguns já eram públicos, no sentido cefaiano, antes da greve) como problemas públicos (CEFAI, 2007) para os colonos: a falta de reconhecimento da importância dos fumicultores, a necessidade de valorização das mulheres e dos jovens como sujeitos portadores de direitos, a utilização irrestrita de agrotóxicos, que colocava (e coloca) em risco a saúde dos aplicadores, a precariedade das estradas do interior e a falta de investimentos na educação do campo.

A respeito desta mobilização, João Jeferson, então presidente do Sintrafumo, sindicato que viria a ser fundado depois da greve de 1989, comenta:

Em 1986, eu visualizei, acompanhei, mas falei: “falta foco, não é? Os agricultores estão loucos para fazer alguma coisa, mas não têm organização e não têm elementos centrais para o debate”. Eles não conseguiam apresentar dados. (...) E a Afubra fazia o jogo da indústria e a maioria dos sindicalistas dos STRs já eram velhinhos, acostumados com o sistema, não se impunham e a maioria desses que estavam se organizando, cobrando eram jovens ligados às igrejas, às CEBs, queriam fazer alguma movimentação, mas eram dispersos. Esse movimento foi muito economicista. Basicamente era o que doía, era no bolso, mas ele não tinha um sentido de organização de cobrar determinadas coisas (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Depois da greve, em 1987 e 1988 o preço do fumo subiu e as mobilizações diminuíram. Embora houvesse outras demandas, o principal elemento motivador era a dimensão econômica porque é a que interfere diretamente nos meios que garantem ou não a sobrevivência das pessoas. Então, mesmo que os demais problemas não tenham sido resolvidos, os colonos se desmobilizaram. A fala de João Jeferson evidencia também as disputas em torno dos processos de publicização dos problemas. Ao passo que a liderança da greve de 86 evidencia os aspectos positivos da mobilização, João Jeferson destaca as limitações (pauta economicista, falta de organização etc.). A expressão “não ter um sentido de cobrar determinadas coisas” demonstra um desejo de que os fumicultores da greve de 1986 tivessem construído um *frame* crítico (transformado) de outros aspectos para além da questão do preço, de modo a tornar públicos outros problemas, como a questão do trabalho infantil e a utilização de agrotóxicos e suas consequências para a saúde dos trabalhadores, como veremos no próximo item. De acordo com a interpretação de João Jeferson, a colocação destes problemas na arena pública não teria acontecido na greve de 1986. O “público”, neste caso, teria sido apenas a questão do preço do fumo. Talvez a greve de 1989 tenha conseguido avançar mais nestes aspectos em função da experiência adquirida com a greve anterior.

De todo modo, esta experiência de mobilização de massa deixou um legado de aprendizado e de incentivo à participação política para os que dela participaram,

especialmente no que se refere a disputas por cargos nas eleições municipais da região e a participações na construção de novas entidades de organização política como o Sintrafumo e o MPA. Quando eu perguntava aos agricultores o que eles lembavam desta mobilização, alguns poucos lembavam que nesse período houve “alguma coisa em Venâncio”, mas nenhum dos meus interlocutores contou ter participado da greve de 1986, apenas da de 1989, como relatarei a seguir.

2.5.3 A greve de 1989

Fruto desta primeira experiência, a greve de 1989 teve praticamente as mesmas causas, porém foi iniciada em Santa Cruz. O contexto de crise econômica que caracterizou a greve de 1986 permanecia ainda vigente. Fazendo uso do aprendizado anterior, o “movimento de 89” teve um poder de mobilização maior e conseguiu ter mais impacto no campo político do município e da região. Aproveitando da oportunidade política gerada pela assinatura de um acordo entre o Sindifumo, Afubra, Farsul, Faesc, Faep, Fetaesc, Fetag-PR¹⁰⁸, Fetag-RS e um representante do STR de Santa Cruz do Sul¹⁰⁹, que estabelecia um reajuste de apenas 40% no preço do fumo, quando o esperado era 200% em função da alta inflação da época, duas lideranças (uma ligada às oposições sindicais¹¹⁰ e outra ao Partido dos Trabalhadores) começaram a mobilizar outras lideranças locais e regionais a fim manifestar insatisfação em relação à assinatura deste acordo. Esta mobilização era realizada através principalmente de contatos com membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), militantes de partidos políticos, especialmente do PT, e por laços pessoalizados de parentesco e amizade (IORIO, 1993). Júlio Cesar¹¹¹, uma das lideranças,

¹⁰⁸ Faesc e Faep são as entidades paralelas à Farsul nos estados de Santa Catarina e Paraná, respectivamente. Filiadas à CNA, elas representam os agricultores proprietários de dois ou mais módulos fiscais. Da mesma forma, Fetaesc e Fetag-PR são as federações paralelas à Fetag-RS nos mesmos estados. Filiadas à Contag, elas representam os agricultores com até dois módulos fiscais e sem empregados. (Lei 9.701 de 1998). No que se refere à abrangência dos módulos fiscais, há um movimento por parte da Contag, desde o início dos anos 2000, no sentido de aumentar o contingente de proprietários que estariam sob sua representação. A proposta é que o limite de dois módulos passasse para quatro. Assim, os recursos provenientes da contribuição sindical dos agricultores com propriedades entre dois e quatro módulos (que é obrigatória, independente da filiação ou não a algum sindicato) passariam a ser recebidos pela Contag, o que aumentaria consideravelmente seus recursos econômicos.

¹⁰⁹ Sem contar o Sindifumo, o conjunto dessas entidades formava a Comissão Interestadual dos Produtores de Fumo. O STR de Santa Cruz participava desta comissão a convite da Fetag-RS pelo fato de ela considerar este município como a “capital do fumo” (IORIO, 1993).

¹¹⁰ Processo político do final dos anos 1970 de constituição de grupos de oposição às direções sindicais até então dominantes. Em função do regime civil-militar estas direções tiveram uma atuação política pouco combativa e muito assistencialista. Era o caso de muitos sindicatos que compunham o sistema Contag. As oposições sindicais, facilitadas pelo processo de abertura política do regime civil-militar e pelo trabalho da CPT, passaram a criticar esta postura das direções sindicais, bem como a estrutura sindical em si e a propor uma atuação política mais combativa e contestatória. Tais oposições, tanto urbanas, quanto rurais, exerceiram papel fundamental na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este processo deu origem ao que ficou conhecido como o “novo sindicalismo” no Brasil, em referência ao processo ocorrido na Inglaterra no final do século XIX em que houve a passagem do tradicional sindicalismo de ofício para o “industrial union”. Ao descrever este processo no meio rural brasileiro, Favareto (2001, p. 46) destaca os seguintes elementos: “o fim da ditadura se impunha como uma bandeira fundamental e unificadora. O Estado ditatorial era identificado como opressor e, ao mesmo tempo, como indutor da modernização que causara a exclusão. Reforma agrária, direitos trabalhistas e o fim da violência no campo eram as reivindicações básicas e colocavam em um mesmo campo de oposições o latifúndio, o patronato e os agentes da violência, como as colonizadoras ou o mandonismo. Por fim, a crítica à estrutura sindical oficial, vista como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores, completava o conjunto de temas fundamentais e bandeiras que guiaram a constituição e a consolidação do novo sindicalismo rural”.

¹¹¹ Júlio Cesar é filho de colonos do interior de Santa Cruz. Quando adolescente, e, 1969, foi para Bom Princípio/RS, para estudar no Seminário dos Irmãos Maristas. Em 1970 mudou-se para um seminário de

relata:

Eu era um dos mentores, junto com o João Jeferson, que hoje está na Fetraf. Ele foi meu companheiro. Nós que começamos o movimento aqui em Santa Cruz. Nós nos reunimos. Ele era de Candelária e eu de Santa Cruz. Em conjunto com o Padre Ciso Lima, começamos a fazer esse movimento de greve (Júlio Cesar, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 07/10/2013).

Os principais fatores destacados por Iorio (1993, pp. 83-3) como motivadores da participação dos fumicultores na greve são: “amizade com a liderança que promove, laços de parentesco, solidariedade, impulso de acompanhar amigos, sentimentos de dever de participar”. No último capítulo discutiremos mais este elemento da influência das relações pessoais nos processos de engajamento político a partir das observações do trabalho de campo.

Esse processo de mobilização gerou a realização de uma reunião de diversas lideranças de Santa Cruz e região nas dependências da Câmara de Vereadores do município. A principal deliberação dessa reunião foi a convocação de uma grande assembleia dos fumicultores da região para a semana seguinte. Para se ter uma ideia cronológica dos fatos, a reunião entre o Sindifumo e as entidades representativas dos produtores ocorreu no dia 31 de janeiro de 1989; a reunião entre as lideranças dos fumicultores aconteceu no dia 16 de fevereiro e a grande assembleia, no dia 22 do mesmo mês. Apesar de toda a propaganda contrária realizada pelo STR, pela Afubra e pelo Sindifumo, a mobilização logrou reunir cerca de dois mil produtores em frente ao Parque da *Okttoberfest*. Em protesto contra o baixo índice de reajuste do preço do fumo, ela passou pela frente de diversas entidades importantes que compõem o campo político em questão, dentre elas, a prefeitura, o STR e a Afubra.

Na assembleia deliberou-se pela deflagração da greve, com a realização de piquetes, tal como na greve de 1986, e pela constituição de uma comissão, composta por representantes dos diversos municípios da região, que conduziria o processo de mobilização, sob a denominação de Comissão Intermunicipal do Fumo. A intenção principal da greve era reabrir as negociações sobre o preço do fumo, uma vez que, depois da definição dos 40% definidos com as entidades oficiais, as negociações estavam encerradas. As demais pautas comentadas anteriormente também foram retomadas, porém sempre de maneira secundária.

O tempo de duração desse tipo de prática foi de duas semanas, sendo que na primeira os piquetes eram realizados nos portões das fumageiras e, na segunda, em função da repressão policial, a tática passou a ser o trancamento de estradas no interior a fim de impedir que os caminhões de fumo conseguissem transportar o produto até as firmas. A respeito do ponto culminante da greve, uma liderança relata:

A polícia começou a bater nos agricultores. Tinha alta iminência de dar um confrontamento aqui. Nós estávamos numa tática de nos desarmar e realmente muitos dos nossos agricultores vinham armados. Então a gente organizava para recolher as armas. (...) Uma noite eles colocaram os agricultores todos deitados na calçada e os brigadianos¹¹² pisavam por cima das pessoas, pisavam na cabeça, pisavam nas mãos, pisavam nas coxas, pisavam nos genitais... Imagina, o cara aguentando e nós: “não, vamos aguentar na paz, vamos aguentar na paz...” e o pessoal dizia: “não, vamos reagir”. Aí deu um confrontamento. Nós

Lajeado, mas teve que voltar para casa a fim de cuidar de seu pai, que estava doente. Por ter sido seminarista, foi convidado pelo Maurino Muller para compor a chapa de oposição à Afubra em 1977, como veremos no decorrer do trabalho.

¹¹² Brigadianos são os policiais militares que trabalham na polícia militar do estado do Rio Grande do Sul, neste estado chamada de Brigada Militar.

éramos 300 agricultores, tinha uns 50 ou 60 brigadianos batendo e saímos no tapa, no braço e companhia limitada. Eu fui parar no pronto-socorro porque eu levei uma batida. O cara me bateu com o cassetete na garganta aqui e tomei duas no rim. Os caras sabem bater, né. E eu não estava agredindo. Nós estávamos tentando tirar, porque houve o confrontamento e eu entrei para tirar, mas os caras apontaram, disseram: "Olha, essa é uma das lideranças e..." Aí saímos dali. Corremos os caras. Eles se obrigaram a sair, mas eles se reorganizaram, chamaram todos os policiais que estavam na volta e foram enfrentar o nosso pessoal, que era um outro grupo grande, daí estava também o pessoal de Venâncio, tinha um pessoal de Santa Catarina e Paraná que estavam na frente da Souza Cruz e aí, então apertou, porque o nosso pessoal se preparou e deu outro grande confrontamento. (...). Mas, na noite subsequente a esses confrontamentos em que os caras chegaram batendo e o nosso pessoal acabou reagindo, eles fizeram essas revistas mais duras e bateram e deram soco. Fizeram de tudo com os agricultores. Aí, nós, no clarear do dia, decidimos: vamos mudar a tática, vamos fazer piquetes mais nos acessos e vamos levar a briga, já que eles querem briga, então vamos levar a briga para o nosso campo. Na cidade nós estamos em desvantagem, porque na cidade nós não dominamos as táticas. Muitos agricultores tinham se assustado e ido embora e nós estávamos vendo que o pessoal ia esvaír, mas aí nós medimos errado, porque nós estávamos achando que o pessoal estava com medo e na verdade o pessoal foi para as comunidades e disse: Olha, tem que vir mais gente, porque os caras estão batendo em nós e tal". E acertamos em levar a tática de fazer piquetes no interior. Os piquetes no interior cresceram, explodiram. Tinha piquete organizado, com 30, 50, 100, 300 pessoas. Não passava mais ninguém, não passava caminhão e tal (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/ 2013).

Iorio (1993) chama a atenção para o papel importante assumido pelo bispo diocesano de Santa Cruz do Sul, no processo de mediação deste conflito. Em um de seus escritos, o bispo teria se colocado "a favor dos mais fracos". Embora não tenha feito uma defesa direta do movimento, deu a entender que apoiava os grevistas. Para se colocar como mediador do conflito, fazia uso da figura de "pastor do rebanho", que estaria acima de qualquer diferença, para ter legitimidade para dialogar tanto com um lado, quanto com o outro. Este é o relato do bispo sobre sua mediação no conflito:

Naquela ocasião, eu tentei fazer isto (referindo-se a colocar em prática a doutrina social da Igreja estabelecida por Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*). Eu não sabia de nada. Era novo aqui na região. De repente eu vi grupos de fumicultores sentados nas esquinas, por exemplo, na entrada para Vale do Sol, Herveiras... Vi no jornal também que eles foram lá nas fábricas, nas empresas de fumo e tentaram entrar para reivindicar melhores preços, porque se acharam muito passados para trás e, ao invés de os empresários, naquele tempo, chamarem uma delegação e negociar, eles simplesmente chamaram a polícia, a brigada, que bateu (!) e não havia muito a tradição do diálogo. Aí eu cheguei, eu tinha visita pastoral em Herveiras, nas montanhas, daí cheguei em Boa Esperança e encontrei várias pessoas cheias de sangue, mas cheias (com ênfase) de sangue. Eu falei: "Meu Deus, mas o que é isto?!" O presidente da diretoria da comunidade católica, ainda sangrando, mas já enfaiado disse: "O velho aqui apanhou muito. Estás vendendo, não é? Mas nós temos direitos!" E também líderes da Igreja Evangélica, portanto um povo geralmente nada violento, não é... líderes da Igreja Católica e da Igreja Evangélica do mesmo jeito. O que eu fiz? Fui ao juiz e contei (...) Aí eu fui também no sindicato dos empresários e falei: "Vem cá!" Eles estavam realmente tensos. Falaram: "A condição é esta" e deram condições. Então eu falei para os agricultores: "Olha, tem essas condições que eles põem e vocês podem pensar em cumprir. Não são imorais as condições... - não invadir as empresas, etc. - são até razoáveis, não é? Então essa foi mais ou menos a minha parte. Naturalmente eu fui tachado pela elite como comunista e perigoso. Eu

não tenho nada de perigoso. Mas eu garanto que se um deles tivesse ido comigo lá para Herveiras, encontrar aquele povo simples cheio de sangue, eles iam mudar o pensamento, mas eles não têm contato com a classe mais baixa, então eles acham que isso é comunismo, que isso é desordem (bispo, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 02/05/ 2013).

Percebe-se nesta fala do bispo uma associação entre a perspectiva marxista da luta de classes com uma ideia de violência física. Caberia refletir se esta interpretação é ingênuas ou se tem outras intenções por trás dela. Mas este não é o foco do trabalho. Fica aberta a questão. O que importa deixar registrado é o papel de conciliador de classes assumido pelo bispo na ocasião da greve de 1989. Para tanto, ele convocou uma reunião com os representantes da Comissão Intermunicipal do Fumo, do STR, da Afubra e diversas autoridades políticas locais e regionais, com a finalidade de dar fim à violência que estava caracterizando as relações entre agricultores e policiais, que em última instância estavam agindo em favor dos empresários. Desta reunião, de acordo com Iorio (1993), ficou encaminhado que a Comissão Intermunicipal do Fumo se comprometeria a suspender os piquetes e o STR e a Afubra se comprometeriam a escutar as reivindicações dos produtores.

Outro fator que contribuiu para a finalização da greve foi o aumento do grau de violência que caracterizava os embates com a polícia militar, o que gerou a perda do apoio de forças políticas até então parceiras:

Logo depois houve reuniões políticas dos prefeitos do PDS, que decidiram tirar todo o apoio, nos abandonaram. O pessoal (em geral) dizia: “Ah, mas o pessoal do PMDB é mais brigador”. (Mas) eles também fizeram uma reunião e o pessoal do PMDB se retirou. Retirou o apoio, no sentido de falar: “São uns bagunceiros, vai virar guerra...” Inclusive do PDT, alguns que eram mais liderança do PDT: “Ah, não vamos nos meter...” Aí no finalzinho de março a greve deu confrontamento (novamente): tiros, quase mataram um agricultor em Herveiras. Aí decidimos: “bom, vamos parar com o movimento e vamos transformar a comissão intermunicipal em uma comissão pró-sindicato” (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

De modo semelhante ao processo de 1986, a greve de 1989 não obteve êxito em relação às pautas defendidas, mas, em relação à organização política, a mobilização gerou frutos significativos, trazendo novos atores à cena (IORIO, 1993). O principal deles foi a construção do Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Cultura do Fumo, o Sintrafumo.

Em suma, a greve de 1989 foi um dos fatos políticos mais marcantes da história de Santa Cruz, no que se refere à organização política dos fumicultores. Embora não tenha conquistado pautas concretas significativas, a mobilização demarcou que os produtores são também sujeitos políticos que devem ter sua voz ouvida, fez os colonos saírem de seus locais, colocou suas questões no espaço público e fez com que diferentes forças se envolvessem.

2.5.4 Os “Rurais” da CUT e o Sintrafumo

Esta seção do trabalho, assim como algumas outras de forma menos intensa, carece de uma diversidade de fontes que garanta um aprofundamento maior da discussão. O que será apresentado se baseia fundamentalmente em informações fornecidas por lideranças que compuseram a direção da organização desde a sua fundação em 15 de setembro de 1989 até a sua desativação, em 1996.

Conforme o ex-presidente da entidade, a ideia da criação do Sintrafumo foi fortalecida em função da conclusão dos agricultores de que a realização de greves, tais quais as duas que haviam realizado, já não constituíam a estratégia política mais adequada, uma vez que o confronto maior ocorria com a polícia, o que ia contra a

moral dos colonos, e não com as empresas, como era o objetivo, o que gerava mais desgastes do que avanços.

João Jeferson conta que a construção do Sintrafumo se deu a partir do trabalho de cerca de 20 lideranças, praticamente as mesmas que durante a greve compuseram a Comissão Intermunicipal do Fumo. Provindas dos municípios próximos a Santa Cruz, algumas em situação econômica minimamente estável, outras bem mais vulneráveis, a maior parte delas era filiada ou mantinha uma relação muito próxima com o PT. Assim como na greve de 1986 e também nas diversas mobilizações que caracterizaram esse período da redemocratização, havia grande predominância de jovens na liderança. O próprio João Jeferson, que assumiu a presidência do sindicato, era o mais jovem do grupo.

Para o processo de mobilização, essas lideranças se dividiram por regiões para convidar os colonos a se associarem¹¹³. Júlio Cesar, um santa-cruzense que participou como liderança, relata: “Fui um dos mentores do Sintrafumo. Fomos atrás de associados. Cada um tinha sua meta. Nós tínhamos que trazer tantos associados para tornar o Sintrafumo um sindicato viável” (Júlio Cesar, entrevista ao autor, 07/10/2013). Cada sócio iria pagar cinco cruzados novos (moeda utilizada no Brasil na época) para custear as despesas decorrentes da mobilização. Com um total de cerca de cinco mil sócios (que não eram apenas de Santa Cruz, mas também dos municípios da redondeza), foi possível somar um total de aproximadamente 25 mil cruzados novos.

O fato de as lideranças da greve terem relações com o PT as aproximou também do sindicalismo cutista, de modo que a construção do Sintrafumo conduziu-o para sua filiação à CUT. Este momento histórico coincide com a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, em um contexto de intensos debates acerca da pertinência da entrada dos pequenos produtores rurais nessa central sindical. Por eles serem proprietários dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho etc.), havia um grupo contrário à inserção desta categoria argumentando que esse segmento configuraria outra classe. Mas a importância da defesa da reforma agrária e as lutas dos pequenos produtores, especialmente no Sul do país, deram legitimidade para a acolhida da CUT aos “rurais” (NOVAES, 1991).

Conquistado esse espaço, outro debate colocava em questão a existência de sindicatos específicos por categoria (fumicultores, avicultores, suinocultores, etc.) ou de sindicatos para trabalhadores do campo em geral. No seu primeiro Congresso em 1989, o DNTR optou pela recomendação de avaliar caso a caso: “Não há regra geral que indique a manutenção de sindicato único por base municipal. Mas também não se trata de fundar sindicatos específicos por categoria sem que sejam dadas as condições para isto” (CONGRESSO DNTR/CUT, 1989, *apud* NOVAES, 1991, p. 192). João Jeferson relata os motivos pelos quais as lideranças das greves decidiram pela criação de um sindicato específico de fumicultores e como foi sua inserção na CUT:

Os sindicatos tradicionais fecham com a Afubra, nos traem, fecham com a indústria. Então nós temos que ter um sindicato nosso, de fumicultores mesmo, não como a Afubra. A maioria que estava na Afubra era gente que trabalhou em fumageira, que era muito ligado a fumageira e tinha aquela dependência. Se a Afubra enfrenta as fumageiras, ela quebra porque quem recolhe o seguro da Afubra a campo são os orientadores, os instrutores (das indústrias) (...)

¹¹³ Inicialmente as lideranças do Sintrafumo contaram com o apoio logístico de outros sindicatos já ligados à CUT, especialmente o dos bancários e o dos metalúrgicos, sem o que teria sido muito mais difícil o processo de mobilização: “a grande estratégia de comunicação da época era o fax. Aquilo era uma facilidade... Daí tinha fax na paróquia, tinha fax não sei aonde, conseguia num banco... Os bancários diziam: “lá no banco tal tem fax, então se tu queres mandar um fax para a liderança do interior de Dom Feliciano, tu envias um fax para o Banco do Brasil de lá. Só avisa e eles avisam”. Aí avisava pela rádio que chegou um fax e... Essa era a dinâmica” (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Neste mesmo tempo, nós tínhamos um assessoramento de dois freis franciscanos e também assessoramento do Pró-Departamento da CUT (...). Tinha uma divergência dentro da CUT se fazia sindicato por categoria ou não. Nesse mesmo período tinha o debate sobre o sindicato dos avicultores em Santa Catarina. E essa região ali de Montenegro estava fazendo um debate sobre o sindicato dos silvicultores, do pessoal que plantava florestas exóticas. No debate nós convencemos o pessoal da CUT de que precisava ser por aí (sindicatos por categoria). Eles promoveram dois seminários que nos envolveram. (...) os avicultores de Santa Catarina também fincaram o pé e nós também. Então, decidimos: “vamos criar o sindicato e queremos acompanhamento político da CUT. Queremos construir a CUT também”. Dentro da CUT tinha gente que dizia que era bom, tinha gente que dizia que não. Mas foi um rico debate (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Interessante notar também que essa vinculação do Sintrafumo à CUT interferiu também na mudança do próprio nome da entidade. Inicialmente o nome era Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul. Depois, em um movimento de aproximação à identidade cutista, o nome passou a ser Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo do Rio Grande do Sul, a fim de destacar que, embora proprietários, eles eram também trabalhadores, portanto, da mesma classe dos demais membros daquela central sindical. Dessa forma, o DNTR apoiou o novo sindicato, inclusive com a presença do então presidente dos “rurais”, no dia da reunião para a construção da chapa que iria concorrer à direção da entidade.¹¹⁴

Durante a sua atuação, o Sintrafumo procurou mediar a construção de outros problemas públicos para além da questão do preço do fumo. João Jeferson destaca quatro eixos temáticos que nortearam a pauta do sindicato: a saúde dos produtores, o trabalho infantil, a comercialização do tabaco e, por fim, a discussão sobre o controle da produção, questão que viria a se intensificar nos anos 2000 com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Com relação ao primeiro aspecto, a principal crítica foi à utilização intensa de agrotóxicos e a necessidade de recolhimento das embalagens destes produtos. “A indústria dizia que era impossível, mas um tempo depois começaram a fazer” (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013). Hoje, quem articula este recolhimento é o Sinditabaco em parceria com a Afubra. Eles criaram, no ano 2000, o Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos. Ainda inserido no tema da saúde, o Sintrafumo chamava a atenção para o *Green Tobacco Sickness*, ou Doença do Tabaco Verde, uma consequência do contato direto da folha molhada do fumo com a pele, em um processo em que a nicotina entra no corpo através dos poros e vai para a corrente sanguínea, gerando mal-estar, vômitos e fraqueza. Atualmente, uma das determinações das empresas é a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual, os famosos EPIs, que, segundo os agricultores, “ninguém quer usar” em função do desconforto que eles geram para o trabalhador, especialmente por causa do calor.

No que se refere ao trabalho infantil, João Jeferson destaca que o Sintrafumo foi um dos primeiros a admitir: “sim, nas nossas propriedades, as crianças trabalham, há trabalho infantil, sim. Ele é cultural, ele é histórico...” E, nesse sentido, colocava-se um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que isto era denunciado como algo negativo, que deveria ser mudado, era também utilizado como um argumento para a contabilidade dos

¹¹⁴ O então presidente do DNTR/CUT, Avelino Ganzer, era natural de Encantado/RS, município relativamente próximo de Santa Cruz. Típico exemplo de colono sulista que aderiu às campanhas de expansão da fronteira agrícola, migrou com a família para o Pará, onde se destacou pela liderança na construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Favareto (2001) utilizou, dentre outras, a história de vida desta liderança para discutir como se deu a inserção dos trabalhadores rurais na CUT.

custos de produção para fins de definição do preço do fumo, ou seja, o Sintrafumo argumentava que o trabalho dos filhos dos agricultores também deveria ser considerado como um “custo de produção”, para que o tabaco fosse melhor pago aos produtores. Ainda hoje esta questão está presente nas discussões dos colonos, sobretudo em função do trabalho dos auditores do Ministério do Trabalho, que visitam as propriedades para fiscalizar a ocorrência desta prática. “Aquilo foi meio contraditório. Mas foi importante porque trouxe o tema do trabalho infantil para a pauta e a indústria teve que responder sobre isso” (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013), ou seja, a despeito das divergências entre os próprios colonos, o Sintrafumo foi mediador da construção do trabalho infantil como um problema público, que se mantém na arena pública até hoje como uma questão importante.

O terceiro eixo de ação era relacionado à renda. A reivindicação era que a compra do fumo fosse feita na propriedade do produtor, de modo que ele pudesse acompanhar de perto a classificação das folhas do tabaco, proposta semelhante àquela apresentada pelo deputado Mario Limberger, comentada no capítulo primeiro. Uma das principais queixas dos colonos era o fato de que, muitas vezes, o fumo era mal classificado no intuito da empresa de, conforme a necessidade, pagar um valor inferior ao devido de acordo com a classificação correta.

Por fim, antes mesmo da eclosão da Convenção-Quadro, as lideranças do Sintrafumo já levantavam a questão do controle da produção do tabaco. “Por que nós estamos plantando cada vez mais fumo, se o mundo tende a fumar cada vez menos, se o mundo está se organizando para reduzir o tabagismo, para alertar as pessoas do risco?” (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013). Era uma questão que entrava em conflito com a própria identidade do sindicato. Como uma organização de fumicultores iria levantar questões a respeito de restrições à própria fumicultura? À época esta parece não ter se tornado, de fato, um problema público, já que a nível local não havia iniciativas governamentais no sentido de promover a redução do plantio ou, no limite, sua interrupção. Como veremos no último capítulo, este veio a ser o principal problema público para os fumicultores nos anos 2000 e o assunto mais comentado, tanto pelos colonos durante o trabalho de campo, quanto pelas diversas lideranças.

A despeito da contrapropaganda feita pelas empresas, que questionavam a honestidade e a reputação das lideranças, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos recolhidos dos fumicultores, o Sintrafumo conseguiu crescer e se manter em atividade por um tempo. Os fatores apontados por duas lideranças como causadores do enfraquecimento do sindicato teriam sido: 1) a falta de uma política de arrecadação de recursos a partir do pagamento de taxas por parte dos agricultores associados, já que a estratégia que haviam definido era, por sugestão dos sindicatos urbanos, arrecadar recursos a partir de uma porcentagem na venda do fumo de cada produtor, que seria recolhida pelas empresas e repassada ao sindicato, mas esta estratégia não deu certo, porque isto ia contra os interesses das empresas, que não aceitaram a proposta; 2) a pressão feita por um grupo de sindicalistas do próprio DNTR/CUT que não concordava com a existência de sindicatos por ramos de produção, a despeito da carta do Ministério do Trabalho, que já tinha oficializado a existência do Sintrafumo; 3) a necessidade de responder processos judiciais iniciados pelas empresas contra as lideranças do sindicato e não contra o sindicato em si, o que acabava desgastando-as sobremaneira e enfraquecendo indiretamente a organização; 4) falta de tempo das lideranças para levar adiante as atividades e a falta de outras lideranças dispostas a fazê-lo; 5) o fato de o Sintrafumo ter entrado em descrédito junto aos agricultores em função de não ter conseguido ser aceito no seletivo grupo das entidades que negociam o preço do fumo, o que reitera a pauta do preço do fumo como um problema público central para os agricultores

e 6) o fato de as lideranças passarem a disputar cargos políticos nas eleições, especialmente a de 1994, em que o então presidente se candidatou a deputado federal pelo PT, um partido ainda bastante rejeitado à época, na região, especialmente por representar, para os colonos, um partido ligado ao temido comunismo (João Jeferson e Vitor Marcelo, entrevistas ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013 e 06/05/2013, respectivamente).

Depois da desativação do Sinrafumo, em 1996, boa parte das lideranças passou a participar, no final dos anos 90, da construção do MPA nos municípios da região de Santa Cruz.

Praticamente todos nós ajudamos a construir o MPA. (...) O Luiz Antônio¹¹⁵, que hoje é o coordenador aqui da região era um menino novo que acompanhou as lutas históricas aqui dos fumicultores. Então ele também acumulou experiência naquele período. (...) Então nesta região aqui o MPA se tornou mais forte (João Jeferson, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Júlio Cesar, uma das lideranças importantes do Sinrafumo também ajudou a criar o MPA, porém relata que aos poucos foi discordando da maneira como as lideranças deste novo movimento atuavam e decidiu sair. O vereador petista Vitor Marcelo¹¹⁶ também foi uma liderança fundamental do Sinrafumo que ajudou na construção do MPA e, por divergências, saiu do movimento.

Outros dirigentes também foram para a Fetraf, oficialmente fundada cinco anos depois como Fetraf-Sul. Muitas delas ingressaram na política partidária disputando diversos cargos políticos, desde vereador até deputado. Alguns ocupam esses cargos até hoje. João Jeferson foi por duas vezes candidato a deputado estadual. Mário Alberto foi candidato a prefeito de Venâncio Aires, assim como vários outros dirigentes foram candidatos em outros municípios. Vitor Marcelo e Luiz Antônio são atualmente vereadores de Santa Cruz¹¹⁷. Outro dirigente ocupa o cargo de vice-prefeito de Vale do Sol, município vizinho de Santa Cruz. Outros ainda compuseram oposições aos sindicatos da Fetag e, quando vitoriosos, levaram o sindicato para a Fetraf ou disputaram uma visão nova dentro da Fetag, como é o caso de Passo do Sobrado, Cruzeiro do Sul, Encruzilhada do Sul, dentre outros.

Ainda que o tempo de atividade do Sinrafumo tenha sido pequeno em função da falta de adesão dos colonos, a experiência da criação deste sindicato, enquanto uma espécie de oposição sindical, é um marco significativo na história da participação política dos fumicultores. O item seguinte trata da memória de alguns colonos sobre as greves dos anos 80 e sobre o Sinrafumo.

¹¹⁵ Luiz Antônio é filho de fumicultores, residente em uma comunidade próxima à Linha Bonita. Participava dos grupos de jovens ligados à Igreja e tinha proximidade com as lideranças da CPT, o que o estimulava a ter uma participação política intensa, desde a sua juventude, participando das greves e da construção do Sinrafumo. Inicialmente, além de produzir fumo, ele vendia mudas de hortaliças para a loja agropecuária do STR de Santa Cruz. Em função de sua participação no Sinrafumo, concorrente do STR, a venda das mudas foi interrompida (Luiz Antônio, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 01/08/2012).

¹¹⁶ Vitor Marcelo atuou com muito empenho na greve de 1989 e na construção do Sinrafumo. Logo após a greve, nas eleições de 1990, ele se candidatou a vereador, ficando como suplente. Nas eleições seguintes se elegeu e até hoje vem atuando na atividade legislativa do município. Oriundo de família de meeiros do interior do distrito de Monte Alverne, Vitor tinha outros seis irmãos. Aos 14 anos perdeu o pai vítima de doenças relacionadas ao alcoolismo. Em 1981, convidado pelo pároco de Venâncio Aires, começou a participar da Comissão Pastoral da Terra e dos grupos de jovens da Igreja. Em 1985 se filiou ao PT, partido no qual permanece até hoje (Vitor Marcelo, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 06/05/2013).

¹¹⁷ Interessante notar que o rompimento de Vitor Marcelo com Luiz Antônio no MPA se reflete em disputas entre os dois vereadores no interior do partido (PT) e na Câmara de Vereadores.

2.5.5 Memórias dos colonos sobre as greves e sobre o Sintrafumo

Durante o trabalho de campo, procurei recuperar a memória dos agricultores sobre a participação deles nas greves e no Sintrafumo. Eu perguntava se eles se lembravam dos piquetes, se tinham participado, o que tinham achado etc. Geralmente as pessoas com mais de 40 anos de idade se lembravam dessas mobilizações e a maioria dos homens relatou ter participado. O mesmo não se deu com as mulheres. Talvez o tivessem feito, mas preferiram não me contar. De todo modo, embora a pauta dos direitos das mulheres tenha estado presente em diversas mobilizações e atividades políticas em geral, a participação política dos colonos alemães tem sido uma atividade geralmente destinada aos homens.

Se os fumicultores atacavam as empresas através da greve, elas contra-atacavam com outra forma de luta política: o ataque à reputação, baseada em valores. Um fato relatado por diversos fumicultores foi a tentativa bem sucedida da Souza Cruz de desmoralizar o movimento através do pagamento de prostitutas que começaram a oferecer seus serviços em um estabelecimento comercial próximo ao local onde estavam se concentrando os colonos. Conforme os relatos, isto prejudicou significativamente o movimento, já que passou a ser associado a uma imagem de bagunça, boemia e farra, ao invés de um sentido de pressão política. Através das fofocas, a reputação das pessoas que dele participavam foi comprometida, o que as afastou. Os apoiadores do setor industrial exploravam fortemente este fato, a fim de deslegitimar o movimento.

Bailey (1971) destaca a importância da reputação para a “pequena política”, aquela realizada no cotidiano das interações face a face, sobretudo nos contextos de comunidades camponesas em que todos os membros se conhecem e avaliam suas reputações mutuamente. “A reputação de uma pessoa não é uma qualidade que ela possui, mas a opinião que as outras pessoas têm a respeito dela” (BAILEY, 1971, p. 4). A inserção das prostitutas no cenário político, portanto, fez com que a opinião das pessoas da “comunidade moral” (termo usado pelo autor para se referir ao grupo, cujos membros avaliam suas reputações uns dos outros) a respeito dos participantes da greve ficasse negativa, de modo a dificultar a adesão de novos agricultores ao movimento e a incentivar a desmobilização dos que já estavam participando.

Vários relatos também enfatizaram que diversos agricultores não eram fiéis ao acordo de não entregar o fumo. Eles participavam da mobilização, inclusive dos piquetes nas estradas, durante o dia, mas à noite, quando as estradas estavam liberadas, transportavam o fumo até as fumageiras. Isso também era um fator que enfraquecia a greve.

Muitos relatam ter pernoitado nos piquetes em frente à Souza Cruz, mas falam disso transparecendo certa vergonha por ter participado de um ato de transgressão à ordem¹¹⁸. Percebi como é importante para estes colonos o respeito à ordem e aos costumes para não ser tachado de louco desvirtuado ou alguém que “só quer saber de bagunça” e, por consequência, o quanto é significativo, nesse contexto, o fato de esses agricultores terem aderido ao movimento. À semelhança de Bailey (1971), Champagne (1975) chama atenção para este elemento ao discutir a questão do “conservadorismo camponês”, característica seguidamente atribuída aos colonos. Conforme o autor, há uma memória coletiva entre os camponeses, que os influencia fortemente na forma de ser e agir e que é controlada mutuamente por todos os membros dos grupos. A todo o momento o comportamento das pessoas está sob o olhar umas das outras, de modo que um desvio aos princípios orientados por essa memória coletiva é visto pelo grupo como uma afronta à própria unidade do grupo. Levando-se em conta, portanto, que as práticas de

¹¹⁸Considerando-se que o conceito de ordem é relativo, explicito que a ordem a que me refiro aqui é a possibilidade de o fumo continuar sendo comercializado da forma como vinha sendo, sem interrupções.

reciprocidade são essenciais para o universo camponês, a necessidade de estar “de bem” com todos é iminente. Por isso é que, conforme o autor, existiria essa tendência dos camponeses a conservarem determinadas práticas. Para que os colonos se convencessem de que o objetivo a ser alcançado compensava o risco de quebrar relações de reciprocidade, importantes para o seu cotidiano, e, a partir disso, se engajassem na greve, foi preciso um processo de reelaboração de *framings*, o qual ocorreu depois de um amplo processo de mobilização, que gerou diálogos informais no cotidiano e um processo de Cefai (2007) chamaria de construção do público.

Tais processos são marcados por intensos dilemas para os envolvidos, visto que valores, mesmo que provisoriamente, precisam ser quebrados para dar lugar a outros, que muitas vezes, contradizem os iniciais, ou seja, uma situação enquadrada inicialmente como “bagunça”, precisa passar a ser enquadrada como uma forma legítima de ação política. Em outra situação, esta pessoa poderá voltar a considerar a mesma situação como “bagunça”. Essa diferenciação depende do grau de envolvimento com a pauta em questão, o que depende muito da intensidade nos processos de redefinições de *frames*. Se ocorre uma mudança significativa na forma de a pessoa elaborar seus *frames*, ela tende a tornar-se uma liderança de organizações e movimentos sociais. Por outro lado, quando são poucos os *frames* transformados, a tendência é que o engajamento seja mais pontual.

A respeito do Sintrafumo, as conversas que tive durante a etnografia deram a entender que realmente não havia uma identificação entre os agricultores e esse sindicato. Nenhum dos meus interlocutores tinha uma lembrança muito apurada desta organização. Muitos até a confundiam com o Sindifumo, antigo nome do sindicato das indústrias do fumo, o atual Sinditabaco. Uma conversa relacionada a este assunto com Seu Roberto, pai do Seu Miguel¹¹⁹, ficou marcada na minha memória. Depois de termos conversado sobre os piquetes de 1989, eu comecei a perguntar sobre o Sintrafumo, que havia sido criado pelas lideranças do movimento. Seu Roberto, então, me olhou e perguntou: “Escuta, quantos anos tu tens? Vinte e quatro, respondi. Mas então, como tu sabes dessas histórias?” Respondi: “É porque eu li um trabalho de uma outra estudante que fez um estudo sobre isso no mestrado dela”. “E o que dizia este livro?” Perguntou Seu Roberto. “Contava a história da greve, dos piquetes e da criação do Sintrafumo. Vocês lembram da criação do Sintrafumo?” Depois de um momento de silêncio, Seu Michel, irmão do Seu Miguel e filho do Seu Roberto (todos vizinhos) perguntaram: “O que é esse Sintrafumo?” “Foi um sindicato criado pelas lideranças da greve de 1989, mas que foi se enfraquecendo com o passar do tempo por falta de recursos financeiros” – respondi. “Escuta, mas me diga uma coisa, para que é que esses sindicatos precisam de dinheiro?” Perguntou Seu Roberto, em um tom de voz um pouco mais elevado. “Para pagar despesas de gasolina, panfletos, organização de reuniões etc., tudo isso tem custo...” Repentinamente, Seu Roberto interveio novamente, desta vez com o tom de voz ainda mais elevado: “Mas e eu?! De que adianta reuniões e panfletos se aqui não muda nada?! Eles só querem saber de embolsar!” Surpreso com uma reação tão enérgica, fiquei calado, procurando encontrar o melhor encaminhamento para a conversa, mas o silêncio perdurou por mais alguns instantes até que alguém mudou de assunto.

Esta conversa retrata que, para Seu Roberto, os sindicatos são um grupo externo de pessoas querendo se aproveitar dos agricultores para juntar dinheiro e não fazer nada de significativo para vida dos colonos. É diferente, por exemplo, das associações ao estilo *Vereine*, tal como mencionadas no início deste capítulo. Durante a pesquisa pude perceber que, embora esta não seja uma visão de todos os agricultores, ela está presente em boa parte deles. Era muito comum ouvir comentários que transpareciam uma preocupação

¹¹⁹ Interlocutores, moradores da Linha Bonita, onde fiz a pesquisa. No último capítulo falarei mais sobre eles.

com a conduta correta das lideranças. Esta desconfiança em relação aos reais objetivos de uma organização sindical ou de movimentos sociais é um elemento crucial para se entender os processos de engajamento destes sujeitos. Esta memória constitui, em boa parte, os parâmetros que dirigem os *framings* dos colonos a respeito das diversas situações com que se deparam envolvendo processos associativos e é importante levá-la em consideração ao se analisar a participação atual desses colonos nas entidades de representação política.

2.6 Anos 90/2000: a construção do MPA

O MPA, enquanto movimento social, surgiu no contexto da intensa estiagem ocorrida no Rio Grande do Sul no final do ano de 1995 e início de 1996. As raízes do movimento, porém, são mais antigas. O grupo que, na ocasião da estiagem, reuniu forças para a consolidação de um novo movimento social já vinha sendo construído havia alguns anos. Esta seção tratará de resgatar os principais elementos históricos que marcaram a construção do movimento.

No âmbito do Rio Grande do Sul, conforme o relato de Cesar Augusto¹²⁰, dirigente e cofundador do MPA, começaram a surgir divergências no interior do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, quanto à estratégia de atuação. Um grupo defendia a conquista da Fetag-RS “por dentro”, ou seja, disputar os cargos da instituição e, aos poucos, ir conquistando espaço de representação política. Outro grupo, que posteriormente veio a fundar o MPA, defendia a manutenção e o fortalecimento de uma estrutura alheia à Fetag-RS, tendo em vista que iria demorar muito tempo até que se conseguisse conquistar espaço suficiente dentro da entidade (César Augusto, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 05/07/2011).

O ponto alto das divergências ocorreu na ocasião da estiagem, na qual o grupo que pertencia ao setor rural da CUT (que viria, posteriormente, no ano de 2001, a participar da fundação da Fetrar-Sul e em 2004 da Fetrar-Brasil) se reuniu com lideranças da Fetag-RS e decidiu-se pela mobilização por recursos aos agricultores que estavam sofrendo com a perda total da produção. De acordo com os dirigentes do movimento, a estratégia definida teria sido o acampamento à beira de rodovias. Encaminhou-se, portanto, que cada entidade iria até sua base e mobilizaria os agricultores para o acampamento. Aconteceu, porém, conforme o discurso do MPA¹²¹, que partes do setor rural da CUT e a Fetag-RS não mobilizaram os agricultores porque pensavam que acampamento era uma estratégia de sem-terra e que os pequenos agricultores não aceitariam esse tipo de atuação. O grupo, então, que viria depois a fundar o MPA, foi o que organizou, de fato, a mobilização, que no seu ponto alto chegou a somar cerca de 30 mil pessoas acampadas em diferentes municípios do estado (GÖRGEN, 1998). Grossso modo, pode-se sintetizar esse processo sugerindo que os “rurais” da CUT se dividiram em dois grupos, os quais geraram cada qual uma organização: de um lado o MPA, em 1996, e de outro a Fetrar-Sul, em 2001, esta última, porém, ainda filiada à CUT.

Conquistado o auxílio (popularmente chamado de cheque-seca) para as famílias que estavam acampadas, os dois anos seguintes foram de intensa mobilização para o novo movimento. As principais foram a Caminhada dos Pequenos Agricultores de Montenegro a Porto Alegre, em março de 1997, a ocupação da Secretaria de Agricultura do Rio Grande

¹²⁰ Cesar Augusto é natural de Encruzilhada do Sul. Ligado ao DNTR/CUT, disputou e conquistou a direção do STR daquele município.

¹²¹ Até o momento temos apenas a versão do MPA sobre esse fato. Uma investigação acerca das narrativas construídas pelas demais entidades sobre este fato é algo a ser feito, porém não faz parte do foco deste trabalho.

do Sul ao final do Grito da Terra¹²² daquele mesmo ano, a ocupação do terreno da empresa *General Motors*, além de diversas outras caminhadas, ocupações, greves de fome, entre outras manifestações. Todas elas iam fortalecendo cada vez mais o movimento (GÖRGEN, 1998). Percebe-se aqui uma semelhança com as estratégias de luta do MST, tendo em vista a estreita ligação de diversos líderes do MPA com o movimento. Em algumas situações o MST ajudou a construir também o MPA. Esta relação de proximidade, em certas ocasiões, se fortalece na medida em que, em uma mesma família, por exemplo, pode haver situações que constituem tanto a base do MST, quanto do MPA. Um irmão pode ter herdado a terra do pai e o outro ter ficado sem, de modo que o primeiro se identifica mais com o MPA e o segundo com o MST¹²³.

Para compreender a atuação dessas entidades é necessário ter em mente que elas não são independentes e isoladas. O MPA é vinculado à Via Campesina, uma rede transnacional de organizações de base camponesa, que começou a ser idealizada, conforme apontam Martinéz-Torres e Rosset (2010), na década de 1980, em função da intensificação do processo de globalização, e foi fundada oficialmente 1993, em sua I Conferência Internacional, na Bélgica. Sua criação se deu justamente para fazer a crítica às políticas neoliberais características desse contexto, por exemplo, a falta de regulação no que se refere aos mercados transnacionais, que dificulta a comercialização dos produtos locais, a falta de intervenção estatal no sentido de diminuir as desigualdades sociais, especialmente aquelas causadas pela concentração fundiária. Enfim, a Via Campesina critica o modelo agroexportador de larga escala e propõe como alternativa um projeto de soberania alimentar que privilegia a produção e o comércio local, uma distribuição fundiária menos desigual e uma produção agrícola sustentável. É a esse tipo de perspectiva política, organizada em escala transnacional, que o MPA está filiado.

O principal diferencial do MPA em relação às demais entidades tratadas até o momento neste trabalho é o projeto político que ele possui, qual seja a defesa de um modelo alternativo de agricultura, que proporcione aos pequenos agricultores o reconhecimento de que eles são um setor importante da sociedade e, portanto, digno de ter acesso a direitos básicos que lhe garantam dignidade. A este projeto deu-se o nome de Plano Camponês, definido da seguinte forma:

É nossa meta síntese, define o campesinato como sujeito político, articula o conjunto de nossas ações econômicas, políticas, ideológicas e culturais, dá um sentido estratégico às nossas lutas de massa, clareia nossa relação com o estado burguês e suas práticas contraditórias. Por outro lado, define nosso inimigo de classe (transnacionais do agronegócio aliados ao latifúndio e ao capital financeiro), clareia as diferenças do nosso projeto com o projeto do nosso inimigo de classe e clareia o papel do estado, mesmo sob o governo Lula, como aliado principal do nosso inimigo de classe (MPA, 2007, p. 6).

Este trecho evidencia a perspectiva marxista que caracteriza a linha política seguida pelo movimento. A intenção das lideranças do MPA, ao reafirmar o conceito de campesinato é, em última instância, contestar o modelo convencional de agricultura,

¹²² O Grito da Terra é uma manifestação política de trabalhadores rurais que acontece anualmente e da qual participam diversas organizações políticas do campo.

¹²³Em Santa Cruz, especificamente, esta proximidade com o MST praticamente não existe porque o movimento não teve adesão dos colonos, tal como ocorreu no norte do estado. Ao contrário, há certo distanciamento dos colonos desta região em relação ao MST, o que constituiu, de certa forma, uma das dificuldades do MPA para construir o Movimento na região, já que era associado ao MST, que não era muito bem visto. Como veremos na sequência, foi, sobretudo, a luta por melhores preços do tabaco e a mediação de políticas públicas para os agricultores o que estimulou a adesão dos colonos ao MPA e permitiu sua territorialização na região.

baseado na produção em larga escala, com intensa dependência dos pacotes tecnológicos determinados pelas grandes empresas e com utilização de fortes quantidades de agrotóxicos e insumos químicos. Este é o modelo conhecido como agronegócio, o qual, segundo a coordenação do Movimento, trouxe duas consequências principais para agricultura camponesa: em primeiro lugar, o abandono da produção de subsistência, em função da crescente especialização produtiva, o que tem aumentado a quantidade de monoculturas e, em segundo lugar, tem gerado uma mudança na cultura dos agricultores, ou seja,

os governos e a burguesia, através do rádio, da televisão e dos jornais, das empresas de assistência técnica, das cooperativas controladas pelos grandes, das escolas, dos políticos capitalistas, colocaram na cabeça do povo uma falsa ideia da modernidade, que era abandonar a produção de subsistência e só produzir para o mercado, dependendo de comprar tudo das grandes empresas – adubos, sementes, venenos, equipamentos, máquinas, etc. E a propaganda foi tão grande que o povo embarcou nesta canoa furada GÖRGEN, 2004).

Ainda segundo esta liderança, o conceito de agricultura familiar teria sido criado justamente para se referir a esse conjunto de agricultores que teria incorporado essa nova forma de pensar, ou, nas suas próprias palavras, embarcado nesta “canoa furada”. Por isso é que as lideranças do movimento fazem questão de reafirmar o conceito de campesinato como uma contestação a este conceito de agricultura familiar, o qual é chamado seguidamente pelos militantes do movimento como um “agronegocinho” (MPA, 2005). Todas as atividades do MPA, portanto, são voltadas ao objetivo de recuperar os traços culturais tradicionais do campesinato, a fim de promover a soberania alimentar desses sujeitos e torná-los menos dependentes do sistema, ao mesmo tempo em que ganharia força um processo de contestação ao modelo capitalista de produção.

O Plano Camponês, portanto, está alicerçado no conceito de “alimergia”, ou seja, um conjunto de práticas que englobam três pilares básicos: alimentos, meio ambiente e energia (ALI + ME +RGIA). Para nortear estas práticas, o MPA propõe o Sistema de Produção Camponesa, no qual os agricultores

Têm como base social as famílias e as comunidades camponesas; integram produção animal e vegetal (agrícola e florestal); priorizam a produção para o autoconsumo e para o mercado local; preservam os recursos ambientais estratégicos como: água e biodiversidade; combinam plantios anuais com plantios perenes; utilizam ao máximo os insumos de origem local, utilizam os subprodutos de uma produção para a outra; buscam a sustentabilidade geral do sistema; buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegrem o sistema. (MPA, 2007, p. 6).

No entanto, tendo em vista que, na prática, a maior parte dos agricultores é caracterizada por uma mescla de elementos do que as lideranças do movimento definem como agricultura familiar e campesinato, a diferenciação entre as duas categorias é feita a partir da subjetividade do próprio agricultor, ou seja, para elas, se o principal objetivo do agricultor ao trabalhar é lucrar, tal como o fazem os agricultores capitalistas do agronegócio, então ele é um agricultor familiar que quer desenvolver um “agronegocinho”. Mas se o agricultor tiver uma mentalidade diferente, que não dá tanta importância ao lucro e dá mais importância à produção autônoma de alimentos, sem a utilização de agrotóxicos e insumos químicos, então ele é um camponês. A despeito dos possíveis questionamentos feitos a estas definições, a utilização deste termo demonstra o propósito político do MPA de se afirmar como um movimento contestatório ao modelo de agricultura implementado, com apoio do Estado brasileiro, pela maior parte dos

produtores e de propor uma nova forma de se pensar as políticas públicas para o meio rural.

As primeiras iniciativas para encaminhar o processo de criação do MPA em Santa Cruz do Sul começaram por volta do ano de 1998, dois anos após o encerramento das atividades do Sintrafumo, ou seja, diversas lideranças que participaram deste sindicato viram no MPA uma possibilidade de dar prosseguimento à contestação feita ao STR, à Afubra e às empresas. O período em que o movimento conseguiu fazer as primeiras mobilizações de massa foi durante a safra 2002/2003, nas quais reivindicava das empresas melhores preços pelo fumo.

Fracassada a tentativa de disputar a representação dos agricultores com um sindicato à parte, algumas das lideranças egressas do Sintrafumo e participantes do processo de construção do MPA pensaram em compor uma chapa de oposição ao STR a partir das mobilizações que estavam começando a ser feitas pelo MPA. Caso obtivessem sucesso, a ideia era utilizar a estrutura do STR para dar prosseguimento às lutas, à semelhança do que ocorreu em outros STRs, como os de Encruzilhada do Sul, na região Sul do estado, Progresso e Arroio do Meio, no Vale do Taquari, e Palmeira das Missões, na região Norte do estado, dentre outros. A chapa iria ser encabeçada por Júlio Cesar, fumicultor filiado ao PT, que participou ativamente da greve de 1989 e fez parte da direção do Sintrafumo, porém a ideia enfraqueceu em função de divergências entre ele e os demais líderes do movimento¹²⁴ (Júlio César, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 07/10/2013).

Em 2004, as lideranças do MPA criaram a Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil - Cooperfumos. A intenção inicial era, através desta cooperativa, intermediar a comercialização do fumo entre os produtores e as agroindústrias, a fim de evitar que os fumicultores fossem explorados de forma tão intensa. A cooperativa compraria o fumo, armazenaria em um depósito e venderia para a empresa que oferecesse o melhor preço. Por enquanto esta intenção ainda não foi concretizada e as principais ações da Cooperfumos estão sendo a prestação de serviços de assistência técnica aos fumicultores com objetivo de incentivar a diversificação produtiva, em atendimento ao edital do MDA, mencionado no segundo capítulo, e a compra de milho e soja de agricultores para o projeto de biocombustíveis da Petrobrás¹²⁵.

Em 2007, o movimento recebeu, por doação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, uma área de terra próxima ao centro da cidade para desenvolver experimentos de produção agroecológica, produção de álcool, atividades de formação etc. Embora o prefeito da época fosse do PSDB, partido tradicionalmente de oposição ao PT, que era o partido das principais lideranças do MPA, a doação da área ocorreu em função da expectativa de recursos que viriam a ser injetados no município em virtude de parcerias que o MPA estava projetando estabelecer com a Petrobrás. O fato gerou polêmica com as demais entidades, pois isto representava um ganho significativo de capital político por parte do MPA. Ao jornal *Gazeta do Sul* (edição de 07/03/2007), o presidente do STR, Paulo Henrique, questionou o privilégio dado pela prefeitura ao MPA: “Ao longo dos anos, sempre fomos parceiros do governo municipal. Agora não podemos ser deixados de lado”. Na mesma edição do jornal, o presidente do SR, Carlos Otávio, corroborou com

¹²⁴ A principal divergência era sobre o método de ação política. Para Júlio Cesar, o MPA adotava práticas excessivamente radicais, como ocupações, trancamento de estradas, etc., com as quais não concordava.

¹²⁵ Este projeto se chama “Programa de Suprimento Agrícola para a produção de biodiesel da Petrobras Biocombustíveis”. Ele consiste na compra de oleaginosas de agricultores familiares com vistas à produção de biocombustíveis. Na sede da Cooperfumos foi construída uma central de armazenamento destes produtos que a cooperativa compra dos agricultores e repassa à usina da Petrobrás em Passo Fundo/RS. Para maiores informações, ver www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/atividades/producao-biocombustiveis.

Paulo Henrique: “Estranhamos que uma entidade, que ninguém conhecia, agora venha apresentar proposta sem discutir com ninguém”. Percebe-se uma tentativa de deslegitimação do MPA por parte dos dois sindicatos a fim de evitar que o movimento acumulasse mais capital político com o recebimento desta doação. A despeito da resistência das referidas entidades, a sede da Cooperfumos foi, então, transferida do centro da cidade para esta área. Isto representou um grande avanço (um ganho de capital político) para o movimento porque simbolizou um reconhecimento da sociedade local pela atuação do MPA no município.

Nos últimos anos, conforme a interpretação crítica de um militante do próprio movimento, houve um processo de descenso nas mobilizações e um processo de institucionalização do movimento, porque “os movimentos estão fazendo o que os governos deveriam fazer e não fazem”. Assim, de acordo com o militante, o principal fator que mobiliza os agricultores a se vincular ao MPA seriam os recursos disponibilizados através dos financiamentos encaminhados através do movimento, especialmente o Pronaf e o PNHR, o que, em última instância aproxima das demais entidades no que se refere aos métodos de ação (militante do MPA, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 05/07/2011).

Apresentei neste capítulo apenas algumas das experiências políticas dos fumicultores de Santa Cruz do Sul e arredores. Certamente não foram as únicas, mas uma investigação historiográfica de maior fôlego poderá encontrar diversos outros elementos importantes. Do que foi discutido, destacaria a influência da legislação construída, sobretudo durante o governo Borges de Medeiros, a nível estadual, e durante os governos Vargas, João Goulart e do regime militar, a nível nacional sobre as formas de organização dos agricultores. As restrições e possibilidades geradas por estas normatizações, muitas vezes influenciadas por setores da elite agrária para dar conta de seus interesses, foram decisivas para a construção das práticas que caracterizam os atuais sindicatos e associações, especialmente aquelas caracterizadas como assistencialistas.

Mas o sucesso das organizações, para além das imposições estatais, depende muito de as bandeiras levantadas serem consideradas relevantes ou não pelos agricultores para a resolução de problemas de seu cotidiano, ou seja, estarem relacionadas às suas experiências. Dependendo da situação, as formas de ação definidas para se alcançar os objetivos podem ser questionadoras da tradição, como foi o caso dos piquetes, greves e manifestações promovidos pelas lideranças da CPT, do setor rural da CUT e do MPA, ou podem adotar um caráter mais tradicional, como tem sido as formas de atuação das demais entidades.

Por fim, destaco a ação da Igreja Católica, nas suas diversas vertentes, como um ator importante na organização política dos fumicultores na medida em que ela atua como uma mediadora na publicização dos problemas dos colonos, auxiliando-os a se inserirem nas arenas públicas que vão se formando ao longo do tempo. Compreender a ação desta instituição é essencial para conhecer minimamente o sindicalismo e o associativismo rural, especialmente se considerarmos a sua influência na condução dos processos de construção e reconstrução dos *frames* dos colonos em termos de moralidade e ideal de mundo. A bandeira do anticomunismo ilustra bem esta dimensão. Em Santa Cruz isto se evidenciou de forma muito intensa, por exemplo, na adesão dos colonos às iniciativas da FAG que utilizava o discurso do enfrentamento ao perigo da reforma agrária defendida

pelos “comunistas”.¹²⁶ Esta bandeira da FAG “colou” junto aos colonos, que, naquele momento, sentiam-se ameaçados com a perda de suas propriedades. Este exemplo corrobora com o argumento de Thompson (1998) de que nem sempre os movimentos associativos são direcionados à busca pela mudança, mas podem ser direcionados também à busca pela manutenção da ordem estabelecida, sobretudo quando se trata de ameaças a bens e direitos já conquistados.

¹²⁶ Coloquei o termo entre aspas porque era a forma como eram tachados os defensores desta pauta, mesmo que não fossem adeptos do Partido Comunista do Brasil. No caso do Rio Grande do Sul, esta pauta era defendida por militantes do PCB, sim, mas também do PTB, que não era comunista.

3. OS FUMICULTORES NA RELAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES

Procurarei neste último capítulo responder de forma mais direta à problemática desta dissertação, tal como apresentada na Introdução. Dividi o capítulo em três seções. A primeira discute como a construção de problemas públicos interfere na participação dos fumicultores nas suas diversas entidades de representação política e aborda o papel da prestação de serviços e da mediação de políticas públicas na manutenção do vínculo de proximidade estabelecido entre os produtores e cada entidade. Na segunda parte, trabalho com a influência das redes de sociabilidade e dos laços de obrigação entre as pessoas nos processos de vinculação e desvinculação dos fumicultores às entidades, dando destaque às relações de vizinhança, parentesco e amizade. Por fim, a última sessão trata de como os colonos avaliam o atendimento prestado pelas entidades quando eles se dirigem até o escritório da organização e de como isso influencia nos processos de vinculação ou desvinculação.

3.1 A mediação da construção de problemas públicos

Analisando a história recente da participação política dos fumicultores de Santa Cruz do Sul, eu destacaria os seguintes problemas, que constituíram arenas públicas de discussões e debates em torno de questões relacionadas ao cotidiano dos agricultores: o preço pago pelo tabaco, as perdas provocadas pelas frequentes chuvas de granizo, a previdência social, a moradia rural, o crédito agrícola, o controle da produção do tabaco e as questões relativas à legislação trabalhista, estas três últimas, as mais presentes nas interações que tive com os produtores. O foco é evidenciar os processos através dos quais os problemas se tornaram públicos, processos estes que envolveram rearticulações, aproximações de pessoas, definições de culpados, reenquadramentos, produção de engajamentos etc.

Abordarei brevemente cada um desses problemas e procurarei observar em que medida cada problema influencia na identificação que os fumicultores criam com cada entidade. A ordem em que eles foram colocados segue uma linha cronológica do período em que foram incorporados como questões na agenda política do momento.

3.1.1. O preço do fumo

Embora sejam muito frequentes as falas que enaltecem a fumicultura como a cultura financeiramente mais rentável proporcionalmente à área de terra utilizada, nem sempre os agricultores inseridos nessa atividade se satisfazem com a renda que auferem com a venda do produto. Como vimos no capítulo dois, desde o início do século os colonos vêm se associando (e, em algumas situações se mobilizando, como é o caso das greves) em torno do problema do preço do fumo, que sofre quedas, sobretudo nos momentos de oferta elevada no mercado. Atualmente, a média do preço estabelecido no acordo entre as suas entidades de representação e as empresas é único para todos os produtores. Então, quando um não é bem sucedido, geralmente todos os outros também não são. Isto facilita que os colonos atribuam um sentido de coletividade ou de público, no sentido de Cefai, ao preço.

Este tema é objeto de conversas no cotidiano dos fumicultores e nos momentos de sociabilidade: antes e depois das celebrações religiosas, jogos, festas, visitas entre vizinhos, encontros na rua, conversas de “bodega” etc. Com isso, eles percebem que se em um ano um produtor tem uma baixa rentabilidade, isto não é um azar apenas dele, mas é um problema que atinge a todos e que possui causas a serem combatidas, ou seja, para além da lei da oferta e da procura, há também a dimensão da vontade política de pagar bem ou não.

Um dos fatores que pode gerar diferenciação entre os fumicultores é a classificação das folhas do tabaco. Enquanto um pode ter uma quantidade maior de folhas consideradas de boa qualidade (BO1), outros poderão ter uma quantidade menor. Tudo isso depende também da sorte de vender o fumo em um dia em que a empresa determina a seus classificadores que eles podem “comprar bem”, ou seja, ser menos rígidos e qualificar como BO1 boa parte da mercadoria. Pode haver outros dias, que não são raros, em que a determinação é de que os classificadores “comprem mal” e considerem apenas uma parte muito pequena do fumo como BO1 e o resto como de qualidade inferior, mesmo tendo boa qualidade. A classificação, portanto, depende menos das propriedades objetivas das folhas, do que de um jogo entre fumicultores e fumageiras, que repõe a tensão em cada momento de comercialização do fumo. Trata-se de um jogo em que normalmente as regras são ditadas pelas empresas, daí a importância das greves, que invertem esta ordem usual.

Por ser um tema que afeta fortemente a vida e as expectativas dos agricultores, ele é considerado relevante pelas quatro entidades em questão nesta dissertação: a Afubra, o SR, o STR e o MPA. A Afubra foi a que primeiro pautou este problema. Este foi um dos elementos que fez com que os produtores reconhecessem esta Associação como uma entidade que os representava na tentativa de solucionar o problema do baixo rendimento trazido pela atividade nos momentos de crise. Nem sempre, porém, a forma como ela se posicionava em relação às empresas agradava a todos. Nesse sentido, várias foram as situações em que recebeu críticas, sobretudo por parte do STR e do MPA.

Como vimos no capítulo anterior, nos anos 1970, o STR começou a questionar publicamente a forma como a Afubra estava conduzindo, através dos acordos com as empresas, a negociação do preço do fumo e passou a ser também ele um ator importante com o qual os fumicultores poderiam se identificar no intuito de resolver o baixo rendimento monetário da fumicultura. Em 1973, o STR contratou um professor da Faculdade de Economia da UFRGS, Armando Hennig, para realizar um estudo técnico a fim de apontar os custos de produção e, com base neles, qual deveria ser o reajuste do preço do fumo. A conclusão a que chegou foi a de que o reajuste no preço da safra de 1974/5 deveria ser de 84,7%. O acordo firmado entre Afubra e empresas, no entanto, previa um aumento de apenas 40%. Tendo esses dados em mãos, o STR reivindicou que se fizesse uma reunião na sede da Fetag, em Porto Alegre, da qual participariam representantes do Sindicato das Indústrias do Fumo, da Afubra, da Farsul, do Ministério da Indústria e Comércio, da Secretaria de Agricultura e dos STRs de Santa Cruz do Sul e Candelária (LIEDKE, 1977). Um trecho da resposta da Afubra, no jornal *Gazeta do Sul* (edição de 26/11/1974), sintetiza o posicionamento da entidade em relação a esta disputa:

Concluindo, temos a satisfação de registrar, sem qualquer agitação ou incitação da Ordem Social Brasileira, que a comercialização do produto fumo junto aos compradores é tranquila, a preços cada ano melhores, o que provam os substanciais aumentos de área de nossos fumais e um aumento de novos plantadores a cada ano (grifo meu).

Ainda que o STR não tivesse poder político para forçar um recuo das empresas na negociação do preço do fumo e tampouco tivesse uma conjuntura favorável para promover uma mobilização dos agricultores, dado o regime militar, este questionamento foi importante, pois a partir desta iniciativa, as negociações do preço do fumo passaram a ser realizadas com a presença de entidades sindicais, de modo que hoje as reuniões são feitas entre representantes das empresas e dos agricultores, representados pela Afubra, pela Fetag-RS e pela Farsul e respectivas federações de Santa Catarina e Paraná.

Na safra de 1975/6, houve outro momento de divergência entre Afubra e sindicatos da Fetag-RS. Desta vez em torno do número de classes do fumo que, conforme vimos no primeiro capítulo, determinam preço a ser pago ao produtor. Conforme Montali (1979), o Ministério da Agricultura baixou, em 1975, uma portaria (nº 674) que aumentava de 28 para 49 o número de classificações. Os STRs iniciaram um processo de resistência e reivindicavam a redução de 49 para 21, por acreditarem que uma quantidade muito alta de classes facilitaria às empresas o pagamento de valores baixos aos produtores. A Afubra, por sua vez, defendia a manutenção do número, uma vez que, segundo a autora, a proposta havia partido justamente do Sindifumo (atual Sinditabaco) em conjunto com a Afubra. Dois anos depois, em 1977, um dirigente do STR fez a seguinte reflexão:

Talvez o inimigo maior que o preço, o granizo, o vento ou as pragas, seja a classificação. Acontecia sempre que, em anos anteriores, os classificadores diminuíssem o fumo na escala de qualidade, isto é, pegavam o fumo de uma classe mais cara e diziam que era de outra, inferior (...) A situação melhorou apenas no decorrer da última colheita, quando fiscais da própria Secretaria da Agricultura punham-se¹²⁷ nas portas das firmas e acompanhavam o processo de classificação, fazendo justiça para quem estava do lado mais fraco da corda, o colono (dirigente do STR ao jornal *Gazeta do Sul* de 12/11/1977).

Ainda hoje os processos de classificação são motivos para discussão entre os fumicultores. Talvez o momento de maior disputa entre STR/Fetag-RS e Afubra tenha sido no ano de 1979, quando a Fetag-RS encampou com força uma chapa de oposição à então diretoria da Afubra. Realizou-se, naquele ano, o 1º Congresso de Fumicultores do Rio Grande do Sul, no qual decidiu-se que os STRs (especialmente os de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Barros Cassal e Sobradinho) trabalhariam para fortalecê-la. A alegação era de que a Afubra não estava defendendo os interesses reais dos fumicultores. Chamada de “sindicalista” a chapa era encabeçada por Ronald Stein, de Barros Cassal, e contava com forte apoio do então presidente do STR de Santa Cruz do Sul, Maurino Müller. Um dos membros da chapa, relatou alguns aspectos do processo:

Nós pensávamos que, como o sindicato, a Afubra tinha que ser uma coisa mais aberta. O seguro da Afubra, na época, pagava muito mal. Pagava conforme a arrecadação que tinham tido. Então isso era uma coisa muito ruim. Eles tinham um capital morto, que era guardado e se a Afubra tivesse prejuízo, pegava-se desse dinheiro para pagar os colonos para eles terem pelo menos alguma coisa de sua safra perdida. Uma porcentagem da arrecadação vai para aquele fundo, que fica guardado e mexia-se só em último caso, se os colonos não recebessem adequadamente ou recebessem pouco. Hoje a coisa está mais uniformizada. Mudou muito nesse sentido. Naquela época o presidente do STR era o Maurino Müller. Ele que foi um grande mentor da chapa. (...) Eu sei que ele veio me convidar porque eu tinha sido seminarista nos anos de 1969 e 1970. Eu era bem novo na época, mas estava com bastante ânimo de mudar e enfrentar (Júlio Cesar, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 07/10/2013).

A chapa da situação foi vitoriosa, mas o resultado foi favorecido por algumas especificidades do processo eleitoral:

Nós ganhamos com mais de 700 votos aqui em Santa Cruz, mas perdemos por causa do voto por procuração, que é um grande indigesto. E não se muda. Não se consegue mudar. O Rio Grande do Sul aqui estava muito insatisfeito. Depois mudou, mas, como Santa Catarina e Paraná têm mais participação em granizo, essas coisas, então eles vêm para cá já prontos. Naquela vez eram só

¹²⁷ Por reivindicação dos agricultores organizados em torno do STR.

procuradores que vinham e cada procurador tinha direito a uma folha de caderno com direito a 50 votos. Então ele ia nos colonos, perguntava se era sócio da Afubra, pedia a identidade, ‘tu és a favor’ e pronto. Não tem outra explicação. Aí pessoas que eram falecidas – como comprovado por dirigentes nossos depois – votaram. Nós entramos na justiça depois das eleições, mas aí acabaram. Como rolava muito dinheiro, compraram nosso advogado (Júlio César, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 07/10/2013).

Na sequência da entrevista, perguntei a ele como era organizar um movimento de contestação política em um contexto de regime civil-militar em que qualquer mobilização que transgredisse a ordem era considerada comunista e digna de repressão.

Fabricio: Não havia repressão?

Júlio Cesar: Sim, muita. Em 1979, quando fizemos a oposição à Afubra, nós fomos cercados pela polícia. Todo o aparato policial fechou a Afubra. E nós, lá dentro e o nosso advogado era meio bobinho e disse bem alto: Achamos o furo. Ele viu as coisas erradas. E aí eu estava bem perto da porta assim e ele queria fugir com os livros¹²⁸. Eu estava parado na porta. Fechei a porta e tirei a chave. Isso na sala do presidente da Afubra. E aí ele começou a gritar lá dentro: “Estão me agredindo!” E aí os funcionários que estavam do lado de fora quebraram a porta e começaram a nos empurrar. Tiraram os livros de nós e fugiram com os livros. Isto lá na Afubra. E a polícia lá fora nos amedrontando, fazendo de tudo. Para ver o sofrimento! Não chegamos a ser presos porque já tinha um pouco mais de liberdade¹²⁹, mas era uma coisa assim... Como a gente era bastante novo a gente começou a tremer lá dentro. Imagina acontecer uma coisa dessas com a gente sem muita experiência. A experiência que a gente tinha era de grupos de jovens. E o presidente do sindicato daqui na época me convidou (para participar da chapa). Ser candidato a presidente da Afubra era quase como ser candidato a Presidente da República (Júlio César, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 07/10/2013).

Atualmente a relação entre estas duas entidades já é bem mais próxima. De acordo com esta mesma liderança, “a Afubra hoje é uma entidade muito diferente do que era no passado. Hoje ela é mais aberta para falar com as pessoas. A gestão é outra”. De fato, percebe-se nos discursos públicos destas entidades nos últimos anos, o desaparecimento de críticas uma à outra e o aumento da frequência de atividades realizadas em conjunto, especialmente no contexto da greve de 1989 e da Convenção-Quadro, que colocou a região toda em suspenso sobre o futuro da fumicultura e da economia local.

Ao avaliar a relação do STR com a Afubra, Júlio Cesar defende que o sindicato deve ter uma autonomia frente a ela. Segundo ele, nos momentos de negociação do preço do fumo, a Afubra e as empresas “eram uma coisa só”, ou seja, não havia contestação quanto ao preço estabelecido e o STR também não tomava iniciativas para se desvincular e iniciar um processo de contestação com força: “o sindicato não pode ficar só atrelado à Afubra”. Em suma, a relação entre STR e Afubra, embora tenha havido momentos de desacordo e disputa, especialmente nos anos 1970, tem se caracterizado, nos últimos anos, por convergências de ideias e parcerias nas ações que promovem.

Em função desta característica de pouco enfrentamento da Afubra em relação às empresas, o MPA também se constituiu como um ator crítico à posição desta entidade. Especialmente no que se refere às reuniões de estabelecimento do preço do tabaco, a crítica é que haveria um processo de cooptação da Afubra por parte das empresas, gerando prejuízos para os fumicultores, que receberiam um valor mais baixo pelo fumo produzido

¹²⁸ Provavelmente livros de contabilidade.

¹²⁹ Em 1979, depois de um processo de mobilização popular, foi assinada pelo presidente João Batista Figueiredo a Lei da Anistia. Aos poucos, o caminho para um contexto menos repressor começou vagarosamente a ser trilhado.

em função da falta de pressão política por um preço mais alto. Uma chacota relatada por alguns agricultores sobre este aspecto é a seguinte: “A Afubra é como uma galinha. Quando chega perto do galo (as empresas do setor fumageiro), senta e abana o rabo”.¹³⁰

Durante a Expoagro Afubra de 2010, uma das maiores feiras voltadas ao setor agrícola do Rio Grande do Sul e a maior do Vale do Rio Pardo, organizada pela Afubra, o MPA organizou uma marcha que pretendia entrar no parque de exposições e apresentar sua contestação no evento, que contaria, na ocasião, com a presença da então governadora do estado, Yeda Crusius. Em entrevista ao jornal *Gazeta do Sul* (edição de 04/03/2010), Luiz Antônio, coordenador do MPA em Santa Cruz, justificou a manifestação da seguinte forma: “Escolhemos esta data porque muitas autoridades foram ao parque, mas também porque não há motivo para festa”. Em outras palavras, a contestação não estava direcionada apenas às autoridades políticas, mas também à Afubra, anfitriã do evento. Não haver motivo para festa significa dizer que a entidade organizadora do evento está ignorando os problemas pelos quais estavam passando os fumicultores ou, em outras palavras, dizer que ela não é uma boa representante dos interesses dos colonos.

Nesta mesma edição do jornal, de maneira muito diplomática, o presidente da entidade respondeu às críticas dizendo que a Afubra não se sentiu incomodada: “Pelo contrário. Achamos justa a manifestação por melhores condições aos agricultores. É por este mesmo motivo que estamos aqui, apresentando tecnologias para o campo. Estamos do mesmo lado”. É um discurso de alguém que fala de cima, valendo-se de toda a força e tradição que a entidade possui na região, dando a entender que a tentativa de atingir a imagem da entidade foi tão fraca que nem a incomodou.

Sobre a relação da Afubra com o MPA, José Lucas, presidente da entidade, fez o seguinte relato:

O nosso associado é quem pertence ao SR (15 a 20%) e ao STR (80 a 85%) (...) Mas nós temos uma relação de aproximação cada ano maior (com entidades como a Fetrar e o MPA). Quando tivemos a Expoagro, eu fui lá na Cooperfumos, que é a cooperativa administrada pelo MPA, falamos com o *** e com o *** (lideranças do MPA). Fomos lá convidá-los para o lançamento e abertura da Expoagro. A gente foi lá. A gente não tem essa questão de não convidar. Não é assim. A gente sabe que nós temos associados que pertencem ao MPA. Então o respeito às outras entidades por parte da Afubra existe. Essa é a diferença que tem a Afubra e as outras entidades. As outras entidades disputam esses associados e nós não, porque nós não somos um órgão sindical que está disputando membros (José Lucas, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 23/04/2013).

Pode-se perceber, no depoimento acima, como a Afubra utiliza muito a diplomacia e procura passar a ideia de que mantém uma boa relação com todas as entidades, apesar das divergências. A segunda parte da fala também ilustra o que comentei na introdução da dissertação: o fato de que a Afubra disputa capital político em outro plano, que não o da contribuição sindical. Ela não precisa disputar a adesão dos agricultores em termos de contribuição financeira já que ela é a única que oferece um serviço indispensável para os fumicultores, o seguro mútuo da lavoura, a partir do qual capta recursos. Isso não significa que ela não dispute capital político. O que está em jogo para ela é a legitimidade perante

¹³⁰ Embora esta frase não faça sentido em todas as regiões do Brasil pelo fato de as pessoas não considerarem que uma galinha tenha rabo, ela faz sentido para os colonos de Santa Cruz e, por isso, decidi mantê-la, por ilustrar a compreensão de um segmento de colonos a respeito da submissão da Afubra em relação às fumageiras, tal qual a submissão de uma galinha a um galo. Todavia, a despeito destas críticas feitas tanto pelos colonos quanto por trabalhos acadêmicos – com destaque para Vogt (1997) e Iorio (1993), dentre outros – seria um erro afirmar que os fumicultores não se sentem representados pela Afubra, pelo menos em alguns aspectos.

os produtores, as empresas e a sociedade em geral de se colocar como a entidade de maior ou menos representatividade dos fumicultores.

A crítica da Afubra ao MPA, porém, se dá de maneira indireta e não nomeada. Quando perguntei ao presidente da entidade como foi a mudança de posição do Sindifumo, atual Sinditabaco, em relação à associação, ele fez o seguinte relato:

Essa mudança foi pela própria filosofia de trabalho da Afubra, porque ela tem uma forma de trabalhar não o analfabeto, mas trabalhar o analfabeto pra ele ter condições. Então nós não queremos ser dominadores de massa. Então eles viram que a intenção da Afubra era proteger o produtor. Logo no início quando ninguém quis assumir a parte do seguro, nós criamos o seguro mútuo. (...) Então eles viram que o trabalho da Afubra não era uma questão de fomentar (silêncio) uma luta produtor contra as empresas. Não. É justamente o contrário. É, junto com as empresas, conseguir uma melhora na renda do produtor. As indústrias viram que, ao invés de alguém que estava querendo instigar os produtores contra as empresas, queria-se fazer um trabalho construtivo. Quando as empresas começaram a notar este tipo de coisa eles começaram então a aceitar as ideias da Afubra (José Lucas, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 23/04/2013).

Embora não esteja explícito na fala, a crítica foi direcionada especialmente aos movimentos sociais vinculados à Via Campesina, seguidamente criticados como “dominadores de massa”. Também está implícito na fala a ideia de que instigar os produtores contra as empresas, um dos principais objetivos do MPA, é um trabalho não-construtivo, que deveria ser combatido.

Embora, nos últimos anos, minimizada, a relação entre MPA e Afubra tem sido de intensa disputa. Enquanto esta representa os fumicultores em uma relação de apoio e parceria com as fumageiras, aquele considera que a exploração por elas é o que impede as melhorias para o setor e, portanto, considera-as como antagonistas, que devem ser combatidas.

Com a realização de diversos protestos e mobilizações em massa de fumicultores do município e da região, o MPA se firmou como um movimento de forte contestação às empresas e, nesse sentido, passou a ser uma alternativa de organização no sentido de solucionar, mesmo que parcialmente, o problema do preço, tendo em vista suas ações mais enérgicas e impactantes, como ocupação dos pátios de empresas, do Sinditabaco, marchas pelo centro da cidade, com queima de folhas de fumo, etc.

O simples fato de a entidade considerar o preço do fumo uma pauta importante não é suficiente para fazer com que os produtores se identifiquem com ela. O que percebi na pesquisa, é que não é o fato de pautar o preço que aproxima os fumicultores das entidades, mas a forma como cada uma o faz e, dessa forma, dependendo da perspectiva política de cada agricultor e da conjuntura do momento, haverá a identificação com uma ou outra. Produtores mais apegados ao cumprimento das normas sociais e avessos à transgressão da ordem estabelecida pelas empresas tendem a se identificar mais com a Afubra e os dois sindicatos que compõem o conjunto das entidades oficiais de negociação; produtores menos apegados ao cumprimento das normas e menos avessos à transgressão dessa ordem tendem a se identificar mais com o MPA, tendo em vista a maneira com que cada entidade se posiciona frente a este problema.

A dimensão moral, portanto, como vimos no capítulo anterior, assume centralidade na determinação da vinculação dos agricultores a cada entidade. Transgredir as normas implica em colocar em xeque a própria reputação, pois haverá um julgamento dos pares a respeito do comportamento adotado. Nesse sentido, para um colono assumir uma relação de identificação e engajamento com o MPA, por exemplo, implica em arcar com as consequências de uma quebra de valores e normas que organizam a vida na

colônia, sobretudo em se tratando do caráter tido como radical das estratégias de mobilização adotadas pelo Movimento. Corre-se o risco de ser mal falado entre os vizinhos, de ser enquadrado como um baderneiro, de ter comprometidas as relações com vizinhos, parentes e amigos etc.

Para Snow [et al.] (1986) o engajamento das pessoas é condicionado a uma série de crenças: 1) que o problema em questão é sério; 2) que o culpado pelo problema é a pessoa (ou entidade, sistema, grupo, enfim) apontada pelo Movimento, bem como que a causa do problema é aquela apontada pelo MS; 3) que há um antagonista a ser combatido e é também aquele informado pelo MS; 3) que há possibilidade de mudança e que a ação coletiva é eficaz nesse sentido; 4) que é necessário permanecer “em pé”, ou seja, com firmeza e empenho. Este conjunto de convicções faz com que se torne secundário o risco de se ter a reputação maculada por participar de ações que representam quebras de valores e, nesse sentido, o vislumbrar de uma conquista futura passa a compensar as dificuldades e riscos inerentes ao engajamento.

Em suma, o preço do fumo, combinado com os critérios de classificação, tem sido pauta prioritária da maior parte das mobilizações dos fumicultores. Se pudéssemos fazer uma analogia com os processos reivindicatórios dos trabalhadores assalariados, poderíamos dizer que a demanda por um preço melhor pelo fumo é paralela à demanda pelo aumento salarial, que é o elemento mais estimulante das mobilizações, por se tratar de um fator decisivo para a reprodução material das pessoas. Ele tem sido, portanto, objeto de disputas políticas no âmbito de diversas arenas públicas construídas pelos fumicultores e seus mediadores ao longo do tempo, desde o início do século até os dias atuais.

3.1.2. O granizo

No Sul do país, não é rara a ocorrência de granizo, causando sérios prejuízos aos produtores – em certos casos, perda total da produção, de modo que a frequente ocorrência desse fenômeno tornou-se, em um determinado período, um problema público central na vida dos fumicultores. Sempre que ocorre uma chuva de granizo, todos procuram saber quem foi atingido na comunidade, no município e na região. Sempre que algum colono é atingido, há uma forte comoção por parte dos vizinhos, pessoas próximas e também por parte de pessoas mais distantes. Após a chuva, os vizinhos todos vão conferir as lavouras uns dos outros para ver como ficou a situação. Para os que foram atingidos, a ideia é também servir como apoio e consolo. Esses espaços de interações entre vizinhos no momento “pós-chuva”, quando as perdas estão sendo contabilizadas, são decisivas para o compartilhar de uma mesma experiência e para a energização do processo de tornar público o problema.

Cefaï [et al] (2011) chamam atenção para a importância da dimensão afetiva na construção de problemas públicos. O relato de Dona Marta (agricultora que já teve sua lavoura atingida) evidencia este processo: “Dá uma tristeza tão grande quando acontece isso com a gente... Dá vontade de jogar tudo pro alto, porque é um ano inteiro de trabalho jogado fora. É muito triste mesmo”. Se não houvesse esta insatisfação que envolve o plano dos sentimentos, o problema do granizo teria mais dificuldades para se tornar público.

Havia, então, a necessidade de os fumicultores encontrarem uma solução para este problema que, tornado público, constituiu, junto com o preço do fumo, um dos principais estímulos à criação, nos anos 50, da Afubra. Esta entidade, portanto, produziu um sistema de seguro baseado no princípio do mutualismo, em que todos contribuem com um pequeno valor, que é destinado a um caixa comum. Quando ocorre granizo na propriedade de algum associado, causando perda na produção, parte deste valor arrecadado é destinado a este proprietário em forma de reparação aos prejuízos. Em função disso, a

grande maioria dos produtores paga a taxa do seguro da Afubra, ou seja, se torna um associado da entidade. Na maioria dos casos, nem é necessário ir até a sede da entidade para fazer o pagamento. No pacote do contrato firmado com a empresa fumageira, já está incluída a taxa do seguro. Existe, portanto, um acordo entre a Afubra e as fumageiras em que estas recebem a taxa paga pelos produtores e repassa à entidade. O valor da taxa é incluído no pacote de insumos (fertilizantes, herbicidas e fungicidas) e equipamentos utilizados durante a safra, cujo valor é descontado no momento da venda do tabaco.

Sabourin (2009) destaca que as associações tornam possível a atualização de estruturas de reciprocidade ou a transferência de recursos provenientes de sistemas de troca para um contexto de redistribuição. De certa forma, é isto que a Afubra está fazendo, na medida em que recupera parte dos princípios de solidariedade típicos do associativismo cristão.¹³¹

Em síntese, a tentativa de minimização do problema do granizo foi encaminhada no âmbito das Semanas Ruralistas, com a criação de uma entidade, hoje Afubra, que criou um sistema de seguro mútuo em que cada produtor pode se associar ou não. Este foi, portanto, um dos fatores decisivos que garantiram sua consolidação enquanto entidade importante para os fumicultores e é principalmente isto que motiva a vinculação dos produtores a ela: uma garantia de que não terão todo o investimento de uma safra perdidos no caso de serem atingidos por um evento que gere perda total na lavoura. O outro fator de identificação entre produtores e Afubra é a defesa que ela faz da cultura do fumo, tema objeto de discussão do item 3.1.6 desta seção.

3.1.3. A aposentadoria

A ausência do direito à previdência social para os trabalhadores rurais se constituiu como problema público desde os anos 1940, quando houve as primeiras tentativas de articulação das lutas por direitos, espalhadas nos diversos espaços do país. Foi apenas em 1971, porém, que houve um primeiro avanço, quando o governo Médici criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), Lei Complementar nº 11, de 25/05/1971, que previa a aposentadoria de meio salário para os homens após os 65 anos de idade ou por invalidez e previa ainda auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte e auxílio-funeral. Maduro (1990) destaca que a Fetag-RS foi uma das organizações que reivindicou a criação de um programa como esse.

Sobre isto, Paulo Henrique, presidente do STR de Santa Cruz do Sul relata:

Para conseguir o meio salário mínimo na época não foi necessário fazer esses protestos. O que sim foi necessário foi a realização de reuniões com as autoridades, principalmente federais – e eu participei de algumas delas – porque era na época da ditadura militar e nessa época nem admitiam grandes mobilizações. Não tinha. A questão era negociando diretamente com os chefões. O governo viu que nós estávamos trabalhando, os pequenos, contribuindo com 0,5%, depois foi para 2% do valor da produção, que era a contribuição. Como tinha dinheiro, foi sacramentado. O governo sancionou, então, a lei do Funrural. O Funrural era o nosso instituto. Hoje é o INSS, mas já foi o INPS – Instituto Nacional da Previdência Social. Agora é Instituto Nacional do Seguro Social. Mas o nosso instituto inicial era o Funrural. Mais tarde ele foi extinto porque o governo achou que dois institutos não... Então fizeram um instituto só (Paulo Henrique, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

¹³¹Poderíamos analisar esse processo a partir das contribuições teóricas dos autores que trabalharam com as questões do clientelismo político, das relações patrono-clientes, na medida em que esta relação de reciprocidade assume um caráter de assimetria entre os atores envolvidos e passa a haver uma relação de dependência entre eles. A limitação temporal, no entanto, não permitiu aprofundar esta dimensão.

O Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, já previa um fundo de Assistência e Previdência Rural (Funrural), mas a sua operacionalização só ocorreu a partir da criação deste programa. O fato de os STRs atuarem na mediação deste programa de assistência social os fortaleceu significativamente, pois os agricultores faziam uma associação direta entre o sindicato e o recebimento do benefício, de modo a gerar um sentimento de gratidão e reconhecimento. Embora o direito à aposentadoria não fosse o único, pois o STR mediava também diversos serviços de assistência (médica, odontológica, veterinária e jurídica), este foi o que pareceu ter tido mais peso político.

Este processo, marcado pela característica da negociação, foi encampado especialmente pela Contag e suas federações, em boa medida legitimadas pelo fato de que os trabalhadores urbanos já tinham conquistado este direito naquele período.

No ano de 1970¹³², entrou em vigor o meio salário mínimo de aposentadoria dos colonos aos 65 anos só para os homens. Quando nós tínhamos conseguido isto (!) foi nessa época que foi comprada esta casa aqui (referindo-se à atual sede do STR), porque nós não tínhamos. Estávamos trabalhando lá no bispado, lá no porão. O bispo alugou para nós. E quando entrou isso, aí vimos que tínhamos que comprar uma sede. O preço desta casa era 180 mil cruzeiros. Está tudo registrado. E nós não tínhamos nada (...) então, como nesse ano entrou este benefício do meio salário mínimo, nenhum colono deixou de dar ao sindicato o seu primeiro meio salário. E então conseguimos pagar com facilidade (...) sem problema nenhum, só por causa do benefício do meio salário mínimo. Alguns deram até os dois primeiros meses do benefício, só de contentes, porque sabiam que depois iriam receber todos os meses, que nunca recebiam um centavo e viram: “Foi através do sindicato que conseguimos”. Então eles não se importaram em dar. “Ah, vamos pagar a dívida”. Quando os colonos viram que realmente tinha benefício, eles não se importavam de pagar, para ficarem livres. Eles viram: “Está aqui a casa. A casa é de vocês. Não é minha”. Ah, aí o sindicato cresceu. Nós estávamos no início com 464 sócios. Já no ano de 1972, nós chegamos quase a dez mil associados e só homens (!). Hoje a mulher também pode ser associada, mas naquela época a mulher não tinha direito. Era só o homem. E hoje, mesmo com as mulheres sendo associadas, estamos com cinco mil e poucos sócios (Paulo Henrique, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 15/04/2013.).

Embora possa ter havido algum tipo de constrangimento, o fato de todos os colonos terem doado o seu primeiro salário ao sindicato, sem isto ser uma determinação legal, demonstra o reconhecimento que os agricultores estavam dando à atuação reivindicatória daquela instituição e evidencia que eles passaram a sentir, a partir do princípio da reciprocidade, a necessidade de retribuir o “dom” (MAUSS, 1950/2003) da conquista do direito à aposentadoria. Havia como que uma obrigação moral, que os fazia entender que o sindicato merecia também uma ajuda.

Ao comentar sobre o trabalho de Malinowsky (1922/1976) sobre o Kula, um sistema de trocas dos habitantes das Ilhas Trobriand, Mauss (1950/2003) chama a atenção para o fato de que o caráter de voluntariado e generosidade que caracterizam tais prestações são, no fundo, apenas aparência porque são fortemente carregadas de obrigações e interesses. Quando ocorre uma transmissão de objeto, cria-se, entre os indivíduos que estão se relacionando, um vínculo, que o autor chega a chamar de jurídico,

¹³² A vigência do direito à aposentadoria para os trabalhadores rurais (50% do salário mínimo) começou, de fato, apenas em 1971 a partir da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio daquele ano. Em 1970 foi dado o primeiro passo com o decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro, que tratava das contribuições criadas pela Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, mas a regulamentação principal foi feita principalmente em 1971.

tendo em vista o conjunto de normatizações envolvido nessa operação. Para além da simples troca de objetos, há também uma troca espiritual, porque a pessoa que apresenta alguma coisa a alguém está apresentando algo de si, ou seja, junto com o presente vai também um pouco da caracterização da pessoa que está doando. Nesse sentido, Mauss sintetiza sua teoria sobre a dádiva postulando que os sistemas de prestações totais¹³³ são regidos por uma normatização que envolve três obrigatoriedades: dar, receber e retribuir sem que isso seja concebido (ao menos publicamente) pelos indivíduos como uma obrigatoriedade. Esses três tipos de ações devem ter um caráter, pelo menos aparente, de voluntariado e generosidade. É bem visto e prestigiado quem toma iniciativas de dar presentes sem nunca ter recebido antes da pessoa para quem está doando e é mal vista a pessoa que se nega a receber um presente de alguém. Quanto mais alguém dá, mais prestígio recebe e, consequentemente, mais poder conquista. Isto é central para compreendermos os processos de vinculação dos agricultores às entidades em questão. Quanto mais serviços elas prestam, mais prestígio elas conquistam e mais poder político elas acumulam.

Durante os anos 1980 e início dos 1990, a pauta principal passou a ser a extensão do direito de aposentadoria também às mulheres agricultoras, que passaram a reivindicar seu espaço de participação nas decisões dos sindicatos, federações e confederação com a finalidade de protagonizar a luta pelo seu reconhecimento profissional e digna de receber os mesmos direitos que os homens. O direito à aposentadoria das agricultoras foi reconhecido em 1988 com a Constituição, porém o INSS não efetuava os pagamentos. A pressão para que o direito fosse realmente efetivado teve que se estender até 1992. Em Porto Alegre, por exemplo, no dia 11 de fevereiro daquele ano, a Fetag-RS liderou uma grande mobilização em torno da pauta da previdência.

Essa não foi o único problema público que o STR ajudou a construir. Ele também teve atuação em torno de outras pautas, tais como as questões das políticas de preço mínimo, crédito agrícola, fundiário, habitacional e, sobretudo, das políticas de assistência social. Isso foi muito importante na conquista de vários direitos e é utilizado hoje como uma forma de atualização da prática da troca de dons e contradons, conforme a lógica da reciprocidade. A questão, porém, é que essas outras frentes de ação não estão presentes na memória dos colonos com quem conversei a respeito do STR. A principal lembrança que os fumicultores têm dessa entidade no que se refere à luta por soluções de problemas é o empenho que este e os demais sindicatos ligados à mesma federação tiveram nas lutas pela conquista do direito à aposentadoria. Um agricultor, que já foi participante ativo do MPA, reflete: “Nos anos 1970 a grande finalidade do STR era lutar pela aposentadoria e estão colocando isso até hoje como ‘valor do STR’”. De acordo com a sua interpretação, o STR ainda busca a construção de seu reconhecimento em cima desta questão da aposentadoria e não inova na luta em torno de outras pautas com o mesmo empenho.

É assim que hoje, conforme informações de uma liderança do STR, cerca de 80% dos seus associados são aposentados, ou seja, pessoas que foram beneficiadas pelas lutas travadas por este sindicato, ou ainda pessoas que provavelmente participaram de mobilizações e/ou de discussões em torno desta questão. Sobre isso, uma liderança do STR, mas que não faz parte da diretoria do sindicato, afirma:

os nossos dirigentes sindicais, que também eram agricultores, ficaram parados

¹³³Para entender melhor o conceito de sistema de prestações totais, é bom relembrar outro, que é considerado o principal legado teórico do autor, o conceito de fato social total, aquele em que se exprimem “de uma só vez as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (MAUSS, 1950/2003, p. 187).

no tempo e não acompanharam a tecnologia (internet, computadores etc.). Com isso foram perdendo espaço e associados para outras entidades, para advogados e outros. Assim, hoje o STR é quase um sindicato de aposentados (...) e só agora os dirigentes se deram conta de que estão um pouco atrás. (...) Por isso o STR deveria, mesmo que isso seja difícil, formar pessoas e fazer reuniões constantes para orientar e auxiliar os agricultores, para novamente conquistar a confiança que já teve no passado, poder aumentar seu quadro de sócios, ser novamente uma entidade forte como foi no passado e, principalmente, reconquistar o respeito que tinha (Membro do Conselho Administrativo do STR, resposta a questionário escrito, 06/08/2013).

Assim, os agricultores mais jovens de hoje, que não estiveram inseridos na construção do problema público da aposentadoria, tendem a não perceber o sindicato como um instrumento de organização através do qual podem buscar a solução de problemas públicos, tal como o fizeram os agricultores dos anos 1970 e 1980.

Estão demonstrando isso quando decidem não se filiar ao sindicato, já que, conforme percebi durante a pesquisa, a primeira coisa que surgia na memória dos agricultores quando eu falava em sindicato era a ideia do “lugar onde se encaminha a aposentadoria” e o lugar onde se tem acesso a consultas médicas, odontológicas e veterinárias a um preço mais acessível, “então, para que eu vou pagar o sindicato, se eu consigo fazer as consultas pelo SUS? E para se aposentar, uma vez precisava ser sócio para conseguir aposentadoria. Hoje em dia nem precisa mais, então para que gastar esse dinheiro?”. Em contrapartida, os associados justificavam a manutenção do vínculo principalmente em função dos descontos nas referidas consultas. O discurso mais recorrente era do tipo:

É bom ser sócio do sindicato porque quando a gente precisa de um médico, a gente vai nos médicos e dentistas que atendem dentro do sindicato, que custa uns 30 reais a consulta ou a gente pode ir em um particular conveniado com o sindicato e paga só 50% da consulta. Também quando tem um animal doente na propriedade é só chamar o veterinário do sindicato, que ele vem por um preço mais barato (Falas frequentes dos colonos).

Esse tipo de serviço assistencial tem assumido importância significativa na vida dos colonos, especialmente se levarmos em consideração a precariedade dos serviços de saúde oferecidos pelo Estado ao longo tempo. Alguns agricultores até apontaram que o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) tem melhorado nos últimos anos, o que teria diminuído a necessidade de “pagar o sindicato”. De fato, o município de Santa Cruz, em função da alta carga de impostos que arrecada com as exportações de tabaco, consegue investir um volume significativo de recursos para a saúde¹³⁴, o que proporciona algumas melhorias nos atendimentos via SUS. Tradicionalmente, porém, o atendimento via STR era considerado superior.

O STR consolida-se, portanto, como a entidade que pode reivindicar para si os créditos de uma conquista de fundamental importância para os agricultores: a aposentadoria rural. Embora não seja a única, é a que mais tem se mostrado relevante para os agricultores.

¹³⁴ De um total de R\$ 345.360.841,26 orçados para o ano de 2014, R\$ 113.737.856,58 (32,93%) serão destinados à Secretaria Municipal de Saúde. É o setor que mais recebe investimentos no município. Em segundo lugar vem a Secretaria de Educação e Cultura, que recebe 20,79%. A Agricultura, por sua vez, está na outra ponta da lista com apenas 1,33% do orçamento (R\$ 4.579.131,99). Fonte: Projeto de Lei nº 245/E/2013 – Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

3.1.4. Os financiamentos

O acesso a linhas de crédito para financiar a produção do tabaco tem sido também uma questão de grande importância e tem gerado disputa nas arenas públicas em torno da definição dos rumos da política agrícola para a fumicultura. Os colonos salientam a necessidade que eles têm de financiamentos que viabilizem a sua inserção no sistema integrado de produção, que lhes permita comprar equipamentos com tecnologia mais avançada, investir na manutenção/ampliação da infraestrutura da propriedade, enfim, que lhes permita ter um capital de giro para administrar a produção.

A principal linha de crédito acessada por eles tem sido o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado no ano de 1995, que constitui hoje a principal política pública brasileira voltada à agricultura familiar. Durante a pesquisa, os colonos contaram que, até o início dos anos 2000, quem mediava o Pronaf eram as agroindústrias processadoras do tabaco, que utilizavam o nome dos produtores e elas mesmas encaminhavam a solicitação do financiamento ao agente financeiro. Segundo os produtores, as empresas recebiam os recursos a um juro de 4% ao ano e repassavam para os colonos a um juro de 8%, apropriando-se deste percentual extra¹³⁵. Silva (2007) relata como se dava esse processo:

Entre vários papéis que o agricultor assinava na presença do orientador agrícola, representante da empresa com que o agricultor transacionava seu fumo, estava a procuração para que a empresa ingressasse com o pedido de empréstimo para o agricultor (2007, p. 140).

Dessa maneira, a dependência que eles tinham em relação às agroindústrias era muito maior. Eles recebiam este recurso no início da safra como que “para passar o ano” e depois esse valor era descontado no momento da venda do fumo. Se um produtor tivesse algum problema com a empresa com a qual estava estabelecendo a integração produtiva e ela decidisse não encaminhar o financiamento, o produtor teria que mudar de empresa ou então ficar sem financiamento.

Nesse sentido, a principal pauta utilizada pelas lideranças do MPA, quando iniciaram a construção do movimento em Santa Cruz, foi a possibilidade de encaminhamento direto do Pronaf sem a mediação das empresas, o que iria possibilitar o pagamento de um juro mais baixo e iria diminuir as restrições nos critérios de elegibilidade dos beneficiários do programa. Esta teria sido uma das principais pautas que mobilizavam os fumicultores a participarem das manifestações promovidas pelo MPA. Vitor Marcelo, que ajudou a construir o Movimento, relata: “Essas coisas levavam os agricultores para a rua para fazer protestos etc.” Com esta conquista, foram poucos os agricultores de Santa Cruz que não encaminharam um pedido de financiamento do Pronaf através do MPA. Os colonos contam que, no início, as lideranças dessa organização visitaram a quase totalidade dos agricultores do município. Reuniam grupos de vizinhos na casa de um produtor e faziam uma reunião para explicar como funcionava o Pronaf e já aproveitavam para dar início ao processo de encaminhamento do pedido e falar sobre a importância de participar das ações de luta. Dessa forma, a demanda pelo acesso direto ao Pronaf foi adquirindo, aos poucos, o caráter de público, à medida que passou a ser objeto de conhecimento comum e de discussões coletivas nos diversos espaços de sociabilidade.

Foi assim que o MPA conseguiu se consolidar na região, tanto em termos de legitimidade e reconhecimento dos agricultores, por ter conquistado o acesso mais direto

¹³⁵ Não foi possível confirmar esses valores percentuais através de documentos oficiais. O que estou apresentando é baseado nas falas dos produtores. Entretanto, números à parte, o importante é o processo que estava em jogo naquele contexto.

a uma política que tem melhorado significativamente sua qualidade de vida, quanto em termos de recursos financeiros, já que uma pequena porcentagem do valor financiado fica com a associação criada para viabilizar a operacionalização deste serviço. Isto evidencia um processo que Kunrath e Schmitt (2012) chamam de institucionalização dos movimentos sociais e que tem se intensificado, sobretudo, no pós-redemocratização, período em que está havendo uma aproximação entre Estado e organizações da sociedade civil¹³⁶.

O STR, portanto, neste contexto, perdeu espaço tendo em vista o fato de que não deu ao crédito agrícola a mesma atenção dada pelo MPA. Hoje o Vale do Rio Pardo é uma das regiões do país que mais encaminha Pronaf e, conforme uma autoridade¹³⁷ do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cerca de 30% dos recursos do Pronaf é aplicado no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o principal elo que liga os agricultores de Santa Cruz ao MPA é o reconhecimento pela conquista do acesso a uma política que promoveu mudanças nas suas vidas e a manutenção deste vínculo é, em boa medida, sustentado pela mediação que o MPA realiza até hoje para sua obtenção. O Pronaf não é a única política mediada pelo movimento. Outras como o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR também cumpre um papel semelhante ao do Pronaf em termos de aproximação dos agricultores, porém a abrangência deste programa em termos numéricos, é inferior ao Pronaf, que tem sido o carro-chefe na atuação do MPA.

O reconhecimento pela conquista de tal programa passou a ser objeto de disputa entre as entidades de representação política dos agricultores. Vendo o tamanho crescimento do MPA com a mediação do Pronaf, as entidades concorrentes começaram a traçar estratégias para minimizar a perda de espaço que este processo lhes estava gerando. A relação estabelecida entre o MPA e o STR, portanto, que já era complexa em função da disputa por capital político gerada pelo fato de se proporem como representantes de um mesmo público, adquiriu o caráter de uma disputa ainda mais intensa¹³⁸.

¹³⁶Giugni e Passy (1998) contribuem para entender este processo através da ideia de cooperação entre Estado e organizações sociais. Eles elencam três maneiras distintas de relação de ajuda recíproca (ou trocas políticas): 1) *consulta*: quando os atores estatais buscam as organizações para consultá-las a respeito de um determinado assunto que seja de domínio exclusivo da organização, geralmente em função do fato de a organização possuir informações exclusivas a respeito do público que ela representa; 2) *integração*: quando os atores da sociedade civil passam a integrar o conjunto dos atores que elaboram as políticas públicas; 3) *delegação*: quando o Estado delega funções às organizações sociais com vistas à implementação de determinada política, como é o caso do Pronaf, do PNHR e das políticas assistenciais no âmbito do Prorural desde os anos 70. Estas três maneiras distintas de cooperação estão elencadas de acordo com a intensidade da relação, ou seja, a delegação de tarefas é o nível mais intenso de cooperação e, nesse sentido, quanto maior o nível de cooperação, maior será o grau de alterações nas configurações organizativas das entidades participantes e, por consequência, nos distintos mecanismos de aproximação entre entidades e base social.

¹³⁷ Secretário Executivo da pasta, em discurso por ocasião da festa dos 50 anos da Fetag-RS em Esteio/RS – outubro de 2013.

¹³⁸ O público representado por essas entidades é praticamente o mesmo, mas com algumas diferenças: enquanto a Contag representa oficialmente o conjunto dos trabalhadores rurais, incluindo posseiros, arrendatários, parceiros e os assalariados, o MPA foi criado com o intuito de representar apenas os pequenos agricultores, especificamente aqueles que possuem uma porção (pequena) de terra, como proprietários ou como arrendatários. No município de Encruzilhada do Sul/RS, por exemplo, em função da presença de grande número de assalariados rurais, as lideranças locais do MPA chegaram a iniciar uma discussão a respeito da incorporação desta categoria na base social do movimento, porém a questão não chegou a ser discutida pela coordenação estadual, tendo em vista que na grande maioria dos demais municípios de atuação do MPA, o que predomina é a presença de pequenos agricultores que não vendem a sua força de trabalho tal como assalariados. Outro elemento que explica esta decisão é o fato de que o foco do MPA é promover uma agricultura camponesa, em que o produtor é dono dos seus meios de produção e a sua renda provém da venda dos produtos de seu trabalho e não da venda da sua força de trabalho.

A disputa existe desde o nível nacional (MPA – Contag), passando pelo estadual (MPA – Fetag/RS) até o local (MPA – STR). Esta fala de uma liderança sindical da Fetag-RS de um município do norte do estado retrata um pouco das diferenças entre as entidades:

Eles (os membros/representantes do MPA) querem muito paternalismo, querem muita ajuda, muita dependência, então não fecha conosco. Não é inimigo, mas eles têm outra estratégia. Não somos rivais, às vezes nos unimos, como no caso das reivindicações do endividamento agrícola¹³⁹. Eles têm uma maneira diferente de se expressar. Eles usam muito fechar ruas etc. A Fetag-RS até, em último caso, faz isso, mas a principal estratégia é a negociação (liderança sindical de um STR do norte do estado, entrevista ao autor, 07/06/2011).

Em Santa Cruz do Sul especificamente, a relação é marcada por constantes tentativas de deslegitimação de uma entidade pela outra, especialmente depois do crescimento do MPA no município, que “roubou” boa parte da base social do STR, ao promover um processo de desvinculação de um número significativo de agricultores que deixaram de ser sócios do STR para compor a base social do MPA.

Em âmbito estadual, uma reportagem do jornal *Gazeta do Sul*, de outubro de 2003 demonstra que um dos argumentos utilizados pela Fetag-RS contra o MPA era o fato de este último estar praticando uma série de irregularidades no que se refere ao fornecimento de documentos como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e à cobrança de um percentual sobre o volume dos recursos de financiamentos encaminhados. Conforme a reportagem,

O presidente da Fetag, Ezídio Pinheiro, disse que a consequência desse procedimento irregular (adoptado pelo MPA) não apenas desmoraliza o Pronaf, conquistado pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais, em 1995, como também compromete a sua continuidade. (...) “Os sindicatos do MPA fornecem a certidão de aptidão para pessoas que não se enquadram (na categoria agricultura familiar), pois têm outras atividades¹⁴⁰” declarou Pinheiro (*Gazeta do Sul*, 02 de outubro de 2003).

A mensagem que fica subentendida na fala é que o sindicalismo da Contag teria conquistado a política do Pronaf e o MPA estaria apenas se beneficiando às custas das lutas da Contag. Para responder, as lideranças do MPA dizem que antes de serem MPA, que à época não existia ainda, elas também participaram das mobilizações que levaram à conquista do Pronaf e que, portanto, esta não seria apenas uma conquista da Contag, mas de todos os trabalhadores do campo.

Outra crítica feita por uma liderança do STR de Santa Cruz do Sul ao MPA é a atribuição a essa organização o fato de os agricultores estarem endividados, em razão do incentivo dado pelo MPA aos colonos para financiar pelo Pronaf sem ter um acompanhamento, de modo que o dinheiro seria mal investido ou ainda seria gasto em

¹³⁹ Durante o ano de 2011, as diversas organizações de representação dos agricultores do Rio Grande do Sul (Fetag-RS, Via Campesina e Fetraf-Sul) se unificaram a fim de reivindicar o adiamento do pagamento de um total de 458 milhões em dívidas vencidas junto ao Banco do Brasil, em um prazo de 15 anos e com desconto de 30% do total a ser pago pelos agricultores endividados (*Correio do Povo*, 2011). Isto é um demonstrativo de que, apesar das disputas entre as entidades, há situações em que elas convergem e somam forças em vista de um objetivo comum.

¹⁴⁰ Há um conjunto de exigências para que um cidadão se enquadre na categoria de agricultor familiar, dentre elas, a de ter uma porcentagem (que tem variado ao longo do tempo) mínima de sua renda provinda de atividades agrícolas. De acordo com a fala do presidente da Fetag, o MPA não levaria em consideração estas exigências.

outras finalidades, fazendo com que os agricultores não conseguissem honrar com seus compromissos nos bancos. Em contrapartida, uma das principais críticas elaboradas pelo MPA à Fetag-RS é em relação à sua política demasiadamente assistencialista, que, ao invés de atuar como representante das demandas dos agricultores e mobilizá-los para a luta, atuam quase que como um braço do Estado¹⁴¹.

Uma liderança do STR argumenta que os maiores beneficiados foram os donos de bodegas. Por isso diziam que o Pronaf tinha se transformado em “Pronácio”, em referência a Inácio, nome de dono da venda da comunidade, que estava faturando muito mais depois que os colonos passaram a ter acesso ao programa. Esta crítica, no entanto, não parte apenas de concorrentes do MPA. No interior dessa organização há lideranças importantes que são críticas a esta política, porque a consideram neoliberal na medida em que torna o agricultor sempre dependente do sistema financeiro e não promove a construção da sua autonomia, indo de encontro, portanto, ao Plano Camponês defendido pelo Movimento. Alguns colonos inclusive evitam o máximo possível fazer financiamento dado o medo do endividamento e, nesse sentido, pensam de modo semelhante ao MPA. A maior parte deles, no entanto, dado o baixo custo dos juros, tem acessado o programa, cujos recursos lhes servem especialmente como capital de giro.

Este processo fez com que o STR passasse por um processo de reavaliação de sua política de criar dificuldades para seus associados encaminharem os pedidos através do sindicato, como vinha sendo até então. Antes de o MPA iniciar o processo, já era oficialmente possível encaminhar pelo STR, porém era considerado praticamente impossível dadas as dificuldades impostas pelo presidente da entidade que, utilizando o discurso da prudência para evitar que os colonos se endividassesem, preferia não desincentivar o acesso ao programa.

Apesar das críticas, a mediação do Pronaf se tornou tão importante em termos de estratégia política das entidades, que agora as quatro estão se colocando como mediadoras. A Afubra, que até meados de 2013, restringia-se ao Pronaf Florestal¹⁴², passou a mediar também o Pronaf Custo, uma das modalidades mais procuradas, o que também intensificou a relação de concorrência entre Afubra e MPA. O SR desde 2005 também começou a mediar o programa, o que estabeleceu uma relação de concorrência também entre o MPA e o SR. É importante ressaltar que atualmente não está sendo possível solicitar recursos via Pronaf para financiamento da atividade fumícola, em função da CQCT. Os produtores de Santa Cruz, portanto, acessam o programa, mas solicitando recursos para outras finalidades, sobretudo para produção de milho, reforma de galpões, compra de juntas de bois e demais atividades que são realizadas paralelamente à fumicultura.

Os colonos, por sua vez, não são obrigados a manter vinculações permanentes com cada entidade em função da mediação do Pronaf. Como a cada ano é feito um contrato novo, quando o financiamento encaminhado por uma entidade é pago, o contrato está finalizado e o agricultor tem a liberdade de escolher, de acordo com os mais variados

¹⁴¹O discurso do MPA argumenta que a forma de atuação política dos sindicatos da Fetag-RS já não responde aos anseios e necessidades dos agricultores, que estariam exigindo uma atuação mais contundente e combativa. Outro argumento do movimento é o fato de a Fetag-RS ser pouco crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola vigente no país, denominado de agronegócio, que explora e expropria a renda da terra dos pequenos agricultores, provocando danos ao meio ambiente e aumentando a concentração fundiária, de modo a alargar ainda mais as desigualdades no rural brasileiro.

¹⁴² Segundo um membro da diretoria da entidade, a Afubra foi a primeira organização no Brasil a mediar o Pronaf Florestal. Esse protagonismo é fruto da preocupação da entidade com a questão do consumo de lenha para a secagem do fumo, que gera muito desmatamento. Esta modalidade do Pronaf, portanto, financia o reflorestamento com mudas de árvores que podem ser derrubadas, especialmente o eucalipto.

critérios, qual entidade será sua mediadora para o encaminhamento da solicitação do Pronaf do ano seguinte.

Em suma, a mediação do Pronaf tem sido, nos últimos anos, um elemento central para entender a participação dos agricultores nas suas entidades de representação. Ela adquiriu tamanha importância que, se uma entidade se nega a realizar tal serviço, ela é considerada atrasada e perde uma oportunidade de aproximar mais agricultores para a sua base social. Embora nem todos os agricultores encaminhem a solicitação de acesso ao Pronaf através do MPA, o Movimento é reconhecido pelos colonos de Santa Cruz como a organização que mediou a construção da necessidade desta política como um problema público e lutou pela conquista da possibilidade de acesso dos fumicultores a esta política.

3.1.5. As casas

No meio rural, ao longo do tempo, as demandas por políticas agrícolas geralmente têm tido prioridade diante de demandas por outros tipos de políticas, como a habitacional, por exemplo. As reivindicações nesse sentido se intensificaram no final dos anos 1990, de modo que, em 1999, durante o Governo Olívio Dutra, foi implementado um programa piloto de habitação rural, com vistas a financiar casas para os agricultores mais empobrecidos. Desta experiência inicial, foi criado, em 2003, a nível nacional, o Programa de Habitação Rural (PHR), que, em 2009, passou a integrar o Programa Minha Casa, Minha Vida, já com a denominação de Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com o objetivo de subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares (BOLTER, 2012).

Para ter acesso ao programa, os agricultores precisam estar vinculados a uma entidade organizadora, que necessita estar juridicamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. O programa, portanto, assim como diversas outras políticas públicas criadas no pós-redemocratização, gerou um processo de institucionalização dos movimentos sociais, o que promoveu uma série de consequências para a atuação das organizações e uma reconfiguração das prioridades em termos de estratégias de atuação (KUNRATH e SCHMITT, 2012). Esta institucionalização se concretizou com a criação de “cooperativas de habitação”, instrumentos jurídicos geralmente¹⁴³ utilizados para a mediação desta política. As cooperativas recebem as demandas, selecionam as famílias prioritárias para serem as primeiras beneficiárias, elaboram os projetos das casas, organizam a documentação necessária, instruem os agricultores e os pedreiros quanto às normas de construção das casas e avaliam se está tudo de acordo com o estabelecido no contrato.

Cada entidade, portanto, criou a sua própria cooperativa. O MPA batizou a sua de Cooperativa de Habitação Campesina – Cooperhab; a Fetag-RS de Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar – Coohaf; e a Farsul (que começou a pensar nas políticas da agricultura familiar só mais recentemente¹⁴⁴) de Cooperativa de Habitação, Produção e Serviços Rurais – Cohaps. Outra cooperativa importante, mas sem atuação em Santa Cruz, é a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhab),

¹⁴³ Digo geralmente porque, segundo matéria do jornal Gazeta do Sul de 02/10/2012, já não é mais necessário ser uma cooperativa a entidade proponente. Sindicatos sozinhos já podem também se cadastrar junto ao Ministério das Cidades como mediadores do programa, como é o caso dos Sindicatos Rurais de Candelária e Sobradinho, próximos a Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo. Ver mais em: http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/370871-sindicato_rural_garante_mais_moradia_no_campo/edicao:2012-10-02.html. Acesso em 07/12/2013.

¹⁴⁴ Apenas no ano de 2007 a Farsul começou um diálogo com a Caixa Econômica Federal (principal agente financeiro que intermedia o PNHR) com vistas a habilitar seus sindicatos a serem também mediadores do programa. Ver mais em: http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=549. Acesso em 07/12/2013.

da Fetraf-Sul¹⁴⁵, criada em 2001. Os nomes das respectivas cooperativas são também ilustrativos do ideário político de cada entidade. O MPA, com base no “Plano Camponês”, utilizou este termo na denominação. A Fetraf, como uma entidade voltada especificamente para a agricultura familiar, também assim o fez.¹⁴⁶

Durante o trabalho de campo, tive oportunidade de acompanhar uma “reunião das casas¹⁴⁷” de um grupo de agricultores vinculados ao MPA e de outra de um grupo do STR. Um elemento que me chamou a atenção é a ênfase maior dada pelas lideranças do MPA do que as do STR para a importância das mobilizações na conquista deste programa: “Fizemos uma mobilização de 30 dias em Brasília. Um dia comíamos pão com banana e no outro, banana com pão”, dizia a liderança do MPA na abertura da reunião, com o objetivo de evidenciar aos agricultores que o direito que eles estavam acessando naquele momento era fruto de um processo de engajamento de muitos agricultores, que a conquista de outros direitos ainda não acessáveis somente será alcançada com outras mobilizações e que eles deveriam ser protagonistas desses processos. Percebia-se, assim, uma tentativa de utilizar-se daquele espaço para promover formação política aos agricultores.

Na reunião da qual participei no STR, o foco esteve mais direcionado para o incentivo à diversificação das propriedades dos agricultores que estavam acessando o programa. Para tanto o sindicato convidou um extensionista da Emater para fazer uma palestra sobre a produção de hortifrutigranjeiros, não apenas para o mercado, mas especialmente chamando a atenção para a importância de se plantar esse tipo de cultivos também para o consumo próprio, o que também é importante bandeira do MPA. Durante a fala do técnico da Emater, um dos colonos presentes associou o que ele estava dizendo ao discurso antitabagista, já que o argumento da diversificação é geralmente aquele utilizado pelos defensores da Convenção-Quadro, para incentivar a substituição da fumicultura por outras atividades. Afirmou ele com convicção: “Ah, mas não tem o que dê mais dinheiro que o fumo!”, tamanho é o medo de serem proibidos de cultivarem o fumo. Trabalharemos essa questão especificamente na próxima seção.

A questão habitacional foi uma pauta pouco presente nas conversas com os fumicultores. Em função disso, hesitei em interpretá-la como um problema público, mas decidi fazê-lo em função do processo de mudança de *framing* promovida por essas entidades junto aos agricultores e das diversas mobilizações protagonizadas especialmente pelo MPA e pelos sindicatos da Contag em torno deste problema, o que gerou uma arena pública de disputa entre atores estatais e não-estatais em torno dos termos em que seria construída esta política e se, no limite, ela seria, de fato, construída. É um assunto muito presente nos informativos das organizações e na imprensa local, já que cada vez que um grupo de agricultores assina os contratos do PNHR, geralmente a entidade organizadora promove uma festa para dar visibilidade ao fato e ao seu capital político em construção com a mediação desta política.

Em outras palavras, uma insatisfação que, em um primeiro momento, era sentida individualmente a nível privado (o fato de não ter uma infraestrutura habitacional mínima), passou a ser uma questão pública (um problema de abrangência coletiva).

¹⁴⁵Ver mais em <http://www.cooperhaf.org.br/>. Acesso em 07/12/2013.

¹⁴⁶ Interessante notar aqui que a Fetag-RS, que se reivindica como representante não apenas dos agricultores familiares, mas também dos assalariados, restringiu a denominação de sua cooperativa a esta parcela de sua base, que, embora majoritária, não é a totalidade. Maduro (1990) também destacou o baixo peso político dos assalariados no interior da Fetag-RS. Voltaremos à questão dos assalariados rurais na seção 3.1.7.

¹⁴⁷ Nestas reuniões, geralmente as lideranças de cada entidade dão instruções gerais aos agricultores que terão acesso ao programa. Como os contratos são realizados em grupos, são realizadas no mínimo quatro reuniões com cada grupo, cada uma com uma finalidade específica conforme a fase em que se encontra o processo.

Comparando-se com outros problemas públicos tais como o preço do fumo e a CQCT, o problema da habitação teve mais influência das lideranças das organizações do que dos próprios agricultores no processo de construção do problema, ou seja, no processo de trazer a questão ao público, ou, no limite, politizá-la. Snow *et al.* (1986) definiriam isto como um processo de alinhamento interpretativo.

Nesse sentido, as lideranças dos movimentos sociais promovem uma mudança na maneira de os indivíduos atribuírem significados à realidade que os rodeia, a fim de viabilizar o engajamento e o comprometimento para com a organização do movimento. O recebimento de recursos públicos (a fundo perdido ou não) para a construção e reforma de casas não era cogitado pelos agricultores até então. Apenas depois que o MPA e os sindicatos da Contag iniciaram as mobilizações para trazer o assunto a público é que os colonos passaram a cogitar essa possibilidade como real. Processos semelhantes a esses são o que Snow (2001) chama de *frame alignment*.

A semelhança do Pronaf, a mediação do PNHR tornou-se quase uma condição mínima para a sobrevivência das entidades de representação política. Se todas fazem, o fato de não fazer pode ser um elemento decisivo em termos de reprodução de capital político. Esta mediação é uma estratégia importante para as organizações aumentarem sua base, uma vez que há uma exigência de que, para acessar a política, é necessário passar pela mediação da entidade organizadora. Bolter (2012) chega a afirmar que este trabalho de mediação, para alguns sindicatos, tem sido a principal atividade desenvolvida por essas entidades.

O PNHR, assim como outras políticas públicas, se tornou também objeto de disputa entre as organizações: o MPA reivindica o programa como sendo uma conquista sua e a Contag afirma que também participou das lutas e, portanto, quer o reconhecimento por esta participação. Em menor medida, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁴⁸ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁴⁹ também são utilizados como uma forma de aproximação dos agricultores por parte de algumas organizações, especialmente pelo MPA, que possui uma cooperativa (CPC¹⁵⁰) que adquire a produção de alguns agricultores da região e mantém um vínculo de proximidade com eles.

Isto acontece porque, para as entidades, ser protagonista da mediação de uma política pública de impacto na vida dos agricultores representa um ganho significativo de capital político, uma vez que isto lhe dará mais legitimidade e credibilidade junto aos produtores e, consequentemente, mais força para disputar a sua representação. Este ganho de credibilidade é, em boa parte, decorrente do princípio da reciprocidade que orienta a vida dos colonos.

Para além do ganho político há também um ganho em termos de recursos. Por exemplo, para cada casa encaminhada, as entidades cobram dos colonos uma contribuição em dinheiro para custear as despesas geradas pela mediação do programa, já que é

¹⁴⁸O PAA é uma política pública do governo federal implementada a partir do ano de 2003 (Lei nº 10.696/2003), junto ao programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, com vistas a promover a segurança alimentar de públicos em situação de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

¹⁴⁹O PNAE é uma política semelhante ao PAA, porém voltada à alimentação escolar. Em 16 de junho de 2009, a Lei nº 11.947 determinou que no mínimo 30% da merenda escolar deveria ser adquirida da agricultura familiar, o que intensificou as compras por parte da CPC. Para maiores informações sobre o PNAE, consultar:<http://www.funrural.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>.

¹⁵⁰A Cooperativa de Produção Camponesa (CPC) foi criada pelo MPA no ano de 2007 com vistas a viabilizar a participação do movimento no PAA e no PNAE. Conforme um dos líderes do movimento, responsável pela cooperativa durante alguns anos, a CPC possui pouco mais de três mil sócios, todos com algum tipo de vínculo com o MPA. Com sua sede em Vera Cruz, município vizinho a Santa Cruz, a cooperativa possui outras filiais em Encruzilhada do Sul, Ibiraiaras, Agudo e Canoas, esta última destinada apenas à distribuição dos produtos recolhidos nas demais unidades.

necessário a disponibilização de diversos profissionais, realização de visitas às casas para fazer vistorias, realização de reuniões com os produtores para explicar como funciona o programa, dentre outras. Através das suas cooperativas de habitação, cada entidade desenvolve uma maneira distinta de cobrança. O MPA cobra um valor “x”, que pode variar dependendo da situação. Geralmente é um valor em torno de R\$ 1.500,00. O STR, por sua vez, cobra um valor inferior, uma vez que já recebe um “pagamento” pelos seus serviços através da anuidade que os associados precisam pagar para se manterem como sócios “em dia”. Somando a taxa do homem e da mulher, chega-se a pouco mais de R\$ 800,00. Essa contribuição é de fundamental importância para a sustentabilidade financeira das entidades, especialmente para o MPA, que não cobra taxas associativas de sua base.

O colono, tendo a opção de escolher através de qual das entidades vai encaminhar a solicitação de acesso ao programa, leva em consideração elementos como cobrança de taxa menor para realizar o encaminhamento de documentação e acompanhamento da construção; melhor atendimento ao produtor; maior flexibilidade quanto a prazos e obrigações, enfim, com qual das entidades será mais fácil gerir a construção da casa. Esse processo dá ao colono um poder de barganha para cobrar das entidades um serviço bem qualificado já que, se uma entidade oferece um serviço caro e de baixa qualidade, ele tem a opção de mudar para outra.

Na Linha Bonita houve um caso em que um fumicultor havia encaminhado a solicitação inicialmente através do MPA e, por estar em dia com as taxas do STR, foi estimulado pelas lideranças deste sindicato a mudar de entidade mediadora e passar para o STR. Vendo que iria pagar um preço inferior, decidiu aceitar o convite: “O presidente do STR veio aqui em casa e disse: ‘Por que você não faz com a gente? Você já paga a taxa. Vai gastar dinheiro por nada...’ Daí tranquei o pedido no MPA e encaminhei com o sindicato”. Os agricultores compreendem que estas diferenças de valores das taxas cobradas pela prestação deste tipo de serviços decorrem das diferenças de cada entidade na forma de captação de recursos. Não identifiquei, por exemplo, reclamações em relação ao fato de o MPA cobrar um valor superior ao STR, porém, como nos mostrou o exemplo acima, em alguns casos, essa diferença de valores pode implicar em rearticulações no jogo das constantes vinculações e desvinculações.

Em síntese, apesar das disputas entre o MPA e a Contag para ver qual das duas organizações foi mais responsável pela conquista do PNHR, ambas foram importantes nesse processo de construção da questão habitacional como um problema público e a mediação deste programa tem se tornado, nos últimos anos, um elemento central na vinculação ou não de boa parte dos agricultores junto a essas organizações.

3.1.6. “Querem acabar com o fumo”

A principal questão levantada pelos fumicultores, durante o trabalho de campo, estava relacionada às diversas investidas dos setores antitabagistas no intuito de criar instrumentos que promovam a redução gradativa da produção de tabaco no Brasil. Eu diria que este é o principal problema trazido como questão pública pelos fumicultores nos últimos anos. Embora, de uma forma ou de outra, tenha sempre estado presente, a questão começou a ser mais evidenciada no início dos anos 2000 com o debate acerca da assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) pelo governo brasileiro.

Desde os anos 1960, no âmbito das Nações Unidas, o combate ao tabagismo tem sido uma questão importante, mas foi apenas nos anos 1990 que ações mais objetivas começaram a ser pensadas a nível internacional. Assim, em 1999, na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, deliberou-se pela realização de um tratado internacional em que os países que aderiram ao acordo se comprometeriam a estimular ações de controle e redução

da produção e consumo do tabaco. Depois de quatro anos de negociação, a CQCT foi aprovada por unanimidade pela mesma assembleia, em 2003, com a presença de 192 países que, no mesmo ano, iniciaram os processos de ratificação. O Brasil assumiu uma posição importante na condução da construção da convenção e, em 2005, o Senado brasileiro a ratificou.

Dentre as medidas de implementação da convenção pelo governo brasileiro, as principais são o aumento pelo Ministério da Fazenda de impostos cobrados das empresas do setor do tabaco; a tentativa de proibição pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa de adicionar aditivos químicos nos cigarros, de modo a diminuir a dependência dos consumidores; a obrigatoriedade da divulgação nas carteiras de cigarro de fotos de pessoas atingidas pelos malefícios causados pelo consumo de cigarro; a criação de um programa de incentivo à diversificação produtiva por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a restrição de crédito para agricultores familiares cuja renda provinda da fumicultura seja maior do que 80% da renda total¹⁵¹.

Este processo gerou uma situação de quase pânico nas regiões cujas economias giram em torno da produção e industrialização do tabaco. Os fumicultores passaram a se sentir ameaçados e perseguidos enquanto categoria profissional: “O que vamos fazer sem o fumo aqui? Temos uma vida inteira de investimentos nessa atividade. Planto fumo desde os oito anos de idade. Aprendi com meu pai, que aprendeu com meu avô e assim vai...” Durante o trabalho de campo, era comum ouvir dos produtores: “Por que só o fumo? Por que não proíbem o álcool também? Faz tão mal quanto o fumo! Saiu uma pesquisa esses dias que diz que o açúcar e o sal matam mais que o cigarro, então por que só nós?” Note-se que a construção do problema passa pela comparação do fumo com outros produtos e também pelas interações que os agricultores estabelecem com agentes externos, que trazem informações de fora, ou ainda através do acesso a meios de comunicação em geral.

Os colonos procuram rebater também os argumentos que caracterizam a fumicultura como uma atividade que traz malefícios à saúde tanto dos produtores, quanto dos consumidores, especialmente em função da utilização de agrotóxicos:

Se tu fores ver no arroz, os caras usam mais veneno do que nós! No pimentão, nos tomates, na couve-flor... Vai ver esses hortifrutigranjeiros quanto veneno eles não usam nas coisas que eles plantam! E isso que é alimento, que depois vai para a mesa das pessoas! Antigamente, sim, o pessoal usava venenos fortes no fumo, mas hoje em dia é pouca coisa que vai (Seu Ramon e Dona Rafaela, Linha Bonita - Santa Cruz do Sul, conversa com o autor, setembro de 2013).

No plano nacional, seria possível dizer que se construiu uma arena pública em torno da utilização dos agrotóxicos, especialmente depois da Campanha Contra os Agrotóxicos promovida pelos movimentos sociais da Via Campesina, mas no plano local dos colonos, eu não colocaria este tema no mesmo patamar dos demais problemas que estou elencando neste capítulo. Era um tema sempre subjacente, porque sempre comentado pelos colonos e por algumas lideranças, mas não forte o suficiente para

¹⁵¹ Uma resolução do Banco Central, conectada aos objetivos propostos pela CQCT pretendia limitar o acesso ao Pronaf, para a safra 2012/2013, apenas para os produtores que tivessem no mínimo 25% da renda oriunda de atividades agrícolas afora a fumicultura. Para a safra 2013/2014, o índice aumentaria para 35% e na safra seguinte para 45%, ou seja, nesse último caso a renda oriunda do fumo não poderia exceder a 55% da renda total da propriedade para que o acesso ao Pronaf fosse autorizado. No entanto, no contexto dos preparativos para a Convenção das Partes da CQCT – COP 5, que aconteceu em novembro de 2012 na Coréia do Sul, a pressão exercida pela Afubra, e federações de trabalhadores e empregadores dos três estados da região Sul fez com que esta resolução do Banco Central fosse suspensa e o antigo patamar de 20% voltasse a prevalecer como critério, pelo menos até a safra de 2013/2014. Para a definição do percentual mínimo para as próximas safras, novas discussões terão que ser feitas (AFUBRA, 2013).

mobilizar ações coletivas, tais como a necessidade de políticas agrícolas, por exemplo. Eu diria que é uma pauta latente, que está em um baixo grau de publicização.

Há uma identificação da região do Vale do Rio Pardo com a produção de tabaco. Sirvo-me da fala de um técnico agrícola da Emater do município em uma palestra para os beneficiários do PNHR no STR de Santa Cruz: “No Rio Grande do Sul, cada região tem o seu forte. Os gringos lá da Serra são mais fortes na fruticultura, o pessoal do Norte é mais forte na soja e no milho, na região Oeste tem mais arroz, na Campanha é o gado e aqui o nosso forte é o fumo”. Ele evidenciava a importância de os produtores terem as suas propriedades com uma produção diversificada, especialmente em função do contexto da CQCT, mas afirmou a importância de se garantir o direito à continuidade da produção do fumo, “o forte” da região. Propor a interrupção da fumicultura em Santa Cruz, portanto, é propor que essas pessoas parem de fazer o que elas melhor sabem fazer, daí a intensidade da reação às iniciativas da CQCT.

Diante disso, as quatro entidades de representação¹⁵² assumiram a defesa da fumicultura como uma pauta importante, cada qual, porém, com empenhos e enfoques diferenciados. A Afubra é a que mais tem se empenhado nesta causa, especialmente depois da intensificação dessas discussões. Para isso, estabelece uma relação muito forte de parceria com o Sinditabaco, que também é uma das principais forças na defesa da fumicultura. A aproximação da Afubra com o setor empresarial tem motivado diversas críticas à entidade, sobretudo de quem parte de uma perspectiva mais crítica ao sistema capitalista. Vogt (1997), por exemplo, sustenta que

a mobilização e a organização dos plantadores na sua luta contra a espoliação capitalista têm sido freadas e aplacadas pela Afubra, a mais poderosa entidade que congrega os fumicultores, tendo em vista que está submetida política, ideológica e economicamente aos interesses das agroindústrias do ramo (1997, p. 30).

Iorio (1993) partilha desta mesma interpretação. Ambos os autores estão realizando estas críticas tendo por base especialmente as mobilizações dos fumicultores dos anos 1986 e 1989, às quais a Afubra se manifestou contrária, como vimos anteriormente. Todavia, se por um lado, poucas iniciativas de contestação às empresas têm sido tomadas pela entidade, por outro, ela se empenha significativamente na defesa da continuidade da prática da fumicultura, especialmente frente às ameaças de proibição do cultivo desta planta desde o início das discussões relacionadas à CQCT (MENGEL, 2010). Na entrevista realizada com o presidente da entidade, por exemplo, mesmo sem tocar no assunto, o debate acerca das restrições que a CQCT visa a estabelecer foi trazido à tona. O objetivo do dirigente era reforçar o argumento de que a fumicultura não pode ser extinta devido à sua importância socioeconômica para centenas de municípios que dependem desta atividade produtiva e para milhares de trabalhadores que, direta ou indiretamente, dependem dela para se sustentar.

Nesse sentido, em função basicamente da defesa da fumicultura e do seguro mútuo contra o granizo, a Afubra tem se consolidado como uma organização muito respeitada e estável, com possibilidade de realização de várias iniciativas e projetos sociais. Como exemplo, destaca-se o Projeto Verde é Vida. Conforme a gerência de assuntos ambientais da entidade, através desse projeto, técnicos da Afubra desenvolvem atividades de educação ambiental nas escolas de educação básica dos municípios em que há produção

¹⁵² Não apenas estas quatro entidades, mas a maior parte das instituições públicas e privadas do município e da região têm somado forças na defesa da fumicultura, porque todas, de certa forma, dependem dela para sua reprodução. Prefeituras, sindicatos das mais diversas categorias, autoridades políticas em geral têm se empenhado na apresentação de argumentos em favor da atividade.

de tabaco, distribuem materiais didáticos (cartilhas e livros com temáticas relacionadas ao meio ambiente) e material escolar (cadernos, lápis, régua etc.), todos com a logomarca da Afubra. A principal questão trabalhada por estes técnicos é o reflorestamento. Esta escolha temática está diretamente relacionada ao alto grau de desmatamento gerado pela fumicultura em função do consumo de lenha para alimentar os fornos das estufas utilizadas na secagem das folhas. Para além da educação ambiental em si, este projeto visa, em última instância, a promover uma conscientização a respeito da reposição de árvores (especialmente o eucalipto) para garantirem a própria viabilidade econômica da fumicultura.

Além deste, há outros projetos que fazem da Afubra uma “marca consagrada” no contexto social santa-cruzense, tais como o Coral da Afubra, a organização da Feira ExpoagroAfubra realizada anualmente em sua sede rural no município vizinho de Rio Pardo, a participação no conjunto das entidades que organizam a *Oktoberfest* (principal feira de Santa Cruz, que acontece anualmente), a promoção de torneios de futebol e a implementação do projeto O Futuro é Agora (coordenado em conjunto com o Sinditabaco), que se ampliou e passou a se denominar Projeto Crescer Legal e que tem por objetivo impedir a ocorrência de trabalho infantil nas lavouras de tabaco.¹⁵³

Outro elemento que demonstra a força desta entidade é a possibilidade que ela tem de financiar pesquisas, que geralmente são realizadas pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade de Santa Cruz do Sul – Nupes/Unisc¹⁵⁴ (BELING, 2006) e de manter um departamento de estatística, que tem conhecimento sobre a área de fumo cultivada em cada safra, a produtividade por hectare, os preços médios de cada região, a quantidade de insumos empregados, a área média das propriedades de cada produtor, a disponibilidade de mata nativa e exótica etc. Há uma preocupação com o controle da produção a fim de evitar que a oferta de fumo seja muito maior que a demanda e o preço do tabaco seja demasiadamente reduzido. Por isso tamanho investimento neste departamento estatístico (SEFFRIN, 1995).

A Afubra ocupa ainda, através de seu Secretário Geral, a presidência da Câmara Setorial do Tabaco¹⁵⁵ junto ao Ministério da Agricultura, um cargo de fundamental importância para a cadeia produtiva, já que é no âmbito destas câmaras que são construídos os Atos Normativos que organizam boa parte do funcionamento de cada setor.

“Quando se chega em uma propriedade com um carro da Afubra sempre se é bem recebido”, relata um membro da diretoria da Afubra. Esta fala demonstra um alto nível de consolidação a que chegou a entidade, o que provavelmente não teria sido alcançado se ela tivesse adotado uma postura combativa em relação às empresas processadoras do tabaco, uma vez que elas não iriam ser parceiras da forma como estão sendo, o que

¹⁵³ Este projeto demonstra como foi incorporada a questão do trabalho infantil como um problema público, especialmente em função das denúncias feitas pelo Sintrafumo no início dos anos 1990, tal como relatado no capítulo anterior.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/pt/a-unisc/areas/nucleos/73/nucleo-de-pesquisa-social-nupes-.html> (Acesso em 24/05/2013).

¹⁵⁵ A Câmara foi instalada em 2003 em uma reunião no auditório da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Valdomiro Rocha, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, representando o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, indicou para a Presidência da Câmara da Cadeia Produtiva do Fumo o Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil-Afubra, naquela ocasião, Hainsi Gralow, e como Secretário-Executivo o Superintendente Federal da Agricultura no Rio Grande do Sul, Francisco Natal Signor. A indicação foi aprovada pelo plenário da Câmara em sua primeira reunião ordinária. Com o falecimento do Senhor Gralow em 1º de março de 2006, foi nomeado Romeu Schneider, Diretor-Secretário da Afubra. A Câmara é constituída por 38 representantes de órgãos e entidades ligados ao setor. Foi criada pela Portaria nº 231, de 10 de setembro de 2004 e posteriormente alterada pelas Portarias nº 10 e nº 140, de 5 de janeiro e 30 de maio de 2006, respectivamente. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

dificultaria consideravelmente tanto a legitimação social e política, quanto a captação de recursos financeiros por parte da associação.

O STR e o SR também têm assumido com força a defesa da atividade, porém, a Afubra acaba se destacando. Afinal, esta tem como base apenas os fumicultores, diferentemente daqueles, que, embora tenham sua base composta majoritariamente por produtores de fumo, representam também as demais categorias de agricultores do município, ou seja, se os fumicultores deixassem de existir a Afubra não teria mais sentido, ao passo que os sindicatos teriam as demais categorias para representar. Sobre isso o presidente do SR afirma:

Temos feito parcerias com outras entidades em favor da fumicultura, do tabaco. Nós temos enfrentado várias dificuldades, questão do câmbio, restrição de crédito, a questão da Convenção-Quadro, tivemos problemas com a Anvisa. Então, tem uma série de outras lutas, meio ambiente, uma série de coisas em que as entidades sempre estão ao lado do produtor para que não termine a produção do fumo na nossa região, porque nós entendemos que no momento não há nenhum produto que substitua a fumicultura. Então nós também estamos trabalhando na diversificação da lavoura. Nós entendemos que a monopolização da lavoura não é boa em estágio nenhum: nem só com milho, nem só com fumo, nem só com soja, nem só com arroz. Nós entendemos que o produtor tem que ter uma diversificação. Tem que ter mais que uma atividade. Quando uma não favorece talvez a outra possa favorecer (Carlos Otávio, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

O caso do MPA demonstra a força que a cultura do fumo tem na região. No Plano Camponês, projeto político defendido pelo MPA, não haveria lugar para um tipo de produção nos moldes da fumicultura, em função da subordinação a que os produtores são submetidos na relação com as agroindústrias processadoras do tabaco, através do sistema de produção integrada, ou sistema de integração produtiva. Tendo em vista, porém, o fato de que, na região de Santa Cruz, ser contrário à fumicultura é quase uma blasfêmia, o MPA teve que adaptar seu discurso para poder dialogar com os agricultores, pois, se utilizasse um discurso semelhante ao utilizado pelos defensores da CQCT, de modo algum conseguiria se inserir na região. Certa vez, um agricultor comentou: “E os caras do MPA ficam falando mal da Afubra, já ouvi também comentários que já falaram mal do fumo. Eu não sei, não...” Isto demonstra que, por mais que o MPA tivesse por objetivo promover transformações nos *framings* dos agricultores no sentido de passar a cogitar a mudança de atividade produtiva, a dificuldade para tal meta é muito grande na medida em que a fumicultura é um valor muito arraigado na cultura desses colonos e é sua principal fonte de renda, de modo que a própria defesa da fumicultura torna-se um dos principais elementos que garantem legitimidade à organização.

Esse processo ilustra a reflexão feita por Cefaï (2007) a respeito da necessidade das organizações de ação coletiva se dobrarem às ordens de interação (aceitar as regras do jogo) que regem os comportamentos dos atores, sob a pena de serem percebidos como ofensivos e não serem reconhecidos caso não o façam. O MPA, portanto, não declara ser contrário à fumicultura, mas também não encampa com tanto empenho a sua defesa, tal como o fazem as demais entidades. Ao contrário, participa, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Criado em 2006, o programa estimula a diversificação como uma medida de incentivo à redução da produção do fumo, uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro para viabilizar a CQCT. Isto demonstra como os agricultores impõem suas questões às organizações, por mais que eles nem sempre estejam totalmente engajados a elas.

Com esta iniciativa, através de chamadas públicas, o governo federal financia entidades de assistência técnica e extensão rural para desenvolver atividades de capacitação e estímulo aos fumicultores para que eles comecem um processo de transição da monocultura do fumo para uma produção mais diversificada, especialmente voltada à produção de alimentos, com vistas à segurança alimentar. O MPA, através da Cooperfumos, submeteu um projeto a uma chamada pública do MDA para a implementação de projetos que visassem alcançar o objetivo de estimular a diversificação em áreas de fumicultura¹⁵⁶. O projeto, cujo nome é “Sustentabilidade Camponesa – Diversificação Produtiva na Região Fumageira”, foi contemplado¹⁵⁷ e está sendo utilizado pelo MPA também como uma forma de colocar em prática o seu projeto político de construção de uma agricultura camponesa no Brasil. Através das atividades de capacitação para a produção de culturas diversas, os técnicos do projeto aproveitam para realizar formação política, tornar o movimento mais conhecido e estreitar os laços entre as lideranças do movimento e a sua base, já que na escolha das famílias a serem contempladas, a Cooperfumos priorizou as que já tivessem algum vínculo de proximidade com o movimento. Construiu-se, dessa forma, uma disputa também com a Emater, que historicamente é a principal entidade de prestação de serviços de assistência técnica e que geralmente é contemplada com todos os projetos que submete a chamadas públicas. O fato de a Emater, na região de Santa Cruz, ter “perdido” esta chamada para a Cooperfumos, aumentou o mal-estar na relação entre ela e o MPA, que já era marcada por divergências¹⁵⁸.

Várias foram as iniciativas tomadas pelas entidades no intuito de defender a possibilidade de continuação da fumicultura. Em 2004, antes da aprovação da assinatura pelo Senado, a Afubra e a Fetag-RS promoveram uma grande manifestação, com a presença de fumicultores dos três estados do sul, num total de cerca de 10 mil pessoas no parque da *Oktoberfest*, por ocasião de uma audiência pública sobre a CQCT com a presença de alguns senadores.

Mais recentemente foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um projeto de lei apresentado pelo deputado Heitor Schuch (ex-presidente do STR de Santa Cruz e da Fetag-RS), cujo objetivo era instituir o Dia Estadual do Produtor de Tabaco¹⁵⁹. O primeiro ano em que a data foi comemorada foi 2013. A Afubra, em conjunto com a Fetag-RS e com a Farsul e com o apoio do Sinditabaco, promoveu uma festa com o lema “Orgulho de fazer parte desta cultura”, que contou com a participação de mil e trezentos produtores. O objetivo é tornar público para a sociedade a importância econômica da atividade e valorizar os produtores para que eles percebam a força que o setor possui e vejam que a sua cultura está sendo defendida. Na ocasião, o deputado afirmou:

¹⁵⁶ Chamada 04/2011. Disponível em http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/chamadas-ater/chamadas-2011/chamada_04_PlanoSafra_2011.pdf. Acesso em 13/06/2013.

¹⁵⁷ Para além de ser contemplado na chamada pública, o projeto também ficou entre os vencedores do Prêmio Objetivos do Milênio (ODM Brasil), o que rendeu ao movimento um ganho significativo de capital político. Para saber mais sobre este prêmio e sobre o projeto da Cooperfumos, ver <http://www.odmbrasil.gov.br>.

¹⁵⁸ As críticas do MPA em relação à Emater referem-se às concepções desta entidade quanto à modernização da agricultura e ao fato de ela ter atuado como um dos principais instrumentos do difusionismo, especialmente durante os anos 1970, no contexto da Revolução Verde (PICOLOTTO, 2011).

¹⁵⁹ A data escolhida foi 28 de outubro em referência ao dia em que três tripulantes da embarcação de Cristovão Colombo visitaram, em 1492, o interior do que viria a ser a Ilha de Cuba. Nesse dia eles teriam presenciado os nativos inalando, através de um tubo, fumaça de folhas queimadas. Tais folhas eram chamadas, à época, de Cohiba, o que mais tarde passou a se chamar tabaco (AFUBRA, 2013).

O produtor de tabaco não é um criminoso, não é alguém fora da lei, ele é um profissional extremamente qualificado que produz uma matéria-prima que, 85% desta é exportada, gerando renda, tributos, dinheiro aos cofres públicos. Todas as categorias profissionais merecem reconhecimento e respeito. O fumicultor também. (Deputado Estadual Heitor Schuch, em discurso no Dia do Produtor de Tabaco, Santa Cruz do Sul, 28/10/2013).

Neste evento foi lançado ainda um site com este mesmo objetivo, denominado “O produtor que faz mais”. Nele são expostos dados que corroboram com o argumento da importância econômica da atividade e são relatadas histórias de vida de famílias bem sucedidas com a produção do fumo, de modo a evidenciar os pontos positivos da fumicultura: “Por trás de cada folha de tabaco produzida existe uma família empreendedora, com gosto pela terra e suas riquezas”.

Há, portanto uma identificação muito forte dos agricultores com as entidades que defendem a atividade. Nas conversas com os colonos era perceptível como eles se identificavam como produtores de fumo. O termo aqui – se fumicultores ou produtores de fumo – não vem ao caso, porque o termo que eles usam para se referirem a si mesmo é colonos. Importa é que para eles, a ameaça à fumicultura é uma ameaça a eles mesmos, à sua identidade, uma ameaça à possibilidade de reprodução de suas propriedades e o risco de ter toda uma vida de investimentos perdida.

As agroindústrias do fumo, por sua vez, também incorporaram a pauta da diversificação em suas agendas e fortaleceram, junto aos fumicultores, as já existentes campanhas de estímulo ao desenvolvimento de outras atividades agrícolas¹⁶⁰ e utilizam destas campanhas como uma forma de desenvolver as “ações de responsabilidade social” e minimizar as críticas que recebem, especialmente dos atores contrários ao tabagismo. Ou seja, depois de uma quase avalanche de críticas à monocultura do tabaco, as empresas se apropriaram da pauta da diversificação. Elas a utilizam inclusive para fortalecer a própria fumicultura na medida em que a apresentam como uma das atividades (no caso, a mais rentável – e isso é central) no bojo do processo de diversificação produtiva que as famílias são incentivadas a iniciar. A figura abaixo demonstra como a indústria tem se apropriado da pauta da diversificação para fortalecer a própria cadeia produtiva do tabaco.

Figura 4: *Outdoor* da empresa Souza Cruz na RST 287 entre Santa Cruz e Venâncio Aires

¹⁶⁰ O Instituto Souza Cruz, por exemplo, uma Organização Não-Governamental ligada à empresa Souza Cruz, está desenvolvendo o Programa Novos Rurais, que tem por objetivo estimular os jovens do campo a desenvolver atividades de diversificação. Para maiores informações, ver www.institutosouzacruz.org.br.



Fonte: Trabalho de campo, dezembro/2013.

A análise da diversificação produtiva não é central para nosso estudo, contudo, foi trazida para a discussão tendo em vista a importância que ela tem assumido para a arena pública em que é disputada a possibilidade ou não da continuidade da fumicultura e para o direcionamento das ações de boa parte dos atores envolvidos no contexto que está sendo analisado nesta pesquisa.

Esta arena pública construída em torno da Convenção-Quadro foi central na pesquisa. Foi este tema que, em última instância, determinou a definição do seu objeto, porque me fez dar atenção a elementos que inicialmente não faziam parte do projeto. A defesa do direito de continuar plantando fumo é central para os colonos porque se refere, no limite, à defesa da sua existência enquanto categoria de trabalhadores. Mas não apenas isso. O que está em jogo aí vai além de uma questão de atividade econômica. Atinge a identidade desses colonos, que se reconhecem enquanto produtores de fumo e que percebem essa atividade como boa parte de sua razão de ser.

3.1.7 As questões trabalhistas

Finalizamos esta seção com um problema público que se mostrou mais presente nos diálogos na terceira etapa do trabalho de campo: o embate entre os agricultores e o Ministério do Trabalho e Emprego depois das notificações feitas a colonos que faziam uso de mão-de-obra informal no momento da colheita do tabaco. Explico: com o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo, que têm facilitado o plantio do fumo e aumentado a sua produtividade, os colonos têm acrescido significativamente a quantidade de pés de fumo plantados. O plantio direto e o uso de sementes resistentes a agrotóxicos, o que praticamente elimina a necessidade da enxada, foram os principais fatores que impulsionaram esse processo. Assim, um casal sozinho consegue dar conta de plantar, no limite, até 100 mil pés de fumo. Ocorre que, no momento da colheita, esse casal não dá conta de colher toda essa quantidade porque o fumo amadurece quase que todo de uma vez e, se não for colhido no tempo certo, apodrece na lavoura. Nesse momento torna-se necessária a contratação de mão-de-obra auxiliar – ou “pegar peão” nos dizeres dos colonos – para que a colheita possa ser completamente concluída no tempo certo e se evitem perdas. Algumas famílias, ao invés de “pegarem peão”, fazem uma espécie de acordo com a família vizinha, ou de parentes, para que uma família ajude a outra. Se as duas têm pelo menos três ou quatro membros e a quantidade de fumo não é tão grande,

esse recurso é geralmente viável. Entretanto, se a família é composta apenas pelo casal, essa alternativa fica praticamente inviável, tornando-se imprescindível a ajuda externa. Mesmo quando a quantidade de fumo é pequena, há casos em que a ajuda externa é necessária, especialmente quando se trata de um casal de idade avançada ou quando uma pessoa é responsável única pela lavoura.

Os peões são geralmente colonos que não conseguiram se reproduzir enquanto tal e foram forçados a se mudar para a cidade para trabalhar como “safristas”¹⁶¹ nas fumageiras. Partindo do referencial de Martins (1983), podemos dizer que eles são vítimas da sujeição da renda da terra ao capital, na medida em que a renda obtida com a produção do fumo é apropriada pela indústria no momento da circulação das mercadorias, ou seja, no momento da venda do tabaco, especialmente quando as empresas rebaixam a qualidade das folhas quando são classificadas, de modo a diminuir o preço a ser pago ao produtor.

Durante a maior parte do ano (de fevereiro a outubro – período em que o fumo, já seco, é processado para ser exportado *in natura*) eles trabalham, embora de maneira precária, como operários formalmente contratados. Por serem, ainda que temporariamente, funcionários das fumageiras, eles têm o direito de se associar ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação – Stifa, entidade fundada em 1948, por um grupo de funcionários da empresa Souza Cruz¹⁶². Silveira (1997) estabelece uma relação entre o crescimento dessa categoria de trabalhadores com a expansão das periferias na cidade de Santa Cruz do Sul.

Já durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, que – não por acaso – coincidem com a época da colheita, esses mesmos safristas colocam-se à disposição dos colonos para trabalharem como peões na colheita do fumo. Geralmente moram nas periferias (chamadas pejorativamente de “vilas”) de Venâncio Aires e de Santa Cruz do Sul ou nos povoados dos distritos. O transporte até a propriedade é responsabilidade do colono, que geralmente busca os peões de carro. Há alguns peões que têm seu próprio carro. Nesse caso, eles aproveitam para transportar vizinhos e liberam o colono de ter que buscá-los. Para isso, o dono do carro costuma ganhar um acréscimo de R\$ 20,00 na diária para custear o transporte. A remuneração por dia de trabalho varia entre R\$ 70,00 e 100,00. Em algumas famílias, o pagamento para mulheres é R\$ 10,00 a menos do valor recebido pelos homens. O argumento é de que as mulheres não fazem o trabalho pesado e, por isso, merecem ganhar menos.

Elemento interessante de se observar são as relações interétnicas presentes nesse tipo de “contrato”. Há uma preferência dos colonos em contratar peões que já tenham sido colonos (descendentes de imigrantes alemães que se proletarizaram). Quem não consegue, obriga-se a “entrar nas vilas” e recorrer ao trabalho de não alemães, o que é sempre visto como um risco: “a gente nunca sabe o que essa gente pode aprontar, porque eles estão na nossa casa, mas vamos fazer o que? A gente precisa”. O consumo de drogas ilegais, como cocaína e *crack*, especialmente pelos peões mais jovens, é um dos fatores que mais preocupa os colonos. “Mas vai fazer o que? Sem isso eles não trabalham, então...”

Os colonos não costumam contratar os trabalhadores de maneira formalizada, o que, de acordo com as normas trabalhistas¹⁶³, constitui ato ilegal. Assim, o Ministério do

¹⁶¹ Safristas são os operários contratados por temporada pelas fumageiras.

¹⁶² Ver mais em: <http://www.stifa.org.br/historico>.

¹⁶³ Em 1963, sob pressão dos trabalhadores rurais organizados especialmente em torno do PCB e de acordo com a perspectiva trabalhista do PTB, o governo João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que estendeu aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (promulgada, também sob pressão popular, em 1953, por Getúlio Vargas) até então

Trabalho e Emprego começou a destinar fiscais para averiguar a situação trabalhista nas lavouras do fumo, os quais se depararam com uma quantidade grande (praticamente a totalidade) de agricultores com irregularidades e os autuaram. O processo de fiscalização já havia começado quando eu estava fazendo a segunda parte do trabalho de campo (a primeira incursão na Linha Bonita, durante agosto e setembro de 2013) e o tema já havia começado a entrar na “agenda pública” dos colonos. Ao se aproximar a época da colheita, quando a “contratação” de peões aumenta, os fiscais do MTE intensificaram as fiscalizações e autuações, o que gerou um clima de medo e revolta entre os colonos. Alguns temiam inclusive que a minha ajuda na lavoura, quando estive fazendo a terceira parte da pesquisa, fosse interpretada pelos fiscais como contratação irregular, caso fossem fiscalizar a família em que eu estava¹⁶⁴.

Esse processo mobilizou os diversos entes representativos dos agricultores, desde vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e prefeitos regionais até as quatro entidades representantes dos fumicultores organizadas na região (Afubra, Fetag, Farsul e MPA). Várias iniciativas foram tomadas no sentido de interpelar o Ministério do Trabalho para que se interrompessem temporariamente as notificações, autuações e cobranças de multas aos colonos para que estes pudessem ter um tempo mínimo de adaptação até as próximas fiscalizações. O assunto foi capa dos jornais regionais por várias vezes e pautou vários editoriais e artigos de opinião. Um dos deputados mais defensores da atividade chegou a qualificar a ação do MTE como um “terrorismo contra os colonos”. Uma das principais iniciativas tomadas pelos representantes do setor foi a realização de várias audiências públicas e reuniões com representantes do Ministério no intuito de convencê-los a recuar.

No dia 23 de dezembro de 2013 tive a oportunidade de participar de uma audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Venâncio Aires. O município teve o maior número de notificações, por haver um alto índice de contratação irregular de mão-de-obra nas lavouras do tabaco. Nesta audiência foi possível perceber a forma como está “distribuída”, no meio institucional, a legitimidade de cada uma das quatro entidades de representação dos produtores: a Afubra foi a que recebeu mais destaque. Seu presidente foi chamado para compor a grande mesa onde ficavam sentadas as autoridades e foi um dos primeiros a fazer uso da palavra. Posteriormente os presidentes do STR e do SR de Venâncio Aires também foram chamados para compor a mesa, porém discursaram apenas no final. Por último, o representante do MPA teve que se inscrever para se manifestar, tal como o fizeram os demais participantes, o que demonstra a dificuldade do MPA em se fazer reconhecer enquanto entidade representante dos fumicultores tal como as demais, consequência principalmente das posições defendidas e das práticas através das quais o movimento se construiu ao longo do tempo e com o fato de o MPA não fazer parte do conjunto de entidades que fazem a negociação do preço do fumo com as empresas.

Na audiência, além do superintendente regional do MTE e seus assessores, para quem estavam sendo direcionadas as demandas, estavam presentes prefeitos de diversos

destinados apenas aos trabalhadores urbanos. A partir do ETR, o empregador rural ficou onerado de garantir todos os direitos previstos pela CLT, bem como de recolher o imposto sindical e a taxa de previdência social rural. A unificação dos direitos dos trabalhadores rurais foi unificada à CLT a partir da Constituição de 1988.

¹⁶⁴Outros desconfiavam que eu fosse um infiltrado do Ministério de Trabalho e estivesse visitando as famílias para, posteriormente, denunciá-las. Outros ainda pensavam que eu poderia ser um infiltrado do Governo para especular os produtores (isso especialmente quando me perguntavam sobre quem me pagava e eu dizia que eu tinha uma bolsa de pesquisa, que a universidade recebia do Governo). Muitos também desconfiavam que eu fosse enviado de alguma das entidades para especular o que eles pensavam sobre elas. Enfim, depois de um tempo de convivência, um dia Seu Alcides comentou comigo: “Tu não fazes ideia do tanto de coisas que o povo pensou que tu fosses”.

municípios em que a fumicultura é a principal atividade agrícola, vários deputados, vereadores, presidentes de sindicatos da região, representantes da Afubra, Fetag, Farsul, Stifa e cerca de 100 agricultores.

Duas falas me chamaram atenção durante a audiência. A primeira foi de um representante da Fetag-RS que externalizou uma tensão interna à entidade porque, nesta situação, ela é a entidade que representa ao mesmo tempo os peões, através da categoria de “assalariados rurais”, e os colonos que, neste caso, estariam assumindo a posição de empregadores. Segue a fala:

Este debate é mesmo importante porque, dentro da estrutura da Fetag, nós representamos os agricultores familiares e os assalariados rurais também e há situações em que os agricultores familiares precisam fazer eventuais contratações de mão-de-obra (Representante da Fetag-RS em audiência pública – Venâncio Aires/RN, 23/12/2013).

O representante da Fetag comentou ainda sobre o medo dos colonos de perderem a condição de segurado especial e, consequentemente, o direito à aposentadoria, ao formalizarem a contratação de mão-de-obra, embora haja uma brecha na legislação para contratações eventuais:

No momento que você tem uma legislação trabalhista e uma legislação previdenciária que não convergem, muitas vezes os agricultores familiares, de certa forma, também têm uma dificuldade e um medo de fazer uma contratação em relação à legislação previdenciária, principalmente por medo de perder a qualidade de segurado especial, embora hoje um segurado especial possa contratar mão-de-obra de maneira formal até 120 dias/ano sem perder a condição de segurado especial (Representante da Fetag em audiência pública – Venâncio Aires/RN, 23/12/2013).

Por fim, a liderança sugeriu que o foco das fiscalizações não fossem os agricultores familiares, mas as empreiteiras, que arregimentam grupos trabalhadores de maneira informal e os agencia de acordo com as necessidades dos fumicultores¹⁶⁵:

Nós achamos também que o Ministério do Trabalho deve iniciar a fiscalização principalmente das empreiteiras. Ali sim ocorre muita irregularidade porque os empregados não são formalizados. As empreiteiras, que são chamadas de “gatos”, geralmente pegam pessoas principalmente das vilas. Inclusive tem pessoas com antecedentes criminais, que são levados para dentro das propriedades. Os agricultores não conhecem quem são essas pessoas e acham que elas estão regularizadas, mas elas não estão. (...) Pensamos que é por aí que a fiscalização deveria começar, porque aí é que tem mais irregularidades (Representante da Fetag em audiência pública – Venâncio Aires/RN, 23/12/2013).

Em uma tentativa de sistematização do discurso apresentado, teríamos que no primeiro trecho, é apresentado o dilema da entidade de representar ao mesmo tempo duas categorias de trabalhadores, cuja relação é de capital x trabalho; no segundo trecho teríamos um argumento em defesa direta dos colonos; e no terceiro trecho outro argumento que favoreceu diretamente os colonos e apenas indiretamente os peões. De todo modo, é perceptível uma preocupação muito maior em defender os agricultores familiares que, nesse contexto, estavam ocupando a posição de empregadores, do que em defender os direitos dos assalariados. Assim como o nome da cooperativa de habitação

¹⁶⁵Este foi o principal argumento que diferenciou o discurso do representante da Fetag, do discurso do representante da Farsul. No restante os discursos se assemelharam bastante

da Fetag-RS, como vimos anteriormente, prioriza a categoria agricultor familiar ao invés de trabalhador rural, este discurso também sinaliza uma priorização aos produtores que se encaixam na categoria agricultura familiar em detrimento dos trabalhadores assalariados.

O outro discurso que se destacou foi o de um agricultor:

Nós, plantadores de fumo, estamos vendo tudo contra nós. (...) Somos discriminados por plantar fumo. (...) Da forma como os fiscais chegam nas propriedades, até parece que nós somos marginais. (...) Tem que ver a arrecadação que o município tem de janeiro a junho com a venda do fumo! Uma parte grande vai para Brasília e nós ficamos só com uma fatiazinha. (...) Eu sei de peão que ganha R\$ 120,00 por dia. Empresa nenhuma paga peão por dia. Na empresa o peão demora um mês para receber. Nós pagamos na hora. Nós damos comida, café da manhã, café da tarde, buscamos e levamos de volta para casa. No meu tempo, quando eu trabalhava de peão, eu trabalhei 17 dias para pagar uma lata de banha. Hoje o peão é paparicado na colônia. E naquele tempo não tinha isso. Estão nos perseguinto (agricultor do município de Venâncio Aires, durante audiência pública em 23/12/2013).

Ao final da fala, ele foi fortemente aplaudido pela plateia de produtores que participava da audiência. Depois dos aplausos, um agricultor, que estava sentado ao meu lado na plateia, gritou: “Nós não somos bandidos para ir polícia na nossa roça!” Tais discursos expressam, em certa medida, o sentimento de estigma e perseguição que passou a estar presente entre os colonos especialmente após a ratificação da Convenção-Quadro. Por outro lado, notamos a incorporação dos argumentos utilizados pelos defensores da cadeia, no que se refere à importância econômica da atividade, especialmente em termos fiscais para o Estado. Por fim, percebemos ainda a utilização de argumentos típicos de classes patronais, especialmente quanto destaca as vantagens oferecidas aos peões, numa espécie de nostalgia do tempo em que os peões precisavam se esforçar muito para juntar um pouco de dinheiro.

A adoção desse discurso típico das classes patronais é perceptível também nas relações que os colonos estabelecem com os peões. Tive a oportunidade de presenciar algumas cenas em que os colonos diziam para os peões: “Se tivermos que assinar a carteira, vai ser pior para vocês, porque vai ter um monte de descontos e vocês vão ganhar menos”. A maioria dos peões diz concordar com essa ideia, mas alguns pensam em outros elementos para além do dinheiro imediato, como as questões de segurança jurídica em caso de acidente ou problemas de saúde. Durante o trabalho de campo tive poucas oportunidades de participar de momentos que contassem com a convivência dos colonos com os peões. Mas pelas conversas que ouvia no decorrer da minha vivência na localidade, pude observar que há uma diferença de tratamento quando o peão é “alemão” (descendente de imigrante alemão) e quando o peão é “brasileiro” (geralmente negro ou caboclo). No primeiro caso, o tratamento é mais generoso, pois se trata de um “igual” (não no sentido econômico, mas no sentido étnico). Já no segundo, para além da superioridade econômica do colono, há o peso do preconceito racial, muito presente nas colônias do Sul do Brasil, que torna a relação entre os dois segmentos fortemente assimétrica.

Um caso que me chamou a atenção neste sentido, foi o de Seu Elias e Dona Miriam, um casal de uma comunidade vizinha à Linha Bonita, que eu havia visitado, por sugestão do Seu Alcides, também por fazerem parte do Conselho do STR. Ambos participaram dos cursos de formação de lideranças que a Fetag promove. Este casal foi um dos notificados pelos auditores do MTE e a esposa esteve presente na audiência. Sentada ao meu lado, ela me contou que procurou o STR para pedir assistência jurídica (e política) para resolver o caso e tentar um recurso à multa, mas, segundo ela, o

presidente não percebeu a gravidade da situação e deu pouca importância ao caso. Muito nervosa com a situação, ela pensou em uma alternativa: como a família dela era parente muito próxima da família do presidente do SR de Venâncio Aires, pediu ajuda a este, que encaminhou a demanda ao presidente do SR de Santa Cruz. Os sindicatos da Farsul têm muito mais prática de resolver esse tipo de problema porque são justamente os sindicatos dos empregadores. O filho do presidente do SR de Santa Cruz, por exemplo, é um advogado especializado nesse tipo de causa. Foi através dele que Dona Miriam conseguiu encaminhar uma resolução para o problema.

Este fato ilustra dois processos. O primeiro é a influência das relações pessoais que, em diversos casos, se sobrepõem a obrigações políticas, tal como será desenvolvido na seção 3.2. O segundo é o fato de que a lealdade e o compromisso para com uma entidade, por mais engajada que a pessoa seja, têm limites. Quando esta entidade não atende às necessidades, a tendência é procurar a solução em outra. E isso não obriga a pessoa a desfazer o vínculo com a primeira entidade. Esse é também um dos motivos que faz as pessoas terem vinculações em diversas entidades ao mesmo tempo. No caso de Dona Miriam, ela vai ter estabelecido relação com as quatro entidades: do STR e da Afubra é associada. Com o MPA, já encaminhou um financiamento em determinada ocasião e já participou de protestos organizados pelo Movimento. E agora com o SR estabeleceu um laço de obrigação que será baseado no princípio da reciprocidade, em função da ajuda recebida no encaminhamento jurídico ao problema que estava enfrentando.

Isto evidencia outro elemento interessante na diferenciação entre SR e STR, à semelhança do que Sherer-Warren (1971) já havia identificado para os sindicatos paralelos a estes no município de Candelária, vizinho a Santa Cruz. Trata-se do fato de que, embora ambos os sindicatos tenham uma quantidade proporcional semelhante de agricultores que não empregam mão-de-obra, a quantidade de agricultores que a empregam e são associados do SR é significativamente maior do que o número de empregadores associados ao STR. Para além do impedimento legal, um dos principais motivos é que a própria Fetag-RS, por uma questão política, orienta seus sindicatos a não associarem empregadores, pelo menos aqueles que o são oficialmente, já que os que empregam informalmente ou eventualmente não são poucos no quadro social do STR. É por isso, então, que o SR já tinha o *know how* necessário para resolver o problema de Dona Miriam.

Outro elemento alvo de fiscalização do Ministério do Trabalho é o trabalho infantil. Este tema não tem tido a mesma repercussão que o trabalho informal, porém sempre esteve presente nas reclamações dos colonos: “Aonde já se viu um homem já barbado de 16 anos não poder trabalhar?”; “Se não aprende de pequeno não aprende mais depois de grande”; “Não vou deixar meu filho virar vagabundo” eram frases recorrentes. O Sinditabaco, em conjunto com a Afubra, tem promovido uma série de ações de combate ao trabalho infantil, como campanhas na televisão, cartilhas, audiências públicas, seminários, etc. Os agricultores, em sua maioria, tendem a concordar até certo ponto com a legislação, mas não completamente. Dizem: “Qual é o pai que vai botar o filho de oito, dez anos para passar veneno na roça? Ninguém é louco de fazer isso. Quem quer o bem do filho sabe que isso vai fazer mal. Agora quando o guri já está mais crescidinho, é importante que ele aprenda a trabalhar. Vai ficar em casa o dia inteiro assistindo TV?” A legislação sobre o trabalho infantil, portanto, vai contra os valores morais dos colonos, que veem no trabalho uma fonte de respeitabilidade e de dignidade frente a seus pares. Por isso, no desejo de verem seus filhos respeitados pela comunidade, os pais os educam para valorizarem o trabalho da mesma forma, de modo que “ficar assistindo TV” durante o dia constitui, para eles, uma prática moralmente inaceitável.

De todo modo, embora incomode os colonos, esta pauta ainda não chegou a mobilizá-los tal como a pauta do trabalho informal, que tem preocupado muito mais os agricultores, porque, para além do fato de ser mais difícil para os auditores fiscalizar a ocorrência de trabalho infantil, já que é mais fácil para escondê-lo, a questão do trabalho informal tem um impacto maior para a colheita do fumo do que a do trabalho infantil, ou seja, trabalhar sem a ajuda dos filhos durante o ano é suportável, mas colher o fumo sem a “peonada”, para boa parte das famílias, inviabilizaria a atividade.

Nesta seção apresentei os sete problemas públicos que mais se manifestaram durante o trabalho de campo. Certamente há outros como a questão da qualidade das estradas, a necessidade de infraestrutura hídrica que proporcione água encanada para todos, a questão do trabalho infantil, dentre outros. Optei por destacar os que foram mais comentados pelos colonos para analisar de que forma cada problema influencia no reconhecimento público do trabalho de cada entidade e nos processos de vinculação ou desvinculação dos produtores a elas.

3.2. As redes de sociabilidade

Para além do reconhecimento do empenho de cada entidade na busca por soluções para os problemas públicos que eles constroem e do acesso a serviços e políticas que cada entidade proporciona, há outros fatores que influenciam os processos de vinculação dos fumicultores junto às entidades, tais como as relações pessoais que se estabelecem a partir de redes de sociabilidade, como parentesco, vizinhança e amizade. É disto que vamos tratar nesta seção, com a ressalva de que nossa intenção está muito longe de pretender abranger a totalidade de casos que possam ilustrar esses processos em relação às quatro entidades, mas tão somente descrever os principais casos observados durante o trabalho de campo da pesquisa e fazer uma reflexão a partir deles.

Comerford (2003) chamou atenção para o fato de que a credibilidade e a legitimidade dos sindicatos que ele estudou na Zona da Mata Mineira eram fortemente dependentes da reputação dos seus líderes, construída a partir dessas relações, ou seja, segundo o autor, a dimensão não-institucional do sindicato exerce forte influência na dimensão institucional. Segundo ele, a vinculação a uma organização de representação política passa por este crivo de análise da reputação e da legitimidade das figuras públicas que estão conduzindo o movimento.

Ao beber nas contribuições de Malinowski (1922/1976), Mauss (1950/2003) e Sigaud (2004), a respeito das relações de obrigação criadas a partir das trocas, Loera (2009) adotou perspectiva semelhante à de Cefaï, quando analisou as redes sociais para compreender os processos de mobilização política nos acampamentos do MST, nos anos 2000 e como elas são também fundamentais para a manutenção desta forma de organização. De acordo com a autora, as ocupações de terra, por parte deste movimento, só eram possíveis porque existia uma ampla rede de conhecidos e familiares, que era acionada tendo por base um conjunto de compromissos e obrigações entre os atores envolvidos, ou seja, em muitos casos, o engajamento político se dava mais em função de um compromisso de retribuir um favor à pessoa que estava convidando para participar da ocupação do que por uma consciência política de que a ocupação era uma estratégia de luta para promover transformações na sociedade. Também a participação nas ocupações por parte de quem já está assentado estaria relacionada a esse sentimento de compromisso para com o movimento que o ajudara a conquistar seu lote de terra.

Quem convida se sente no compromisso de ajudar a pessoa convidada e esta, depois de ajudada, se sente na obrigação de retribuir, à semelhança de uma relação de apadrinhamento. Há, portanto, uma circulação de ajudas que segue a lógica da

reciprocidade e que faz com que um acampamento esteja sempre ligado a um assentamento ou a um acampamento mais antigo, que tenha participado do processo de mobilização. A prática das trocas, nesse sentido, assume uma função social específica de construção e manutenção de laços sociais duradouros tanto do ponto de vista interno¹⁶⁶, quanto em relação aos laços entre o acampamento e entidades com as quais são estabelecidas também relações de ajuda mútua¹⁶⁷ (LOERA, 2009).

A autora conclui seu estudo afirmando que talvez o grande trunfo do MST tenha sido conseguir se organizar enquanto uma “sociedade em rede”, que se baseia em relações interpessoais, laços de vizinhança e amizade preexistentes, o que tem possibilitado a sobrevivência de grupos relativamente grandes de famílias em ambientes com condições estruturais precários, por longos períodos de tempo, de modo a fortalecer o poder de pressão política do movimento.

Dividi esta seção em duas. Ambas tratam de relações pessoais baseadas no princípio da reciprocidade, o qual pressupõe vínculos entre amigos. No entanto, separei as relações de vizinhança e de parentesco das relações propriamente de amizade. Esta separação foi inspirada na diferenciação feita por Pitt-Rivers (1971), que considera o vizinho e o parente como que um “amigo imposto pelas circunstâncias”, ou seja, há um pressuposto moral de que o vizinho e o parente devem se ajudar mutuamente, trocar favores, enfim, estabelecer uma relação de lealdade uns para com os outros. Na prática, sabe-se que isto não vale para todos os casos, mas o ideal de uma boa relação de vizinhança ou parentesco é essa. A relação de amizade, por sua vez, tem um caráter de voluntariado, ou seja, as pessoas podem escolher de quem elas querem ser amigas. Depois de aceitar a relação de amizade, as pessoas nela envolvidas não podem mais negar as obrigações nela implicadas, para não dar uma impressão de querer se aproveitar do outro.

3.2.1 A vizinhança e o parentesco

Início com o caso de Seu Miguel e de Dona Gertrudes, talvez o mais emblemático. Eles estão na faixa dos 50 anos de idade. Com eles reside a filha Jéssica, de 18 anos, que cursa o terceiro ano do Ensino Médio à noite na cidade. Durante o dia ela trabalha em casa e na lavoura e, nos momentos de folga, faz as tarefas da escola. Mais recentemente passou a morar com eles também o companheiro de Jéssica, Mateus, que, por preferir, segundo ele, trabalhar na fumicultura a estudar, não chegou a completar o Ensino Fundamental. Ele não é descendente de alemães, mas, com a convivência na Linha Bonita, está aprendendo várias palavras em “deutsch”¹⁶⁸. Mateus e Seu Miguel são os “cabeças” de uma lavoura de aproximadamente 85 mil pés de fumo. Jéssica diz querer arrumar um emprego na cidade depois que concluir o Ensino Médio, mas Mateus prefere “ficar na roça”.

A propriedade de Seu Miguel faz divisa com as terras de uma liderança importante do MPA. Antes mesmo da criação do Movimento na região, portanto, já havia uma relação de proximidade estabelecida em função da vizinhança das terras. Seu Miguel, inclusive, já vendeu parte de sua terra para a esta liderança. Para meus interlocutores, embora não fossem “vizinhos de casa” – a residência desta liderança fica na outra ponta de sua propriedade, portanto outra comunidade –, o fato de serem “vizinhos de terra” colocava-lhes a necessidade de evitar conflitos e estabelecer uma relação de parceria e de troca de favores. Ouvi certa vez: “Quando dá para evitar uma briga com o vizinho, evita. A pior coisa que tem é não se dar bem com o vizinho. Coisa mais triste!” Quando, então, esta

¹⁶⁶ Os exemplos podem ser os mais variados, mas os que a autora destaca são as trocas de barracas e de serviços entre os acampados.

¹⁶⁷ Há diversas entidades, especialmente urbanas, que fazem doações aos acampados.

¹⁶⁸Deutsch é o termo utilizado por meus interlocutores para se referirem a “alemão”.

liderança apresentou a Seu Miguel e Dona Gertrudes a proposta de criação de um novo movimento e os convidou a participar, uma recusa a este convite poderia representar a quebra de uma relação de boa vizinhança. O casal, assim, é um dos mais participativos da comunidade no movimento, usa o boné com o símbolo do MPA cotidianamente e foi um dos primeiros da comunidade a acessar o PNHR. Também em função de uma proximidade maior com esta liderança, Seu Miguel e Dona Gertrudes deixaram o Sindicato Rural, do qual eram associados antes do MPA.

Em um raio de não mais do que 200 metros moram duas irmãs e um irmão de Seu Miguel com suas respectivas famílias. Dona Modesta, uma das irmãs de seu Miguel está na faixa dos 40 anos. É casada com Seu Pedro, de idade semelhante, com quem teve dois filhos. Todos os dias passa um micro-ônibus da prefeitura de Santa Cruz para transportar o filho mais novo até a escola que fica em uma comunidade vizinha. O mais velho utiliza o ônibus de linha que passa na comunidade¹⁶⁹.

Convidados por Seu Miguel, Dona Modesta e Seu Pedro também começaram a participar do MPA. Não que este tenha sido o único elemento que determinou o início da participação deles no movimento. Outros elementos, como o acesso ao Pronaf, por exemplo, também contribuíram, mas foram reforçados pelo convite de Seu Miguel, que já tinha uma relação de maior proximidade com a liderança do movimento. Provavelmente, mesmo se não tivesse havido o fator Seu Miguel, eles teriam se vinculado ao movimento. A diferença é que, com a relação de proximidade maior de Seu Miguel com a liderança, por consequência tornou Dona Modesta e Seu Pedro também mais próximos do movimento, em um processo mediado pelas redes de sociabilidade, tal como mencionadas por Cefai (2001).

Eles também usam o boné do movimento cotidianamente. Foram os que apresentaram discurso mais próximo daquele propagado pelo MPA, qual seja, o de que eles plantam menos fumo (35 mil pés apenas) para poder ter espaço e tempo para produzir o seu próprio alimento, que eles plantam um pouco de tudo e quase não precisam comprar nada no mercado. Faziam questão de me mostrar a produção de repolhos, beterrabas, rabanete e as conservas que Dona Modesta gosta de fazer a partir desses cultivos. Assim como Seu Miguel, Seu Pedro era sócio do STR, enquanto solteiro. Depois que casou mudou para o SR por ter uma taxa mais barata. Por um tempo manteve vínculo com MPA e SR e há dois anos parou de pagar a taxa do SR por considerar desnecessário: “a gente encontrou um plano, o Pró-dente, que é bem baratinho, então não precisa mais do sindicato”.

Processo muito semelhante aconteceu com a outra irmã do Seu Miguel, Dona Mônica, casada com Seu Valmor. Eles também plantam uma quantidade relativamente pequena de fumo (cerca de 30 mil pés), mas a justificativa dada por eles é diferente daquela dada pelo Seu Pedro. É porque Seu Valmor, além de fumicultor, é também jardineiro. Então praticamente todos os dias ele sai de manhã bem cedo, com seu carro “Gol mil” para trabalhar na cidade e retorna no final do dia. O cultivo da lavoura do fumo, portanto, durante a semana fica a cargo da Dona Mônica, que faz o que pode. Nos finais de semana, quando Seu Valmor está em casa, aí eles fazem o serviço mais pesado,

¹⁶⁹ Pela manhã bem cedo, há um ônibus que sai de Monte Alverne e vai até a cidade de Santa Cruz, utilizado especialmente pelos “colonos-operários” que moram no interior e trabalham na cidade. Ao meio-dia, há um que faz o mesmo trajeto do da manhã e outro que faz o trajeto contrário. Ao final da tarde repete-se a mesma dinâmica do meio-dia. Uma linha transporta de volta para casa os que trabalham na cidade e outra leva para a cidade os que estudam à noite na Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, ou nos colégios de Ensino Médio. No final da noite outra linha transporta estes estudantes para casa. Há um convênio entre a empresa Sayonara e a Prefeitura que torna gratuita a passagem dos estudantes das escolas públicas até o Ensino Médio. O mesmo ônibus, portanto, serve aos estudantes e aos que trabalham ou necessitam ir à cidade por qualquer razão.

especialmente aos sábados. Na época da colheita, porém, Seu Valmor interrompe as atividades de jardinagem e fica só em casa, pois Dona Mônica não daria conta sozinha. O casal tem dois filhos: um de 14 anos, que cursa a oitava série na mesma escola do filho mais velho da Dona Modesta, na comunidade vizinha; o outro tem 18 anos e trabalha como mecânico em uma oficina na cidade, durante o dia, e alguns dias da semana tem aula. Ele cursa o Ensino Médio na modalidade supletivo. Aproveita carona com o pai pela manhã e à noite volta com o ônibus “Sayonara”. Quando não tem aula, volta com o pai também de carro.

O irmão do Seu Miguel, mais novo, mas também na faixa dos 50 anos, é o Seu Michel, casado com a Dona Carolina. Eles têm duas filhas. A mais velha mora com o companheiro na cidade de Venâncio Aires, onde trabalham como assalariados e a mais nova, na faixa dos 18 anos, mora com eles. Ela ajuda no que pode na lavoura, “quando o serviço aumenta”, porque tem problemas de coluna. Eles foram morar na Linha Bonita no início de 2013. Antes disso moravam em outra localidade, onde tinham terra própria, mas a casa era muito velha e o lugar era muito isolado. “Não passava ônibus e era muito difícil”.¹⁷⁰ Por isso venderam a terra e usaram o dinheiro para construir uma casa nova ao lado da casa do Seu Roberto, pai deles. Seu Michel está plantando fumo à meia com o Seu Pedro. Ele também não é sócio de nenhum sindicato e sua participação no MPA é menor do que a dos seus irmãos. O fato de ter vindo morar apenas agora próximo ao Seu Miguel pode ser um fator que tenha contribuído para isso. Este é, portanto, um exemplo de como as redes de sociabilidade contribuem para a criação de ações coletivas e para o crescimento das organizações de movimentos sociais.

Todos eles são associados da Afubra. Por mais que o discurso do MPA seja crítico a ela, consideram importante ter o seguro da lavoura, porque, na ocorrência de granizo, eles têm uma segurança. Um elemento interessante que percebi é que este grupo de agricultores não manifestou tanta preocupação com as questões relacionadas à Convenção-Quadro, tal como outros agricultores menos próximos ao MPA, como seu Ismael, que é casado com uma funcionária da Philips Morris do Brasil, ou como Seu Ramon e Dona Rafaela, cujo pai é “orientador” de uma empresa, como vimos na seção anterior.

3.2.2 As amizades

Para além dessas relações de vizinhança e parentesco, as relações de amizade entre os colonos, mesmo que entre localidades diferentes também contribuem para o crescimento das entidades. É o caso do Seu Fausto (falecido em 2010 de infarto com menos de 50 anos de idade), marido da Dona Giraldina. Ele era muito amigo do Seu Emílio, que era vizinho da liderança do MPA, na localidade próxima e, em função disso, auxiliou também na construção do movimento. Seu Emílio e Seu Fausto eram também muito amigos de Seu Fernando, residente em outra localidade ainda – as três vizinhas uma à outra. Este grupo de amigos costumava sempre sair juntos. Especialistas em assar carne, eram sempre convidados para preparar os churrascos nas festas. A proximidade de Seu Emílio ao MPA, portanto, aproximou também Seu Fausto e Seu Fernando. Na construção do prédio onde fica hoje o Centro de Formação São Francisco, na mesma área onde está sediada a Cooperfumos, o trio de amigos ia todos os dias para ajudar como mão-de-obra. “Às vezes a gente ia e acampava à noite lá. A gente gostava de pescar no açude lá. Levávamos varinha e anzol e ficávamos. Ainda hoje, de vez em quando, eu e o

¹⁷⁰ Isto ilustra aquilo que comentávamos no capítulo primeiro a respeito da especificidade de a Linha Bonita ser uma localidade privilegiada, de “terras de baixada”. Uma pesquisa de maior fôlego poderia se propor a comparar a participação política dos colonos destas localidades mais privilegiadas com a participação daqueles que moram nos “cerros”, que são os “mais lascados”.

Emílio vamos lá acampar” – relata Seu Fernando, lamentando a ausência do Seu Fausto.

Dona Giraldina e Seu Fausto também foram um dos primeiros a acessar o programa de habitação, na mesma época do Seu Miguel e da Dona Gertrudes, no início dos anos 2000. Eles tiveram duas filhas e assumiram a guarda de um sobrinho, filho de um irmão de Dona Giraldina. A mãe faleceu alguns dias depois do parto e Dona Giraldina se responsabilizou pelo menino, que hoje, com 13 anos, mora com a Dona Antonieta, mãe do Seu Fausto, na casa ao lado. A filha mais nova, Izabelle, cursa o Ensino Médio à tarde em Monte Alverne e a mais velha, Lúcia, cursa faculdade de Administração em um centro universitário da cidade à noite e durante o dia trabalha como auxiliar administrativa na empresa Souza Cruz. Há cerca de um ano ela namora Daniel, militante do MPA, que trabalha na Cooperfumos, onde se conheceram em uma atividade da qual Lúcia participou, em função da proximidade dos pais com o Movimento¹⁷¹.

Dona Giraldina, dessa forma, é levada a manter uma aproximação com o MPA por dois elos: pela amizade que mantém com Seu Emílio, que é viúvo, Seu Fernando e sua esposa, Dona Ana e pelo namoro da filha com um militante do movimento. Por isso, logo na primeira vez que conversei com Dona Giraldina e expliquei o objetivo da pesquisa, ela logo falou: “ah, eu sou bem fiel ao MPA. O Luiz Antônio, nosso vereador, sempre ajudou quando precisávamos¹⁷². Agora a gente está um pouco mais afastada, mas a gente sempre participou”. Expressão do princípio da reciprocidade, é nítido o sentimento de obrigação de Dona Giraldina em relação à figura de Luiz Antônio, uma obrigação que é cumprida em termos de reconhecimento ao movimento e em termos de apoio eleitoral nas suas candidaturas à vereança.

Em certa ocasião, um amigo de outra comunidade lhe fez uma visita e na conversa começou a me contar um fato a respeito de Seu Luiz Antônio. Neste momento, Dona Giraldina ficou calada, o que não era uma prática comum dela em uma conversa. Provavelmente ela tenha silenciado em função de sua relação de obrigação/lealdade com o Seu Luiz Antônio. Além disso, Dona Giraldina, tal como Seu Miguel, é vizinha de terras com Seu Luiz Antônio. Isso a obrigava a evitar estabelecer uma relação de conflito com o líder. “É melhor não criar conflito e tentar ir cobrando com as boas”. Isso também ajuda a explicar essa posição de indiferença em relação à crítica do amigo.

As relações de amizade ou inimizade entre as lideranças das diferentes entidades também interferem nas possibilidades de parceria ou disputa entre elas e na vinculação dos agricultores. Cito um exemplo a partir da relação de parceria firmada entre o MPA e o SR até o ano de 2005, que foi a que me causou maior surpresa, tendo em vista o histórico de fortes enfrentamentos entre a Farsul e o MST, movimento irmão do MPA na Via Campesina, especialmente durante os anos 1990 nos conflitos por terra no Rio Grande do Sul. Aconteceu que entre o presidente do SR, Carlos Otávio, e uma liderança importante no início da criação do MPA em Santa Cruz, Fausto Sílvio, havia um laço forte de amizade que existia desde muito antes da existência do MPA. Isso fez com que, em dado momento, fosse estabelecida uma relação de parceria entre as duas organizações¹⁷³. Nos primeiros

¹⁷¹ Lúcia fora ajudar o grupo de mulheres do MPA a vender salgados em um encontro promovido pelo movimento. Segundo Dona Modesta, da Linha Bonita eram quatro mulheres que mais participavam das atividades do grupo de mulheres do MPA: Ela, Dona Gertrudes, Dona Mônica e Dona Giraldina. Durante a pesquisa, procurei prestar atenção sobre a participação das mulheres. Entrevistei uma liderança feminina do STR e uma do MPA, mas a limitação temporal impediu um investimento maior de pesquisa e reflexão sobre este tema.

¹⁷² Em 2010 a casa da mãe de Dona Giraldina incendiou. No processo de recuperação de imóveis e reforma da casa, o coordenador do MPA foi fundamental para que elas conseguissem minimizar os prejuízos e recomeçar. Por isso, elas são muito gratas a ele.

¹⁷³ Este fato demonstra como, em diversas situações, os vínculos de obrigações pessoais determinam as parcerias políticas a despeito de posicionamentos políticos pré-definidos.

anos do MPA no município, o Movimento não tinha autorização do MDA para emitir as famosas DAPs – Declaração de Aptidão ao Pronaf. Apenas os sindicatos eram credenciados no Ministério para emitir o documento. Diante desta situação, Fausto Sílvio, amigo de Carlos Otávio, acionou a relação pessoal de amizade para pedir a ele que assinasse as DAPs dos agricultores para que pudessem encaminhar os financiamentos do Pronaf, mesmo que tais agricultores não fossem sócios do SR. Por um tempo, então, houve uma relação de parceria – ou quase cumplicidade – entre o MPA e o SR, entidades locais de organizações maiores, cujas relações são de fortes divergências.

Posteriormente, no entanto, o presidente do SR começou a repensar esta parceria dado o perigo que ele estava visualizando de um “endividamento generalizado” dos agricultores e decidiu, então, interromper a emissão das declarações para não se comprometer no futuro. Apesar disso, a ligação entre as duas lideranças se manteve. Em 2005, Fausto Sílvio se desentendeu com as demais lideranças do Movimento por divergências quanto à forma de agir e decidiu sair da organização. Carlos Otávio, então, sabendo da vasta experiência política e burocrática que ela havia adquirido no MPA, convidou-a para integrar a sua chapa nas eleições para a diretoria do SR, em que Carlos Otávio estava disputando a reeleição. Ele assumiria o cargo de tesoureiro a fim de ser responsável pela mediação do Pronaf no SR, já que, até então, este sindicato não fazia este serviço. Tendo Fausto Sílvio aceitado o convite e tendo sido eleita a chapa, intensificou-se a disputa por base social entre o MPA e o SR, que anteriormente estava mais fortemente centrada entre o MPA e o STR.

Esse episódio evidencia uma situação em que a orientação das decisões políticas foi mais determinada pela relação de amizade entre as duas lideranças do que as próprias convicções programáticas defendidas pelas organizações das quais faziam parte, ou seja, até mesmo as lideranças, que tem um grau de engajamento mais intenso, são suscetíveis a terem que submeter sua ação a um conjunto de determinantes que vão além dos projetos políticos oficialmente defendidos. O fato de Fausto Sílvio ter aceitado o convite demonstra também que as disputas por poder entre as lideranças de um mesmo movimento podem gerar consequências como a mudança de posição sobre a própria organização, como ocorreu nesse caso, em que Fausto passou a trabalhar para uma organização “concorrente”.

Interessante notar ainda que havia um número significativo de agricultores que se vinculava ao MPA em função da relação de proximidade/confiança e/ou de obrigação para com Fausto Sílvio. Quando este passou a trabalhar no SR, boa parte destes produtores, mudou junto. Isto não necessariamente significa que eles tenham se associado ao SR, mas o fato de passarem a encaminhar o acesso ao Pronaf através do SR é um primeiro passo para possíveis vinculações maiores posteriormente. A vinculação, portanto, dos colonos em relação às entidades é fortemente determinada pela relação de amizade, que gera confiança entre o colono e a liderança com a qual ele tem mais proximidade.

3.3 O atendimento

Como já adiantamos em algumas discussões anteriores, as decisões a respeito da melhor entidade a se vincular ou com a qual encaminhar solicitações de acesso a políticas públicas depende muito da qualidade do atendimento, tanto dos funcionários no balcão, nos momentos de encaminhamento de documentação para fins de acesso a políticas públicas, quanto das lideranças nas demais interações.

Um exemplo é a relação entre o STR e o SR e da posição dos agricultores frente

a isso. Pela legislação¹⁷⁴, o STR deve representar os trabalhadores rurais, ou seja, os assalariados e os proprietários não empregadores com menos de dois módulos rurais – o que em Santa Cruz significa 40 ha de terra – e o SR seria destinado a representar os empresários ou empregadores rurais ou qualquer outro produtor com mais de dois módulos. De acordo com esta definição, a grande maioria dos agricultores de Santa Cruz deveria estar vinculada ao STR, já que são pouquíssimos os que possuem formalmente empregados e também raros os que possuem mais de dois módulos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do total de 26.230 estabelecimentos rurais (com agricultura familiar ou não) no município, apenas 863 possuíam mais de 50ha¹⁷⁵, ou seja, 3,3%.

Ocorre, no entanto, que há um conjunto significativo de agricultores que preferiu se vincular ao SR, mesmo não sendo este o sindicato legalmente recomendado para a sua representação, conforme os critérios acima expostos. A fala do presidente do SR ilustra esse processo:

A Associação Rural de Santa Cruz representava os produtores e a economia da região. Mais tarde, passando a ser sindicato, nós passamos a representar a classe de empregadores rurais e, mais tarde, em 1970, a gente passou a se denominar produtores rurais, sindicato dos produtores rurais, englobando a representatividade dos empregadores, mas também dos produtores, porque o perfil daquele produtor que hoje não contrata mão-de-obra, amanhã ele já pode contratar e passa a ser um empregador rural (...). Nós representamos os empregadores e uma fatia da agricultura familiar¹⁷⁶. Essa é a divisão que nós temos hoje. De acordo com a divisão sindical, até dois módulos (40ha) é representado pelo STR e de 40ha para cima é representado pelo nosso sindicato. Agora, pela Constituição de 1988, é livre a iniciativa de qualquer pessoa de se associar onde bem entender dentro do seu ramo. Então nós temos bastante gente com pequena propriedade aqui (...) Eu sempre digo, quando não existe uma obrigatoriedade legal, tu vais onde tu és melhor tratado, onde tu te

¹⁷⁴ Decreto Lei 1.166 de 1971, modificado pela Lei nº 9.701 de 1998, que define o trabalhador rural como: a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros; e empresário ou empregador rural como: a) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural; b) quem, proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região; c) os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região. Assim, a representação dos trabalhadores rurais caberia à Contag e a dos empregadores à CNA. Ver mais em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1166.htm.

¹⁷⁵ Equivalente a pouco mais de dois módulos. Na região de Santa Cruz do Sul, um módulo tem 20ha.

¹⁷⁶ A fatia da agricultura familiar a que o presidente do SR se refere é o conjunto dos agricultores que possuem de dois a quatro módulos fiscais, já que segundo a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), é considerado agricultor familiar aquele que possui até quatro módulos fiscais, ao passo que a legislação sindical anteriormente citada considera o trabalhador rural aquele que possui até dois módulos. Desde 2003, foram apresentados ao Congresso Nacional diversos projetos de lei, cada qual por um deputado diferente (PL 751/2003, 901/2003, 1425/2003, 4428/2012 e 6287/2013 – Ver mais em www.camara.gov.br) que propunham aumentar de dois para quatro o número de módulos que diferencia a categoria trabalhador de empresário rural, considerando o agricultor familiar um trabalhador rural e utilizando como argumento a Lei da Agricultura Familiar, que estabelece o limite de quatro módulos. A intenção é justamente impedir que o sistema patronal possa continuar sendo representante de uma parte da agricultura familiar. Tais projetos, todos apensados ao primeiro) já foram aprovados e reprovados em diferentes comissões do Congresso, mas não chegaram a ser votados pelo plenário. Uma investigação aprofundada a respeito da tramitação destes projetos nos ajudaria a entender as relações de força entre as entidades patronais e laborais junto ao Congresso e a forma com que cada uma se faz representar no parlamento.

sententes melhor. Quem trata melhor tem a participação do produtor. Aonde o produtor se sente melhor, mais bem atendido, ele procura aquele órgão (Carlos Otávio, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

Isto gera certa tensão entre as lideranças destes sindicatos, como se percebe na fala do presidente do STR em relação ao presidente do SR:

Nós não podemos obrigar ninguém a se associar. Agora, a ideia que ele tem é contrária à nossa, porque eu não aceito (como sócio do STR) quem é empregador. Eu aceito quem é trabalhador rural, os pequenos produtores. (...) Já ele diz: “Ah, quem é colono pode se associar”. Então qualquer tamanho de terra pode. Mas a coisa não é assim. Então como empregadores, quando eu sei que alguém é empregador ou grande produtor, eu não aceito. Nós não aceitamos. Isso nem poderia. Como é que nós vamos pegar os empregadores aqui dentro? Não tem lógica, ao passo que eles partem para esse... Nós até tivemos várias divergências, inclusive em relação à contribuição sindical, em que eles enviaram aos colonos cobranças da contribuição sindical(...) E cada vez eu contesto, vou na justiça. Eles usam uns artigos de uma lei do Incra¹⁷⁷ e se agarram nisso, mas não é bem assim, porque já houve várias alterações¹⁷⁸ e nós aqui estamos trabalhando com até quatro¹⁷⁹ módulos fiscais. Aqui na nossa região, 20ha é um módulo. Quatro ou cinco módulos é o que nós defendemos. E dentro disso, tem muitos colonos que receberam a cobrança deles da contribuição sindical. (...) Se a pessoa for empregadora, dos grandes, aí sim, isso é com eles e nós estamos com os pequenos, nós defendemos (!) os pequenos. A própria legislação dos pequenos é diferente da dos grandes (Paulo Henrique, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 22/04/2013).

Percebe-se nestas falas uma intensa disputa no plano jurídico em torno da definição dos critérios utilizados na seleção dos agricultores que farão legalmente parte da base de cada entidade. Quanto maior a abrangência de cada entidade em termos de número de agricultores a serem representados, mais força política, mais capacidade de arrecadar recursos e maiores chances de projetar lideranças terá a organização. Por isso a disputa. No que se refere a outras questões, porém, quando a pauta está relacionada à base de ambos, os dois sindicatos somam forças e atuam em conjunto, como se não houvesse diferenças entre eles. É o caso das lutas em favor da continuidade da fumicultura e das reivindicações em torno da definição do preço do fumo.

São poucos, no entanto, os agricultores que têm noção destas diferenças entre um sindicato e outro. Apenas aqueles que já assumiram cargos de liderança, que participam dos conselhos dos sindicatos ou pessoas próximas a estes. A maioria diferencia um sindicato do outro através de três critérios:

¹⁷⁷ O presidente do STR refere-se ao conceito de propriedade familiar definido no Estatuto da Terra (Lei 4504/1964) como “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros” e uma propriedade familiar seria um módulo. Os representantes da CNA, portanto, argumentam que, se um módulo já é suficiente para a sobrevivência de uma família, a representação desta entidade deveria ser, então dos proprietários de mais de um e não de dois como propõe a atual legislação. A proposta de aumentar para quatro seria, portanto, muito mais contestável, dado que o certo, para a CNA, não seria nem dois, mas apenas um módulo o limite diferenciador das categorias. Veja-se a argumentação construída pelo Deputado Homero Pereira (PR/MT) em parecer ao PL 751/2003 na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal em 01 de julho de 2009 no link: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=668657&filename=Tramitacao-PL+751/2003. Acesso em 06/12/2013.

¹⁷⁸ Refere-se à Lei 9701/1998 que modificou a Lei 1166/1971, passando de um para dois módulos o critério de separação das categorias trabalhador e empresário rural.

¹⁷⁹ O presidente do STR está contando como aprovado o PL 751/2003 anteriormente referido.

- *Localização* – o STR como “sindicato do centro”, já que está localizado no centro da cidade; e o SR como o “sindicato lá de cima”, já que está situado em uma região mais afastada do centro;
- *Tamanho* – o STR como “o sindicato grande”, por ter um número maior de sócios, ter uma sede maior e ter uma loja agropecuária onde os agricultores sócios ganham descontos nas compras; e o SR como o “sindicato pequeno”, já que possui menos associados, sua sede é uma antiga residência familiar, não muito grande e não possui loja agropecuária;
- *Nome do presidente que ocupou o cargo por mais tempo* – o STR como o “sindicato do Etges”, em referência ao atual presidente, considerado uma das “lendas” da política em Santa Cruz, por estar há mais de 40 anos ocupando cargos na diretoria do STR, a maior parte como presidente; e o SR como o “sindicato do Spengler”, em referência a Lindolfo Spengler, que ocupou a presidência da entidade durante 25 anos, de 1967 a 1992, hoje falecido.

Este último critério evidencia a importância que as relações pessoais assumem na decisão de vincular-se a um sindicato ou outro. O presidente que for mais simpático, mais acolhedor e tiver um carisma mais forte tem a capacidade de aproximar mais agricultores que o outro. Durante o trabalho de campo, tive também a oportunidade de fazer uma visita ao SR de Venâncio Aires, município vizinho de Santa Cruz e, na conversa com o presidente deste sindicato, ficou muito claro a importância de o presidente ser acessível aos colonos. Enquanto eu conversava com ele, a porta da sala ficava aberta e os colonos iam entrando livremente, sem a mínima formalidade: “Está vendo como é que é? É disso que os colonos gostam. Eles têm livre acesso aqui na minha sala, vêm, conversam, a gente procura resolver os problemas deles...” Na ocasião a que me refiro, durante a conversa, três agricultores entraram, cumprimentaram o presidente e o vice, que estava junto, e começaram a explicar o problema deles: não consegui entender completamente, mas percebi que se tratava de um vizinho que havia denunciado o corte de algum tipo de árvore, tal como descrevo no diálogo entre os agricultores e o presidente:

- Vocês tinham licença para cortar?
- Mas era só eucalipto que a gente estava derrubando...
- Espere aí um pouquinho, que a gente vai dar um jeito nesse problema...

Na mesma hora, pegou seu celular e fez um telefonema. Não sei qual foi o destino da ligação, mas suponho que tenha sido a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O presidente já conhecia uma das funcionárias da Secretaria, conversou com ela, anotou os procedimentos que os agricultores deveriam tomar e repassou as instruções a eles. Isso não demorou mais do que cinco minutos. Esta gestão do SR de Venâncio, portanto, é considerada uma das melhores e gerou um crescimento significativo deste sindicato em termos de números de associados. Esta foi a única situação em que tive a oportunidade de observar um momento de interação entre liderança e agricultores. Em outras situações no STR de Santa Cruz, tive oportunidade de observar algumas interações, porém incompreensíveis porque feitas em alemão.

Como apontou Comerford (2003), a reputação pessoal de cada presidente assume importância central para os agricultores em termos de definição de qual sindicato será escolhido como o melhor para se associar. O fato de o presidente “atender bem”, portanto, é um definidor decisivo, como bem apontou o presidente do SR: o colono vai onde é melhor atendido, onde se sente melhor tratado. Este processo, ao mesmo tempo em que evidencia um maior “poder de barganha” dos colonos, que têm a opção de escolher em qual sindicato se associar a partir da qualidade dos serviços prestados, evidencia também

o caráter vertical geralmente assumido pelas relações entre lideranças e base, em que as primeiras estão em uma posição superior dirigindo os rumos da organização, ao passo que a segunda ocupa o lugar de quem se dirige à entidade a fim de solicitar auxílios, que podem ou não ser prestados.

Outra estratégia utilizada pelos sindicatos da Farsul é utilizar a ideia de que, para eles, produtor não tem tamanho, ou seja, pequenos ou grandes, todos são produtores e, portanto, teriam as mesmas pautas a serem defendidas. Na fachada do prédio do SR de Venâncio Aires, por exemplo, há uma frase de boas-vindas nos seguintes termos: “Bem-vindos ao SR de Venâncio Aires: aqui produtor não tem tamanho”. Esta ideia é muito explorada pelos sindicatos da Farsul, sobretudo em se tratando de uma região ocupada praticamente apenas por produtores cujo tamanho seria incompatível com o público a que a Farsul se propõe representar.

Mudanças de uma entidade para outra também ocorrem e são motivadas por fatores vários. O caso do Seu Cleimar, pai do Seu Juvêncio é ilustrativo. Ele era sócio do STR já havia muitos anos e conta que na ocasião de um sorteio de um trator, ele não concordou com a forma como foi encaminhado o sorteio e com a pessoa que ganhou o prêmio. Segundo ele, teria sido uma pessoa que já tinha um trator, então ele achou muito injusto e decidiu mudar de sindicato, indo para o SR. Provavelmente deve ter havido outros elementos não externalizados a mim, mas o fator principal apontado por ele foi a questão do sorteio do trator.

Esta seção serviu para mostrar alguns exemplos que ilustram os processos em que as relações sociais no plano pessoal e informal determinam as relações no plano institucional e formal ou, no nosso caso, como os laços de obrigações entre vizinhos, parentes e amigos e entre base e lideranças interferem decisivamente na vinculação dos agricultores às entidades de representação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os colonos de Santa Cruz do Sul carregam consigo um histórico de quase um século e meio de associativismo. Inicialmente, com uma proximidade com o Estado menor do que a que se tem hoje, as primeiras associações de colonos sofreram forte influência das Igrejas Católica e Luterana. As experiências associativas do início do século XX se deram basicamente em torno da religião e da identificação étnica, sobretudo por se tratar de um grupo que estava fora de sua pátria. Das quatro entidades que estão compondo a problemática desta pesquisa, três delas tiveram influência decisiva da Igreja Católica no momento da sua criação: a Afubra, através das Semanas Ruralistas da segunda metade da década de 1950; o STR, através da FAG, na primeira metade dos anos 1960; e o MPA, através da CPT, já na segunda metade dos anos 1990. A criação dessas entidades, portanto, só foi possível em função da capilaridade e da influência da Igreja no que se refere à construção das visões de mundo dos agricultores. É a partir dessa forte influência sobre a organização da vida dos agricultores que a Igreja se tornou a principal força nos processos de publicização dos problemas que afigiam/afigem os colonos e, por consequência, na criação dessas entidades.

As discussões apresentadas nesta dissertação apontam ainda para a importância das questões do cotidiano na conformação das organizações. Tais questões podem ou não se transformar em problemas públicos, dependendo da mediação de atores que se constituem como lideranças dos processos associativos. Elas se tornam “públicas” quando passam a ser objeto de discussão dos diversos espaços de interação, que também se dão no cotidiano. Em Santa Cruz, esses espaços eram a saída das celebrações religiosas, a bodega, os jogos de loto, futebol, bocha, os encontros no ônibus que vai até a cidade, as visitas entre vizinhos, as festas comunitárias, os enterros, dentre outros. Disso decorre a importância de se identificar quais são as questões que efetivamente afetam a vida dos colonos para se compreender as diferentes formas de engajamento e desengajamento nos diversos espaços de participação política.

Tais experiências associativas dos colonos ao longo da história, para além do resultado da construção de problema públicos, são também fruto de determinações estatais e de disputas entre forças políticas nem sempre internas aos agricultores. No período do Estado Novo as dificuldades jurídicas impostas e a repressão violenta contra as associações dos colonos alemães interromperam um processo de meio século de associativismo cristão. Dos anos 40 em diante, em meio a uma disputa entre Igreja, PCB e PTB, uma série de decretos governamentais determinaram como deveriam se organizar os sindicatos dos agricultores. Durante a ditadura militar, novas iniciativas estatais impunham um controle sobre eles. Na redemocratização, aumentaram as possibilidades de construção de associações menos controladas pelo Estado, porém o legado de um histórico de controle estatal sobre os sindicatos é um elemento ainda muito presente na atuação sindical.

Os processos de vinculação e desvinculação são também muito interpelados pela dimensão da confiança em relação às lideranças das organizações. Nesse sentido, para que um ator consiga se fazer reconhecer como uma liderança efetiva, ele necessariamente precisa ter uma boa reputação junto aos colonos, o que permite que estes nele depositem confiança. Vincular-se a uma entidade cuja liderança não tem uma boa reputação, para além de colocar em risco a própria efetividade da conquista de determinados direitos, significa colocar em risco a própria reputação, já que o vínculo com alguém “sujo” pode macular a imagem da própria pessoa.

Ao final da dissertação destacamos alguns elementos que nos pareceram importantes para compreender a vinculação dos colonos às suas entidades de

representação: o reconhecimento pelo empenho de cada entidade na busca por soluções de problemas públicos; a prestação de serviços assistenciais; a mediação de políticas públicas e as relações de proximidade entre colonos e lideranças, sempre baseadas em avaliações morais a respeito de sua reputação. O que gostaria de destacar, inspirado em Quirós (2010) é que a vinculação não é produto apenas de um desses elementos, mas de vários deles conjugados. A participação não se dá apenas em função de interesses individuais, nem apenas pensando no bem coletivo; não apenas em função do reconhecimento em função da luta em relação aos problemas públicos, nem apenas em função das relações pessoais. Todos esses elementos, de alguma forma, interferem na participação dos fumicultores na política, já que ela não é algo à parte da vida, mas um constante equacionamento dos dramas do cotidiano.

No que se refere aos vínculos entre os fumicultores e as organizações políticas, as observações da pesquisa nos levaram a inferir que, na medida em que os fumicultores, a partir de processos de interação cotidianas, passam a perceber uma questão como coletiva e percebem uma entidade atuando em favor daquela questão, a aproximação e a identificação com ela tornam-se uma tendência forte. Nesse processo, a organização também passa por uma transformação provocada pelo próprio engajamento dos fumicultores que, ao interpelar a agenda da organização com suas demandas, passa a ser parte da sua construção, em conjunto com as lideranças. Ao mesmo tempo, as organizações também podem, dependendo da situação, provocar mudanças (ou reenquadramentos) nos fumicultores que se engajam em seus projetos políticos. Ideias incogitáveis podem passar a ser cogitáveis depois do engajamento. Foi o caso, por exemplo, da realização de piquetes e acampamentos na frente das fumageiras, por ocasião das greves do final dos anos 1980, e das mobilizações promovidas pelo MPA. Há outras situações, no entanto, em que não há mudanças nos *frames* dos colonos. As mobilizações contra a CQCT, por exemplo, tem sido as mais ilustrativas de processos em que o objetivo não é reivindicar transformações na sociedade, mas a conservação de determinadas possibilidades.

Ao pensarmos na construção de identidades coletivas, no plano ideal, teríamos um *frame alignment*, que não ocorre apenas de cima para baixo, mas em um processo de constante negociação entre lideranças e bases. Como entender, então, o fato de alguns agricultores incorporarem determinadas convicções e outros não, mesmo em um contexto em que parece haver uma cultura teuto-brasileira quase que homogênea? Um elemento que pode ajudar a entender esse processo é o quanto cada pauta interfere na vida de cada colono. Por exemplo, um preço maior pago pelo fumo pode fazer mais diferença para uma família do que para outra, dependendo das condições econômicas de cada família. Nesta pauta específica do preço do fumo, portanto, a dimensão econômica tende a ter um peso maior e os agricultores menos consolidados são os que tendem a ter uma maior participação em mobilizações que reivindicam melhorias no preço. Em outros casos o fator econômico pode fazer pouca diferença, especialmente quando as relações pessoais assumem um peso maior.

Para nenhuma das entidades, a luta por um bom preço a ser pago pelo fumo foi fator decisivo na sua consolidação enquanto entidade de representação, já que era pressuposto básico. Como vimos, o fator decisivo para a Afubra foi o seguro mútuo, para o STR foi a aposentadoria e para o MPA foi o encaminhamento do Pronaf. No caso do SR, o que garantiu a sua consolidação enquanto entidade não foi a luta pela solução de nenhum dos problemas elencados anteriormente, mas as baixas taxas cobradas de seus associados para ter acesso aos serviços de assistência médica, odontológica e veterinária.

Aqui aparece um elemento curioso a ser assinalado: esta taxa mais barata fez com que boa parte dos agricultores menos abastados do município deixassem de se vincular

no STR e passassem a se associar ao SR, que oferecia os mesmos serviços, mesmo que com uma qualidade diferente daquela do STR, mas por um preço inferior. Assim, ao invés de se ter um sindicato patronal com uma base social formada por agricultores mais consolidados e um sindicato de trabalhadores voltado aos produtores menos consolidados, o que percebi (e que os próprios fumicultores relataram) é justamente o contrário. Isto demonstra a importância que a função de prestadores de serviços assume na atuação dos sindicatos em relação aos colonos, para além da função de representantes políticos, importância esta que se estende para a sustentabilidade financeira dessas entidades. Na medida em que é cobrada uma taxa pela realização destas atividades, especialmente, a mediação de políticas públicas, parte significativa dos recursos financeiros de que as entidades necessitam para sustentar suas atividades provém dessa cobrança de taxas. O STR e a Afubra dependem menos dessa fonte de recursos, pois elas possuem outra fonte, que são as lojas agropecuárias, estabelecimentos comerciais, onde são vendidos insumos, ferramentas e utensílios em geral para os trabalhadores do campo. Os dois sindicatos recebem também a contribuição sindical, o que diminui também a dependência, mas para o MPA (pelo menos para seu escritório municipal) a principal fonte de recursos é a taxa cobrada pela prestação de serviços, especialmente a mediação de políticas públicas.

O SR hoje faz a mediação de diversas políticas relacionadas aos problemas públicos anteriormente elencados, porém não teve participação decisiva no momento da sua conquista. Isto não significa que este sindicato não tenha contribuído em nada na defesa dos interesses dos agricultores ao longo de sua história. Ao contrário, suas contribuições nas negociações oficiais do preço do fumo e na defesa da possibilidade de continuidade da fumicultura têm sido importantes.

O tipo de vinculação que ocorre entre os agricultores e o SR se dá majoritariamente em função da prestação de serviços assistenciais e, mais recentemente, da mediação de políticas públicas, especialmente do Pronaf e do PNHR. Esses serviços, embora verticalizados, são muito importantes para a reprodução social dos colonos, porém, a luta pela conquista desse conjunto de serviços, contou com pouca participação dos sindicatos da Farsul.

Os agricultores não veem como uma contradição a vinculação a entidades que criticam uma à outra em função de projetos políticos divergentes. Eles as percebem como importantes no que elas podem contribuir para a melhoria de sua realidade. Eles reconhecem os pontos fortes de cada uma e as valorizam a partir disso. “O STR é mais diplomático e o MPA é mais de fazer pressão”, ou seja, cada entidade é boa em determinada ação e todas são importantes para eles, porque eles realmente precisam dos serviços e oportunidades oferecidos por cada uma delas. A disputa que ocorre entre as lideranças, portanto, não tem a mesma importância para os “homens comuns”, que, ao final, são representados de diferentes formas pelas diversas entidades e, a partir do reconhecimento do trabalho que elas fazem, orientam suas decisões de engajamento ou desengajamento nas suas mobilizações e/ou no seu quadro de associados.

Estas constatações nos fazem questionar a própria noção de representação política, tendo em vista que, no cotidiano da colônia, a primeira ideia que aparece para os agricultores, quando se fala de sindicatos e organizações políticas é da prestação de serviços e não a da representação política propriamente dita. Embora se possa considerar a prestação de serviço como uma forma indireta de representação política, não se pode tratá-las como se fossem a mesma coisa. Isso não significa que em certas ocasiões eles não se sintam representados por elas. O caso da CQCT ilustra bem o contrário. O que quero enfatizar é que a dimensão da prestação de serviço assume para os agricultores uma importância muito maior do que geralmente se pensa, embora muitas vezes nós,

pesquisadores, inspirados em perspectivas normativistas, esperemos o contrário.

REFERÊNCIAS

- AFUBRA. *Relatório de atividades 2012/2013*. Santa Cruz do Sul, 2013.
- ALVES, Bernard J. P. A Política Agrária de Brizola no Rio Grande do Sul: notas sobre a atuação do governo e movimento. In: *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba: UFPR, 2011.
- ANTONACCI, Maria A. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- BARTH, Fredrick. *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Oslo: Universitetsforlaget, 1969.
- BELING, Romar R. *Afubra 50 anos: a história de muita gente – um exemplo de liderança*. Santa Cruz do Sul/RS: Afubra, 2006.
- BOLTER, Jairo. *Interfaces e Co-gestão nas Políticas para Agricultura Familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural. Qualificação* (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: *Revista Em Tese*, V. 2 n. 1, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria J.; GUARANÁ, Elisa. *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CADONÁ, Célio. *Movimento dos pequenos agricultores – MPA: O novo nasce das estradas*. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2004.
- CEFAÏ, Daniel. Les cadres de l'action collective. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les formovimentos sociais de l'action collective: mobilizations dans des arènes publiques*. Paris: École de HautesÉtudes em ScinecesSociales, 2001.
- _____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: *Dilemas*. v. 2, n.4, abr/jun, 2009.
- _____. Como uma associação nasce para o público : vínculos locias e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. In: CEFAÏ, Daniel. [et al] (orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2011.
- CHAMPAGNE, Patrick. La restructuration de l'espace villageois. In: *Actes de la recherche*. v. 1, n. 3, maio, 1975.
- _____. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

COMERFORD, John C. *Como uma família*: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

CORONEL, Daniel A. [et al.] Os Movimentos Sociais do campo no Rio Grande do Sul e a Reforma Agrária: do MASTER ao MST. In: *Perspectivas Contemporâneas: Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas*. V. 4, n. 2, Campo Mourão, PR, 2009.

COSTA, Luiz F. C. *Sindicalismo Rural Brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Edur, 1996.

DA ROS, Cesar A. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

DEPONTI, Cidônea M. A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. In: *Revista IDEAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. V. 7, n. 2, Rio de Janeiro, 2013.

ETGES, Virgínia E. *Sujeição e Resistência*: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da FISC, 1991.

FAVARETO, Arilson da S. *Agricultores, trabalhadores*: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

FARSUL. *Farsul: 70 anos (1927-1997)*. Porto Alegre: Palotti, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GIUGNI, Marco G.; PASSY, Florence. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, Marco; McADAM, Doug; TILLY, Charles (eds.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

GOES, Cesar H. B.; SCHMIDT, João P. Cooperativismo no Vale do Rio Pardo. In: CORREA, Silvio M. de S.; ETGES, Virgínia E. (orgs). *Território e População: 150 anos de Rio Pardinho*. Santa Cruz do Sul/RS: Edunisc, 2002.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GÖRGEN, Sérgio A. *A Resistência dos pequenos gigantes*: a luta e a organização dos Pequenos Agricultores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Sem editora, 2004.

HERTZOGUE, Marina H. *A formação dos sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul durante a primeira fase do governo de Borges de Medeiros (1905-1909): limites e possibilidades de um projeto inacabado*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS. Porto Alegre, 1992.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grandedo Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Luzzatto/EDUNI-SUL, 1986.

IBARRA, Pedro [et. al.]. Movimientos Sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. In: IBARRA, Pedro; MARTI, Salvador. *Creadores de democracia radical: movimientos sociales y redes de políticas públicas*. Barcelona: Icaria, 2002.

IBGE. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. www.ibge.gov.br/sidra.

IORIO, Maria C. De O. *Fumicultores em greve: um estudo de representação Político-Sindical*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

JOB, Luciana da C. *Os colonos do fumo: Tobaccopaysmybills*. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no universo da agricultura familiar fumageira em Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

KUNRATH, Marcelo; SCHMITT, Claudia J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: *36º Encontro Anual da Anpocs*. Águas de Lindóia/SP, outubro de 2012.

KUNZ, Edmundo L. *Queremos ser gente: aspiração mais profunda do trabalhador rural*. Porto Alegre: FAG, 1977.

LIEDKE, Élida R. *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília. Brasília, 1977.

LOERA, Nishiele. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonilde S.; PAULILO, Maria I. *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. V. II. São Paulo: Unesp, Brasília: Nead, 2009.

MADURO, Acácia M. R. *A prática sindical da Fetag* (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul). Dissertação. (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo:Brasiliense, 2004.

MALINOWSKI, Bronislau. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINÉZ-TORRES, Maria E.; ROSSET, Peter M. La VíaCampesina: the birth and evolution of a transnational social movement. In: *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, 2010.

MARTINS, José de S. *O cativeiro da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *Os camponeses e a Política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso, Lisboa: Edições Avante, 1982.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

McCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource Mobilization and Social Movements: a partial theory. In: *American Journal of Sociology*. nº 82, pp. 1212-1241. 1977.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1995.

MENDONÇA, Sonia R. de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENGEL, Alex A. *Tratados Internacionais e Disputas Locais*: A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as Disputas entre os Atores da Cadeia Produtiva no Brasil. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MONTALI, Lilia T. *Do núcleo colonial ao Capitalismo Monopolista*: produção de fumo em Santa Cruz do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

MORA. Moisés J. *Cooperativa Mista de Alimentos Santa Cruz - Coopersanta*: Alternativa na comercialização de hortifrutigranjeiros oriundos da agricultura familiar. Relatório de Estágio (Curso Superior de Tecnologia em Horticultura). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul/RS, 2012.

MPA. *MPA e a Resistência Camponesa*: história, propostas, princípios e organização. Cartilha política. Brasília, janeiro de 2005.

_____. *Plano Camponês*: Construindo o novo caminho da roça. Documento do Seminário Nacional do MPA. Brasília, dezembro de 2007.

NEVES, Delma P. Mediadores sociais e mediadores políticos: In: Neves, Delma P. *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre: Edufrgs, 2008.

NOVAES, Regina R. Contag e CUT: continuidades e rupturas da organização sindical no campo. In: BOITO Jr, Armando [et. al.] (orgs.) *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PADRÃO, Luciano N. O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. In: *Revista São Paulo em perspectiva*. V. 11, nº 1, 1997.

PALMEIRA, Moacir. Apresentação. In: COMERFORD, John. *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

PAULILO, Maria I. S. *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, Sec. de Estado de Cultura e Esporte, 1990.

PETERSEN, Silvia R. F. “*Que a União Operária seja nossa Pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Edufsm; Porto Alegre: Edufrgs, 2001.

PICOLOTTO, Everton L. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

PITT-RIVERS, Julian. Friendship and Authority. In: _____. *The people of the Sierra*. London: The University of Chicago Press, 1971.

PRESTES, Anita L. *Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes*. São Paulo: Moderna, 1995.

PRIEB, Rita I. *Pluriatividade na produção familiar fumageira*. Santa Cruz do Sul/RS:Edunisc, 2005.

QUEIROZ, Maria I. P. *Variações sobre o uso do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUIRÓS, Julieta. *Por que vêm?* Figuração, pessoa e experiência na polícida Grande Buenos Aires. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

RODEGHERO, Carla S. Campo x cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Anos 90*, n. 7, jul. 1997.

RUDNICKI, Carlise P. S. *As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil*: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *Sociedades e Organizações Camponesas*: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Edufrgs, 2011.

SANTOS, Miriam de O. Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha. In: *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia – RBA*. UFBA: Salvador, 2008.

SCHALLEMBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil*: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS. Porto Alegre, 2001.

SCHMIDT, João P. Cultura política alemã: autoritarismo secular e construção democrática recente. In: *Barbarói*. Santa Cruz do Sul. Nº16, jan./jun., 2002.

_____. *Capital Social e Participação Política em Santa Cruz do Sul*: um aparente paradoxo. (<http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documento/index>), 2004.

SCHMITT, Cláudia J. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander. (org.) *Política, protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SEFFRIN, Guido. *Afubra 40 anos*: o fumo no Brasil e no mundo (1955-1995). Santa Cruz do Sul/RS: Afubra, 1995.

SEYFERTH, Giralda. *Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC)*: os colonos-operários. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Comunicação 7), 1982.

_____. *Colonização e conflito: estudo sobre ‘motins’ e ‘desordens’ numa região colonial de Santa Catarina no século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Comunicação 10), 1988.

_____. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. In: *Maná*. V. 5, N. 2, 1999a.

_____. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil: Kultur e etnicidade. *Travessia revista do migrante* – Publicação do Centro de Estudos Migratórios, n. 34, p. 24-28, Mai./Ago. 1999b.

SHERER-WARREN, Ilse. *Associativismo e Sindicalismo Rural no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1971.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. In: *Maná*, V. 10, N. 1, 2004.

SILVA, Ari R. *O Significado do Trabalho na Terra do Fumo*: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul / RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2007.

SILVA, José G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas/SP: Unicamp, 1998.

SILVA, Leonardo X. *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. *A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul/RS : o lugar dos safristas na terra do fumo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

SIQUEIRA, Luisa H. S. De. *As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

SNOW, David. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les forms de l'action collective*: mobilizations dans des arènes publiques. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

TEDESCO, João C. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____ (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 2001.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

VOGT, Olgário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul (1849-1993)*. Santa Cruz do Sul/RS: Edunisc, 1997.

_____. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2006.

VISCARDI, Claudia; JESUS, Ronaldo P. de. Mutualismo, esquerda e cidadania. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cad. Dif. Tecnol.* V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bella; RIBEIRO, Gustavo L. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*. Brasília: UnB, Campinas/SP: Unicamp, 2003.

APÊNDICE

Sugestões de questões para o trabalho

Não é necessário responder todas as questões. Da mesma forma fique à vontade para escrever qualquer outra coisa que você considere importante que seja colocado no meu trabalho.

- Conte um pouco da experiência dos membros da família em organizações como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Afubra, cooperativas, associações de produtores, reuniões em geral. O que você pensa sobre as divergências que existem entre estas entidades?
- Para você, qual deveria ser o papel de um sindicato?
- Quando aparece um problema que afeta a toda a comunidade ou toda a categoria dos agricultores, de que forma o pessoal costuma se organizar para encontrar uma solução? Que dificuldades vocês mais enfrentam? Na sua opinião, qual seria a melhor forma de organização para solucionar os problemas coletivos?
- De 1989 a 1996 havia um sindicato chamado Sintrafumo (Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul). Você conhecia este sindicato na época? O que você tem a dizer sobre a atuação dele?